

A ÁGUIA E O LEÃO

Escritos políticos e crítica social



Victor Hugo

expressão
POPULAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



CLÁSSICOS DO PENSAMENTO RADICAL

A ÁGUA E O LEÃO

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Foto de capa

A barricada na Rua Voltaire, cena do filme *Os Miseráveis* (2012), direção de Tom Hooper

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

www.fpabramo.org.br

f: 11 5571 4299

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H895a Hugo, Victor.

A águia e o leão : escritos políticos e crítica social / Victor Hugo ; organização, seleção, textos de abertura, apresentação e notas de Walnice Nogueira Galvão ; tradução Ana Cerqueira César Corbisier. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo : Expressão popular, 2018.

312 p. ; 23 cm. – (Clássicos do pensamento radical)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-5708-129-1

1. Política - Ensaios. 2. Sociedade - Crítica. I. Galvão, Walnice Nogueira. II. Corbisier, Ana Cerqueira César. III. Título. IV. Série.

CDU 321.01

CDD 320

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

VICTOR HUGO

A ÁGUIA
E O LEÃO

Escritos políticos e crítica social

ORGANIZAÇÃO, SELEÇÃO, TEXTOS DE ABERTURA,
APRESENTAÇÃO E NOTAS DE

WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

*Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo*

TRADUÇÃO

Ana Cerqueira César Corbisier

**expressão
POPULAR**

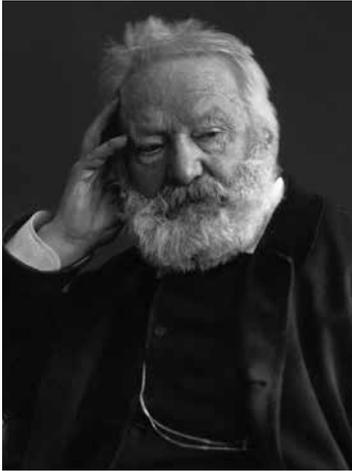
FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

NOTA EDITORIAL

A tradução tem por fontes as obras de Victor Hugo pertencentes à Bibliothèque National de France, digitalizadas e disponíveis no site <<https://gallica.bnf.fr>>.

*“Sombre fidélité pour les choses tombées,
Sois ma force et ma joie et mon pilier d’airain!”*
(*“Ultima verba” - Les châtements*)

*“Sombria fidelidade às coisas tombadas,
Seja minha força e meu júbilo e meu pilar de bronze!”*
(*“Última verba” - Os castigos*)



VICTOR HUGO nasceu em Besançon, França, em 1802, e morreu em Paris, em 1885. Foi um dos mais famosos escritores da História. Filho de general das guerras napoleônicas que recebera título de nobreza, não se apegou a seus privilégios e passou a defender as causas do povo, tanto na obra quanto na vida. Grande militante, acabaria por ser banido, vivendo no exílio por 20 anos.

Autor teatral de sucesso (*Hernani*, *Ruy Blas*, *Marion Delorme*, *Lucrecia Borgia*, *Maria Tudor* etc.) escreveria também poesia (*As contemplações*, *A legenda dos séculos*, *Os castigos*, *O ano terrível* etc.) e romances (*Os miseráveis*, *O homem que ri*, *Os trabalhadores do mar*, *O noventa e três* etc.).

Aos 29 anos publicou o romance *Nossa Senhora de Paris*, de êxito imediato, e daí em diante jamais perderia o favor do público. Participou das revoluções de seu tempo, sendo a última a Comuna de Paris, em 1871. Quando morreu, seu corpo foi levado ao Panteão e todo o povo de Paris saiu às ruas para saudar a passagem do féretro de seu paladino.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - Walnice Nogueira Galvão	11
1829 - ÚLTIMO DIA DE UM CONDENADO	43
1831 - NOSSA SENHORA DE PARIS	60
1850 - LIBERDADE DE ENSINO	77
1850 - A DEPORTAÇÃO	93
1850 - SUFRÁGIO UNIVERSAL	101
1850 - LIBERDADE DE IMPRENSA	119
1853 - A EXPIAÇÃO	131
1851 - PERFIL DE NAPOLEÃO O PEQUENO	141
1853 - A CARAVANA	149
1853 - SOBRE O TÚMULO DE LOUISE JULIEN	153
1859 - JOHN BROWN	161
1862 - DUAS BARRICADAS	167
1866 - A JACRESSARDE	179
1869 - DISCURSO DE GWYNPLAINE	189
1871 - INCIDENTE NA BÉLGICA	201
1871 - A LEON BIGOT ADVOGADO DE MAROTEAU	209
1872- FUNERAIS DE ALEXANDRE DUMAS	219
1872 - OS FUZILADOS	223
1874 - O NOVENTA E TRÊS	231
1875 - O QUE É O EXÍLIO	247
1876 - FUNERAIS DE FRÉDÉRIK LEMAÎTRE	261
1876 - FUNERAIS DE GEORGE SAND	267
1876 - DISCURSO SOBRE A ANISTIA	273
1876 - PELA SÉRVIA	289
1877 - O DIREITO DA MULHER	297
1877- OS OPERÁRIOS DE LYON	301
1884 - ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO BRASIL	311

APRESENTAÇÃO

Walnice Nogueira Galvão

Poucos escritores foram tão solidários com o povo quanto Victor Hugo. Em prosa e verso, em ficção e poesia, em discursos na Assembleia ou no Senado, no jornal e no panfleto, em elogios fúnebres ao pé do túmulo, lá está ele defendendo o povo, mostrando-o na paz e na insurreição, nos afazeres do dia a dia ou nos extremos da miséria, transbordando de empatia, pondo seu talento a serviço dele. Foi assim que cobriu as convulsões do século XIX, o grande século das revoluções intermitentes. Estava alerta e militando. E veio a criar um emblema poético, uma personificação de grande majestade para o povo, encarnando-o no leão¹.

Este fiel arauto da revolução e paladino da causa dos oprimidos, até à morte se manteve inabalável em sua missão.

Por tudo isso, o alcance de sua influência foi considerável. A tal ponto que suscitou a tirada de André Gide, quando lhe perguntaram quem foi o maior poeta francês: *Victor Hugo, hélas!* Tampouco faltaram detratores, então como agora, que duvidaram da sinceridade de seus motivos, chamando-o de oportunista e de perito em autopromoção, apontando a vaidade sem peias e o ego inflado. E o estilo torrencial permitia acusações a suas demasias. Tais críticas se expressaram em palavras e em caricaturas, às quais não faltou material em abundância, gerado por quem passou a vida sob os holofotes da notoriedade.

1. Ver poema *A caravana*, incluído neste volume.

Uma tal presença pode ser constatada da Escandinávia à Patagônia, e sobretudo na América Latina, por todo o século romântico mas ainda atingindo as primeiras décadas do século seguinte. Até que as vanguardas, e a nova estética modernista, torcessem o pescoço da eloquência.

O século que assistiu à ascensão do proletariado industrial, ao advento das massas na vida política, à tomada de partido dos escritores e artistas ante o novo fenômeno, coincide com o século do Romantismo e de Victor Hugo, cujo percurso é exemplar. Retraçando a contrapelo o projeto burguês de ascensão social, até hoje vigente, tratou de “descer na vida” ao aliar-se às causas do povo repetidas vezes, correndo o risco de perder, como de fato perdeu, seus privilégios.

Este bem-nascido filho de general napoleônico agraciado com título de nobreza, aos 18 anos recebe pensão do rei Luís XVIII, o que lhe permite contrair núpcias. Aos 23 anos é feito cavaleiro da Legião de Honra e assiste como convidado à sagração do rei Carlos X, em Reims. Aos 30 anos, já é uma celebridade: nobre, católico, monarquista, poeta laureado, dramaturgo de primeira plana (*Cromwell*, *Hernani*, *Marion de Lorme*) e romancista popular que esgotava tiragens (*Nossa Senhora de Paris*). Só faltava a Academia Francesa, na qual seria recebido antes de completar 40 anos. Seu discurso de posse, coisa inusitada, chama a atenção para as massas desvalidas, reivindicando para elas melhores condições de vida. E, coroando tudo, o rei Luís Filipe assina decreto elevando-o, aos 43 anos, a par-de-França.

Mas sobreveio a Revolução de 1848, ou “a Primavera dos Povos” que, ao contrário da Revolução Francesa que comprometera uma única nação, alastrou-se pela Europa, empunhando como bandeira suas descobertas e invenções democráticas. Os outros povos também queriam a República: queriam eleger o presidente e os parlamentares, uma Constituição, a Declaração dos Direitos do Homem, o ensino público e assim por diante, todas conquistas de 1789.

Após idas e vindas indecisas, Victor Hugo acabaria por tomar o partido do povo insurreto, passando a defender a democracia e a República. A primeira coisa que lhe acontece é perder seu título de nobreza,

porque o governo provisório abole o pariato. Ele mesmo é nomeado prefeito de um dos distritos de Paris. Depois se candidataria a deputado, e não seria eleito da primeira vez, mas da segunda, e pelo partido conservador. Torna-se orador ouvido e apreciado na Assembleia, onde profere um famoso discurso sobre a miséria e, ao radicalizar-se, acaba rompendo com os correligionários.

Inicialmente cabo eleitoral de Luís Bonaparte para a presidência da República, em 1851 profere violento discurso avisando que ele vai dar o golpe, assumir poderes ditatoriais e restaurar o trono. Infelizmente, tinha razão. Seus dois filhos são presos na Conciergerie, enquanto ele mesmo tenta organizar a resistência estabelecendo ligações com as associações operárias e participando das barricadas. Acaba fugindo do país sob nome falso, e dias depois tem decretado seu banimento.

Logo após, Victor Hugo escreveria *Napoléon le Petit (Napoleão o Pequeno)*, historiando a ascensão de Luís Bonaparte, um dos ensaios histórico-políticos que viria a produzir. Atente-se para a inversão irônica: o primeiro Napoleão, que era baixinho, é que era o Grande; o segundo, seu sobrinho, alto e corpulento, era o Pequeno. Em 1853, sai uma anistia geral, que Victor Hugo recusa, dizendo que sua liberdade depende da liberdade da França: ou seja, deixando claro que aguardaria até que o país sacudisse o jugo do usurpador. Só regressaria em 1870, após vinte anos de desterro, quando Luís Bonaparte foi feito prisioneiro pelos alemães na batalha de Sedan, que pôs fim à guerra franco-prussiana.

Entre as muitas ignomínias de que foi alvo, encontra-se a retirada de seu nome da avenida que lhe fora dedicada, o *Boulevard Victor Hugo*. Nessa ocasião, escreve um soneto, que permaneceria inédito por quase duzentos anos, para ser encontrado por um estudioso de personalidades histórico-literárias, Henri Guillemin, e publicado pela primeira vez em 2001². Vale lembrar que hoje novamente o poeta tem

2. *Victor Hugo*, Louis Perche (Org.). Paris: Seghers, 2001.

uma avenida com seu nome e até uma estação de metrô, na cidade que tanto amou e que tanto o amou. Segue abaixo esse belo soneto, datado de 1871.

*“Eu tinha uma avenida. Tomaram-na.
 Não a tenho mais. Destino, céu cambiante, ananke,
 Favor e desfavor, fluxo e refluxo; tal coisa
 É simples e por certo eu teria humor soturno,
 Ou espírito mal amanhado, caso me espantasse
 Quando o burguês retira aquilo que um povo deu.
 De acordo! Não mais verei meu nome nas esquinas.
 Deixemos isso para as sombras fugidias
 Que a errante nuvem traz em seus olhos
 O vento, esse passante tempestuoso, leva consigo.
 Catão se queixaria se Roma o esquecesse?
 Aliás, é bem grave essa placa que nomeia
 Em cada cruzamento da cidade,
 Os modelos de honra, fé e probidade.”³*

O poeta expatriado volta a tempo para a Comuna, quando é eleito deputado por uma avalanche de votos. Mais tarde, finda a Comuna, seria eleito senador em 1876, aproveitando o ensejo de sua posse para discursar pleiteando anistia para os *communards*, o que repetiria em 1879 e 1880.

Já idoso, doou todos os manuscritos à Biblioteca Nacional. Morreu em 1885, aos 83 anos, e foi levado para o Panteão. Apesar de ter deixado instruções para ser enterrado como indigente, receberia exéquias oficiais de Estado, quando todo o povo de Paris saiu às ruas para descobrir-se à passagem dos despojos de seu paladino.

3. 1 J'avais un boulevard; on me l'a démarqué./ Je ne l'ai plus. Destin, ciel qui change, ananké,/Faveur et défaveur, flux e reflux; la chose/ Est simple e j'aurais certes une humeur bien morose,/ Un esprit bien mal fait si j'étais étonné/ Quand le bourgeois reprend ce qu'un peuple a donné./ Soit. Je ne verrai plus mon nom au coin des rues./ Classons cela parmi les ombres disparues/ Que l'errante nuée apporte dans ses yeux/ Et qu'emporte le vent, ce passant orageux./Caton se plaindrait-il d'être effacé de Rome?/ C'est fort grave, d'ailleurs, cet écriteau qui nomme/ Dans tous les carrefours de toute la cité/ Les modèles d'honneur, de foi, de probité. (Trad. Gilberto Pinheiro Passos)

A HUGOLATRIA

Uma vida como essa, vivida durante o século do Romantismo, marcou profundamente mais de uma geração de artistas. É esta trajetória de bardo heroico e libertário, condutor de povos, campeão dos oprimidos, que olha a História nos olhos e não se acovarda, banido por suas convicções populistas, abdicando de posição social e honrarias em nome dessas convicções, que vai deflagrar o renome de Victor Hugo pelo mundo afora. Ele será o poeta romântico por excelência.

Escritor torrencial em poesia, ficção e teatro, levou avante a missão de consagrar seu verbo ao ideal de emancipar a humanidade de seus grilhões. Tal poesia é, portanto, uma arte de altos voos, e não por acaso a águia é um de seus emblemas (assim como já era de Napoleão). Destaca-se pela grandiloquência, pelas hipérboles, pelas antíteses – com jogos de luz e trevas, píncaros e abismos, gelo e fogo, libertação e opressão, espírito e matéria, bem como imagens que contrapõem o sublime ao grotesco –, pelas apóstrofes e invectivas, pelas metáforas titânicas. No outro extremo, pratica também uma lira intimista, erótica, doméstica e até familiar.

Na esteira do historiador Michelet, primeiro a postular *o povo* como agente da história – e não mais os indivíduos, sejam eles reis, líderes, heróis –, Victor Hugo vai dar primazia em sua ficção à personagem coletiva popular, tal como Dickens nas letras inglesas e depois Zola nas francesas.

Hugolatria é um neologismo antigo, já muito aplicado, para dar conta da veneração e imitação de que Victor Hugo foi alvo, entre nós também. Nem o imperador escapou: D. Pedro II visitou-o em sua casa⁴. A poesia dos hugoanos da América Latina receberia o rótulo de “condoreirismo”, termo pelo qual a águia europeia de Victor Hugo se aclimataria ao continente. A expressão designa essa lira altíssima e grandiloquente, votada a grandes temas humanitários.

4. A. Carneiro Leão, “D. Pedro II e Victor Hugo”, *Victor Hugo no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

Poeta, começa a ser percebido por nossos primeiros românticos, recebendo de Gonçalves Dias a homenagem de duas traduções, a “Canção de Bug Jargal” e “A triste flor”⁵.

Vai influir sobre Casimiro de Abreu, o que se nota na epígrafe de “Meus oito anos” : “*O souvenirs! printemps! aurores!*”, tanto quanto na tradução do poema “Ontem à noite”⁶.

Álvares de Azevedo fala dele explicitamente num poema, em que declara ter na parede um retrato do alvo de sua admiração⁷.

Incorporado pelos românticos, a emulação atingirá até os parnasianos Vicente de Carvalho, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira. O mais famoso deles, Olavo Bilac, dá-lhe epígrafe de livro⁸.

A crítica reconhece sua imensa influência tanto sobre a poesia de Machado de Assis quanto sobre sua prosa dialogada. Foi nosso escritor quem traduziu *Os trabalhadores do mar*, reeditado até hoje. E seria assíduo leitor de Victor Hugo, tão seu admirador quanto Baudelaire o fora: este, que lhe dedicou três poemas de *As flores do mal* contemporâneos ao exílio, observou a mistura de gênio e tolice (“*sottise*”) que via em sua obra⁹. Machado, além de traduzi-lo, deixou na própria obra um intrincado tecido de alusões hugoanas, que alguns trabalhos têm-se empenhado em deslindar¹⁰.

Idolatrado pelos abolicionistas, é na segunda geração romântica que Victor Hugo deixará marca palpável, um pouco em Fagundes Varela mas bem mais em Castro Alves, o que merece exame à parte.

E, de modo geral, sua presença continuaria a persistir através dos tempos, embora cada vez mais indistinta. Quando do centenário de

5. Múcio Teixeira, *Hugonianas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Grande fã, Múcio Teixeira, quando da morte de Victor Hugo em 1885, teve a ideia de reunir as 55 traduções de poemas já publicadas e encomendar mais 51, às quais acrescentou longo poema em dois cantos de sua autoria. Ver 3ª edição, publicada pela Academia Brasileira de Letras em 2003, com prefácio de Sérgio Paulo Rouanet.

6. Múcio Teixeira, *Hugonianas*, *op. cit.*

7. Ver trecho em *Victor Hugo no Brasil*, *op. cit.*, p. 49.

8. *Victor Hugo no Brasil*, *op. cit.*, p. 50.

9. *Apud* Walter Benjamin, *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Imprensa Oficial, 2009, p.793.

10. De Gilberto Pinheiro Passos, afora seus vários livros sobre as leituras francesas de nosso romancista, ver especialmente “Machado de Assis leitor de Alexandre Dumas e Victor Hugo”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, USP, São Paulo, 1992.

seu nascimento em 1902, houve grandes celebrações pelo Brasil todo, nas quais se cantava “A Marselhesa”¹¹.

Meio século depois, o sesquicentenário, em 1952, ainda valeu registro em ata no III Congresso Paulista de Escritores, quando Antonio Candido lembrou “[...] o nascimento de Victor Hugo, em 1902, comemorado este ano pelo mundo inteiro. Victor Hugo nos dá o grande exemplo do escritor participante por excelência; escritor que, vivendo na fase ascendente dos grandes ideais humanitários, encarnou-os melhor do que ninguém e conciliou essa participação com acentuado requinte formal, que dá lugar tão alto à sua poesia, no conjunto das literaturas neolatinas”¹².

De 1956 a 1960 saíram as *Obras Completas* em português, em 44 volumes, pela Editora das Américas. A mesma casa faria uma edição intitulada *Victor Hugo: cartas, teatro e poesia*, em oito volumes, publicada em 1960.

Ainda mais tarde, em 2002, o bicentenário de nascimento seria comemorado na França com festejos de janeiro a dezembro, exposições na Bibliothèque Nationale, cursos nas escolas, reedições, estudos críticos, produção de óperas¹³, ciclo de filmes gerados pela obra (ao todo 70, cabendo 20 a *Os miseráveis*), uma nova e monumental biografia¹⁴. Sua residência no número 6 da Place des Vosges foi engalanada e se procedeu à encenação integral da dramaturgia, cerca de uma vintena de peças de teatro, um tanto olvidadas, de invulgar sucesso a seu tempo mas obscurecidas na posteridade pela poesia e pela prosa. A festa máxima da nação, o 14 de julho, foi-lhe dedicada, com o espetáculo pirotécnico *Victor Hugo Illuminé*.

Todavia, mal foi lembrado no Brasil, embora tenha sido brindado por um congresso pela Universidade Federal de Minas Gerais e por

11. *Victor Hugo no Brasil*, op. cit.

12. Vinicius Dantas, *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002.

13. O teatro de Victor Hugo resultou em meia centena de óperas, das quais uma dúzia sobrevive e uma figura entre as campeãs de popularidade: *Il Rigoletto (Le roi s’amuse)*, de Verdi. Outras são o *Ernani (Hernani)*, também de Verdi; *Lucrezia Borgia (Lucrèce Borgia)*, de Donizetti; *La Gioconda (Angelo, tyran de Padoue)*, de Ponchielli; e *Maria Tudor (Marie Tudor)*, de Carlos Gomes.

14. Jean-Marc Hovasse, *Victor Hugo I – Avant l’exil (1802-1851)*. Paris: Fayard, 2001. Esse foi o Tomo I, com 1.384 páginas; os Tomos II e III sairiam posteriormente.

palestras na Feira Pan-Amazônica do Livro em Belém¹⁵. A Academia Brasileira de Letras dedicou-lhe uma sessão de celebração e reeditou as *Hugonianas*, com prefácio de Sérgio Paulo Rouanet, que também escreveu outro estudo para a *Revista Brasileira*¹⁶. Vieram à luz três coletâneas de poesia. E a editora Cosac Naify publicou uma edição de luxo comemorativa de *Os miseráveis. Sic transit gloria mundi...*

Em todo caso, verifica-se que a influência de Victor Hugo tem sobrevivido às escolas e movimentos, que se chamaram sucessivamente Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Simbolismo, Naturalismo. Mas com nuances: como se pode verificar nas duas principais obras brasileiras de balanço, as *Hugonianas* e *Victor Hugo no Brasil*, sua grande poesia política, das mais elevadas e bem realizadas que já houve, quase não interessou aos seguidores brasileiros. Invariavelmente, traduziram e imitaram a poesia romântica, pouco estabelecendo afinidades ou mesmo tomando conhecimento dessa outra, que lugar de tanto relevo ocupou na vida e na obra de Victor Hugo.

Felizmente, Castro Alves e Euclides da Cunha, inspirando-se não só na lírica como também na poesia política, sem esquecer a prosa de ficção e o exemplo de vida, são duas exceções que honram essa vertente, como veremos a seguir.

O GRANDE DISCÍPULO BRASILEIRO: CASTRO ALVES

Para dar o resultado que deu em Castro Alves, tudo combinou. Por exemplo, uma grande causa humanitária, em nosso caso a dos escravos. Ou a concepção do poeta como vate inspirado, arauto e profeta, anunciador do futuro e cantor da liberdade. Outra coincidência é a facilidade para versejar, pela qual Victor Hugo era notório e que Castro Alves demonstraria, até em debates públicos. É famosa sua réplica de improviso, em redondilhas perfeitas, num teatro, ao ser incriminado

15. Para proferir uma delas veio da França seu novo biógrafo, Jean-Marc Hovasse (ver Nota 12).

16. Sérgio Paulo Rouanet, “Este século tem dois anos – A propósito do bicentenário de Victor Hugo”. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, out./nov./dez. 2002, Ano IX, n. 33.

de lisonja e assumindo a persona do caluniado José do Egito bíblico, acusado de assediar a esposa de seu superior:

“Sou hebreu, não beijo as plantas
Da mulher de Putifar!”¹⁷.

Afora isso, em ambos há uma dicção mais tonitruante, tendendo à oratória, que deixa na sombra uma excelente poesia intimista. A figura do poeta engajado, cujos arroubos expressam seu senso de missão, incorpora as tendências messiânicas do Romantismo.

E ainda a imaginação cósmica, panteísta, ciclópica, que faz o poeta baiano, cujo “pensamento indômito, arrojado/ Galopa no sertão”, ter visões dos “oceanos em tropa”, de como “O Novo Mundo nos músculos/ sente a seiva do porvir” ou ainda como “O seu rebanho de vagas/ vai o mar apascentar”. Ou arranca-lhe a exclamação: “Eu quero marchar com os ventos,/ Com o mundo, co’os firmamentos!”. O elogio ao livro comporta esta comparação: “O livro – esse audaz guerreiro/ Que conquista o mundo inteiro/ Sem nunca ter Waterloo...” E é o próprio Jeová quem exorta: “Vai, Colombo, abre a cortina/ Da minha eterna oficina/ Tira a América de lá...”¹⁸

Em ambos o mesmo gosto da antítese e de seus contrastes, valendo-se dos valores simbólicos da oposição entre luz (liberdade, emancipação, idealismo) e trevas (servidão, opressão, ignorância). Afora traduzir de novo o poema que Gonçalves Dias já traduzira, “Canção de Bug Jargal”, Castro Alves menciona o nome de Hugo no corpo de um de seus poemas, *Sub tegmine fagi*. Em outro, “As duas ilhas”, protesta contra o exílio em que se encontra o poeta francês e o compara a Napoleão, outro grande exilado insular no passado.

Castro Alves passou para a posteridade como O Poeta dos Escravos e como o autor de “Navio negreiro” (afora um livro inteiro de poesia intitulada-

17. Euclides da Cunha, “Castro Alves e seu tempo”, *Obras completas*, Tomo I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

18. O primeiro exemplo é de “*Sub tegmine fagi*”, os demais de “O livro e a América” (todos em *Espumas flutuantes*).

do *Os escravos*). O título do poema evoca outros, pois, em época de intenso ativismo abolicionista internacional, houve obras de arte provocadas por um terrível incidente, que mobilizou as emoções. Uma nau conduzindo escravos cometeu a ignomínia de lançá-los ao mar e deixá-los perecer, ao constatar que muitos estavam doentes: o seguro pagava perdas por afogamento mas não por doença. Entre outros, o poeta alemão Heine e o pintor inglês Turner produziram obras assim intituladas sobre o ocorrido. O poema de Castro Alves, apesar de ter o mesmo título, não trata desse incidente¹⁹, o que já deu margem a confusões: ele fala genericamente do tráfico e descreve os horrores que se passam num navio como esse.

Bem menos conhecida é a única peça de teatro que Castro Alves escreveu, e na qual ele vai – coisa raríssima, à época, mas tentação também para José de Alencar – dar papéis importantes a escravos. *Gonzaga ou a Revolução de Minas* (1867) trata da Inconfidência Mineira e, além de Tomás Antônio Gonzaga, que é o protagonista, põe em cena numa ponta Tiradentes. O primeiro ato descreve a senzala e se denomina “Os escravos”. Luis, criado pessoal e amigo de Gonzaga, é figura importante, bem como sua filha – e parte da peça tem pai e filha como pivô da intriga.

A peça monta dois triângulos amorosos que se espelham, um branco e um negro. No triângulo branco, o idílio entre Tomás Antônio Gonzaga e Maria Doroteia de Seixas – Dirceu e Marília, pseudônimos que já vinham da convenção da Arcádia – é ameaçado por um vilão que é ninguém menos que o visconde de Barbacena, perseguidor dos inconfidentes e (na peça) rival luxurioso aos encantos de Marília. No triângulo negro, ficcional, o ex-escravo alforriado de Dirceu, Luis, teve sua filha Carlota roubada ainda na infância. Pai e filha procuram-se mutuamente, sem saber que estão lado a lado, já que ela é criada de Marília. E um arquivilão, aquele mesmo Joaquim Silvério dos Reis que delatou os inconfidentes, acalenta igualmente desígnios luxuriosos sobre ela. Está armado o conflito, e é de seus desdobramentos, imbricados na própria Inconfidência Mineira, que resulta o entrecho.

19. Anatol Rosenfeld, “Castro Alves e Heinrich Heine”, *Letras e leituras*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

Estão dadas as três preocupações centrais do autor: a escravidão, a República e o nacionalismo, entretecidos. Eram essas as bandeiras empunhadas pelas vanguardas brasileiras, no século XIX. Mas ele as faz retroagir, atribuindo-as, ao tomar liberdades para com a verdade histórica, aos Inconfidentes de 1789. É assim que estes, senhores de escravos habituados ao mando, nem pensaram em acabar com o cativo. E quando afinal o Brasil se tornou independente, em 1822, não aboliu nem escravidão nem monarquia, contrariando o que aconteceu nas colônias hispânicas nessa época: nosso país foi o último (exceto Cuba) a manter escravos e trono, até 1888/1889. Quanto ao nacionalismo, era prematura uma concepção do Brasil como unidade nacional, e os Inconfidentes eram mais propriamente separatistas. Essas liberdades tomadas por Castro Alves, na figura literária conhecida como “licença poética”, projetando seu próprio ideário na Inconfidência Mineira, vão aparecer na peça.

Embora esteja esquecida, à época fez sucesso no palco e teve audiência ilustre. Passando pelo Rio de Janeiro, o jovem poeta leu a peça para José de Alencar, que o recomendou a Machado de Assis, que também ouviu sua leitura. Ambos, veteranos dramaturgos, compreenderam as intenções de Castro Alves, pois era comum no Romantismo que romancistas e poetas buscassem contato mais próximo com o público, coisa que só era possível através do teatro²⁰. E o dramaturgo Victor Hugo raciocinava por linhas semelhantes. O resultado foi que Machado e Alencar trocaram cartas a respeito, elogiando o poeta e fazendo mínimos reparos. Por nossa sorte essas cartas foram preservadas e publicadas²¹.

E o poeta baiano, que morreria aos 24 anos, em 1871, não chegaria a ver seus nobres ideais efetivados. Nem por isso sua peça deixa de acusar a servidão da colônia à metrópole, em paralelo com a escravidão dos africanos aos brancos. E não podemos esquecer a presença a contraluz da

20. Decio de Almeida Prado, “O teatro romântico: a explosão de 1830”, *O Romantismo* (J. Guinsburg Org.). São Paulo: Perspectiva, 1978. João Roberto Faria, “Victor Hugo e o teatro romântico no Brasil”, *Letres françaises*, n. 5, Ufscar, 2003.

21. “Diálogo epistolar entre José de Alencar e Machado de Assis”. Castro Alves, *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. Aos dois escritores não escapou a influência de Victor Hugo na peça de Castro Alves, que registraram.

Revolução Francesa, pairando sobre a peça inteira: enquanto revolução burguesa foi modelo para todas as independências da América Latina. Em nosso país a data da Tomada da Bastilha, 14 de julho, foi logo após a Proclamação da República instituída como feriado nacional, festejado com salvas de tiros de canhão e entoação da *Marselhesa*, estatuto que só perderia por ordem de Getúlio Vargas em 1930, quando decretou o enxugamento de doze para seis dos feriados nacionais. A celebração foi realizada até mesmo no cerco a Canudos, o que Euclides da Cunha não deixou de registrar como brinde ao que chama de “data nacional”.

DE CASTRO ALVES A EUCLIDES DA CUNHA

Já em pleno Naturalismo, o peso do poeta francês se faria sentir em Euclides da Cunha. Hugoano e castroalvino, dificulta a distinção pois em certos pontos recebeu o sinete do primeiro já afeiçoado pelo segundo. A este dedicou um ensaio, “Castro Alves e seu tempo”, fruto de uma conferência proferida em 1907 a convite dos alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo²². O conferencista defende o baiano da pecha de ser influenciado pelo francês, afirmando que há apenas “identidade de estímulos”, através da qual a índole dos brasileiros se expressa: “Não foi o velho genial quem nos ensinou a metáfora, o estiramento das hipérboles, o vulcanismo da imagem, e todos os exageros da palavra, a espelharem, entre nós, uma impulsividade e um desencadeamento de paixões, que são essencialmente nativos”. Pode-se aquilatar seus “embarços”, de que fala no discurso de posse, ao ver-se eleito para a Academia Brasileira de Letras, onde ocuparia justamente a cadeira cujo patrono é Castro Alves. O protocolo determina que o orador faça o elogio do patrono da cadeira. Neste discurso, fala dele um tanto ironicamente mas com bonomia, ao anotar o tratamento que o poeta dá à divindade, “um Deus democrata e meio voltairiano”.²³ De modo

22. Recolhida na *Obra completa*, *op. cit.*

23. Euclides da Cunha, “Discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras”, *Obra completa*, *op. cit.*

similar, a ele daria a honra de pastichá-lo em seus poemas. E gostava de lembrar que seu pai baiano escrevera sobre o ilustre conterrâneo versos que acompanharam as primeiras edições de *Espumas flutuantes*²⁴.

A admiração é antiga e precoce: ainda nos bancos escolares, Euclides publica um poemeto intitulado “O mestre” no número do *Quinzenal* dedicado à morte de Victor Hugo, em 1885²⁵. Pouco mais tarde, numa crônica datando de seus verdes anos no jornalismo, Euclides homenagearia o poeta por ocasião do quinto aniversário de falecimento, em 1890. Saúda então o “prodigioso sonhador”, o “temperamento apaixonadíssimo”, o “heroico panfletário”, ainda por cima “aberto à dor universal”. Mas, bem a seu modo e consoante seu ideário, alerta que, para ser o maior homem do século a se findar, faltou-lhe apenas a *Ciência* para corrigir o sonho²⁶.

Dando continuidade a Victor Hugo e Castro Alves, Euclides subcreveria a concepção do escritor enquanto vate justiceiro e partejador do futuro. Os três convergiram em oratória tonitruante, andamento titânico e uso excessivo da antítese, que em seu caso chega até à predileção pelo oximoro. Se o baiano encontrou seus oprimidos nos escravos, Euclides os encontraria nos jagunços de Canudos (e mais tarde nos seringueiros da Amazônia).

Euclides incorpora e menciona o mestre com frequência em sua poesia. Em nota manuscrita ao poema *Os grandes enjeitados* lê-se o seguinte: “Uma noite passávamos, eu e um amigo, em frente ao Cassino – em noite de grande baile –, envolta nas harmonias vibrantes duma orquestra se agitava a aristocracia dourada e ruidosa –; paramos – o meu amigo embevecido pela música e pelas luzes – em pé no lajedo lamacento devorava com o olhar aquele mundo luminoso e sonoro; eu contudo alheio ao

24. Olímpio de Sousa Andrade, *História e interpretação de “Os sertões”*. Walnice Nogueira Galvão (Org.). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, 4ª ed.. Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha escrevera “A morte de Castro Alves”, poema publicado no *Almanaque Luso-Brasileiro* de Lisboa (1875); v. carta ao Pai (Lorena, 22.9.1903), Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti, *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.

25. Euclides da Cunha, *Poesia reunida*. Leopoldo M. Bernucci e Francisco Foot Hardman (Orgs.). São Paulo: Unesp, 2009.

26. Euclides da Cunha, *Obra completa*, Tomo I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

que arrastava-o, fitara não o baile, a festa, mas a massa esfarrapada, sublimemente asquerosa da multidão que imóvel em frente, ao relento, quedava-se ante aquele espetáculo que era uma gargalhada horrível, irônica à sua fome, à sua nudez e fitando o povo – esse grande anônimo, que por isso não deixa de ser o maior colaborador da História – tirei a minha carteira e ali – quase que à luz que cintilava no crachá de sua majestade (!), que lá estava, tracei esses versos enquanto brilhava-me no cérebro esse alexandrino – férreo e incisivo de Victor Hugo: *O jongleurs! noirs par l'âme et par la servitude...*²⁷. O texto do poema propriamente dito apostrofa os poderosos que se divertem enquanto a chusma miserável fica do lado de fora, conclamando-os a festejar enquanto podem e ameaçando-os com a revolução.

Nos demais poemas de Euclides, aparecem algumas epígrafes pinçadas no poeta francês. O verso “*Sonnez! Sonnez toujours, clairs de la pensée*”²⁸ encima o poema anticlerical “Rebate (Aos padres)”. O poema de amor “Estâncias” vem logo abaixo de “*Les beaux yeux sauvent les beaux vers!*...”²⁹. Outro, “Serenata”, é precedido por uma estrofe inteira de *Odes et balades*³⁰.

Ou então, no mesmo sentido, a epígrafe é fornecida diretamente por Castro Alves, como a do poema “Eu sou republicano...”³¹:

“República!... Voo ousado
Do homem feito condor!”³²

Já no *Diário de uma expedição* aparece uma citação de Victor Hugo, mas anônima. Ao falar da acolhida que o general Savaget, a caminho da guerra de Canudos, recebeu nas ruas de Salvador, que o fez comover-se,

27. Victor Hugo, “*Les grands corps de l'état*” (*Les châtiments*). Euclides da Cunha, *Obra Completa* da Aguilar, op. cit.: publicação por Manuel Bandeira do caderno inédito *Ondas*, de lírica juvenil. Francisco Venâncio Filho, *A glória de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Olímpio de Souza Andrade, *História e interpretação de “Os sertões”*, op. cit. Euclides da Cunha, *Poesia reunida*, op. cit.

28. Victor Hugo, “*Les sauveurs se sauveront*” (*Les châtiments*).

29. “À Mademoiselle J.” (*Les chants du crépuscule*, poema XXVI).

30. As referências deste parágrafo encontram-se em Euclides da Cunha, *Poesia reunida*, op. cit.

31. Euclides da Cunha, “Eu sou republicano...”, *Poesia reunida*, op. cit.

32. Castro Alves, “Pedro Ivo” (*Espumas flutuantes*).

cita: “*De verre pour gémir, d’airain pour résister*”. A citação é do poema “À Louis B.”, do livro *Les chants du crépuscule* (1835)³³.

E é plausível que Victor Hugo, quando mistura Bretanha, Lorena e Franco-Condado ao falar de “*mon sang, composé de trois races*”, tenha inspirado Euclides a definir-se como “misto de celta, de tapuia e grego”³⁴.

Entretanto, seria de *O noventa e três*, romance sobre a revolta da Vendaia em 1793, que proviria uma messe de alusões: “A nossa Vendaia” batizaria provisoriamente *Os sertões*. Nada impede que Euclides tivesse apanhado o motivo para o símile na historiografia e não no romance. Mas as personagens de Charette e de Chatelineau aparecem em *Os sertões*, como em *O noventa e três*. E, se restar alguma dúvida, basta verificar que tanto o *Diário de uma expedição* quanto *Os sertões* comparam o canudense Joaquim Macambira a Imanus. Este Imanus é uma assombração, um ser fantástico de que Victor Hugo fala no romance, uma crendice popular naquela província.

E seria de outro romance do mesmo autor, *Nossa Senhora de Paris*, que adviria o mais famoso dentre os oximoros de *Os sertões*, constituído pelo epíteto de “Hércules-Quasímodo” que brinda o sertanejo. Temos aí a aproximação violenta de termos extremados, amalgamando o belo semideus grego de tantas estátuas da época clássica, o mais forte dos seres, personagem ilustre de mitos e de Homero, ao popular Corcunda de Notre Dame, de má catadura, desengonçado e disforme. Dá uma ideia da familiaridade da alusão, que qualquer leitor compreenderia à época, o fato de nem a fonte nem o autor serem citados. Como se vê, embora tardias e menos apontadas que as dos poetas românticos, também na obra de Euclides assinala-se uma vasta gama de contribuições de Victor Hugo.

OS MISERÁVEIS

Até aqui, ocupamo-nos mais do poeta – mas a popularidade de Victor Hugo sobrevive graças ao romancista. Por isso *Os miseráveis*

33. Informação de Gilberto Pinheiro Passos.

34. Euclides da Cunha, “Em falta de um *postcard*, iluminura”, *Poesia reunida, op. cit.*

(1862), a única de suas obras que parece mostrar perene vitalidade, exige tratamento em separado. Quase tudo o mais está praticamente esquecido, mas *Os miseráveis* continua recebendo as atenções, quando não as paixões³⁵.

É, de longe, a mais popular e popularizada, a mais reeditada e adaptada até hoje, e em diferentes veículos: cinema, teatro, histórias em quadrinhos, musicais recentes. Em pleno fastígio da grande ficção realista de Balzac (então já falecido) e Flaubert, às vésperas de Zola, surge esse heterodoxo, tardio representante do romance romântico. A começar por sua extensão torrencial: na atual edição brasileira, dois volumes num total de duas mil páginas ou 500 mil palavras. Figurando entre os mais reeditados romances da literatura ocidental, atingiu leitores aos milhões, desde que a primeira edição logo se esgotou. Ao tempo do filme mudo já ganhava versões nas telas. E, além de peça de teatro, também se transformou em musical, com imenso sucesso. Por tudo isso, e por ser veículo privilegiado para as ideias políticas de Victor Hugo, pede uma pausa atenta.

Ao lado do grande romance realista, o apogeu do romance-folhetim fora atingido pouco antes com *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue, até hoje o mais famoso exemplo, publicado em capítulos diários de jornal entre 1842 e 1843. Desde sua época, atribuem-lhe poderes de arregimentação para a Revolução de 1848 – descontando-se o seu tanto de exagero. A calorosa reação do público de todas as classes, o fervor com que seguia as aventuras descabeladas, o mergulho na miséria que exigiu de seu autor: o fato é que Sue, de saída um dândi, foi sendo transformado por seu livro à medida que o escrevia. Quando terminou, era um socialista e um revolucionário, e o dândi arrependido foi eleito deputado em 1848.

O entrecho passa-se todo em Paris, e muito em seu *bas-fond*, ou seja, no submundo de lúmpens e marginais. Marx e Engels não o apreciaram, desancando-o em *A sagrada família*, chamando-o de sentimental e alienante. Mas a fórmula ali está: intriga mirabolante,

35. David Bellos, *The novel of the century: The extraordinary adventure of 'Les misérables'*. Inglaterra: Particular Books/Penguin, 2017.

cheia de suspense para obrigar à compra do jornal no dia seguinte, identidades secretas ou trocadas, falsas confidências, crianças roubadas na infância, vendetas intermináveis, irmãos inimigos, amores proibidos, papéis secretos, castidade em perigo, bons premiados e maus castigados. Assim também procede *Os miseráveis*, acusando a sombra do modelo do romance-folhetim, em voga nesses anos.

Pode-se dizer que *Os miseráveis* é um romance folhetinesco, apesar de não ter sido publicado em folhetins. Constitui um painel da História e da sociedade francesa de sua época, focalizando o período de convulsões da Monarquia de Julho, instalada em 1830, detendo-se mais precisamente no levante de 1832. Mas foi publicado bem depois, em 1862, sendo portanto contemporâneo de *Um conto de duas cidades* (*A tale of two cities*), de Charles Dickens, uma raridade entre os romances por ter como assunto a Revolução Francesa. E duplamente raridade, porque o autor, afora ser estrangeiro, não praticava o romance histórico. Sua leitura abre oportunidade para reflexões sobre a representação do povo sublevado.

Como seria de esperar numa narrativa romântica, *Os miseráveis* oferece um trecho complicadíssimo, cheio de reviravoltas e revelações. Sem falar na desproporção entre as partes, já que é sujeito a vastas digressões.

Aquilo que Victor Hugo propõe no prefácio de sua peça de teatro *Cromwell* como estética para o drama burguês, vai pôr em prática igualmente nos romances: mistura de gêneros (tragédia com comédia); multiplicação dos espaços e dos tempos (abaixo a unidade de tempo e de lugar da convenção neoclássica para teatro); multiplicação da ação (abaixo a unidade de ação); multiplicação de personagens de diferentes estágios da sociedade (pobres, ricos, nobres, camponeses, operários, religiosos etc.); mistura de grotesco com sublime; incorporação de aspectos menos nobres da vida. As personagens, então, são em geral ou boas ou más, não havendo muita transição nem nuances entre elas.

Ao deflagrar a ação a partir de um episódio decisivo – o roubo de um pão para matar a fome –, o romance propõe-se a demonstrar a injustiça de um sistema inteiro que, a partir de um delito insignificante,

vai-se encarniçar contra um pobre-diabo até mantê-lo no cárcere por 29 anos. Ele é, a essa altura e com essa escola, um bruto, mas uma série de acasos e de pessoas que o destino põe em seu caminho vão elevá-lo e conduzi-lo à redenção, através do amor e da caridade.

Jean Valjean é o protagonista e o Inspetor Javert o implacável perseguidor, acreditando tanto na lei, que faz do desmascaramento de sua presa um objetivo de vida. Mas entre uma coisa e outra, inúmeros incidentes ocorrem e inúmeras personagens intervêm.

Entre os bons figura em primeiro lugar o Bispo Myriel, que dá a Jean Valjean, que saiu da prisão e passa fome, uma chance, mentindo à polícia para protegê-lo, mesmo tendo sido por ele roubado. Esse ato de caridade vai transformar todo o futuro de Jean Valjean. Mais tarde vamos encontrá-lo prefeito de uma pequena cidade, cidadão virtuoso e atento aos pobres, empresário modesto que dá trabalho aos necessitados.

Entre os maus sobressaem Thénadier e sua família, simbolizando o pobre corrupto, ou que foi corrompido pela pobreza, que sobrevive explorando e exercendo seu sadismo sobre pobres desamparados, como Cosette, que mais tarde se tornará filha adotiva de Jean Valjean. Cosette vai formar com Marius, bondoso e sério, o casal romântico.

Este, em grossos traços, é o entrecho de *Os miseráveis*. Mas talvez o entrecho não seja o mais importante, e sim o sopro humanitário que percorre todo o romance.

O POVO NO ROMANCE – ANTECEDENTES

A grande novidade que Victor Hugo traz para o romance é a personagem coletiva *povo*.

Como se sabe, o povo não era assunto literário. O gênero épico se manifestava na epopeia aristocrática, a exemplo daquelas da Antiguidade, cujas personagens eram reis de cidades-estado, ou as da Idade Média, com seus príncipes, condes e barões.

Paralelamente, havia uma literatura popular sobretudo cômica e paródica, estudada por Bakhtin, com sagas cheias de humor frequen-

temente grosseiro, como a do *Aventureiro Simplicissimus* na Alemanha; ou a obra de Rabelais com *Gargantua e Pantagruel*, na França; ou a novela picaresca, na Espanha. Enquanto a epopeia ou a épica de herói se expressava em estilo elevado, a literatura popular era em estilo baixo, com incorporação do deboche e do baixo corporal. Nesse sentido, pode-se dizer que aquele que é considerado o primeiro romance, o *D. Quixote*, de Cervantes, abebera-se nas duas vertentes.

Mas houve a Revolução Francesa, e tudo mudou. Pela primeira vez na História uma classe foi apeada do poder. Até então, acreditava-se que isso era impossível, que havia razões inclusive da ordem do sagrado – o direito divino dos reis – para que a aristocracia fosse o estamento dominante e a monarquia a forma de governo decretada por Deus. A Revolução Francesa demonstrou o erro dessa concepção, não só derrubando a aristocracia como abolindo a monarquia e decapitando o rei. Do âmbito dos Estados Gerais, e mais exatamente do Terceiro Estado – uma combinação de várias camadas sociais, exceto nobreza e clero – sairia a nova classe dominante, a burguesia.

Só a partir de então o povo foi aparecendo como personagem literária.

O primeiro a chamar a atenção para tal fenômeno foi o historiador francês Michelet, um contemporâneo de Victor Hugo que escreveu livros interessantíssimos, em que reivindicava para o povo o papel de “agente da História”. Até então, os historiadores e as crônicas de governo davam o papel principal aos líderes, aos monarcas, aos príncipes, aos generais. Michelet afirma que nada disso correspondia à verdade e que quem fazia a História era o povo. Republicano ferrenho, defendia os ideais igualitários e de livre-pensamento da Revolução Francesa. Foi, por isso, quando da Restauração monárquica, destituído de sua cátedra no *Collège de France*, que nunca recuperou. É autor de monumentais tratados como uma *História Universal* em vinte volumes, uma *História da Revolução Francesa* etc. que são vastas realizações, mas também de livros de um volume só sobre assuntos que abriram caminho, como *As mulheres* ou *A feiticeira*.

Ora, Victor Hugo consagrou-se a fazer do povo o protagonista de sua ficção. *Os miseráveis*, mas também *Nossa Senhora de Paris*, *Os trabalhadores do mar* e *O noventa e três*, devotam-se a esse projeto. É bom lembrar que Charles Dickens vai exercer esse papel na Inglaterra, escrevendo numerosos romances em que, em vez da vida nas cortes e nos castelos, o dia a dia dos pobres é representado. *Grandes esperanças*, *Oliver Twist*, *David Copperfield*, e muitos outros, trazem à cena os horrores infligidos aos pobres pelas transformações violentas da Revolução Industrial.

Depois de Victor Hugo, já em pleno Naturalismo, Emile Zola assumir-á o revezamento. *Germinal* é a crônica de uma greve de mineiros; *L'Assomoir* ou *A taverna* é a história de um operário que mergulha na miséria e na bebida; e assim por diante. No Brasil, demorou um pouco. Houve tentativas de vários autores românticos e naturalistas, que se empenharam em delinear literariamente os diferentes “tipos humanos” espalhados pela vastidão do país. E os pobres só vão receber as honras de entrar na literatura como protagonistas pelas mãos de Aloísio de Azevedo em *O cortiço* e de Euclides da Cunha, em *Os sertões*, já na virada de século.

DE COMO O POVO PERTURBA O ROMANCE: O “PROJETO BURGUEÊS”

O percurso interno do romance-padrão novecentista, longamente analisado por Lukács, pode ser assim resumido: os anos de aprendizagem de uma criança do sexo masculino que passa da adolescência à idade adulta através da descoberta do mundo, aí incluindo a educação de emoções e sentimentos, chegando a uma maturidade que implica em desilusão e aceitação. Ou seja, o mundo e os homens, bem como sua capacidade de ser um deles, aparecem ao final como diminuídos.

Divisa-se, por trás disso tudo, *o projeto burguês*. Ou seja, a questão se coloca não só no plano psicológico e existencial como parece ser o consenso, mas se trata, muito concretamente, de ascensão social, de “subir na vida”, e é disso que o romance novecentista fala.

Em certos autores o projeto burguês fica ainda mais claro. Em Balzac por exemplo, muito lúcido a respeito. Algumas de suas personagens são até hoje tomadas como paradigma dessa ascensão social a qualquer preço, em geral à custa da venalidade das consciências, que vão fazendo concessões uma atrás da outra. Mas igualmente à custa das mulheres: primeiro à custa da mãe e das irmãs, que ficam na província, mergulhadas na pobreza, gastando as mãos e as esperanças depositadas no herdeiro masculino. Costuram suas roupas, o pouco que têm ou que ganham com trabalhos manuais vai para sustentá-lo em Paris – que é onde estão as oportunidades. Em seguida, esses heróis entram para a corte de uma grande dama, e vão trocando de salão sempre por outro mais lúcido. Tornam-se amantes de uma dama muito rica – e chegaram aonde queriam, agora têm uma plataforma para construir a carreira.

O melhor exemplo até hoje é Rastignac, que desponta em Paris, vindo da província, aos 21 anos, cheio de energia e ambição. Aparece em vários romances, a começar pelo *Pai Goriot* e depois secundariamente em outros. Rapidamente, enquanto sócio do marido de sua amante, a baronesa de Nucingen, torna-se banqueiro, conde e par-de-França, bem como ministro por duas vezes, até se casar com a filha de sua amante. Dizem que Balzac se inspirou na figura de Thiers, que fez um percurso semelhante até tornar-se presidente da República. Há vários outros em sua obra, inclusive em *As ilusões perdidas*, cujo protagonista, Lucien de Rubempré, percorre caminho semelhante. Mas Balzac é especial, porque se dedicou a estudar a circulação do dinheiro, isto é, por que meios e a que preço, para os bons sentimentos e a honestidade, o dinheiro passava de mãos em mãos. É nele que encontramos o estudo mais frio do projeto burguês, enquanto os demais escritores às vezes se deixam engambelar pela cortina de fumaça da ética ou dos laços familiares e sentimentais.

Tomemos Stendhal, por exemplo. É de sua autoria um dos mais bem realizados romances que se conhecem, *O vermelho e o negro*: Julien Sorel é outro até hoje tomado como exemplo. A perfeição desse romance, esteticamente falando, ajuda a entender melhor o que se passa na literatura. Desde a primeira cena, em que o vemos como

um pequeno camponês pobre ajudando o pai, até sua ascensão como amante de damas da aristocracia, primeiro da província e depois de Paris, vamos acompanhando suas peripécias, admirando sua audácia e seu empenho fulgurante em conquistar o mundo. Até que termina na guilhotina devido a um crime cometido sob grande emoção – e que atrapalha seu projeto. Não subjugou suas emoções, refreando-as e dirigindo-as para um alvo único.

Julien Sorel era fruto da Revolução Francesa, assim como seu autor, que foi soldado nas guerras napoleônicas e depois disso andou exilado por longo tempo. E é preciso lembrar que foi a Revolução que tornou tudo possível, solapando a hierarquia rígida da sociedade, segundo a qual alguém nascia e morria na mesma posição de classe. Depois dela, tudo era possível, podia-se nascer plebeu e morrer imperador, como foi o caso de Napoleão, obscuro militar de baixa patente (“*le petit caporal*”) de obscura origem na pequena nobreza de uma obscura e remota província, a Córsega, que nem bem francesa era. E são célebres nas guerras da Revolução os “generais de 20 anos”, que chegavam à patente graças exclusivamente a seus méritos: o próprio Napoleão tornou-se general aos 24 anos.

Os miseráveis é mais simpático, em seu escopo e em seu âmbito bem mais amplo que o usual, mas no fundo também é um enredo de projeto burguês. Jean Valjean é o miserável que origina todo o romance, ao furtar um pão para matar a fome, por isso acabando nos trabalhos forçados por três décadas. A desproporção entre o delito e a punição fala por si. Narrativa cheia de altos e baixos, de reviravoltas surpreendentes, diverge do movimento comum do romance da época que é só ascensional, tendo em vista a realização do projeto burguês. Mas vai terminar de novo no alto.

DESVIOS DE ROTA

O leitor vai-se deparar com muitas digressões, históricas umas, literárias outras. Cada uma das duas metades do romance é marcada por uma

delas: a batalha de Waterloo na primeira metade (a morte da Revolução) e a Barricada de Paris na segunda metade (a ressurreição da Revolução).

As mesmas guerras napoleônicas deram ensejo a três notáveis batalhas literárias³⁶.

Em *Os miseráveis* é Waterloo, a batalha em que a fase decisiva da Revolução Francesa chegou ao fim e Napoleão foi derrotado pela coalizão das forças monarquistas e reacionárias, em 1815. Foi o fim também da *Grande Armée*, o primeiro exército popular da História³⁷. A importância histórica de Waterloo não se discute. Em compensação, a relação das personagens do romance com Waterloo é um fio tênue apenas, nem merece propriamente um episódio. No fim da digressão, o vilão Thénadier, que percorre o campo de batalha para pilhar pertences dos mortos e feridos, resgata o corpo inerte do pai de Marius (o herói romântico) que jaz sob um monte de cadáveres para despojá-lo, com isso salvando sua vida e ganhando sua gratidão, tão eterna quanto imerecida.

Em *A cartuxa de Parma*, de Stendhal, trata-se da mesma Waterloo, de que Fabrício del Dongo, o protagonista, participa. Todavia, falta-lhe uma noção geral das forças em presença, já que fora levado até ali graças a seu entusiasmo por Napoleão. Fica claro que a ocupação napoleônica levava a modernidade às cidades da península italiana, que, sob dominação austríaca, viviam mergulhadas no pior atraso social: sua mãe e sua tia também eram fãs do imperador. Fabrício apenas vislumbra alguns dos lances, embora se empenhe na luta.

Em *Guerra e paz*, de Tolstói, temos mais a batalha de Austerlitz, e um pouco menos a de Borodino. Na de Austerlitz, o conflito é visto pela perspectiva do príncipe André Bolkonski, ajudante de campo do comandante-em-chefe das forças russas, o general Kutusov. Na de Borodino, Pedro Besukov é apenas um observador não-beligerante; mas, ao acabar ajudando a carregar os canhões, é capturado pelos franceses, de modo que termina participando da Grande Retirada e seus horrores.

36. Antonio Candido, "Batalhas", *O albatroz e o chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, 2ª. ed. aum., 2010.

37. Se considerarmos, talvez com excesso de rigor, que as hostes de Espártaco não eram propriamente um exército.

Em suma, a mesma experiência das guerras napoleônicas é crucial para a geração pós-revolucionária de escritores, que não viveu a Revolução Francesa mas chegou à maioria em seguida³⁸. Os três autores escrevem em meados do século XIX: já passou a Revolução, já passou Waterloo, já se instalou a Restauração. Mas a Revolução ainda é o evento determinante do enredo. Claramente, é também determinante na formação de suas personagens.

Teria Waterloo tanto valor para *Os miseráveis* quanto a Revolução de 1848, de que Victor Hugo participou dilacerado por contradições e devido à qual entrou num processo vital sem volta que o arrastaria ao exílio por vinte anos? Algumas datas podem esclarecer a questão e fincar algumas balizas.

A Monarquia de Julho e os motins populares de 1830 a 1832 fornecem explicitamente o enredo de *Os miseráveis*. Mas Victor Hugo participou de 1848, revolução sobre a qual escreveu muitas coisas, e também de 1851, quando do golpe de Estado de Luis Bonaparte. E é bem depois disso que surge *Os miseráveis*, que sairia em 1862: já imbuído, portanto, dessa tremenda experiência, quando o escritor testemunhou pessoalmente o potencial criador das energias plebeias, mas também viu as forças da ordem massacrando o povo nas ruas. E a barricada que elege como paradigma é uma das muitas de 1848, com sua data registrada no texto.

Falará entretanto de outras, compatíveis com o período do enredo, que é a Monarquia de Julho. Afora 1848, participou da resistência popular de três dias ao golpe de Estado de Luis Bonaparte (culminando no massacre nas ruas de Paris, no dia 4 de dezembro de 1851), pelo qual este se tornou ditador e mais tarde imperador. Espicaçado por este último trauma, logo escreveria *Napoleão o Pequeno* (*Napoléon le Petit*), em 1852, e bem mais tarde *História de um crime* (*Histoire d'un crime*), em 1877, em que opera o exame minucioso das dezenas de barricadas erigidas pelo povo, conforme sua contagem nas ruas de Paris.

38. George Steiner, "The great ennui", *In Bluebeard's castle*. Londres: Faber & Faber, 1971.

No início do exílio e contemporâneo a *Napoleão o Pequeno*, escreveria sobre os mesmos eventos um dos mais notáveis livros de poesia política de toda a história da literatura, *Os castigos (Les châtiments)*, de 1853, em que faz o balanço da Revolução Francesa e de tudo o que se seguiu, até o golpe.

Experiências como essas mudaram para sempre o rumo da vida do escritor. Quando regressa do exílio e participa em 1871 da Comuna de Paris, que lhe inspirou um livro de poemas, *O ano terrível (L'année terrible)*, já é um tarimbado militante. Nisso seguiu o exemplo de numerosos intelectuais, escritores e artistas que aderiram à causa do povo, participando da Comuna, ombro a ombro com os *communards*.

A batalha de Waterloo constitui a maior digressão de *Os miseráveis*, e, embora crucial para a História, é pouco justificada para a continuidade do enredo. Mas há outras digressões, por exemplo sobre um convento e uma ordem religiosa de freiras, historicamente bem informada e com reflexões sobre o que é ser freira; ou então outra, de trinta páginas, sobre *argot*, ou gíria, assunto importante em *Nossa Senhora de Paris (Notre-Dame de Paris)*, de 1831, e um capítulo de *Os miseráveis*; ou ainda sobre o sistema de esgotos da cidade, trecho mais conhecido. Mesmo quando tratam de freiras ou de gíria ou de esgotos, são sempre interessantes, sempre pertinentes, contribuindo para desenhar o mural histórico que está sendo montado.

Se aquilatarmos como essas digressões interferem no entrecho, concluiremos que Victor Hugo não resiste, dado seu perfil, a fornecer o quadro histórico a cada passo. Mas justamente esse afã de historiador faz o leitor compreender melhor a trajetória do protagonista – porque o que se passa com ele não é apenas da ordem da ficção mas está profundamente imbricado na História com H maiúsculo, e na história da França em particular.

AS BARRICADAS

Passemos à segunda grande digressão, a das barricadas em Paris. Em 1830, a insurreição derruba Carlos X e sobe ao trono Luis Filipe I.

Este era filho de um revolucionário de 1789, representante eleito da nobreza nos Estados Gerais, jacobino que votara pela morte do rei e acabara guilhotinado no Terror. Por isso fora alcunhado “Filipe Égalité”.

Mas o novo rei cairá também, em 1848, quando a revolução se alastra pela Europa inteira, que queria seguir o exemplo da França, extinguindo o Antigo Regime e tornando-se republicana.

Todo o romance converge e culmina nesta que é a maior digressão da segunda metade. Embora comece pela descrição da barricada de 1848, vai narrar a insurreição de 1832, deflagrada pelas exéquias solenes e cerimoniais do general Lamarque. Este, querido pelo povo, fora general de Napoleão e se destacara na defesa da Revolução e da França. O féretro, à medida que atravessa as ruas de Paris, vai acendendo as fagulhas de um descontentamento generalizado, até instalar-se o levante – que não durará mais que os dias 5 e 6 de junho. No fim dela, Jean Valjean interfere e salva a vida de Marius, subtraindo-o à repressão. O moleque Gavroche, personagem crucial, tomba morto, atingido por uma bala. Os líderes são executados por fuzilamento, ali mesmo ao pé da barricada, pela Guarda Nacional.

Após essa digressão, o romance, que a essa altura já se aproxima do fim, volta à corrente principal do entrecho, ou seja, à história de Jean Valjean.

Quanto aos inúmeros meandros da intriga, a ponto de desnortear o leitor, que ignora o que está acontecendo com o herói Jean Valjean ou com seu perseguidor, o Inspetor Javert, é preciso lembrar que o escopo do livro é traçar um retrato compassivo das lutas populares de seu tempo.

Apesar de tantos extravios do fio da narrativa típicos da forma romance quando ainda tateante – embora a essa altura já tivesse atingido a perfeição com o realismo de Stendhal, Balzac e Flaubert –, Victor Hugo nunca perde de vista que o mais importante é a concepção do povo como “agente da História”.

Em suma, o romance começa pela batalha de Waterloo, que assinala, com a queda de Napoleão, o fim do processo que se iniciou

em 14 de julho de 1789, com a Tomada da Bastilha. No arco que vai até as barricadas de 1832, no enorme capítulo que narra como a cidade de Paris se ergue numa sublevação, temos a ressurreição da Revolução Francesa, que, apesar de esfrangalhada pelas traições que os poderosos infligiram ao povo, teima em renascer. Vale lembrar que, depois da Comuna de Paris em 1871, nunca mais houve reis e monarquia na França.

Várias pequenas alusões nesse longo capítulo nos lembram essa ressurreição. Todos querem lutar, até mulheres e crianças. A extraordinária personagem que é o moleque Gavroche mantém-se em pé de guerra, embora seja pequeno demais para carregar um fuzil e tenha que contentar-se com a pistola. Sua trajetória ocupa uma parte do enredo.

Em tempo: é dessa época (1833) o célebre quadro do pintor francês Delacroix, *A liberdade guiando o povo*, hoje no Louvre. No centro da tela a óleo de vastas dimensões, uma mulher portando o barrete frígio – alegoria da Revolução – galga a barricada juncada de mortos, empunhando numa das mãos um fuzil com baioneta calada e na outra a bandeira tricolor: a bandeira criada pela Revolução, extirpadas as insígnias da realeza, e que se tornaria a bandeira nacional. Ao lado dela, um menino avança, uma pistola em cada mão. Nada nos impede de pensar que seja um “retrato de Gavroche”, que Victor Hugo homenagearia em seu romance.

Outras alusões surgem quando os insurretos cantam as canções da Revolução, como *Ça Ira* e *La carmagnole* – aquelas que ameaçavam os aristocratas com o cadafalso – e a *Marselhesa*, apelo aos cidadãos para pegarem em armas contra os inimigos do povo, que se tornaria o hino nacional da França. E quando a bandeira vermelha dos revolucionários vem abaixo sob a fuzilaria inimiga, convoca-se alguém que queira enfrentar a morte certa subindo ao alto da barricada para alçar a bandeira de novo. Quem se apresenta é um velhinho, único por ali que participara da Revolução Francesa, tantos anos antes. Ele cumpre seu dever e tomba morto, baleado. Comenta um circunstante: “Que homens, esses regicidas!”

Desse modo, o livro vai superando as críticas que se poderiam fazer ao romance novecentista pelo individualismo excessivo e pelo atrelamento ao projeto burguês. Aqui, o protagonista e o projeto burguês são postos pelo autor a serviço das lutas populares.

Entretanto, as barricadas parisienses, tão importantes na vida dos cidadãos e na obra de Victor Hugo, estavam com os dias contados³⁹. Não escapara às autoridades que seu inesgotável nascedouro era o caldeirão dos bairros centrais de Paris onde se acotovelavam os *sans-culottes*, reduto de trabalhadores e marginais, refugio do corpo social. Ali nasciam as revoluções: becos e vielas, casas amontoadas, ruas em torcicolo apinhadas de gente, reino da insalubridade e das epidemias, miséria extrema, cadinho de motins. Medidas radicais se faziam urgentes, para dispersar e neutralizar essa população em perpétua sedição latente. Luis Bonaparte não teve dúvidas: chamou Haussmann para chefiar a prefeitura do Sena e deu-lhe carta branca.

Em pouco tempo, o centro de Paris estava demolido e sua população expulsa para a periferia, em padrão que outras cidades imitaram a partir de então, inclusive o Rio de Janeiro do prefeito Pereira Passos. Rasgaram-se amplas avenidas (os *boulevards*) que se irradiavam a partir de focos como os raios de uma roda. Todas as moradias vieram abaixo e foram substituídas por prédios homogêneos de seis andares.

Dois objetivos estratégicos comandaram a violência dessa intervenção. Primeiro, criar avenidas e ruas de amplitude exagerada, para impedir o erguimento de barricadas: becos e vielas, nunca mais. Segundo, desimpedir perspectivas de linha reta entre os bairros populares e os quartéis, para que as forças da repressão chegassem rapidamente.

É essa Paris imperial e monumental que vemos hoje e que foi criada nessa época, com esse intuito. A metamorfose foi longamente estudada por Walter Benjamin, no que ele chamou de “Paris, capital do século XIX”, no trabalho das *Passagens*⁴⁰.

39. Nas jornadas estudantis e operárias de 1968 foram novamente erguidas barricadas no Quartier Latin, quando os amotinados descalçaram o leito das ruas para utilizar os *pavés* tanto para empilhar quanto para atacar a polícia.

40. Walter Benjamin, *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Imprensa Oficial, 2006.

O DISCURSO POLÍTICO: INTERVENÇÕES

Mas a riqueza de uma vida e de uma obra como essas não se esgota aí. Afora tudo o mais, Victor Hugo ainda deixou uma vasta coleção de intervenções políticas e discursos, de um homem que era antes de mais nada um cidadão e que colocava em primeiro lugar o exercício da cidadania. É assim que vamos vê-lo participando sucessivamente de todas as grandes comoções políticas de seu tempo, a que Hobsbawm chamou de “a Era das Revoluções”⁴¹, sejam elas as insurreições dos anos 30, ou as de 1848, ou as de 1851 ou, ainda além, a Comuna, em 1871. Esta última, entre outras coisas, inspiraria o livro de poesia *O ano terrível* (*L’année terrible*), de que faz parte o poema “Os fuzilados”, incluído neste volume. Marx escreveria, paralelamente, *A guerra civil na França* (1871, com reedição ampliada vinte anos depois), historiando e analisando a Comuna.

Um dos mais importantes livros de poesia de Victor Hugo, *Os castigos* (*Les châtiments*), subsequente ao divisor de águas que foi em sua vida o exílio, devota-se à expressão política. As imersões na militância que foram 1848 e 1851 são fonte de inspiração para alguns de seus mais contundentes poemas. Entre eles “*A expiação*” (“*L’expiation*”), longa composição que narra a retirada das tropas napoleônicas após a derrota em Moscou, em meio ao inclemente inverno russo. No decorrer do poema, Napoleão pergunta várias vezes a Deus por que ele e seus exércitos estão sendo punidos, ou a que vem o castigo que ele porventura terá merecido. Após várias tentativas, os últimos versos do poema terminam com a resposta: “Dezoito Brumário”.

Ou seja, a data em que Napoleão traiu a Revolução, assumindo poderes ditatoriais; daí a sagrar-se imperador, foi um passo. A data emblemática, nos termos em que a Revolução Francesa a colocara ao modificar o calendário e os nomes dos meses, teria repercussão e apa-

41. E. Hobsbawm, *A Era das Revoluções* (1879-1848). São Paulo: Paz e Terra, 1981. Id., *A Era do Capital* (1848-1875). São Paulo: Paz e Terra, 1988. Id., *Ecos da Marselhesa – Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

receria como título do livro que Marx dedicou à insurreição de 1848 e aos eventos que levaram ao golpe de Estado de Napoleão III em 1851: *O dezoito brumário de Luis Bonaparte*. No exílio por 20 anos, Victor Hugo logo publicaria *Napoleão o Pequeno (Napoléon le Petit)* – versão irrisória e farsesca de Napoleão o Grande, tio daquele –, livro que constituiu violento panfleto contra o usurpador.

Afora a solidariedade revolucionária, a grande causa de Victor Hugo foi sem dúvida a supressão da pena de morte, que lhe parecia desumana. E não só para evitar a condenação do inocente, mas também porque compreendia – como mostra fartamente em *O último dia de um condenado*, em *Claude Gueux*, e mesmo em *Os miseráveis* – que aquilo que se chama fatalidade ou destino pode se encarniçar contra os pobres, levando-os a cometer crimes, por assim dizer, justificados. Sem deixar de enfatizar o iníquo sistema judiciário que pode transformar um delito menor, através do descaso ou da falta de mecanismos legais que protejam o desamparado, em delito maior que implique na pena de morte.

Uma mera consulta ao índice deste volume já mostra a amplitude das causas a que se dedicou, sempre tendo em vista as reivindicações dos mais destituídos e as conquistas da Revolução Francesa para a cidadania: defesa da Constituição e dos direitos humanos; defesa do ensino público laico; o voto concebido como sufrágio universal; crítica às leis de deportação e exílio; liberdade de opinião e de imprensa; luta pela paz e pela anistia; necessidade de legislação especial para mulheres e crianças; igualdade da mulher; solidariedade aos trabalhadores. Solicitado para elogios fúnebres à beira do túmulo, deixou vários exemplos dessa prática fraterna. Mantinha-se atento a tudo o que fosse causa dos oprimidos em qualquer ponto do planeta, fosse China, Creta, Cuba, Sérvia. Mesmo do outro lado do Atlântico, intercedeu pelos culpados de dar fuga a escravos nos Estados Unidos e até os albores da Abolição no Brasil mereceram-lhe uma nota.

Causa cara a Victor Hugo seria a criação dos Estados Unidos da Europa, uma União Europeia idealizada, unidade política propulsora

da paz para a qual aconselhou até mesmo a instituição de uma moeda comum. Para esse visionário, aí estaria o prelúdio dos Estados Unidos do Mundo, ou a República Universal.

* * *

A Coleção Clássicos do Pensamento Radical a que pertence este livro foi criada por Antonio Candido quando na coordenação do conselho editorial da Fundação Perseu Abramo. Sua ideia era revigorar e dar nova divulgação, para outras gerações de leitores, a escritos políticos nascidos do exercício da cidadania, ora no olvido. E isto, fosse por motivo de moda, fosse porque seus autores ficaram célebres em outras esferas das artes e do saber. Nesse espírito, já saíram volumes com textos de John Stuart Mill, William Morris, Mark Twain e Jack London, precedidos de estudos atualizados.

Hugoano devotado, Antonio Candido acompanhou passo a passo este trabalho. Sabia de cor “*Booz endormi*”, poema favorito de Proust, e certa vez, em sua casa de Poços de Caldas, declamou-o sem hesitar enquanto me fazia conferir com *La légende des siècles* nas mãos. A ele este livro, da coleção que idealizou, é dedicado.

1829

ÚLTIMO DIA DE UM
CONDENADO

Inimigo jurado da pena de morte, Victor Hugo considerava-a da maior gravidade. E não só por ser irreparável, incorrendo no risco de condenar um inocente. Mas também porque os pobres e desassistidos com frequência eram apanhados nas malhas de leis férreas que, de condenação em condenação, levavam à guilhotina sem que fossem de fato responsáveis por aquilo de que eram acusados. O escritor não só deu inúmeros depoimentos sobre a pena de morte, como ainda produziu, além de Último dia de um condenado, que é obra de ficção, um outro intitulado Claude Gueux, texto documentário em que levanta os dados e analisa minuciosamente um desses casos.

Condenado à morte!

Há cinco semanas que vivo com este pensamento, sempre a sós com ele; sempre gelado por sua presença; sempre curvado sob seu peso!

Antigamente – pois me parece que se passaram anos e não semanas – eu era um homem como outro qualquer. Cada dia, cada hora, cada minuto tinha sua ideia. Meu espírito, jovem e rico, estava cheio de fantasias e divertia-se desenvolvendo-as diante dos meus olhos, umas após outra, sem ordem e sem finalidade, traçando inesgotáveis arabescos neste frágil e pesado fardo da vida. Eram moças; esplêndidas capas de bispos; batalhas ganhas; teatros cheios de ruídos e de luzes e mais moças e passeios sombrios à noite sob os amplos galhos das castanheiras. Era sempre festa, na minha imaginação. Podia pensar no que quisesse: eu era livre.

Agora, sou prisioneiro, meu corpo está sob correntes, num calabouço; meu espírito está aprisionado a uma ideia, uma terrível,

sangrenta, implacável ideia! Não tenho senão um pensamento, uma convicção, uma certeza: condenado à morte!

Faça o que fizer, esse infernal pensamento está sempre presente, como um espectro de chumbo a meu lado, único e ciumento, repelindo qualquer distração, face a face comigo, miserável, sacudindo-me com suas mãos geladas quando quero virar o rosto ou fechar os olhos. Insinua-se, de todos os modos, ali onde meu espírito desejaria escapar-lhe. Mescla-se, como um horrível refrão, a todas as palavras que me dirigem. Cola-se comigo à grade odiosa da cela. Acordado, obceca-me. Espia meu sono convulsivo e reaparece em meus sonhos sob a forma de uma faca.

Acabo de despertar em sobressalto, perseguido por ele e digo a mim mesmo: “Ah! Era apenas um sonho!”. Pois bem, antes mesmo que meus olhos pesados tenham tido tempo de se abrir o bastante para ver este fatal pensamento escrito na horrível realidade que me cerca, na laje úmida de minha cela; nos raios pálidos de minha lâmpada noturna; na trama grosseira do tecido de minha roupa, na sombria figura do sentinela, cuja cartucheira brilha através da grade do calabouço – parece-me que uma voz murmurou ao meu ouvido: “Condenado à morte!”.

II

Foi por uma bela manhã de agosto.

Havia três dias que meu processo começara, três dias em que meu nome e meu crime reuniam, a cada manhã, uma nuvem de espectadores que vinham abater-se sobre os bancos da sala de audiência como urubus em torno de um cadáver. Três dias em que toda essa fantasmagoria de juízes, testemunhas, advogados, procuradores do rei passava e repas-sava diante de mim, às vezes grotesca, às vezes sangrenta, mas sempre sombria e fatal. Nas duas primeiras noites de inquietação e terror, não pude dormir. Na terceira, adormecera de desgosto e cansaço. À meia-noite deixara os juízes deliberando. Levaram-me para a palha de minha

cela e caí, imediatamente, em sono profundo, sono de esquecimento. Eram as primeiras horas de repouso, depois de muitos dias.

Estava ainda mergulhado no mais fundo deste profundo sono quando vieram me acordar. Desta vez, o passo pesado dos sapatos ferrados do carcereiro não foi suficiente, nem o barulho de sua penca de chaves, nem os gemidos roucos das dobradiças; para me arrancar da letargia foi necessária sua voz rude aos meus ouvidos e sua rude mão em meu braço. “Vamos, levante-se!”. Abri os olhos e sentei-me, assustado. E, nesse momento, pela estreita e alta janela da cela vi, no teto do corredor vizinho, único céu que me era dado entrever, aquele reflexo amarelado em que os olhos, habituados às trevas de uma prisão, sabem tão bem reconhecer o sol. Adoro o sol.

– O dia está bonito – disse ao carcereiro.

Ficou um momento sem me responder como se não soubesse se valia a pena gastar palavras. Depois, com algum esforço, respondeu bruscamente

– É possível.

Continuei imóvel, o espírito meio adormecido, lábios sorridentes, olhos fixos nessa doce reverberação dourada que coloria o teto.

– Um lindo dia – repeti.

– Sim, respondeu-me o homem, esperam-no.

Essas poucas palavras, como o fio que interrompe o voo do inseto, atiraram-me bruscamente à realidade. Vi de repente, como à luz de um relâmpago, a sombria sala do tribunal, a ferradura formada pelos juízes, carregados de farrapos ensanguentados, as três filas de testemunhas de rostos estúpidos, os dois gendarmes nas duas pontas do meu banco, os trajes negros agitando-se, as cabeças da turba formigando no fundo, na sombra e, fixo sobre mim, o olhar dos doze jurados que haviam velado enquanto eu dormia!

Levantei-me. Meus dentes batiam, minhas mãos tremiam e não sabiam onde encontrar minhas roupas; minhas pernas estavam fracas. Ao primeiro passo que dei, cambaleei, como um carregador sob peso demasiado. Mas, segui o carcereiro.

Os dois guardas me esperavam na soleira da porta. Tornaram a pôr-me as algemas; tinham uma fechadura pequena e complicada que eles fecharam com cuidado. Deixei-os fazer: era uma máquina sobre outra máquina.

Atravessamos um pátio interior. O ar vivo da manhã reanimou-me. Levantei a cabeça. O céu estava azul e os raios quentes do sol, interrompidos pelas altas chaminés, traçavam grandes ângulos de luz no cume dos sombrios e altos muros da prisão. De fato, estava um belo dia.

Subimos uma escada em caracol, atravessamos um corredor, depois outro, logo um terceiro; depois, uma porta baixa se abriu. Um ar quente, cheio de ruídos, veio bater-me no rosto: era o respirar da multidão na sala de julgamentos. Entrei.

Quando apareci, houve rumor de armas e vozes. Cadeiras arrasaram-se ruidosamente. Os biombos estalaram. E, enquanto eu atravessava a longa sala entre duas massas de gente muradas por soldados, pareceu-me ser o centro que movia os fios que movimentavam as bocas abertas e as cabeças esticadas.

Nesse instante, percebi que estava sem as algemas, mas não me pude lembrar onde nem quando as tinham tirado.

Então, fez-se um grande silêncio. Havia chegado a meu lugar. No momento em que o tumulto cessou na multidão, cessou também em minhas ideias. Compreendi, de repente, claramente, o que havia apenas entrevisto – o momento decisivo havia chegado e estava lá para ouvir minha sentença.

Quem puder que o explique, mas a maneira como me veio tal ideia não me causou terror. As janelas estavam abertas, o ar e o barulho da cidade vinham livremente lá de fora; a sala estava clara como para um casamento; os alegres raios de sol traçavam, aqui e ali, o reflexo luminoso das cruzetas, às vezes alongado sobre as mesas, outras quebrado pelo ângulo das paredes; e dos losangos brilhando nas janelas, cada raio desdobrava no ar um grande prisma de poeira dourada.

Os juízes, no fundo da sala, tinham um ar satisfeito, provavelmente devido à alegria de logo terminarem sua tarefa.

O rosto do presidente, suavemente iluminado pelo reflexo de um vitral, tinha algo de calmo e de bom, e um jovem assessor conversava quase alegremente, amarrotando sua beca, com uma moça de chapéu cor-de-rosa, sentada, por especial favor, atrás dele.

Apenas os jurados pareciam pálidos e abatidos, mas isso era, aparentemente, pela fadiga de terem velado a noite toda. Alguns bocejavam. Nada em seu aspecto revelava homens que acabavam de votar uma sentença de morte e nos rostos desses bons burgueses eu não adivinhava nada, a não ser uma grande vontade de dormir.

Na minha frente, uma janela estava inteiramente aberta. Ouvia as risadas das vendedoras de flores no cais; e, pela janela, uma plantinha amarela, linda, toda iluminada por um raio de sol, brincava com o vento numa fenda da pedra.

Como poderia uma ideia sinistra nascer entre tantas sensações agradáveis? Inundado de ar e de sol, foi-me impossível pensar em outra coisa que não fosse a liberdade; a esperança veio brilhar em mim como o dia ao meu redor; e, confiante, esperei minha sentença como se espera a libertação e a vida.

Entretanto, meu advogado chegou. Esperavam-no. Acabava de comer copiosamente, com bom apetite. Tendo chegado a seu lugar, inclinou-se para mim com um sorriso:

– Tenho esperanças – disse-me.

– Sim? – respondi leve, e sorrindo também.

– Sim – confirmou ele – Ainda nada sei sobre a decisão deles, mas sem dúvida devem ter descartado a premeditação; então será apenas trabalhos forçados perpétuos.

– Que está dizendo? – repliquei, indignado. Mil vezes a morte!

Sim, a morte!

E, então dizia-me não sei que voz interior, que arrisco em dizer isso? Alguma vez já se pronunciou uma sentença de morte, a não ser à meia-noite, à luz das tochas, numa sala sombria e negra, e numa fria noite de chuva e de inverno? Mas, no mês de agosto, às oito horas da

manhã, num tão belo dia, esses bons jurados... é impossível! E meus olhos voltavam a fixar-se na bonita flor amarela ao sol.

De repente, o presidente que estava apenas esperando o advogado, convidou-me a levantar-me. Os soldados apresentaram armas. Como por uma descarga elétrica, toda a assembleia ficou de pé ao mesmo tempo. Uma figura insignificante e nula localizada numa mesa abaixo do tribunal, e que era, penso eu, o escrivão, tomou a palavra e leu o veredicto que os jurados tinham pronunciado durante minha ausência. Um suor frio me invadiu os membros, apoiei-me à parede para não cair.

– Advogado, tem algo a dizer sobre a aplicação da pena? – perguntou o presidente.

Eu teria tudo para dizer, mas nada me ocorreu. Minha língua permaneceu colada ao céu da boca.

O defensor levantou-se.

Compreendi que procurava atenuar a decisão do júri e fazer aprovar, em lugar da pena que ele havia escolhido, a outra pena, aquela que tanto me havia revoltado quando ele dissera que a esperava.

Foi preciso que a indignação fosse bem forte para transparecer através das mil emoções que disputavam meu pensamento. Quis repetir em voz alta o que já lhe havia dito antes: “Mil vezes a morte!”, mas faltou-me fôlego e só pude segurá-lo rudemente por um braço gritando com força convulsiva: “Não!”

O procurador geral discutiu com o advogado e eu o escutava com uma satisfação estúpida. Depois os juízes saíram, voltaram e o presidente leu a minha sentença.

– Condenado à morte! – gritou a multidão.

E, enquanto me levavam, toda aquela gente me seguia com o fragor de um edifício que é demolido. Eu andava, estupefato, como um ébrio. Uma revolução acabava de fazer-se em mim. Até a proclamação da sentença de morte, eu me sentia respirar, palpitar; viver no meio dos outros; agora, distinguia claramente como um muro entre o mundo e eu.

Já nada me aparecia sob o mesmo aspecto de antes. As grandes janelas luminosas, o belo sol, o céu puro, a bonita flor – tudo era branco e

pálido, da cor de um sudário. Aqueles homens, aquelas mulheres, aquelas crianças que se comprimiam à minha passagem, me pareciam fantasmas.

No fim da escada, uma viatura gradeada, negra e suja, me esperava. No momento de entrar nela, olhei a praça ao acaso.

– Um condenado à morte! – gritavam os passantes, correndo em direção à viatura.

Através da nuvem que me parecia ter-se interposto entre eu e as coisas, distingi duas moças que me seguiam com olhos ávidos.

– Bem, disse a mais jovem, batendo palmas, será dentro de seis semanas!

Palácio da Justiça!... Assim, aqui estou. O trajeto execrável foi feito. Lá está a praça e, em baixo da janela, o horrível populacho que uiva, que me espera e que ri.

Por mais que me enrijecesse, que me crispasse, meu coração falhou. Quando vi, acima das cabeças, aqueles dois braços vermelhos com o triângulo negro em cima, levantados entre dois postes do cais, meu coração falhou. Pedi para fazer uma última declaração. Puseram-me aqui e foram buscar algum procurador do rei. Eu o espero, é sempre algo de ganho.

Eis aqui:

Três horas soaram, vieram advertir-me que já era tempo. Tremi como se tivesse pensado em outra coisa há seis horas, há seis semanas, há seis meses. Fez-me o efeito de algo inesperado.

Fizeram-me atravessar seus corredores e descer suas escadas. Empurraram-me entre dois guichês no térreo, sala sombria, estreita, abobadada, apenas clareada por um dia de chuva e de neblina. Uma cadeira estava no meio. Disseram-me que me sentasse. Sentei-me.

Havia perto da porta, e ao longo das paredes, algumas pessoas em pé, além do padre, e de guardas; havia também três homens.

O primeiro, o maior, o mais velho, era gordo e tinha faces vermelhas. Usava casaca e chapéu de três bicos deformado. Era ele.

Era o carrasco, o criado da guilhotina. Os outros dois eram os criados dele, carrasco.

Assim que me sentei, os outros dois se aproximaram de mim, por trás, como gatos. Depois, de repente, senti um frio de aço nos cabelos e tesouras rangeram em meus ouvidos.

Meus cabelos, cortados ao acaso, caíam em mechas em meus ombros e o homem de chapéu de três pontas tirava-as, devagar, com sua mãozorra.

Em torno, falavam em voz baixa.

Havia muito barulho lá fora, como um frêmito que percorresse o ar. Pensei, a princípio, que fosse o rio, mas, pelos risos que se ouviam percebi que era a multidão.

Um rapaz, que escrevia a lápis numa pasta, perto da janela, perguntou a um dos guardas como se chamava o que estavam fazendo.

– A toailete do condenado – respondeu o outro.

Compreendi que aquilo sairia, no dia seguinte, no jornal.

De repente, um dos criados tirou meu casaco, o outro pegou minhas duas mãos, puxou-as para trás das costas e senti que uma corda se enrolava lentamente em torno dos meus punhos unidos. Ao mesmo tempo, o outro desapertava minha gravata. Minha camisa de batista, a única coisa que restava do eu de antigamente, fê-lo hesitar por um momento; depois, começou a cortar o colarinho.

A essa horrível precaução, ao roçar do aço no pescoço, meus cotovelos tremeram e deixei escapar um rugido abafado.

A mão do executor tremeu.

– Perdão, senhor! – disse ele – Machuquei-o?

Esses carrascos são muito gentis.

A multidão ululava mais forte, lá fora.

O homem gordo de olhos saltados ofereceu-me um lenço embebido em vinagre para respirar.

– Obrigado – disse-lhe na voz mais forte que pude – sinto-me bem.

Então, um deles se abaixou e me amarrou os pés com uma corda fina e bamba que só me deixava dar passos pequenos. Esta corda foi ligada à corda das mãos.

Depois, o homem gordo jogou o casaco nas minhas costas e amarrou as duas mangas sob o queixo. O que devia ser feito ali fora feito.

Então, o padre aproximou-se com o crucifixo.

– Vamos, meu filho – disse-me.

Os criados pegaram-me pelas axilas. Levantei-me e caminhei. Meus passos eram incertos e cambaleantes como se eu tivesse dois joelhos em cada perna.

Nesse momento, a porta exterior abriu-se de par em par. Um clamor furioso, o ar frio e a luz branca irromperam na sombra até atingir-me. Do fundo do sombrio postigo vi, de repente, através da chuva, as mil cabeças uivantes do povo comprimido na rampa da escadaria do Palácio. À direita, paralelamente à soleira, uma fileira de cavalos de policiais, dos quais a porta baixa me deixava ver apenas as patas dianteiras e o peitoral. Em frente, um destacamento de soldados paramentados. À esquerda, a traseira de uma carroça na qual se apoiava uma escada íngreme. Quadro horrível, bem emoldurado por uma porta de prisão.

Era para esse momento temido que eu guardara minha coragem. Dei três passos e apareci na soleira da sala.

– Ei-lo! Ei-lo – gritou a multidão. – Está saindo! Enfim!

Os mais próximos de mim bateram palmas. Por mais que se ame um rei, a festa para ele seria menor.

Era uma carroça comum, com um cavalo magérrimo e um carroceiro vestido de azul com desenhos vermelhos, como os camponeses dos arredores de Bicêtre.

O homem gordo de chapéu de três pontas subiu primeiro.

– Bom dia, senhor Samson! – gritavam as crianças penduradas nas grades.

Um criado o seguiu.

– Olá, Mardi! – gritaram outra vez as crianças.

Os dois sentaram-se no banco da frente.

Era minha vez. Subi de modo bastante firme.

– Ele vai bem! – disse uma mulher que estava ao lado dos soldados.

O atroz elogio me deu coragem. O padre acomodou-se a meu lado. Haviam-me sentado no banco de trás, de costas voltadas para o cavalo. Estremeci com essa última atenção.

Eles põem humanidade nisso.

Quis olhar ao redor. Guardas na frente, guardas atrás; depois, multidão e multidão; um mar de cabeças na praça.

Um piquete de cavalaria me esperava no portão da grade do Palácio.

O oficial deu uma ordem. A carroça e seu cortejo puseram-se em movimento, como que empurrados pelos rugidos do populacho.

O portão foi transposto. No momento em que a carroça rodou em direção ao Pont-au-Change, a praça explodiu em gritos, de alto a baixo, e as pontes e os cais responderam com um terremoto.

Foi ali que o piquete que esperava juntou-se à escolta.

– Tirem os chapéus! Tirem os chapéus! – gritaram mil bocas juntas. – Como para o rei!

Então, eu também ri horrivelmente e disse ao padre:

– Eles o chapéu, eu a cabeça.

Íamos a passo.

O Cais das Flores perfumava. É dia de mercado. As vendedoras deixaram seus buquês por mim.

Em frente, um pouco antes da torre quadrada que faz a esquina do Palácio, há tavernas cujos terraços estavam cheios de espectadores felizes com seus ótimos lugares. Principalmente mulheres. O dia deve estar bom para os donos dos bares.

Alugavam mesas, cadeiras, arquibancadas, carroças. Tudo estava cheio de espectadores. Mercadores de sangue humano gritavam:

– Quem quer lugares?

Uma raiva contra aquela gente me invadiu. Tive vontade de gritar:

– Quem quer o meu?

Entretanto a carroça avançava. À medida que se adiantava, a multidão se desmanchava atrás dela e eu via, com olhar perdido, que voltava a se formar além, em outros pontos da minha passagem.

Ao entrar no Pont-au-Change, por acaso, olhei para trás, à direita. Meu olhar se deteve no outro cais, acima das casas, numa torre negra, isolada, erichada de esculturas no alto da qual eu via dois monstros de pedra, sentados de perfil. Não sei por que, perguntei ao padre que torre era aquela.

– Saint-Jacques-la-Boucherie. – respondeu o carrasco.

Não sei como isso acontecia; na neblina, e apesar da chuva fina e branca que cortava o ar como uma teia de aranha, nada do que se passava ao meu redor me escapava. Cada um desses detalhes me trazia sua tortura. As palavras faltam para exprimir as emoções.

Mais ou menos no meio desse Pont-au-Change, tão longo e tão cheio de gente que caminhávamos com dificuldade, o horror apossou-se de mim violentamente. Pensei desfalecer, última vaidade! Então, aturdi-me a mim mesmo, a fim de ficar cego e surdo a tudo, exceto ao padre de quem eu mal ouvia as palavras entrecortadas de rumores.

Peguei o crucifixo e beijei-o.

– Tende piedade de mim, oh meu Deus! – disse, e tentei mergulhar nesse pensamento.

Mas, a cada solavanco da carroça eu sacudia. Depois, de repente, senti muito frio. A chuva atravessara minhas roupas e molhava a pele de minha cabeça através dos cabelos cortados e curtos.

– Está tremendo de frio, meu filho? – perguntou-me o padre.

– Sim – respondi.

Ai! Não apenas de frio.

Na virada da ponte, algumas mulheres lamentavam-me por ser tão jovem.

Entramos no cais fatal. Eu começava a não ver mais, a não mais ouvir. Todas essas vozes, todas essas cabeças nas janelas, nas portas, nas grades das lojas, nos postes de luz, esses espectadores ávidos e cruéis; essa multidão em que todos me conhecem e eu não conheço ninguém; esse caminho pavimentado e murado de rostos humanos... Eu estava bêbado, idiota, insensato. É uma coisa insuportável o peso de tantos olhares fixos na gente.

Eu vacilava pois no banco, não prestando mais atenção nem sequer no padre e no crucifixo.

No tumulto que me envolvia, já não distinguia os gritos de piedade dos de alegria, os risos dos lamentos, as vozes do ruído; tudo era um barulho que me ressoava na cabeça como num objeto de cobre.

Meus olhos liam maquinalmente os nomes das lojas.

Uma vez, estranha curiosidade fez-me voltar a cabeça e olhar para onde eu me dirigia. Era uma última bravata da inteligência. Mas, o corpo não quis; minha nuca ficou paralisada, como que morta de antemão.

Entrevi, apenas, de lado, à minha esquerda, além do rio, a torre de Notre-Dame que, vista dali, esconde a outra. É aquela em que está a bandeira. Lá havia bastante gente que devia estar vendo muito bem.

E a carroça ia, ia, e as lojas passavam, os anúncios sucediam-se, escritos, pintados, dourados, e o populacho ria, trepidava na lama, e eu me deixava ir, como acontece nos sonhos dos que dormem.

De repente, a série de lojas que me ocupava os olhos foi cortada pelo ângulo de uma praça. A voz da multidão tornou-se mais alta, mais ensurdecadora, mais alegre ainda. A carroça deteve-se subitamente e eu quase caí de cara nas tábuas. O padre amparou-me.

– Coragem! – murmurou.

Então, trouxeram uma escada para a traseira da carroça; ele deu-me o braço. Desci, dei um passo, virei-me para dar outro, mas não consegui. Entre dois lampiões do cais eu vira uma coisa sinistra.

Oh, era a realidade!

Parei, como que já atingido pelo golpe.

– Tenho uma última declaração a fazer – gritei fracamente.

Trouxeram-me aqui para este quarto.

Pedi que me deixassem escrever minhas últimas vontades. Desata-ram-me as mãos, mas a corda está aqui, pronta, e o resto está lá embaixo.

Um juiz, um comissário, um magistrado, não sei de que tipo, acaba de vir aqui.

Pedi-lhe o meu perdão, juntando as mãos e arrastando-me de joelhos.

Ele respondeu-me, sorrindo fatalmente, se era tudo o que eu tinha a dizer-lhe.

– Meu perdão! Meu perdão! – repeti. – Ou, por piedade, mais cinco minutos!

Quem sabe? Ele virá talvez! É tão horrível, na minha idade, morrer assim! Perdões que chegam no último instante, viu-se muito! E a quem se poderá perdoar, senhor, senão a mim?

Execrável carrasco! Aproximou-se do juiz para dizer que a execução devia ser feita a certa hora, que essa hora se aproxima, que é ele o responsável, está chovendo e que *aquilo* pode enferrujar-se.

– Por piedade! Um minuto para esperar o perdão! Ou me defendo! Mordo!

O juiz e o carrasco saíram. Estou só. Só com dois guardas.

Oh! Esse povo horrível com seus gritos de hiena! Quem sabe se não lhe escaparei? Se não serei salvo? Se meu perdão?... É impossível que não me agradeiem!

Ah! Miseráveis! Parece-me que estão subindo as escadas...

QUATRO HORAS

Fim

1831

NOSSA SENHORA DE PARIS

O grande romance da voga medievalista que Victor Hugo escreveu na esteira do Romantismo e especialmente de Walter Scott, torna-se divergente ao colocar em foco o povo, ou a andrajosa malta urbana de Paris na Idade Média. Várias vezes adaptado para filmes, teatro, musical e desenho animado, criou um protagonista que atravessaria os séculos, com longa vida no cinema: Quasímodo¹, o Corcunda de Notre Dame. Atores de primeira plana disputariam a honra de encarná-lo, a exemplo de Lon Chaney na versão de 1923 e Charles Laughton, na de 1939. O romance teve um sucesso extraordinário e foi amplamente lido, tornando conhecido e benquisto o autor de 29 anos, assentando as bases de uma perene popularidade. A seleção inclui três trechos, que dão uma ideia das questões levantadas por Victor Hugo.

O CORTEJO DOS LOUCOS

... O cortejo do Papa dos Loucos, que depois de ter percorrido muitas ruas e praças, desembocou na Praça de Grève, com todas as suas tochas e todo o seu barulho.

Este cortejo, que nossos leitores viram partir do Palácio, foi-se organizando pelo caminho e recrutando tudo o que havia em Paris de marginais, ladrões ociosos e vagabundos disponíveis; de modo que ele tinha um tamanho respeitável quando chegou à Grève.

No início marchava o Egito. O duque do Egito, à frente, a cavalo, com seus condes a pé segurando as rédeas e o estribo; atrás deles, os

1. Conforme o próprio romance explicita, o nome deriva da antifona de introito ao domingo de Pascoela, ou primeiro domingo após a Páscoa, que em latim reza: *Quasi modo geniti infantes...* (= Como recém-nascidas crianças...).

egípcios e as egípcias misturados, com suas criancinhas gritando nos ombros; todos, duque, condes, povo miúdo, todos em seus trapos e andrajos. Depois era o reino do submundo, isto é, todos os ladrões da França, escalonados por ordem de dignidade; os menores à frente. Assim desfilavam em fileiras de quatro, com as diversas insígnias de seu grau nesta estranha faculdade, a maior parte estropiados, uns coxos, outros manetas, mãos-leves de ateliê, falsos peregrinos, arrombadores, pseudo-epiléticos, pés-de-chinelo, marreteiros, rufões, cripto-aleijados, vigaristas, escrofulosos, punguistas, camelôs, desertores, meninos de rua, amigos do alheio, grãos-gatunos, em catálogo que cansaria Homero. No centro do conclave, mal dava para distinguir o rei do submundo, o grande *coësre*², agachado em uma pequena charrete puxada por dois grandes cães. Depois do reino dos submundo, vinha o Império de Galileia. Guillaume Rousseau, imperador do Império de Galileia, marchava majestosamente com suas vestes roxas, manchadas de vinho, precedido de bufões batendo uns nos outros e dançando pírricas, cercado de seus meirinhos, bedéis e fiscais. Por fim vinha a gente da lei, com seus mastros coroados de flores, suas roupas pretas, sua música digna de um sabá, e suas grossas velas de cera amarela. No centro desta multidão, os grandes oficiais da confraria dos loucos, tendo nos ombros um andor mais carregado de círios que o altar de Santa Genoveva em tempos de peste. E sobre este andor resplandecia, com cetro, manto e mitra, o novo Papa dos Loucos, o sineiro de Notre Dame, Quasímodo, o Corcunda.

Cada uma das seções desta procissão grotesca tinha sua música particular. Os egípcios desafinavam com seus balafons e tamborins da África. Os malandros, raça muito pouco musical, ainda estavam na viola, na corneta e na rabeca gótica do século doze. O Império da Galileia não era muito mais avançado, custava para se distinguir em sua música um miserável alaúde da infância da arte, ainda prisioneiro do-ré-lá-mi. Mas era ao redor do Papa dos Loucos que se desenrolavam, numa cacofonia magnífica, todas as riquezas musicais da época. Era alaúde baixo, alaú-

2. Título em *argot* do comandante máximo dos marginais.

de barítono, alaúde tenor, sem contar as flautas e os metais. Que pena! Nossos leitores lembram como era a orquestra de Gringoire³.

É difícil dar uma ideia do grau de êxtase orgulhoso e beatífico que atingira o triste e repugnante rosto de Quasímodo no trajeto do Palácio até a Grève. Era o primeiro gozo de amor-próprio que ele jamais experimentara. Só conhecera humilhações até então, desdém por sua condição, desgosto por sua pessoa. Assim, surdo como era, saboreava como verdadeiro papa as aclamações desta multidão que odiava por se sentir odiado. Que seu povo fosse um bando de loucos, de impotentes, de ladrões, de mendigos, que importa! Continuava sendo um povo, e ele um soberano. E levava a sério todos estes aplausos irônicos, todo este respeito ridículo, ao qual, devemos dizer, se misturava na multidão um pouco de temor bastante real. Pois o corcunda era forte; pois o manco era ágil; pois o surdo era malvado: três qualidades que atenuam o ridículo.

Além do mais, que o novo Papa dos Loucos percebia os sentimentos que experimentava e os sentimentos que inspirava, é difícil de acreditar. O espírito que habitava este corpo falhado tinha necessariamente ele também alguma coisa de incompleto e surdo. Assim, o que ele sentia neste momento era absolutamente vago, indistinto e confuso. Somente a alegria transparecia, o orgulho dominava. Ao redor desta figura sombria e infeliz, havia uma aura.

O PÁTIO DOS MILAGRES

E se pôs a correr. O cego correu. O aleijado correu. O pernetas correu.

E então, à medida que entrava mais e mais na rua, pernetas, cegos, aleijados, pululavam em torno dele e manetas e caolhos e leprosos com suas chagas, uns saindo das casas, outros das vielas adjacentes, outros ainda dos respiradouros dos porões, gritando, berrando, uivando, todos mancando, bem ou mal, arremetendo em direção à luz e rolando na lama como lesmas depois da chuva.

3. Personagem central do romance, poeta e dramaturgo de autos populares, enamorado de Esmeralda. Baseado em figura histórica homônima.

Gringoire, sempre acompanhado por seus três perseguidores e não sabendo bem no que aquilo ia dar, caminhava apavorado no meio dos outros, contornando os coxos, pulando os pernetas, os pés enredados nesse formigueiro de estropiados, como aquele capitão inglês que afundou num rebanho de caranguejos.

Ocorreu-lhe a ideia de voltar sobre seus passos. Mas era muito tarde. Toda esta legião se fechara atrás dele, e seus três mendigos o seguravam. Continuou então, empurrado por este fluxo irresistível, pelo medo e por uma vertigem que tornava tudo aquilo uma espécie de sonho horrível.

Por fim, atingiu a extremidade da rua. Esta desembocava em uma praça imensa, onde mil luzes esparsas tremulavam no nevoeiro confuso da noite. Gringoire jogou-se ali, esperando escapar graças à rapidez de suas pernas aos três espectros doentes que tinham se agarrado a ele.

– *Onde vas, hombre!* Gritou o aleijado atirando suas muletas e correndo atrás dele com as duas melhores pernas que jamais traçaram um passo geométrico nos calçamentos de Paris.

Entretanto, o pernetas, em pé sobre seus pés, cobriu Gringoire com sua pesada gamela de ferro, e o cego o encarava com olhos flamejantes.

– Onde estou? Disse o poeta aterrorizado.

– No Pátio dos Milagres, respondeu um quarto espectro que tinha se aproximado.

– Por minha alma, retomou Gringoire, vejo cegos que veem e aleijados que correm; mas onde está o Salvador?

Eles responderam com uma gargalhada sinistra.

O pobre poeta olhou em torno de si. Estava de fato neste temível Pátio dos Milagres, onde jamais um homem honesto havia penetrado àquela hora; círculo mágico onde os oficiais do Châtelet e os sargentos da polícia que se aventuravam desapareciam em pedaços; cidade de ladrões, verruga horrorosa no rosto de Paris; esgoto de onde se escapava cada manhã, e onde voltava a estagnar cada noite este escoadouro de vícios, de mendicância e de vagabundagem sempre transbordando das ruas das capitais; colmeia monstruosa para onde voltavam cada fim de

tarde com seu butim todos os zangões da ordem social; asilo mentiroso onde o cigano, o monge que renunciou a seus votos, o estudante perdido, a escória de todas as nações, espanhóis, italianos, alemães, de todas as religiões, judeus, cristãos, maometanos, idólatras, cobertos de chagas camufladas, mendigos de dia, transfiguravam-se de noite em assaltantes; imenso vestiário, em uma só palavra, onde se vestiam e despiam naquela época todos os atores desta eterna comédia que o roubo, a prostituição e o assassinato representam nas ruas de Paris.

Era uma praça vasta, irregular e mal calçada, como todas as praças de Paris naqueles tempos. Fogueiras, ao redor das quais formigavam grupos bizarros, brilhavam aqui e ali. Tudo isto ia, vinha, gritava. Escutavam-se risos agudos, choro de crianças, vozes de mulheres. As mãos, as cabeças desta multidão, negras sobre um fundo luminoso, formavam ali mil gestos bizarros. Em alguns momentos, sobre o solo, onde tremia a claridade das fogueiras, misturada a grandes sombras indefinidas, podia-se ver passar um cachorro que parecia um homem, um homem que parecia um cachorro. Os limites entre raças e espécies pareciam se apagar nesta cidade como num pandemônio. Homens, mulheres, bestas, idade, sexo, saúde, doença, tudo parecia estar em comum neste povo; tudo ia junto, misturado, confundido, superposto; cada um aí participava de tudo.

O esplendor cambaleante e pobre das fogueiras permitia a Gringoire distinguir, através de sua confusão, em torno desta imensa praça, um horrível enquadramento de casas antigas cujas fachadas carcomidas, destruídas, atrofiadas, cada qual perfurada por uma ou duas claraboias iluminadas, que na sombra pareciam para ele enormes cabeças de mulheres velhas, dispostas em círculos, monstruosas e resmungonas que olhavam o sabá piscando os olhos. Era como um mundo novo, desconhecido, incrível, disforme, réptil, formigante, fantástico.

Gringoire, cada vez mais apavorado, preso pelos três mendigos, como por três tenazes, ensurdecido por uma multidão de outros rostos que se amontoavam e latiam em volta dele, o infeliz Gringoire se esforçava por recobrar sua presença de espírito para lembrar se era um sábado. Mas

seus esforços eram vãos; o fio de sua memória e de seu pensamento fora rompido; e duvidando de tudo, flutuando do que via ao que sentia, colocava-se a questão insolúvel: – Se eu sou, isto é? Se isto é, eu sou?

Neste momento, um grito diferente se elevou na desordem barulhenta que o envolvia:

– Vamos levá-lo ao rei!

– Santa Virgem! Murmurou Gringoire, o rei daqui deve ser um bode.

– Ao rei! Ao rei! Repetiram todas as vozes.

Foi arrastado. Todos queriam pôr as garras nele. Mas os três mendigos não o largavam e o arrancavam dos outros, gritando: Ele é nosso!

O gibão já doente do poeta deu seu último suspiro nesta luta.

Atravessando a horrível praça, sua vertigem se dissipou. Ao final de alguns passos, o sentimento de realidade tinha voltado. Começou a adaptar-se à atmosfera do lugar. Num primeiro momento, em sua cabeça de poeta, ou talvez, simples e prosaicamente, de seu estômago vazio, elevou-se uma fumaça, um vapor por assim dizer, que se espalhando entre os objetos e ele, só lhe deixava entrevê-los na névoa incoerente do pesadelo, nessas trevas dos sonhos que fazem tremer todos os contornos, caretear todas as formas, aglomerar-se objetos em grupos desmedidos, dilatando as coisas em quimeras e os homens em fantasmas. Pouco a pouco a essa alucinação sucedeu um olhar menos perdido e menos exagerado. O real se fazia dia ao redor dele, invadia seus olhos, chocava-se com seus pés e demolia peça por peça toda a assustadora poesia pela qual ele acreditara estar envolvido. Foi preciso perceber que não andava no Estige⁴, mas na lama, que não era acotovelado por demônios, mas por ladrões; que não estava em questão a sua alma, mas simplesmente a sua vida (uma vez que lhe faltava esse precioso conciliador que se coloca tão eficazmente entre o bandido e o homem honesto: a bolsa). Enfim, examinando a orgia mais de perto e com mais sangue frio, ele caiu do sabá no cabaré.

4. Na mitologia grega, rio infernal no Hades.

O Pátio dos Milagres não era de fato nada mais do que um cabaré, mas um cabaré de assaltantes, tão vermelho de sangue quanto de vinho.

O espetáculo que se ofereceu a seus olhos, quando seus acompanhantes em farrapos o depuseram enfim no término de seu trajeto, não era adequado para trazê-lo de volta à poesia, mesmo que fosse a poesia do inferno. Era mais do que nunca a prosaica e brutal realidade da taverna. Se não estivéssemos no século XV, diríamos que Gringoire havia descido de Michelangelo⁵ a Callot⁶.

Ao redor de um grande fogo que queimava sobre uma vasta pedra redonda, e que iluminava com suas chamas as barras avermelhadas de uma trempe vazia naquele momento, algumas mesas carcomidas estavam dispostas, aqui e ali, ao acaso, sem que um qualquer laçao geômetra tivesse se dado ao trabalho de ajustar seu paralelismo ou cuidar para que, ao menos, elas não se dispusessem em ângulos muito inusitados. Sobre essas mesas reluziam alguns jarros transbordantes de vinho e de cerveja, e ao redor destes jarros se agrupavam muitos rostos báquicos, arroxeados pelo fogo e pelo vinho. Havia um homem com uma grande barriga e ar jovial que beijava ruidosamente uma prostituta espessa e carnuda. Havia um tipo de falso soldado, um gozador, como se dizia na gíria, que assobiava retirando as ataduras de seu falso ferimento, e mexia seu joelho são e vigoroso, embrulhado desde a manhã em mil ligaduras. Do outro lado estava um raquíptico que preparava com celidônia e sangue de boi sua *perna de Deus* do dia seguinte. Duas mesas mais adiante, um falso peregrino, com a indumentária completa de peregrino, soletrava a canção da Rainha Santa⁷, sem esquecer a salmodia e o tom anasalado.

Mais adiante, um jovem peregrino tomava aulas de epilepsia de um velho mendigo falsamente epilético que o ensinava a arte de espumar mastigando um pedaço de sabão. Ao lado, um hidrópico se desinchava e fazia tapar o nariz a quatro ou cinco ladras que disputavam na mesma mesa uma criança roubada naquela noite. Todas circunstâncias que, dois séculos mais tarde, *pareceriam tão ridículas à corte*, como disse

5. Célebre pintor e escultor do Renascimento italiano, autor da Capela Sixtina.

6. Gravador francês do século XVII, autor da série *As grandes misérias da guerra*.

7. Isabel de Aragão, rainha de Portugal, canonizada pela Igreja Católica.

Sauval⁸, *que serviram de passatempo ao rei e de abertura ao balé real A Noite, dividido em quatro partes e dançado no teatro do Petit-Bourbon*. “Jamais, acrescenta uma testemunha ocular de 1653, as súbitas metamorfoses do Pátio dos Milagres foram representadas com maior felicidade. Benserade⁹ nos preparou para isto com versos bem pícaros.”

Um riso forte retumbava por todo lado, e uma canção obscena. Cada um estava por si, cantando e rezando sem escutar o vizinho. Os copos se chocavam, e as disputas nasciam a cada choque; os copos rachados rasgavam os farrapos.

Um cachorro grande, sentado sobre o rabo, olhava o fogo. Algumas crianças estavam misturadas a esta orgia. A criança roubada, que chorava e gritava. Outra, um garoto gordo de quatro anos, sentado com as pernas balançando sobre um banco alto demais, diante da mesa que lhe chegava até o queixo e sem falar uma palavra. Um terceiro bem sério esmagando na mesa com seu dedo a cera fundida que escorria de uma vela. Um último, pequeno, agachado na lama, quase perdido em um caldeirão que ele raspava com uma telha fazendo um som que faria desmaiar Stradivarius¹⁰.

Um barril estava perto do fogo, e um mendigo sobre o barril. Era o rei no seu trono.

Os três que seguravam Gringoire o trouxeram para a frente deste barril, e toda a bacanal fez um momento de silêncio, exceto o caldeirão habitado pela criança.

Gringoire não ousava respirar, nem levantar os olhos.

QUASÍMODO

Ora, em 1482, Quasímodo tinha crescido. Tinha-se tornado, há vários anos, sineiro de Notre Dame, graças a seu pai adotivo Claude Frollo, o qual se tornou arqui-diácono de Josas, graças a seu suserano o senhor Louis de Beaumont, que tinha se tornado bispo de Paris em

8. Historiador da cidade de Paris, sobretudo em seus aspetos de marginalidade e delinquência.

9. Poeta barroco francês.

10. O mais famoso dos fabricantes de violinos, violas e violoncelos.

1472, pela morte de Guillaume Chartier, graças a seu patrono Olivier de Daim, barbeiro do rei Louis XI pela graça de Deus.

Quasímodo era, portanto, sineiro de Notre Dame.

Com o tempo formara-se não sei que tipo de ligação íntima que unia o sineiro à igreja. Separado para todo o sempre do mundo pela dupla fatalidade de seu nascimento desconhecido e de sua natureza disforme, preso desde a infância neste duplo círculo intransponível, o pobre infeliz acostumara-se a não ver nada neste mundo para além das muralhas religiosas que em sua sombra o haviam acolhido. Notre Dame fora sucessivamente para ele, conforme crescia e se desenvolvia, o ovo, o ninho, a casa, a pátria, o universo.

E, certamente, havia ali uma espécie de harmonia misteriosa e pré-existente entre essa criatura e esse edifício. Quando, ainda bem pequeno, arrastava-se tortuosamente e com saltos bruscos sob a escuridão de suas abóbadas, parecia, com sua face humana e seus membros bestiais, o réptil natural deste pavimento úmido e escuro sobre o qual as sombras dos capitéis romanos projetavam tantas formas bizarras.

Mais tarde, a primeira vez em que ele se agarrou maquinalmente à corda das torres, e que se pendurou, e fez o sino balançar, isto teve para Claude, seu pai adotivo, o efeito de uma criança cuja língua se solta e começa a falar.

Foi assim que, pouco a pouco, sempre se desenvolvendo em consonância com a catedral, aí vivendo, aí dormindo, quase nunca saindo, a todo o momento submetido à misteriosa pressão, chegou a se parecer com ela, a se incrustar, por assim dizer, a ser parte integrante dela. Seus ângulos convexos se encaixavam, que nos perdoem essa imagem, nos ângulos côncavos do edifício, e ele parecia, não apenas seu habitante, mas ainda seu conteúdo natural. Podíamos quase dizer que tinha tomado a forma dela como o caracol toma a forma de sua concha. Era sua morada, seu buraco, seu envelope. Havia entre a velha igreja e ele uma simpatia instintiva tão profunda, tantas afinidades magnéticas, tantas afinidades materiais, que ele a ela aderira de algum modo como a tartaruga a seu casco. A rugosa catedral era sua carapaça.

É inútil advertir ao leitor para não tomar ao pé da letra as imagens que somos obrigados a usar aqui para expressar essa conjunção singular, simétrica, imediata, quase consubstancial, de um homem e um edifício. É igualmente inútil dizer a que ponto ele se familiarizou com toda a catedral em uma tão longa e íntima coabitação. Essa morada lhe era própria. Não havia profundidade que Quasímodo não houvesse penetrado, nem altura a que não houvesse subido. Acontecia-lhe várias vezes escalar a fachada de vários níveis, apoiando-se somente nas asperezas da escultura. As torres, sobre cuja superfície exterior o víamos com frequência arrastar-se como um lagarto que desliza sobre uma parede íngreme, esses dois gigantes gêmeos, tão altos, tão ameaçadores, tão temíveis, não causavam nele nem vertigem, nem terror, nem frêmitos de tontura; ao vê-las tão doces sob suas mãos, tão fáceis de escalar, poder-se-ia dizer que ele as havia cativado. De tanto saltar, trepar, debater-se no meio dos abismos da gigantesca catedral, tornou-se de alguma forma macaco e cabrito montês, como a criança calabresa que nada antes de andar, e brinca, desde pequena, com o mar.

De resto, não somente seu corpo parecia ter-se moldado segundo a catedral, mas também seu espírito. Em que estado estaria essa alma, que jeito tinha assumido, que forma ela tomou nesse envelope nodoso, nesta vida selvagem, seria difícil determinar. Quasímodo nasceu caolho, corcunda, coxo. Foi com imenso esforço, com imensa paciência que Claude Frollo conseguiu ensiná-lo a falar. Mas uma fatalidade estava ligada ao pobre enjeitado. Sineiro de Notre Dame aos catorze anos, uma nova enfermidade veio completá-lo; os sinos furaram seu tímpano; ficou surdo. A única porta que a natureza lhe tinha deixado bem aberta para o mundo foi bruscamente fechada para sempre.

Ao se fechar, ela interceptou o único raio de alegria e luz que ainda penetrava na alma de Quasímodo. Esta alma caiu numa noite profunda. A melancolia do pobre tornou-se incurável e completa como sua deformidade. Acrescentemos que sua surdez o tornou de alguma maneira mudo. Pois, para não provocar o riso dos outros, no momento em que se viu surdo, decidiu-se resolutamente pelo silêncio,

que só rompia quando estava sozinho. Prendeu voluntariamente essa língua que Claude Frollo tivera tanta dificuldade em soltar. Daí que, quando a necessidade o obrigava a falar, sua língua estava entorpecida, desastrada, como uma porta cujas dobradiças enferrujaram.

Se agora tentássemos penetrar até a alma de Quasímodo, através desta casca espessa e dura; se pudéssemos sondar as profundezas desta organização mal feita; se nos fosse dado olhar com uma tocha por trás desses órgãos sem transparência, explorar o interior tenebroso desta criatura opaca, elucidar seus cantos obscuros, os impasses absurdos, e lançar de repente uma luz viva sobre a psique cativa no fundo deste antro, encontraríamos sem dúvida a infeliz numa atitude pobre, ressequida e raquítica como prisioneiros das celas de chumbo de Veneza que envelheciam dobrados em dois numa caixa de pedra muito baixa e muito estreita.

É certo que um espírito se atrofia num corpo defeituoso. Quasímodo mal sentia mover-se cegamente dentro de si uma alma feita à sua imagem. As impressões dos objetos sofriam uma considerável refração antes de chegar a seu pensamento. Seu cérebro era um meio particular: as ideias que o atravessavam saíam todas tortas. A reflexão que resultava desta refração era necessariamente divergente e desviada.

Daí milhares de ilusões de ótica, mil aberrações de julgamento, desvios onde divagava seu pensamento, ora louco, ora idiota.

O primeiro efeito desta organização fatal era atrapalhar o olhar que ele dirigia às coisas. Não recebia quase nenhuma percepção imediata. O mundo exterior lhe parecia muito mais distante do que para nós.

O segundo efeito de sua infelicidade, era torná-lo mau.

De fato, ele era mau, porque era selvagem; e era selvagem porque era feio. Tinha uma lógica em sua natureza como temos na nossa.

Sua força, tão extraordinariamente desenvolvida, era um motivo a mais de maldade. *Malus puer robustus*¹¹, diz Hobbes.

Além do mais, é preciso lhe fazer essa justiça, a maldade nele talvez não fosse inata. Desde os seus primeiros passos entre os homens,

11. (Lat.) A criança robusta é má, ou O malvado é uma criança robusta.

sentiu-se, depois viu-se, conspurcado, estigmatizado, rejeitado. A palavra humana para ele era sempre um sarcasmo ou uma maldição. Ao crescer, não encontrou mais do que ódio em torno de si. E ele o tomou. Adquiriu a maldade geral. Recolheu a arma com que o tinham ferido.

Por fim, era só com desgosto que virava seu rosto em direção aos homens. Sua catedral lhe era suficiente. Ela era povoada de figuras de mármore, reis, santos, bispos, que pelo menos não morriam de rir na sua cara e que só tinham para ele um olhar tranquilo e benevolente. As outras estátuas, de monstros e demônios, não tinham ódio dele, Quasímodo. Ele se parecia demais com elas para isto. Elas ironizavam, isto sim, os outros homens. Os santos eram seus amigos, e o abençoavam; os monstros eram seus amigos, e cuidavam dele. Assim havia longas conversas íntimas entre eles. Algumas vezes passava horas inteiras, acorado em frente a uma dessas estátuas; conversando solitariamente com ela. Se alguém aparecesse, fugia como um amante surpreendido em sua serenata.

A catedral não era para ele somente a sociedade, era ainda o universo, ainda toda a natureza. Ele não sonhava com outras floreiras a não ser os vitrais sempre floridos, outra sombra senão a das folhagens de pedra que desabrochavam carregadas de pássaros nos buquês dos capitéis, com outras montanhas além das torres colossais da igreja, outro oceano além do rumor de Paris a seus pés.

O que ele mais amava no edifício maternal, o que despertava sua alma e a fazia abrir as pobres asas que mantinha tão miseravelmente recolhidas em sua caverna, o que o tornava às vezes feliz, eram os sinos. Ele os amava, os acariciava, falava com eles, os compreendia. Desde o carrilhão de agulha do cruzeiro até o grande sino do portal, tinha ternura por todos. O campanário do cruzeiro, as duas torres, eram para ele como três grandes gaiolas onde os pássaros, criados por ele, só cantavam para ele. Foram, no entanto, esses mesmos sinos que o tornaram surdo, mas em geral as mães amam mais o filho que mais as faz sofrer.

É verdade que sua voz era a única que ele ainda podia ouvir. Assim, o grande sino era o seu bem amado. Era o preferido nesta família

de garotos barulhentos que se balançavam ao redor dele, nos dias de festa. Esse grande sino se chamava Maria. Ela ficava sozinha na torre meridional com sua irmã, Jacqueline, sino menor, fechado numa gaiola menor ao lado da dela. Jacqueline foi chamada assim devido ao nome da mulher de Jean de Montagu, que dera o sino à igreja, o que não impediu que terminasse exposto sem cabeça em Montfaucon. Na segunda torre, havia outros seis sinos; e por fim, os seis menores habitavam o campanário sob o cruzeiro com o sino de madeira que só era tocado após o jantar da quinta-feira santa, indo até a manhã de vigília da Páscoa. Quasímodo tinha, portanto, quinze sinos em seu harém, mas a grande Maria era sua favorita.

Não podemos ter ideia de sua alegria nos dias de grande revoada. No momento em que o arquidiácono deixou-o e disse: Vá! Subiu a escada do campanário mais rápido do que alguém poderia descê-la. Entrava ofegante na câmara aérea do grande sino; olhava para o sino por um momento com recolhimento e amor; depois suavemente lhe dirigia a palavra, acariciava-o com a mão, como um bom cavalo que vai fazer uma longa corrida. Compadecia-se da dor que ele teria. Depois dessas primeiras carícias, gritava a seus ajudantes, posicionados no andar inferior da torre, para começarem. Esses se penduravam nos cabos, o carretel girava, e a enorme cápsula de metal se balançava lentamente. Quasímodo, palpitante, a seguia com o olhar. O primeiro choque do badalo sobre a face interna de bronze fazia tremer a estrutura onde ele estava. Quasímodo vibrava com o sino. Vá! Gritava, explodindo num riso insensato. Enquanto isso o movimento da batida se acelerava e à medida que percorria um ângulo mais aberto, o olho de Quasímodo se abria também, mais e mais fosfórico e flamejante. Então a grande revoada começava, toda a torre tremia, estruturas, chumbos, pedras, tudo ressoava ao mesmo tempo, desde os pilotis da fundação até os trevos do cume. Quasímodo então fervia, borbulhava; ia e vinha, tremia com a torre da cabeça aos pés. O sino, desencadeado e furioso, alternadamente apresentava às duas paredes da torre sua garganta de bronze de onde escapava um sopro de tempestade que se ouve a quatro léguas. Quasímodo se colocava em

frente a essa goela aberta; acocorava-se e se erguia segundo o vaivém do sino, aspirava este sopro que derruba, olhava ora a praça profunda que formigava duzentos pés abaixo dele, ora a enorme língua de cobre que vinha de segundo em segundo urrar em seu ouvido. Era a única palavra que entendia, o único som que quebrava para ele o silêncio universal. Ele se dilatava como um pássaro ao sol. De repente o frenesi do sino o dominava; seu olhar se tornava extraordinário; esperava o movimento do sino, como uma aranha espera a mosca, e bruscamente se jogava sobre ele. Então, suspenso no abismo, lançado no formidável balançar do sino, segurava o monstro de bronze pelos aros, segurava-o com seus dois joelhos, espicava-o com seus dois calcanhares, e redobrava com todo o choque e todo o peso de seu corpo a fúria da revoada. Entretanto a torre vacilava; ele gritava e rangia os dentes, seus cabelos ruivos se eriçavam, seu peito fazia o ruído do fole de uma forja, seus olhos lançavam chamas, o sino monstruoso relinchava sofregamente debaixo dele, e então não era mais o sino de Notre Dame nem Quasímodo, era um sonho, um turbilhão, uma tempestade; a vertigem a cavalo sobre o barulho; um espírito agarrado a uma garupa voadora; um estranho centauro, metade homem, metade sino; uma espécie de Astolfo¹² horrível levado por um prodigioso hipogrifo¹³ de bronze vivo.

A presença deste ser extraordinário fazia circular por toda a catedral não sei que tipo de sopro de vida. Parecia que dele escapava, ao menos é o que diziam as superstições crescentes no seio do povo, uma emanção misteriosa que animava todas as pedras de Notre Dame e fazia palpitar as profundas entranhas da velha igreja. Bastava que se soubesse que ele estava lá para acreditar ter visto viver e se moverem os milhares de estátuas das galerias e portais. E, de fato, a catedral parecia uma criatura dócil e obediente em suas mãos; ela esperava sua vontade para elevar sua voz possante; ela era possuída e repleta de Quasímodo como de um gênio familiar. Dir-se-ia que ele fazia respirar o imenso edifício. De fato, ele estava em toda parte, ele se multiplicava em todos os pontos do monu-

12. Personagem de *Orlando furioso*, de Ariosto.

13. Na mitologia grega, animal fantástico, meio águia meio cavalo.

mento. Ora via-se com pavor no ponto mais alto de uma das torres um anão bizarro que trepava, serpenteava, engatinhava, descia por fora sobre o abismo, saltava de saliência em saliência, e ia fuçar no ventre de alguma górgona esculpida; era Quasímodo tirando os corvos dos ninhos. Ora chocava-se em um canto escuro da igreja com uma espécie de quimera viva, acorçada e contraída; era Quasímodo pensando. Ora avistava-se sob um campanário uma cabeça enorme e um pacote de membros desordenados, balançando-se furiosamente na ponta de uma corda; era Quasímodo soando as vésperas ou o ângelus. Frequentemente, à noite, via-se errar uma forma horrorosa sobre a frágil balaustrada recortada em renda que coroa as torres e borda o contorno da abside; era ainda o corcunda de Notre Dame. Então, diziam as vizinhas, toda a igreja assumia algo de fantástico, de sobrenatural, de horrível; olhos e bocas se abriam aqui e ali; ouvia-se latir os cachorros, os dragões, as tarascas¹⁴ de pedra que velam noite e dia, o pescoço estendido e a boca aberta, ao redor da monstruosa catedral; e se era noite de Natal, enquanto o grande sino que parecia estertorar convidava os fiéis à missa ardente de meia-noite, havia um tal ar espalhado pela sombria fachada que se dizia que o grande pórtico devorava a multidão e a rosácea a observava. E tudo isto vinha de Quasímodo. O Egito o tomaria pelo deus deste templo; a Idade Média acreditava que ele era seu demônio; ele era sua alma.

A tal ponto que para os que sabem que Quasímodo existiu, Notre Dame está hoje deserta, inanimada, morta. Sente-se que alguma coisa desapareceu. Esse imenso corpo está vazio; é um esqueleto; o espírito o deixou; vemos seu lugar, e é tudo. É como um crânio onde ainda há buracos para os olhos, mas já não há olhar.

14. Bruxas.

1850

LIBERDADE DE ENSINO

O Executivo submete à votação da Assembleia Legislativa uma lei de ensino que, na prática, implica em transformar o ensino laico em ensino religioso. O deputado Victor Hugo, em discurso na Assembleia, revela os desígnios do partido católico e denuncia mais esta agressão do recém-instituído Segundo Império às liberdades democráticas. Afirma que esse ataque ao progresso provocará a revolução.

Senhores, quando se abre uma discussão que diz respeito ao que há de mais sério nos destinos do país, é preciso ir de imediato e sem hesitar ao fundo da questão.

Começo por dizer o que eu desejaria; direi depois aquilo que não quero.

Senhores, no meu modo de pensar, o objetivo, difícil de atingir e longínquo sem dúvida, mas para o qual é preciso tender nesta grave questão do ensino, ei-lo. (*Mais alto! Mais alto!*)

Senhores, toda questão tem seu ideal. Para mim, o ideal nesta questão do ensino, é o seguinte. A instrução gratuita e obrigatória. Obrigatória apenas no primeiro grau e gratuita em todos os graus. (*Murmúrios à direita; aplausos à esquerda*). A instrução primária obrigatória é o direito da criança (*Movimento*) que, não se enganem, é mais sagrado ainda que o direito do pai e se confunde com o direito do Estado.

Retomo. Eis aí, portanto, para mim, o ideal da questão. A instrução gratuita e obrigatória na medida que acabo de indicar. Um grandioso ensino público, dado e regulado pelo Estado, partindo da escola de aldeia e subindo de grau em grau, até o Colégio de França, mais alto ainda, até o Instituto de França. As portas da ciência abertas de par

em par para todas as inteligências. Por toda parte onde houver um campo, em toda parte onde houver um espírito, que haja um livro. Nem uma comuna sem escola, nem uma cidade sem colégio, nem uma sede de comarca sem faculdade. Um vasto conjunto, ou para melhor dizer, uma vasta rede de oficinas intelectuais, liceus, ginásios, colégios, cátedras, bibliotecas, mesclando sua irradiação pela superfície do país, despertando por toda parte as aptidões e aquecendo por toda parte as vocações. Numa palavra, a escada do conhecimento humano erguida firmemente pela mão do Estado, apoiada à sombra das massas mais profundas e mais obscuras e chegando à luz. Nenhuma solução de continuidade. O coração do povo posto em comunicação com o cérebro da França (*longos aplausos*).

Eis como eu compreenderia a educação pública nacional. Senhores, ao lado desta magnífica instrução gratuita, solicitando os espíritos de toda ordem, oferecida pelo Estado, dando a todos, por nada, os melhores professores e os melhores métodos, modelo de ciência e de disciplina, normal, francesa, cristã, liberal, que levaria, sem dúvida alguma, o gênio nacional a sua mais alta potência, eu colocaria sem hesitar a liberdade de ensino, a liberdade de ensino para os professores particulares, a liberdade de ensino para as corporações religiosas, a liberdade de ensino plena, inteira, absoluta, submetida às leis gerais como todas as outras liberdades, e eu não teria necessidade de lhes dar o poder inquieto do Estado para vigia, porque lhes daria o ensino gratuito do Estado como contrapeso (*Bravos à esquerda. Murmúrios à direita*).

Isto, senhores, repito, é o ideal da questão. Não se perturbem, não estamos perto de atingi-lo, pois a solução do problema contém uma questão financeira considerável, comum a todos os problemas sociais dos tempos presentes.

Senhores, este ideal, era necessário indicá-lo, porquanto é preciso sempre dizer para onde nos dirigimos. Ele oferece inúmeros pontos de vista, mas não chegou ainda a hora de desenvolvê-lo. Poupo o tempo da Assembleia e abordo imediatamente a questão em sua realidade

positiva atual. Eu a tomo onde ela está hoje, no ponto relativo de maturidade em que os acontecimentos de um lado, e de outro lado a razão pública a conduziram.

Deste ponto de vista restrito, mas prático, da situação atual, quero, declaro-o, a liberdade de ensino; mas quero a vigilância do Estado, e como quero essa vigilância efetiva, quero o Estado laico, puramente laico, exclusivamente laico. O digno Guizot¹ já o dizia antes de mim, em matéria de ensino o Estado não é e nem pode ser outra coisa senão laico.

Quero, digo, a liberdade de ensino sob a vigilância do Estado, e não admito, para personificar o Estado nesta vigilância tão delicada e tão difícil, que exige o concurso de todas as forças vivas do país, senão homens pertencendo sem dúvida às carreiras mais graves, mas não tendo nenhum interesse, seja de consciência, seja de política, diferente da unidade nacional. Equivale a lhes dizer que não introduzo, seja no conselho superior de vigilância, seja nos conselhos secundários, nem bispos nem delegados de bispos. Pretendo manter, quanto a mim, e se necessário tornar mais profunda que jamais, essa antiga e salutar separação da Igreja e do Estado, que era a utopia de nossos pais; e isto tanto no interesse da Igreja como no interesse do Estado. (*Aclamações à esquerda. – Protestos à direita*).

Acabo de lhes dizer o que queria. Agora, eis o que não quero:

Não quero a lei que nos trazem.

Por que?

Senhores, essa lei é uma arma.

Uma arma em si mesma não é nada; ela só existe pela mão que a segura.

Ora, qual será a mão que se apoderará desta lei?

Aí é que está toda a questão.

Senhores, é a mão do partido clerical. (*É verdade! – Longa agitação*).

Senhores, tenho receio desta mão, quero romper essa arma, rejeito esse projeto.

1. Guizot foi várias vezes ministro da Monarquia de Julho (1830-1848), inclusive da instrução pública. Historiador, é autor de um dos primeiros livros sobre a Revolução Francesa. REP

Dito isto, entro na discussão.

Abordo em primeiro lugar, e de frente, uma objeção que se faz aos opositores aliados a meu ponto de vista, a única objeção que tem uma aparência de gravidade.

Dizem-nos: vocês excluem o clero do conselho de vigilância do Estado: querem então eliminar o ensino religioso?

Senhores, eu me explico. Jamais ficará alguém equivocado por minha culpa, nem quanto ao que eu digo, nem quanto ao que eu penso.

Longe de mim querer eliminar o ensino religioso, entendem bem? Ele é, na minha opinião, mais necessário hoje do que nunca. Quanto mais o homem cresce, mais deve crer. Quanto mais se aproxima de Deus, melhor deve ver Deus. (*Movimento*).

Há uma infelicidade em nosso tempo; eu diria quase que só há uma infelicidade, é uma certa tendência para colocar tudo nesta vida. (*Sensação*). Dando ao homem por fim e por meta a vida terrestre e material, agravam-se todas as misérias pela negação que está no fim, acrescenta-se às carências dos infelizes o peso insuportável do nada, e do que não era mais do que o sofrimento, isto é, a lei de Deus, faz-se o desespero, isto é, a lei do inferno. (*Longo movimento*). Daí, profundas convulsões sociais.

Certamente sou desses que querem – e ninguém duvida disso neste recinto –, sou dos que querem, não digo com sinceridade, a palavra é muito fraca, quero com inexprimível ardor, e por todos os meios possíveis, melhorar nesta vida a sorte material dos que sofrem; mas a primeira das melhorias é dar-lhes a esperança. (*Bravos à direita*). Como diminuem nossas misérias finitas quando a elas se mescla uma esperança infinita (*Muito bem! Muito bem!*).

Nosso dever, o de todos nós, quem quer que sejamos, bispos e legisladores, padres e escritores, é espalhar, é despender, é prodigalizar, de todas as formas, toda a energia social para combater e destruir a miséria (*Bravo! À esquerda*), e ao mesmo tempo fazer levantar todas as cabeças para o céu (*Bravos! À direita*), dirigir todas as almas, voltar todas as atenções para uma vida ulterior onde a justiça será feita ou a justiça será prestada. Digamo-lo bem alto, ninguém terá sofrido nem

injusta nem inutilmente. A morte é uma restituição. (*Muito bem! À direita. – Movimento*). A lei do mundo material é o equilíbrio; a lei do mundo moral é a equidade. Deus se encontra no fim de tudo. Não o esqueçamos e ensinemo-lo a todos; não haveria nenhuma dignidade em viver e isto não valeria a pena, se devêssemos morrer completamente. O que alivia o labor, o que santifica o trabalho, o que torna o homem forte, bom, sábio, paciente, benevolente, justo, a um tempo humilde e grande, digno da inteligência, digno da liberdade, é ter diante de si a perpétua visão de um mundo melhor brilhando através das trevas desta vida. (*Viva e unânime aprovação*).

Quanto a mim, visto que o acaso quer que seja eu quem fale neste momento e coloque tão graves palavras numa boca com tão pouca autoridade, que me seja permitido dizer e declarar aqui, proclamo do alto desta tribuna, creio profundamente nesse mundo melhor; ele é para mim bem mais real do que essa miserável quimera que devoramos e que chamamos vida; ele está sem cessar diante dos meus olhos; creio nele com todo o poder de minha convicção e, depois de muitas lutas, muitos estudos e muitas provações, ele é a suprema certeza de minha razão, como é o supremo consolo de minha alma. (*Profunda sensação*).

Quero portanto, quero sinceramente, firmemente, ardentemente, o ensino religioso, mas quero o ensino religioso da Igreja e não o ensino religioso de um partido. Quero-o sincero e não hipócrita. (*Bravo! Bravo!*). Quero-o tendo como objetivo o céu e não a terra. (*Movimento*). Não quero que uma cátedra invada a outra, não quero misturar o padre e o professor. Ou, se consentir nesta mistura, eu legislador, vigio, lanço sobre os seminários e sobre as congregações educativas o olhar do Estado e, insisto, do Estado laico, cioso tão unicamente de sua grandeza e de sua unidade.

Até o dia, que chamo com todos os meus votos, em que a liberdade completa do ensino possa ser proclamada, e, começando, eu já lhes disse em que condições, até esse dia, quero o ensino da Igreja dentro da Igreja e não do lado de fora. Sobretudo, considero um escárnio fazer vigiar, em nome do Estado, pelo clero, o ensino do clero. Numa

palavra, repito, quero o que queriam nossos pais, a Igreja em casa dela e o Estado na casa dele. (*Sim! Sim!*).

A Assembleia já está vendo claramente porque rejeito o projeto de lei; mas acabarei de me explicar.

Senhores, como lhes indicava ainda há pouco, este projeto é alguma coisa pior, se quiserem do que uma lei política, é uma lei estratégica. (*Murmúrios*).

Eu me dirijo, não certamente ao venerável bispo de Langres, nem a quem quer que seja neste recinto, mas ao partido que, se não redigiu, pelo menos inspirou o projeto de lei, a este partido a um tempo extinto e ardente, ao partido clerical. Não sei se está no governo, não sei se está na Assembleia (*Movimento*); mas eu o sinto um pouco por toda parte. (*Novo movimento*). Tem o ouvido fino, ele me ouvirá. (*Risos*). Dirijo-me, pois, ao partido clerical, e lhe digo: Esta lei é vossa lei. Olhe, francamente, desconfio dos senhores. Instruir é construir. (*Sensação*). Desconfio do que os senhores constroem. (*Muito bem! Muito bem!*).

Não quero lhes confiar o ensino da juventude, a alma das crianças, o desenvolvimento das inteligências novas que se abrem para a vida, vale dizer, o futuro da França. Não quero entregar-lhes o futuro da França porque confiá-lo aos senhores, seria entregá-lo aos senhores. (*Movimento*).

Não me basta que as gerações novas nos sucedam, pretendo que nos continuem. Eis porque não quero nem sua mão, nem seu alento sobre elas. Não quero que o que foi feito por nossos pais seja desfeito pelos senhores. Depois desta glória, não quero essa vergonha. (*Movimento prolongado*).

Sua lei é uma lei que tem máscara. (*Bravo!*).

Diz uma coisa e fará outra. É um pensamento de submissão que toma feições de liberdade. É um confisco denominado doação. Não a quero. (*Aplausos à esquerda*).

É o seu hábito. Quando os senhores forjam grilhões, dizem: eis uma liberdade! Quando fazem uma proscricção, gritam: eis uma anistia! (*Novos aplausos*).

Ah! Não os confundo com a Igreja, tanto quanto não confundo o visgo com o carvalho. Os senhores são os parasitas da Igreja, são a doença da Igreja. (*Risos*). Inácio² é o inimigo de Jesus. (*Viva aprovação*). Os senhores são, não os crentes, mas os sectários de uma religião que não compreendem. São encenadores da santidade. Não misturem a Igreja com seus negócios, com suas articulações, com suas estratégias, com suas doutrinas, com suas ambições. Não a chamem de mãe para fazer dela sua criada. (*Profunda sensação*). Não a atormentem sob pretexto de lhe ensinar a política; sobretudo, não a identifiquem consigo. Vejam o mal que lhe fazem. O senhor bispo de Langres já o disse. (*Risos*).

Vejam como ela decai desde que tem os senhores! Os senhores fazem-se amar tão pouco, que vão acabar por torná-la odiada! Em verdade vos digo (*Risos*), ela passará muito bem sem os senhores. Deixem-na sossegada. Quando já não existirem, voltarão a ela. Deixem-na, essa venerável Igreja, essa venerável mãe, na sua solidão, na sua abnegação, na sua humildade. Tudo isto compõe sua grandeza! Sua solidão atrairá para ela a multidão, sua abnegação é sua força, sua humildade é sua majestade. (*Viva adesão*).

Os senhores falam de ensino religioso! Sabem qual é o verdadeiro ensino religioso, aquele diante do qual é preciso prosternar-se, aquele que se não deve perturbar? É a irmã de caridade na cabeceira do moribundo. É o irmão de misericórdia resgatando o escravo. É Vicente de Paula recolhendo a criança extraviada. É o bispo de Marselha no meio dos atacados pela peste. É o arcebispo de Paris abordando com um sorriso este formidável bairro Saint-Antoine, elevando o crucifixo acima da guerra civil, pouco se importando com a morte contanto que traga a paz! (*Bravo!*). Eis o verdadeiro ensino religioso, o ensino religioso real, profundo, eficaz e popular, esse que, felizmente para a religião e a humanidade, faz ainda mais cristãos do que os senhores desfazem! (*Longos aplausos à esquerda*).

Ah! Nós os conhecemos! Conhecemos o partido clerical. É um velho partido que tem sua folha de serviço. (*Risos*). É ele que monta guarda à

2. O padre jesuíta Ignacio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus.

porta da ortodoxia. (*Risos*). Foi ele que achou para a verdade esses dois apoios maravilhosos, a ignorância e o erro. Ele é que proíbe à ciência e ao gênio ir além do missal e que quer enclausurar o pensamento no dogma. Todos os passos que a inteligência da Europa deu, ela os deu apesar dele. Sua história está escrita na história do progresso humano, mas está escrita nas costas. (*Sensação*). Ele se opôs a tudo. (*Risos*).

Foi ele quem fez surrar com varadas Prinelli porque disse que as estrelas não caíam. Foi ele quem aplicou a tortura vinte e sete vezes a Campanela, por ter afirmado que o número dos mundos era infinito e entrevisto o segredo da criação. Foi ele quem perseguiu Harvey por ter provado que o sangue circulava. Baseando-se em Josué³, prendeu Galileu⁴; baseando-se em São Paulo, aprisionou Cristóvão Colombo (*Sensação*). Descobrir a lei do céu era uma impiedade; encontrar um mundo era uma heresia. Foi ele quem anatematizou Pascal⁵ em nome da religião, Montaigne⁶ em nome da moral, Molière⁷ em nome da moral e da religião. Oh! Sim, certamente, seja lá o que forem, chamem-nos de partido católico e sejam o partido clerical, nós os conhecemos. Há muito tempo que a consciência humana se revolta contra os senhores e lhes pergunta: o que querem de mim? Há muito que tentam colocar um freio no espírito humano! (*Aclamações à esquerda*).

E querem ser os senhores do ensino! E não há um poeta, um escritor, um filósofo, um pensador, que os senhores aceitem! E tudo o que foi escrito, encontrado, sonhado, deduzido, iluminado, imaginado, inventado pelos gênios, o tesouro da civilização, a herança secular das gerações, o patrimônio comum das inteligências, os senhores rejeitam! Se o cérebro da humanidade estivesse ali diante de seus olhos, à sua mercê, aberto como a página de um livro, os senhores fariam rasuras nele! (*Sim! Sim!*) Assumam! (*Movimento prolongado*).

3. Personagem de livro homônimo do Velho Testamento (Bíblia), que fez o Sol parar.

4. Cientista nascido na cidade italiana de Pisa, no Renascimento; afirmou que a Terra girava em torno do Sol e foi forçado pela Inquisição a retratar-se.

5. Matemático e filósofo francês do séc. XVII. Autor de *Pensamentos*.

6. Filósofo, jurista e pensador francês do séc. XVI. Autor de *Ensaio*.

7. Comediógrafo francês do séc. XVII.

Enfim, há um livro, um livro que parece de uma ponta a outra uma emanção superior, um livro que é para o universo o que o Alcorão é para o islamismo, o que os Vedas são para a Índia, um livro que contém toda a sabedoria humana iluminada por toda a sabedoria divina, um livro que a veneração dos povos chama O Livro, a Bíblia! Pois bem! Sua censura chegou até lá. Coisa inaudita, os papas proscreveram a Bíblia! Que espanto para os espíritos sensatos, que terror para os corações simples, ver o Índice⁸ de Roma colocado sobre o livro de Deus! (*Viva adesão à esquerda*).

E exigem a liberdade de ensinar! Vamos, sejamos sinceros; entendamo-nos sobre a liberdade que reivindicam; é a liberdade de não ensinar. (*Aplausos à esquerda. Vivas reclamações à direita*).

Ah! Querem que lhes deem povos para instruir! Muito bem. – Vejamos seus alunos. Vejamos seus produtos. (*Risos*). O que fizeram da Itália? O que fizeram da Espanha? Há séculos que os senhores têm em suas mãos, à sua mercê, em sua escola, sob a sua palmatória, essas duas grandes nações, ilustres entre as mais ilustres; e o que fizeram delas? (*Movimento*).

Vou dizer. Graças aos senhores, a Itália, de que nenhum homem que pensa pode mais pronunciar o nome sem uma inexprimível dor filial, a Itália, essa mãe dos gênios e das nações, que espalhou pelo universo todas as mais deslumbrantes maravilhas da poesia e das artes, a Itália, que ensinou a ler ao gênero humano, a Itália hoje não sabe ler! (*Profunda sensação*).

Sim, a Itália é de todos os Estados da Europa aquele onde há menor número de nativos que saibam ler. (*Exclamação à direita – Gritos violentos*).

A Espanha magnificamente dotada, a Espanha, que tinha recebido dos romanos sua primeira civilização, dos árabes sua segunda civilização, da Providência e apesar dos senhores, um mundo – a América – a Espanha perdeu, graças aos senhores, graças a seu jugo de embrutecimento, que é um jugo de degradação e de reducionismo (*aplausos à esquerda*), a Espanha perdeu esse segredo do poder que recebera dos

8. Lista oficial de livros proibidos pela Igreja Católica.

romanos, esse gênio das artes que recebera dos árabes, mundo que recebera de Deus, e em troca de tudo que lhe fizeram perder, recebeu dos senhores a Inquisição. (*Movimento*).

A Inquisição, que certos homens do partido tentam hoje reabilitar com uma timidez pudica, honra lhes seja feita. (*Longa hilaridade à esquerda – Reclamações à direita*). A inquisição que queimou na fogueira ou sufocou nas masmorras cinco milhões de homens! (*Denegações à direita*). Leiam a história! A Inquisição que exumava os mortos para queimá-los como heréticos (é verdade!), testemunha Urgel e Arnault, conde de Forcalquier. A Inquisição, que declarava os filhos dos heréticos, até a segunda geração, infames e incapacitados para quaisquer honras públicas, excetuando somente, são os próprios termos das sentenças, *aqueles que tivessem denunciado seus pais!* (*Longo movimento*). A Inquisição que, na hora em que eu falo, mantém ainda na biblioteca do Vaticano os manuscritos de Galileu, fechados e selados sob os selos do Index! (*Agitação*). É verdade que, para consolar a Espanha do que lhe tiraram e do que lhe deram, apelidaram-na de Católica! (*Rumores à direita*).

Ah! Sabem? Os senhores arrancaram de um de seus maiores homens este grito doloroso que os acusa: “Prefiro que ela seja antes a Grande que a Católica!” (*Gritos à direita. Longa interrupção. – Vários membros interpelam violentamente o orador*).

Aí estão suas obras-primas! Essa lareira que se chamava Itália, os senhores extinguiram. Esse colosso chamado Espanha, os senhores minaram. Uma está em cinzas, outra em ruínas. Eis o que fizeram de dois grandes povos. Que querem fazer da França? (*Movimento prolongado*).

Vejam, os senhores vêm de Roma; eu os cumprimento. Tiveram lá um êxito brilhante. (*Risos e bravos à esquerda*). Acabam de amordaçar o povo romano; agora querem amordaçar o povo francês. Compreendo, isto é muito mais bonito, isto tenta. Apenas, tomem cuidado! É difícil. Este aqui é um leão que está bem vivo. (*Agitação*).

Mas, a quem querem mal? Vou-lhes dizer. Querem mal à razão humana. Por que? Porque ela esclarece (*Sim! Sim! – Não! Não!*).

Sim, querem que lhes diga o que os incomoda? É essa quantidade enorme de luz livre que a França emana há três séculos, luz toda feita de razão, luz hoje mais brilhante do que nunca, luz que fez da nação francesa a nação esclarecedora, de tal maneira que se percebe a clareza da França na face de todos os povos do universo (*Sensação*). Pois bem, esta clareza que a França irradia, esta luz livre, esta luz direta, esta luz que não vem de Roma, que vem de Deus, eis o que querem extinguir, eis o que queremos conservar. (*Sim! Sim! Bravos à esquerda*).

Rejeito sua lei. Eu a rejeito porque ela confisca o ensino primário, porque degrada o ensino secundário, porque abaixa o nível da ciência, porque diminui o meu país. (*Sensação*)

Eu a rejeito porque sou daqueles que têm um aperto no coração e vermelho nas faces cada vez que a França sofre, por uma causa qualquer, uma diminuição – quer se trate de uma diminuição de território, como pelos tratados de 1815⁹, quer se trate de uma diminuição de grandeza intelectual, como por sua lei! (*Vivos aplausos à esquerda*).

Senhores, antes de terminar, permitam-me dirigir aqui, do alto da tribuna, ao partido clerical, ao partido que nos invade (*Ouçam, ouçam!*) um sério conselho. (*Rumores à direita*).

Não é habilidade que lhe falta. Quando as circunstâncias o ajudam, ele é forte, muito forte, demasiado forte! (*Movimento*). Sabe a arte de manter uma nação num estado misto e lamentável, que não é a morte, mas não é mais a vida. (É verdade!) E chama a isto governar. (*Risos*).

É governo pela letargia. (*Risos*). Mas que tome cuidado, nada de parecido convém à França. É um jogo perigoso o de deixar entrever, somente entrever, a esta França, este ideal: a sacristia soberana, a liberdade traída, a inteligência vencida e amarrada, os livros despedaçados, a espora substituindo a imprensa, a noite feita nos espíritos pela sombra das sotainas, e os gênios domados pelos coroinhas! (*Aclamações à esquerda. – Negações furiosas à direita*).

É verdade, o partido clerical é hábil; mas isto não o impede de ser ingênuo. (*Hilaridade*). Como! Ele receia o socialismo! Como! Vê

9. Tratados subsequentes à derrota da França em Waterloo (1815).

subir a onda, ao que diz, e lhe opõe, a esta onda que sobe, não sei que obstáculo de boia flutuante! Vê a maré subir e imagina que a sociedade será salva porque ele terá combinado, para defendê-la, as hipocrisias sociais com as resistências materiais, e terá posto um jesuíta por toda parte em que não houver um policial! (*Risos e aplausos*). Que pena!

Repito, que tome cuidado, o século XIX lhe é contrário; que não se obstine, que renuncie a dominar esta grande época cheia de instintos profundos e novos, senão não conseguirá mais do que enfurecê-la; desenvolverá imprudentemente o lado perigoso de nosso tempo, fazendo surgir eventualidades terríveis. Sim, com este sistema que faz sair, insisto, a educação da sacristia e o governo do confessionário... (*Longa interrupção. Gritos: à ordem! Vários membros da direita se erguem. O sr. Presidente e Victor Hugo trocam palavras que não chegam até nós. Violento tumulto. O orador prossegue, voltando-se para a direita*).

Senhores, querem muito, como dizem, a liberdade de ensino; tentem querer um pouco a liberdade da tribuna. (*Risos. O rumor se aplaca*).

Com essas doutrinas que uma lógica inflexível e fatal acarreta, apesar dos próprios homens, e fecunda para o mal, com estas doutrinas que despertam horror quando se olham na história... (*Novos gritos: à ordem. O orador, interrompendo-se*).

Senhores, o partido clerical, eu já lhes disse, nos invade. Combato-o, e no momento em que este partido se apresenta com uma lei na mão, é meu direito de legislador examinar esta lei e examinar este partido. Os senhores não me impedirão de fazê-lo. (*Muito bem!*) Continuo.

Sim, com este sistema, esta doutrina e esta história, que o partido clerical o saiba, por toda parte onde estiver, engendrará revoluções; por toda parte, para evitar Torquemada¹⁰, lançar-se-ão nos braços de Robespierre¹¹. (*Sensação*). Eis o que faz do partido que se intitula partido católico um sério perigo público. E os que como eu receiam igualmente pelas nações a sublevação anárquica e o amolecimento sacerdotal, lançam o grito de alarme. Enquanto ainda há tempo, que se pense bem nisso! (*Clamores à direita*).

10. Grande Inquisidor da Espanha.

11. Um dos líderes da Revolução Francesa.

Os senhores me interrompem. Gritos e murmúrios cobrem minha voz. Senhores, eu lhes falo, não como agitador, mas como homem honesto morigerado. (*Ouçam! Ouçam!*) Ah! Senhores, será que por acaso lhes sou suspeito?

GRITOS À DIREITA – Sim! Sim!

VICTOR HUGO – Como! Sou suspeito para os senhores? É o que dizem?

GRITOS À DIREITA – Sim! Sim!

(*Tumulto inexprimível. Uma parte da direita se ergue e interpela o orador impassível na tribuna.*)

Pois bem, quanto a esse ponto, é mister explicar-se (*Restabelece-se o silêncio*). É de alguma forma um assunto pessoal. Ouvirão, penso eu, uma explicação que os senhores mesmos provocaram. Ah! Eu lhes sou suspeito! E de que? Mas no ano passado eu defendia a ordem em perigo como defendo hoje a liberdade ameaçada! Como defenderei a ordem amanhã, se o perigo voltar desse lado. (*Movimento*).

Eu lhes sou suspeito! Mas seria eu suspeito quando cumpria o meu mandato de representante de Paris, ao impedir o derramamento de sangue nas barricadas de junho? (*Bravos à esquerda. Novos gritos à direita. O tumulto recomeça.*)

Pois bem! Não querem nem mesmo ouvir uma voz que defende resolutamente a liberdade! Se lhes sou suspeito, os senhores também o são para mim. Entre nós o país julgará (*Muito bem! Muito bem!*)

Senhores, uma última palavra. Sou talvez um desses que tiveram a felicidade de prestar à causa da ordem, nos tempos difíceis, num passado recente, alguns serviços obscuros. Estes serviços podem ter sido esquecidos; não os lembrarei. Mas no momento em que falo, tenho o direito de me apoiar nisso! (*Não! Não! – Sim! Sim!*)

Pois bem! Apoiado neste passado, declaro, na minha convicção, o que é mister à França é a ordem, mas a ordem viva, que é o progresso; é a ordem, mas aquela que resulta de um crescimento normal, tranquilo, natural, do povo; é a ordem fazendo-se a um tempo nos fatos e nas ideias pela plena irradiação da inteligência nacional. É o contrário da sua lei (*Viva adesão à esquerda*).

Sou dos que querem para este nobre país a liberdade e não a compressão, o crescimento contínuo e não o amortecimento, o poder e não a servidão, a grandeza e não o nada! (*Bravo! À esquerda*). Como! São essas as leis que nos trazem? Como! Os senhores, governantes, os senhores, legisladores, querem deter-se! Querem deter a França! Querem petrificar o pensamento humano, sufocar o archote divino, materializar o espírito! (*Sim! Sim! - Não! Não!*). Mas não veem, então, os próprios elementos do tempo em que vivem. São então como que estrangeiros em seu próprio século (*Profunda sensação*).

Como! É neste século, neste grande século das novidades, dos acontecimentos, das descobertas, das conquistas, que sonham com a imobilidade! (*Muito bem!*) É neste século de esperança que proclamam o desespero! (*Bravo!*) Como! Jogam por terra, como homens fatigados do esforço, a glória, o pensamento, a inteligência, o progresso, o futuro, e dizem: basta! Não vamos mais longe, detenhamo-nos aqui! (*Negações à direita*). Mas não veem que tudo vai, vem, se move, cresce, se transforma e se renova ao seu redor, acima, abaixo? (*Movimento*).

Ah! Querem deter-se! Muito bem, repito com profundo pesar, eu que odeio as catástrofes e os desmoronamentos, eu os advirto com a morte na alma (*Risos à direita*), não querem o progresso? Terão revoluções! (*Profunda agitação*). Aos homens assaz insensatos para dizer: a humanidade não caminhará, Deus responde com a terra que treme!

(*Longos aplausos à esquerda. O orador, descendo da tribuna, é cercado por uma multidão de membros que o felicitam. A Assembleia se dispersa tomada de viva emoção*).

1850

A DEPORTAÇÃO

Em seguida à Revolução de 1848, Victor Hugo foi eleito deputado, primeiro à Assembleia Constituinte da Segunda República e depois à Assembleia Legislativa, ambas em Paris. Destacou-se por seus discursos inflamados defendendo causas progressistas, caminhando cada vez mais para a esquerda. Quando Luís Bonaparte apresentou à Assembleia um projeto de lei draconiano destinado a punir os revolucionários de 1848, legislando sobre duas formas de deportação (a deportação simples e a deportação com prisão), Victor Hugo tomou a palavra contra o projeto na sessão de 5 de abril de 1850.

Senhores, entre as jornadas de fevereiro¹, jornadas que não se podem comparar a nada na história, houve um dia admirável, e foi aquele em que esta voz soberana do povo, que através dos rumores confusos da praça pública ditava os decretos do governo provisório, pronunciou a grande palavra: a pena de morte fica abolida em matéria política. (*Muito bem!*). Naquele dia todos os corações generosos, todos os espíritos sérios estremeceram. E com efeito, ver o progresso sair imediatamente, sair calmo e majestoso de uma revolução vibrante; ver surgir acima das massas comovidas o Cristo vivo e coroado; ver no meio deste desabamento imenso das leis humanas desprender-se em todo o seu esplendor a lei divina (*Bravo!*); ver a multidão comportar-se como um sábio; ver todas essas paixões, todas essas inteligências, todas essas almas, na véspera ainda cheias de cólera, todas essas bocas que acabavam de rasgar cartuchos, unirem-se e confundirem-se num só grito, o mais belo que possa ser proferido por voz humana:

1. De 1848.

clemência! Esse foi, senhores, para os filósofos, para os jornalistas, para o cristão, para o político, para a França e para a Europa, um magnífico espetáculo.

Aqueles mesmos que os acontecimentos de fevereiro feriam em seus interesses, em seus sentimentos, em suas afeições, mesmo aqueles que gemiam, mesmo aqueles que tremiam, aplaudiram e reconheceram que as revoluções podem misturar o bem às suas explosões mais violentas e que elas têm isto de maravilhoso: basta-lhes uma hora sublime para apagar todas as horas terríveis (*Sensação*).

De resto, senhores, esse triunfo súbito e ofuscante, embora parcial, do dogma que prescreve a inviolabilidade da vida humana, não espantou os que conhecem o poderio das ideias. Nos tempos comuns, no que se convencionou chamar os tempos calmos, por não se perceber o movimento profundo que ocorre sob a imobilidade aparente da superfície, nas épocas chamadas pacíficas, desdenham-se de bom grado as ideias; é de bom gosto zombar delas. Sonho, declamação, utopia, exclamam. Só se levam em conta os fatos, e quanto mais são materiais, mais estimados são. Só se dá importância aos homens de negócios, aos espíritos *práticos*, como se diz em certo jargão (*muito bem!*), e aos tais homens positivos que não são, afinal de contas, senão homens negativos (*é verdade!*).

Mas que uma revolução irrompa, e os homens de negócios, os homens hábeis, que pareciam colossos, não são mais do que anões; todas as realidades que não têm a proporção dos novos acontecimentos desmoronam e desaparecem; os fatos materiais caem e as ideias crescem até o céu (*Movimento*).

Assim, por essa força súbita de expansão que as ideias adquirem em tempos de revolução, é que se fez essa grande coisa, a abolição da pena de morte em matéria política.

Senhores, essa grande coisa, o decreto fecundo que contém em germe todo um código, esse progresso que era mais do que um progresso, era um princípio, a Assembleia Constituinte a adotou e consagrou. Ela a colocou, eu direi, quase no vértice da Constituição, como um mag-

nífico avanço feito pelo espírito da revolução ao espírito da civilização, como uma conquista, mas sobretudo como uma promessa, como uma espécie de porta aberta que deixa penetrar, no meio dos progressos obscuros e incompletos do presente, a luz serena do futuro.

E com efeito, num tempo dado, a abolição da pena capital em matéria política deve conduzir e conduzirá necessariamente, pela onipotência da lógica, à abolição pura e simples da pena de morte! (*Sim! Sim!*).

Pois bem, senhores, essa promessa, pretende-se hoje retirá-la! Essa conquista, pretende-se renunciar a ela! Esse princípio, isto é, a coisa que não recua, pretende-se rompê-lo! Essa jornada memorável de fevereiro, marcada pelo entusiasmo de um grande povo e pelo parto de um grande progresso, trata-se de apagá-la da história! Sob o título modesto de Lei Sobre Deportação, o governo nos envia e sua comissão lhes propõe adotar um projeto de lei que o sentimento público, que não se engana, já traduziu e resumiu numa só linha, que é esta: a pena de morte é restabelecida em matéria política. (*Bravos à esquerda – Negações à direita – Não é disso que se trata! – Preenche-se uma lacuna do Código! Eis tudo. – É para substituir a pena capital!*)

Os senhores ouvem: os autores do projeto, os membros da Comissão, os respeitáveis chefes da maioria gritam e dizem: – “Não se trata de maneira alguma disso, há uma lacuna no Código Penal, queremos preenchê-la, nada mais do que isto. Queremos simplesmente substituir a pena de morte”. Não é isso? Será bem o que dizem? Querem então simplesmente substituir a pena de morte, e como o fazem? Combina-se o clima... Sim, seja lá o que fizerem, senhores, podem procurar, escolher, explorar, ir das Marquesas a Madagascar, e voltar de Madagascar às Marquesas, que o sr. Almirante Bruant chama de *túmulo dos europeus*, o clima do local de deportação será sempre, comparado com o da França, um clima assassino, e a aclimatação, já muito difícil para pessoas livres, satisfeitas, colocadas nas melhores condições de atividade e de higiene, será impossível, compreendem, absolutamente impossível para infelizes detentos. (É verdade!)

Prossigo. Querem então simplesmente substituir a pena de morte. E o que se faz? Combina-se o clima, o exílio e a prisão. O clima dá a sua malignidade, o exílio sua tristeza, a prisão seu desespero; em lugar de um carrasco, têm-se três. A pena de morte é substituída. (*Profunda sensação*). Ah! Deixem essas precauções com as palavras, deixem essa fraseologia hipócrita; sejam pelo menos sinceros e digam conosco: a pena de morte está restabelecida! (*Bravo! À esquerda*).

Sim, restabelecida; sim, é a pena de morte! E eu vou lhes provar na seqüência, menos terrível na aparência, mais terrível na realidade! (*É verdade! É isto*).

Senhores, a lei que lhes propõem é má, é bárbara, é iníqua. Os senhores a repudiarão. Tenho fé em sua sabedoria e em sua humanidade. Pensem nisso no momento do voto. Quando os homens colocam numa lei a injustiça, Deus coloca nela a justiça e fere com essa lei os que a fizeram. (*Movimento geral e prolongado*).

Uma última palavra, ou para melhor dizer, uma última prece, uma última súplica.

Ah! Acreditem em mim, dirijo-me aos senhores, a todos, homens de todos os partidos que têm assento neste recinto, e entre os quais há em todos esses bancos tantos corações elevados e tantas inteligências generosas, acreditem em mim, eu lhes falo com profunda convicção e profunda dor, não é um bom emprego de nosso tempo fazer leis como essa (*Muito bem! É verdade!*). Não é um bom emprego de nosso tempo estendermos uns aos outros ciladas numa penalidade terrível e obscura, e cavar para os nossos adversários abismos de miséria e de sofrimento, onde iremos nós mesmos cair talvez! (*Agitação*).

Meu Deus! Quando cessaremos de nos ameaçar e de nos dilacerar? Temos, entretanto, muita coisa a fazer! Temos ao redor de nós, os trabalhadores que pleiteiam oficinas, as crianças que pleiteiam escolas, os velhos que pleiteiam asilos, o povo que pleiteia pão, a França que pleiteia glória! (*Bravos! à esquerda – Risos à direita*).

Temos uma sociedade nova a fazer sair das entranhas da sociedade antiga, e, quanto a mim, sou dos que não querem sacrificar nem a criança, nem a mãe. (*Movimento*). Ah! Não temos tempo para nos odiar! (*Novo movimento*).

O ódio gasta a força, e, de todas as maneiras de gastar a força, é a mais daninha. (*Muito bem! Bravo!*). Reunamos fraternalmente todos os nossos esforços, ao contrário, num objetivo comum, o bem do país. Em lugar de fabricar penosamente leis de irritação e de animosidade, leis que caluniam os que as fazem (*Movimento*), procuremos em conjunto, e cordialmente, a solução do temível problema de civilização que nos é colocado, e que contém, segundo o que dele soubermos fazer, as catástrofes mais fatais ou o futuro mais grandioso. (*Bravos! à esquerda*).

Somos uma geração predestinada, chegamos a uma crise decisiva, e temos maiores e mais pesados deveres do que nossos pais tiveram. Nossos pais só tinham a França para servir; nós temos a França para salvar. Não, não temos tempo para nos odiar! (*Movimento prolongado*). Eu voto contra o projeto de lei! (*Aclamações à esquerda e longos aplausos – A sessão é suspensa, enquanto todo o lado esquerdo desce em massa e vem felicitar o orador junto da tribuna*).

1850

SUFRÁGIO UNIVERSAL

Discurso pronunciado na Assembleia Legislativa durante a discussão do projeto que se tornaria lei e que opunha restrições ao direito de votar. Assim cerceava drasticamente as conquistas do povo expressas na Constituição, a exemplo de tantas outras que seriam revogadas no período, sob a responsabilidade de Luis Bonaparte e do Segundo Império. A França foi dos primeiros países do mundo a instituir o sufrágio universal, um dos feitos da Revolução de 1848, mesmo que exclusivamente masculino: as mulheres só teriam o direito de votar reconhecido em 1945.

Senhores, a Revolução de Fevereiro¹ – quanto a mim, visto que ela parece vencida, uma vez que está sendo caluniada, procurarei todas as ocasiões para enaltecê-la no que tem feito de magnânimo e de belo (*Muito bem! Muito bem!*). A revolução de fevereiro teve dois magníficos pensamentos. O primeiro, eu lhes relembra há poucos dias, foi subir ao cume da ordem política e daí arrancar a pena de morte; o segundo foi o de elevar subitamente as mais humildes regiões da ordem social ao nível das mais altas e aí instalar a soberania.

Dupla e pacífica vitória do progresso que, de um lado, engrandecia a humanidade, que, de outro, constituía o povo, enchia de luz tanto quanto o mundo político o mundo social, e que os regenerava e os consolidava ambos a um tempo, um pela clemência, outro pela igualdade (*Bravo! à esquerda*).

Senhores, o grande ato, conjuntamente político e cristão, pelo qual a revolução de fevereiro fez penetrar seu princípio até às próprias

1. Outro nome pelo qual é conhecida a Revolução de 1848, também chamada de “A Primavera dos Povos”.

raízes da ordem social, foi o estabelecimento do sufrágio universal: feito capital, feito imenso, acontecimento considerável que introduziu no Estado um elemento novo, irrevogável, definitivo. Notem, senhores, todo o seu alcance. Certamente foi uma grande coisa reconhecer o direito de todos, compor a autoridade universal com a soma das liberdades individuais, dissolver o que restava das castas na unidade augusta de uma soberania comum, e preencher com o mesmo povo todos os compartimentos do velho mundo social; certamente, isto foi grande. Mas, senhores, é sobretudo em sua ação sobre as classes qualificadas até então como classes inferiores que aparece a beleza do sufrágio universal. (*Risos irônicos à direita*)

Senhores, seus risos me obrigam a insistir. Sim, o maravilhoso aspecto do sufrágio universal, o lado eficaz, o lado político, o lado profundo, não foi acabar com o bizarro interdito eleitoral que pesava, sem que se pudesse adivinhar porque – mas essa era a sabedoria dos grandes homens de Estado daquela época (*Risos à esquerda*) – que são os mesmos dos tempos de hoje (*Novos risos aprovadores à esquerda*); não foi digo eu, o de levantar o bizarro interdito eleitoral que pesava sobre uma parte do que se chamava a classe média, e mesmo do que se chamava a classe alta; não foi o de restituir seu direito ao homem que era advogado, médico, letrado, administrador, oficial, professor, padre, magistrado, e que não era eleitor; ao homem que era jurado e que não era eleitor; ao homem que era membro do Instituto e que não era eleitor; ao homem que era par de França e não era eleitor; não, o lado maravilhoso, repito, o lado profundo, eficaz, político, do sufrágio universal, foi o de ir procurar nas regiões dolorosas da sociedade, no rebotalho, como dizem os senhores, o ser curvado sob o peso das negações sociais, o ser machucado que, até então, não havia tido outra esperança senão a revolta e de lhe trazer a esperança sob outra forma (*Muito bem!*) e de lhe dizer: Vota! Não te batas mais! (*Movimento*). Foi devolver sua parte de soberania àquele que até então só tivera sua parte de sofrimento! Foi abordar em suas trevas materiais e morais o desafortunado que, em sua miséria extrema, não tinha outra arma, outra defesa, outro recurso senão a violência, e

retirar-lhe a violência, e colocar-lhe nas mãos, em lugar da violência, o direito! (*Bravos prolongados*).

Sim, a grande sabedoria desta revolução de fevereiro que, tomando por base da política o Evangelho (*À direita: Que falta de piedade!*), instituiu o sufrágio universal; sua grande sabedoria e ao mesmo tempo sua grande justiça, não foi somente confundir e dignificar no exercício do mesmo poder soberano o burguês e o proletário; foi procurar no acabrunhamento, no desamparo, no abandono, neste rebaixamento que aconselha tão mal, o homem desesperado, e dizer-lhe: Espera! O encolerizado e dizer-lhe: Raciocina! O mendigo, como é chamado, o vagabundo, como é chamado o pobre, o indigente, o deserdado, o infeliz, o miserável como o chamam, e torná-lo cidadão! (*Aclamações à esquerda*).

Vejam, senhores, como o que é profundamente justo é sempre ao mesmo tempo profundamente político: o sufrágio universal, dando uma cédula eleitoral aos que sofrem, lhes retira o fuzil das mãos. Dando-lhes o poder, dá-lhes a calma. Tudo o que engrandece o homem, o aplaca. (*Movimento*).

O sufrágio disse a todos, e não conheço mais admirável fórmula da paz pública: fiquem tranquilos, são soberanos. (*Sensação*).

E acrescenta: Sofrem? Pois bem! Não agravem seus sofrimentos, não agravem as misérias públicas pela revolta. Sofrem? Pois bem! Vão trabalhar vocês mesmos, a partir de agora, na grande obra da destruição da miséria, por homens que serão seus, por homens nos quais colocarão sua alma e que serão, de algum modo, a sua mão. Fiquem tranquilos.

Depois, para os que estivessem tentados a ser recalcitrantes, ele diz:

– Votaram? Sim. Esgotaram seu direito, tudo está dito. Quando o voto falou, a soberania se pronunciou. Não pertence a uma fração fazer ou desfazer a obra coletiva. São cidadãos, livres, sua hora chegará, saibam esperar. Enquanto esperam, falem, escrevam, discutam, contestem, ensinem, esclareçam; esclareçam-se, esclareçam os demais: vocês têm por si, hoje, a verdade, amanhã a soberania; são fortes. Como! Dois modos de ação estão à vossa disposição, o direito do soberano e o

papel do rebelde; e escolherão o papel do rebelde? Seria uma estupidez e seria um crime. (*Aplausos à esquerda*).

Eis os conselhos que dá às classes sofredoras o sufrágio universal. (*Sim! Sim! À esquerda – Risos à direita*).

Senhores, dissolver as animosidades, desarmar os ódios, fazer cair o cartucho das mãos da miséria, reerguer o homem injustamente rebaixado e sanear o espírito doente pelo que há de mais puro no mundo, o sentimento do direito livremente exercido, retomar de cada um o direito da força, que é o fato natural, e entregar-lhe em troca a parte de soberania, que é o fato social; mostrar aos sofrimentos uma saída para a luz e o bem-estar, afastar as saídas revolucionárias, e dar à sociedade, advertida, o tempo de se preparar para elas, inspirar às massas essa paciência forte que faz os grandes povos: eis a obra do sufrágio universal (*Sensação profunda*), obra eminentemente social do ponto de vista do Estado, eminentemente moral do ponto de vista do indivíduo.

Meditem nisto, com efeito: nesta terra de igualdade e de liberdade, todos os homens respiram o mesmo ar e o mesmo direito. (*Movimento*). Há no ano um dia em que aquele que lhes obedece vê-se como seu igual, em que cada cidadão, entrando na balança universal, sente e constata o peso específico do direito de cidadania, e em que o menor faz equilíbrio ao maior. (*Bravos à esquerda – Risos à direita*). Há um dia no ano em que o ganha-pão, o jornaleiro, o peão, o homem que carrega fardos, o homem que quebra pedras à beira das estradas, julga o Senado, toma em suas mãos, endurecidas pelo trabalho, os ministros, os representantes, o presidente da República, e lhes diz: o poder sou eu! Há um dia no ano em que o mais imperceptível cidadão, em que o átomo social participa da vida imensa do país inteiro, em que o peito mais franzino se dilata com o ar vasto dos assuntos públicos; um dia em que o mais fraco sente em si a grandeza da soberania nacional, em que o mais humilde sente em si a alma da pátria! (*Aplausos à esquerda – Risos e rumor à direita*). Que acréscimo de dignidade para o indivíduo, e em consequência, de moralidade. Que satisfação e, conseqüentemente, que tranquilidade! Vejam o trabalhador que vai votar. Ele entra com o rosto

triste do proletário acabrunhado e sai com o olhar de um soberano. (*Aclamações à esquerda – Murmúrios à direita*).

Ora, o que é tudo isto afinal, senhores? É o fim da violência, é o fim da força bruta, é o fim do motim, é o fim do fato material e é o começo do fato moral. (*Movimento*). É, se permitem que eu evoque minhas próprias palavras, o direito de insurreição abolido pelo direito de sufrágio. (*Sensação*).

Pois bem! Os senhores, legisladores encarregados pela Providência de fechar os abismos e não de abri-los, os senhores, que vieram para consolidar e não para abalar, os senhores, representantes deste grande povo da iniciativa e do progresso, os senhores, homens de sabedoria e de razão, que compreendeis toda a santidade da vossa missão, e que certamente a ela não falharão, sabem o que vem fazer hoje essa lei fatal, essa lei cega que ousam tão imprudentemente propor-lhes? (*Profundo silêncio*).

Ela vem, digo-o com um frêmito de angústia, eu o digo com a ansiedade dolorosa do bom cidadão apavorado com as aventuras em que se precipita a Pátria, ela vem propor a essa assembleia a abolição do direito de sufrágio para as classes sofredoras, e em consequência, não sei que restabelecimento abominável e ímpio do direito de insurreição. (*Movimento prolongado*).

Eis em duas palavras toda a situação. (*Novo movimento*).

Sim, senhores, este projeto, que é toda uma política, faz duas coisas, faz uma lei e cria uma situação.

Uma situação grave, inesperada, nova, ameaçadora, complicada, terrível.

Vamos ao mais urgente. A vez da lei, considerada em si mesma, virá. Examinemos, em primeiro lugar, a situação.

Como! Depois de dois anos de agitação e de provações, inseparáveis, é preciso dizê-lo, de toda grande comoção social, o objetivo fora atingido!

Como! A paz estava feita! Como! O mais difícil da solução, o processo, fora encontrado e, com o processo, a certeza. Como! O modo

de criação pacífica do progresso havia substituído o modo violento; as impaciências e as cóleras estavam desarmadas. A substituição do direito de revolta pelo direito de sufrágio estava consumada; o homem das classes sofredoras havia aceitado, havia tranquila e nobremente aceitado. Nenhuma agitação, nenhuma turbulência. O infeliz sentira-se respaldado pela confiança social. Este novo cidadão, este soberano restaurado, havia entrado na cidade com uma dignidade serena. (*Aplausos à esquerda – Desde alguns instantes um rumor quase contínuo, vindo de alguns bancos da direita, se mistura à voz do orador. Victor Hugo se interrompe e se volta para a direita*).

Senhores, sei bem que essas interrupções calculadas e sistemáticas (*Negações à direita – Sim! Sim! À esquerda*) têm por objetivo desconcertar o pensamento do orador. (*É verdade!*) e retirar-lhe a liberdade de espírito. (*Muito bem!*). Mas aí está verdadeiramente um jogo bem triste e pouco digno de uma grande assembleia (*Negações à direita*). Quanto a mim, coloco o direito do orador sob a salvaguarda da maioria verdadeira, isto é, de todos os espíritos generosos e justos que têm assento em todas as bancadas, e que são sempre os mais numerosos entre os eleitos de um grande povo. (*Muito bem! À esquerda – Silêncio à direita*).

Prossigo. A vida pública tinha se apoderado do proletário sem o espantar nem o inebriar. Os dias de eleição eram para o país melhores do que dias de festa, eram dias de calma. (*É verdade!*). Em presença desta calma, o movimento dos negócios, das transações, do comércio, da indústria, do luxo, das artes, havia recomeçado; as pulsações da vida regular retornavam. Um admirável resultado fora obtido. Um imponente tratado de paz fora assinado entre o que se chama ainda o alto e o baixo da sociedade. (*Sim! Sim!*).

E é este o momento que escolhem para colocar de novo tudo em questão! E este tratado assinado, os senhores rasgam! (*Movimento*). E é precisamente este homem, o último na escala da vida que, agora, esperava subir pouco a pouco e tranquilamente, é esse pobre, é esse desventurado, outrora temível, agora reconciliado, apaziguado, confiante, fraterno, é ele que sua lei vai procurar! Por que? Para fazer uma

coisa insensata, indigna, odiosa, anárquica, abominável! Para tomar dele o seu direito de sufrágio! Para arrancá-lo das ideias de paz, de conciliação, de esperança, de justiça, de concórdia, e conseqüentemente, para devolvê-lo às ideias de violência! Mas que homens da desordem são os senhores? (*Novo movimento*).

Como? O porto fora encontrado, e são os senhores que recomeçam as aventuras? Como? O pacto estava concluído e são os senhores que o violam!

E por que esta violação do pacto? Por que esta agressão em plena paz? Por que esta indignação? Por que este atentado? Por que esta loucura? Por que? Vou-lhes dizer. É porque quis o povo, depois de haver nomeado quem os senhores desejavam, o que acharam muito bom, nomear quem os senhores não queriam, o que acharam muito mau. É porque ele julgou dignos de sua escolha homens que os senhores julgavam dignos de seus insultos. É porque é presumível que tenha a ousadia de mudar de opinião sobre os senhores desde que são o poder, e que ele pode comparar os atos aos programas, e o que havia sido prometido com o que se fez. (*É isso!*). Porque é provável que ele não ache seu governo sublime. (*Muito bem! – Risos*). É porque ele se permite não admirá-los como convém (*Muito bem! Muito bem! Movimento*). É porque ousa empregar seu voto a seu gosto, este povo, porque parece ter essa audácia espantosa de imaginar que é livre, e que, segundo toda aparência, passa pela sua cabeça essa outra ideia estranha, de que é soberano. (*Muito bem!*). É, enfim, porque tem a insolência de lhes dar um parecer sobre essa forma pacífica de votação e de não se prosternar pura e simplesmente diante dos senhores! (*Movimento*). Então os senhores ficam indignados, encolerizados, declaram a sociedade em perigo e exclamam: vamos castigá-lo, povo! Vamos puni-lo, povo! Você vai ver conosco, povo! – E como aquele maníaco de que nos fala a história, surram o oceano a pauladas! (*Aclamação à esquerda*).

Que a assembleia me permita aqui uma observação que, segundo o meu modo de ver, esclarece até o fundo e com uma luz verdadeira e tranquilizadora, essa grande questão do sufrágio universal.

Como! O governo quer restringir, diminuir, podar, mutilar o

sufrágio universal! Mas terá refletido bem? Vejamos, os senhores, ministros, homens sérios, homens políticos, terão se dado bem conta do que é o sufrágio universal? O sufrágio universal verdadeiro, o sufrágio universal sem restrições, sem exclusões, sem desconfiças, como a revolução de fevereiro o estabeleceu, como o compreendem e o querem os homens do progresso? (*No banco dos ministros: é a anarquia! Não queremos isso!*).

Eu os escuto, os senhores me respondem: – “Não a queremos! É o modo de criação da anarquia!” (*Sim! Sim! À direita*). Pois bem, é precisamente o contrário. É o modo de criação do poder. (*Bravo! À esquerda*). Sim, é preciso dizê-lo, e dizê-lo bem alto, e insisto nisso, isto, no meu modo de ver, devia esclarecer toda essa discussão: o que decorre do sufrágio universal é a liberdade, sem dúvida alguma, mas é ainda mais que a liberdade, o poder!

O sufrágio universal, no meio de todas as nossas oscilações tempestuosas, cria um ponto fixo. Esse ponto fixo é a vontade nacional legalmente manifestada; a vontade nacional, robusta amarra do Estado, âncora de bronze que não se rompe, e contra a qual vêm bater inutilmente um a um o preamar das revoluções e o baixamar das reações! (*Profunda sensação*).

E para que o sufrágio universal possa criar esse ponto fixo, para que possa liberar a vontade nacional em toda a sua plenitude soberana, é preciso que não tenha nada de contestável. (*É verdade! É isso!*); é preciso que seja realmente o sufrágio universal, vale dizer, que não deixe ninguém, absolutamente ninguém, fora do voto; que ele faça da cidade a coisa de todos, sem exceção; porquanto, em tal matéria, fazer uma exceção é cometer uma usurpação. (*Bravo!*). É preciso, numa palavra, que não deixe a quem quer que seja o direito horrível de dizer à sociedade: não a conheço! (*Movimento prolongado*).

Nessas condições, o sufrágio universal produz o poder, um poder colossal, um poder superior a todos os assaltos, mesmo os mais terríveis; um poder que poderá ser atacado, mas que não poderá ser derrubado, como testemunha o 15 de maio, como testemunha o 23 de

junho! (*É verdade! É verdade!*); um poder invencível porque se apoia no povo como Anteu² que se apoiava na terra! (*Aplausos à esquerda*). Sim, graças ao sufrágio universal, os senhores criam e põem a serviço da ordem uma força em que se condensa todo o poder da nação; um poder para o qual só há uma coisa impossível, é destruir seu princípio, é matar o que o engendrou (*Novos aplausos à esquerda*).

Graças ao sufrágio universal, em nossa época em que flutuam e se desmoronam todas as ficções, encontramos o fundo sólido da sociedade. Ah! Os senhores sentem-se embaraçados com o sufrágio universal, homens de Estado! Ah! Não sabem o que fazer com o sufrágio universal! Deus! É o ponto de apoio, é o inabalável ponto de apoio que bastaria a um Arquimedes³ político para erguer o mundo! (*Longa aclamação à esquerda*).

Ministros, homens que nos governam, destruindo o caráter integral do sufrágio universal, os senhores atentam contra o próprio princípio do poder, do único poder possível hoje! Como não veem isso?

Vejam, querem que lhes diga? Os senhores não sabem nem mesmo o que são nem o que fazem. Não acuso suas intenções, acuso sua cegueira. Os senhores consideram-se, de boa-fé, conservadores, reconstrutores da sociedade, organizadores? Pois bem! Lamento destruir sua ilusão; à sua revelia, candidamente, inocentemente, são revolucionários! (*Longa e universal sensação!*).

Sim! E revolucionários da mais perigosa espécie, revolucionários da espécie ingênua! (*Hilaridade geral*). Os senhores têm, e vários dos senhores já o provaram, esse talento maravilhoso de fazer revoluções sem o ver, sem o querer e sem o saber (*Nova hilaridade*), querendo fazer outra coisa! (*Risos – Muito bem! Muito bem!*) Dizem-nos: fiquem tranquilos! Pegam em suas mãos, sem perceber que isso pesa, a França, a sociedade, o presente, o futuro, a civilização, e os deixam cair no chão por descuido! Fazem a guerra ao abismo, lançando-se nele de cabeça

2. Na mitologia grega, gigante filho de Gaia, a Terra, que quando em luta pisava o chão para renovar as forças; derrotado por Hércules, que o ergueu nos braços e o esmagou.

3. Cientista grego da cidade de Siracusa (Sicília), na Antiguidade.

baixa! (*Longo movimento. O sr. de Hautpoul ri*).

Pois bem! O abismo não se abrirá! (*Sensação*). O povo não sairá de sua calma! O povo calmo é o futuro salvo. (*Aplausos à esquerda – Rumores à direita*).

A inteligente e generosa população parisiense sabe disso, vejam, e digo sem compreender como é que palavras tais possam suscitar murmúrios, Paris oferecerá este grande e instrutivo espetáculo que, se o governo é revolucionário, o povo é conservador. (*Bravo! Bravo! Risos à direita*).

Ele tem que conservar, com efeito, este povo, não somente o futuro da França, mas o futuro de todas as nações! Ele deve conservar o progresso humano de que a França é a alma, a democracia de que a França é o lar, e este trabalho magnífico que a França faz, e que, das alturas da França, se espalha pelo mundo, a civilização pela liberdade! (*Explosão de bravos*). Sim, o povo sabe disso, e faça o que se fizer, repito, ele não vai se mexer. Ele que tem a soberania, saberá também ter a majestade. (*Movimento*). Esperará impassível que o seu dia, que o dia infalível, que o dia legal se levante! Como o faz já há oito meses, às provocações sejam elas quais forem, às agressões sejam quais forem, oporá a formidável tranquilidade da força e olhará, com o sorriso indignado e frio do desdém, suas pobres e pequeninas leis, tão furiosas e tão fracas, desafiar o espírito do século, desafiar o bom-senso público, desafiar a democracia e enterrar suas infelizes pequeninas unhas no granito do sufrágio universal! (*Aclamação prolongada à esquerda*).

Senhores, uma derradeira palavra. Tentei caracterizar a situação. Antes de descer da tribuna, permitam que caracterize a lei.

Esta lei, os homens de progresso poderiam temê-la como facho revolucionário; como meio eleitoral, a desdenham.

Não é que seja malfeita; ao contrário. Por muito ineficaz que seja e que será, é uma lei sábia, uma lei construída com todas as regras da arte. Faço-lhe esta justiça. (*Risos*).

Vejam, cada pormenor é uma habilidade. Passemos, por favor, uma revista instrutiva. (*Novos risos – Muito bem!*).

À simples residência decretada pela Constituinte, ela substitui sorrateiramente o domicílio. Em lugar de seis meses escreve seis anos e diz: É a mesma coisa (*Negações à direita*). Em lugar do princípio da permanência das listas, necessário à sinceridade da eleição, ela coloca, sem parecer tocá-la (*riso*), o princípio da permanência do domicílio, que atenta contra o direito do eleitor. Sem dizer uma palavra a respeito, risca o artigo 104 do Código Civil, que só exige para a constatação do domicílio uma simples declaração, e substitui este artigo 104 pelo censo indiretamente restabelecido e, à falta de censo, por uma espécie de sujeição eleitoral mal disfarçada do operário ao patrão, do servidor ao mestre, do filho ao pai. Cria, assim, imprudência misturada a tantas habilidades, uma surda guerra entre o patrão e o operário, entre o empregado e o senhor, e, coisa culpável, entre o pai e o filho. (*Movimento – É verdade!*).

Esse direito de sufrágio, que, creio ter demonstrado, faz parte da entidade do cidadão, esse direito de sufrágio sem o qual o cidadão não é um cidadão, esse direito que faz mais do que segui-lo, que se incorpora a ele, que respira no seu peito, que corre nas suas veias com seu sangue, que vai, vem, e se move com ele, que é livre com ele, que nasce com ele para só morrer com ele, esse direito inalienável, essencial, pessoal, vivo, sagrado (*Riso à direita*), esse direito que é o sopro, a carne e a alma de um homem, sua lei o toma do homem e o transporta ao que? – à coisa inanimada, à residência, ao monte de pedras, ao número da casa! Ela prende o eleitor à gleba! (*Bravos à esquerda – Murmúrios à direita*).

Continuo.

Ela empreende, realiza, como a coisa mais simples do mundo, essa enormidade de fazer suprimir pelo mandatário o título do mandante. (*Movimento*). E que mais ainda? Expulsa da cidade legal classes inteiras de cidadãos, proscree em massa certas profissões liberais, os artistas dramáticos, por exemplo, que o exercício de sua arte obriga a mudar de residência mais ou menos todos os anos.

À DIREITA – Os comediantes fora! Pois bem! Tanto melhor!

VICTOR HUGO – Verifico, e o *Monitor* verificará que, quando

lamentei a exclusão de uma classe de cidadãos digna entre todas de estima e de interesse, deste lado houve risos e disseram: Tanto melhor!

À DIREITA – Sim! Sim!

O SR. TH. BAC – É a excomunhão que retorna. Seus pais atiravam os comediantes fora da igreja, os senhores fazem melhor, atiram-nos fora da sociedade. (*Muito bem! À esquerda*).

À DIREITA – Sim! Sim!

VICTO HUGO – Passemos. Continuo o exame de sua lei. Ela aproxima, identifica o homem condenado por delito comum ao escritor atingido pelo delito de imprensa. (*À direita: e faz bem!*). Ela os confunde na mesma indignidade e na mesma exclusão. (*À direita: ela tem razão!*). De tal maneira que se Voltaire⁴ vivesse, com o atual sistema, que esconde sob uma máscara de austeridade transparente sua intolerância religiosa e sua intolerância política (*Movimento*), fariam certamente condenar Voltaire por ofensa à moral pública e religiosa... (*À direita: Sim! Sim! E fariam muito bem! – Thiers e Montalembert se agitam em seus bancos*).

O SR. TH. BAC – E Béranger⁵! Seria indigno!

OUTRAS VOZES – E Michel Chevalier⁶!

VICTOR HUGO – Não quis citar nenhum vivo. Tomei um dos maiores e mais ilustres nomes que existem entre os povos, um nome que é uma glória da França, e lhes digo: Voltaire cairia sob sua lei, e teriam na lista das indignidades e das exclusões o reincidente de justiça, Voltaire (*Longo movimento*).

À DIREITA – E seria muito bom! (*Inexprimível agitação em todos os bancos*).

VICTOR HUGO, prosseguindo – Seria muito bom, não é? Sim, os senhores teriam em suas listas de excluídos e de indignos o reincidente de justiça, Voltaire (*Novo movimento*), o que daria um grande prazer a Loyola⁷! (*Aplausos à esquerda e longas explosões de risos*).

4. Escritor e pensador francês da Ilustração.

5. Célebre *chansonnier* da Revolução Francesa e das causas do povo.

6. Político da Monarquia de Julho e do Segundo Império.

7. O padre jesuíta Ignacio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus.

Que lhes direi? Essa lei constrói, com habilidade funesta, todo um sistema de formalidades e de prazos que acarretam contravenções. Está cheia de laços e armadilhas onde se perderá o direito de três milhões de homens! (*Viva sensação*). Senhores, essa lei viola – e isto resume tudo – o que é anterior e superior à Constituição, a soberania da nação. (*Sim! Sim!*).

Contrariamente ao texto formal do artigo 1º desta Constituição, atribui a uma fração do povo o exercício da soberania que pertence à universalidade dos cidadãos e faz governar feudalmente três milhões de excluídos por seis milhões de privilegiados! Institui ilotas! (*Movimento*), fato monstruoso! Enfim, por uma hipocrisia que é ao mesmo tempo uma suprema ironia, e que de resto completa admiravelmente o conjunto das sinceridades reinantes, as quais chamam as proscricções romanas de anistia e a servidão do ensino de liberdade (*Bravos!*), essa lei continua a dar ao sufrágio restrito, ao sufrágio mutilado, ao sufrágio privilegiado, ao sufrágio de domiciliados, o nome de sufrágio universal! Assim o que discutimos neste momento, o que eu discuto, eu, nesta tribuna, é a lei do sufrágio universal! Senhores, esta lei, eu não direi – não queira Deus! – que foi Tartufo⁸ quem a fez, mas afirmo que foi Escobar⁹ quem a batizou. (*Vivos aplausos e hilaridade em todos os bancos*).

Pois bem! Insisto, com toda essa complicação de sutilezas, com toda essa conjugação de armadilhas, com todo esse amontoado de artimanhas, com todo esse andaime de combinações e de expedientes, sabem se, por impossível, ela for algum dia aplicada, qual será o resultado dessa lei? Nenhum. (*Sensação*).

Nenhum resultado para os senhores que a fizeram. (*À direita: é assunto nosso!*).

É que, como lhes dizia há pouco, seu projeto de lei é temerário, violento, monstruoso, mas é fraco. Nada iguala sua audácia a não ser sua impotência. (*Sim! É verdade!*).

8. Protagonista da comédia homônima de Molière, protótipo do beato hipócrita.

9. Padre jesuíta e casuísta espanhol do século XVII.

Ah! Se não fizesse correr à paz pública o imenso risco que acabo de mostrar a essa grande assembleia, eu lhes diria: Meu Deus! Votemos pela aprovação! Ele não poderá nada e não fará nada. Os eleitores mantidos vingarão os eleitores suprimidos. A reação terá recrutado para a oposição. Contem com isto. O soberano mutilado será um soberano indignado. (*Viva aprovação à esquerda*).

Vamos, façam isso! Cortem três milhões de eleitores, cortem quatro, cortem oito em nove milhões. Muito bem. O resultado será o mesmo para os senhores, senão pior. O que não poderão cortar são seus erros; são todos os contrassensos de sua política de repressão; é sua incapacidade fatal (*risos no banco dos ministros*), é sua ignorância do país atual; é a antipatia que lhes inspira e a antipatia que os senhores inspiram. (*Novo movimento*). O que não eliminarão é o tempo que marcha, é a hora que bate, é a terra que gira, é o movimento ascendente das ideias, é a progressão decrescente dos preconceitos, é o afastamento cada vez mais profundo entre o século e os senhores, entre as jovens gerações e os senhores, entre o espírito da liberdade e os senhores, entre o espírito da filosofia e os senhores. (*Muito bem! Muito bem!*).

O que os senhores não suprimirão é este fato ineludível que, enquanto os senhores vão por um lado, a nação vai por outro, o que para os senhores é o oriente, para ela é o poente, e que os senhores voltam as costas para o futuro, enquanto este grande povo da França, de face inteiramente iluminada pela aurora da humanidade nova que se ergue, volta as costas ao passado! (*Explosão de bravos à esquerda*).

Pois bem, façam seu sacrifício! Que isto lhes agrade ou não, o passado é o passado! (*Bravos!*) Tentem consertar seus velhos eixos e suas velhas rodas, atrelem dezessete homens de Estado, se quiserem. (*Riso geral*). Dezessete homens de Estado como reforço! (*Novos risos prolongados*). Arrastem em pleno dia do tempo presente e então! Será sempre o passado! Ver-se-á melhor a sua decrepitude, eis tudo. (*Risos e aplausos à esquerda – Murmúrios à direita*).

Vou resumir e concluir.

Senhores, esta lei é inválida, esta lei é nula, esta lei está morta, mesmo antes de ter nascido. E sabem o que a mata? É que ela mente! (*Profunda sensação*). É que é hipócrita no país da franqueza, é desleal no país da honestidade! É que não é justa, é que não é verdadeira, é que procura em vão criar uma falsa justiça e uma falsa verdade sociais! Não há duas justiças e duas verdades. Só existe uma justiça, aquela que vem da consciência, e só uma verdade, a que vem de Deus. Homens que nos governam, sabem o que mata sua lei? É que no momento em que vem furtivamente escamotear a cédula eleitoral, furta a soberania do bolso do fraco e do pobre, encontra o olhar severo, o olhar terrível da probidade nacional! Luz fulminante sob a qual sua obra de trevas se esvai (*Movimento prolongado*).

Aí está, tomem seu partido. No fundo da consciência de todo cidadão, do mais humilde ao maior, no fundo da alma – aceito suas expressões – do último mendigo, do último vagabundo, há um sentimento sublime, sagrado, indestrutível, incorruptível, eterno, o direito! (*Sensação*) Este sentimento, que é o elemento da razão do homem; que é o granito da consciência humana; o direito, eis o rochedo sobre o qual vêm naufragar e quebrar-se as iniquidades, as hipocrisias, os maus desígnios, as más leis, os maus governos! Eis o obstáculo escondido, invisível, obscuramente perdido no mais profundo dos espíritos, mas incessantemente presente e de pé, contra o qual os senhores chocar-se-ão sempre, e que não usarão jamais, façam o que fizerem! (*Não! Não!*). Eu lhes digo, perdem seu tempo. Não conseguirão arrancá-lo! Não conseguirão abalá-lo! Mais facilmente arrancariam o escolho do fundo do mar que o direito do coração do povo! (*Aclamações à esquerda*). Voto contra o projeto de lei. (*A sessão é suspensa em meio a inexprimível agitação*).

1850

LIBERDADE DE IMPRENSA

Debate na Assembleia Legislativa sobre a lei fiscal que vota o imposto do selo sobre os periódicos, na tentativa de fazer calar a imprensa republicana, mas atingindo também o teatro por meio do texto das peças. Lembre-se que o teatro, anterior ao advento do cinema e da televisão, era uma tribuna de discussão política, arregimentando boa parcela do público e servindo à agitação. As novas exigências não são inocentes e o dramaturgo Victor Hugo chama a atenção para elas.

Senhores, muito embora as verdades fundamentais, que são a base de toda democracia, e em particular da grande democracia francesa, tenham recebido em 31 de maio último um grave ataque, visto que o futuro jamais está fechado, é sempre tempo de lembrá-las a uma Assembleia Legislativa. Essas verdades, no meu modo de ver, são estas:

A soberania do povo, o sufrágio universal e a liberdade de imprensa são três coisas idênticas ou, para melhor dizer, são a mesma coisa com três nomes diferentes. As três juntas constituem o nosso direito público inteiro; a primeira é o princípio, a segunda é o meio, a terceira é o verbo. A soberania do povo é a nação em estado abstrato, é a alma do país. Ela se manifesta de duas formas; com uma mão escreve, é a liberdade de imprensa; com a outra vota, é o sufrágio universal.

Essas três coisas, esses três fatos, esses três princípios, ligados a uma solidariedade essencial, fazendo, cada um sua função, a soberania do povo vivificando, o sufrágio universal governando, a imprensa esclarecendo, se confundem numa estreita e indissolúvel unidade, e esta unidade é a República.

E vejam como todas as verdades se encontram e se acham de novo, porque, tendo o mesmo ponto de partida, têm necessariamente o mesmo ponto de chegada! A soberania do povo cria a liberdade, o sufrágio universal cria a igualdade, a imprensa, que faz a luz nos espíritos, cria a fraternidade.

Em toda parte onde esses três princípios – soberania do povo, sufrágio universal, liberdade de imprensa – existem no seu poderio e na sua plenitude, a República existirá, mesmo com o nome de monarquia. Onde esses três princípios forem reduzidos em seu desenvolvimento, oprimidos em sua ação, desprezados em sua solidariedade, contestados em sua majestade, há monarquia ou oligarquia, mesmo com o nome de República.

E é então, como nada mais está em ordem, que se pode ver este fenômeno monstruoso, de um governo renegado pelos próprios funcionários. Ora, de ser renegado a ser traído não há mais que um passo.

É então que os mais firmes corações põem-se a duvidar das revoluções, estes grandes acontecimentos desajeitados que fazem sair da sombra ao mesmo tempo tão altas ideias e homens tão pequenos! (*Aplausos*) Revoluções que consideramos benefícios quando vemos seus princípios, mas que certamente podemos chamar de catástrofes quando vemos seus ministros! (*Aclamações*).

Volto, senhores, ao que dizia.

Tomemos cuidado, e não o esqueçamos jamais, nós legisladores: estes três princípios, povo soberano, sufrágio universal, imprensa livre, vivem uma vida comum. Assim, vejam como se defendem reciprocamente! Se a liberdade de imprensa está em perigo, o sufrágio universal se ergue e a protege. Quando o sufrágio universal está ameaçado, a imprensa acorre e o defende. Senhores, todo atentado à liberdade de imprensa, todo atentado ao sufrágio universal é um atentado à soberania nacional. A liberdade mutilada é a soberania paralisada. A soberania do povo não existe, se não pode agir e se não pode falar. Ora, entrar o sufrágio universal é tirar-lhe a ação; entrar a liberdade de imprensa é retirar-lhe a palavra.

Pois bem, senhores, a primeira metade desta empresa perigosa (*Movimento*) foi feita em 31 de maio último. Querem agora fazer a segunda. Tal é o objetivo da lei proposta. É o processo da soberania do povo que se instrui, que se autua e que se quer levar ao fim. (*Sim! Sim! É isso mesmo!*). É impossível para mim não advertir a assembleia.

Senhores, confesso, acreditei em um momento em que o Gabinete renunciaria a esta lei.

Parecia-me, com efeito, que a liberdade de imprensa fora já inteiramente entregue ao governo. Com ajuda da jurisprudência, tinha-se contra a imprensa todo um arsenal de armas perfeitamente inconstitucionais, é verdade, mas perfeitamente legais. Que se podia desejar de mais e de melhor? A liberdade de imprensa não estava acaso esganada pelos sargentos da polícia municipal na pessoa do vendedor de jornais? Acuada na pessoa do anunciante? Multada na pessoa do distribuidor? Perseguida na pessoa do livreiro? Destituída na pessoa do impressor? Aprisionada na pessoa do gerente? Só lhe faltava uma coisa; infelizmente nosso século descrente se recusa a esse gênero de espetáculos úteis, era ser queimada viva na praça pública, numa boa fogueira ortodoxa, na pessoa do escritor. (*Movimento*).

Mas isto poderia acontecer. (*Risos de aprovação na esquerda*).

Vejam, senhores, onde é que estávamos, e como tudo estava bem arranjado! Da lei das licenças de oficinas gráficas, sadiamente compreendida, estabelecia-se uma muralha entre o jornalista e o impressor. Escrevam seu jornal, que seja. Não será impresso. Da lei sobre a venda avulsa, devidamente interpretada fazia-se uma muralha entre o jornal e o público. Imprimam seu jornal, que seja: não será distribuído! (*Muito bem*).

Entre essas duas muralhas, dupla cerca construída ao redor do pensamento, dizia-se à imprensa: você é livre! (*Risos*). O que acrescentava às satisfações do arbitrário as alegrias da ironia (*Novos risos*).

Que admirável lei em particular, essa lei das licenças de impressão! Os homens teimosos que querem que as constituições tenham um sentido, que tragam um fruto, que contenham uma lógica qualquer,

esses homens imaginavam que essa lei de 1814 estava virtualmente abolida pelo artigo 8 da Constituição, que proclama ou parece proclamar a liberdade de imprensa. Eles diziam, com Benjamin Constant¹, com Eusèbe Salverte², com Firmin Didot³, com o digno Sr. de Tracy⁴, que a lei das licenças era doravante um absurdo; que a liberdade de escrever era a liberdade de imprimir ou não era coisa alguma; que, libertando o pensamento, o espírito do progresso havia necessariamente libertado, ao mesmo tempo, todos os processos materiais de que se serve, o tinteiro no gabinete do escritor, a mecânica na oficina gráfica; que sem isso, a pretensa libertação do pensamento seria uma derrisão. Diziam que todas as maneiras de colocar a tinta em contato com o papel pertencem à liberdade; que o escritório e a imprensa são a mesma coisa; que a imprensa, afinal de contas, não é nada mais do que o escritório levado à sua mais alta potência; diziam que o pensamento foi criado por Deus para voar ao sair do cérebro do homem, e que a imprensa só faz dar-lhe esse milhão de asas de que falam as Escrituras. Deus a fez águia e Guttenberg⁵ a fez legião. (*Aplausos*). E que, se isto é uma infelicidade, é preciso resignar-se; porque, no século XIX, só há um ar respirável para as sociedades humanas, é a liberdade. Diziam enfim, esses homens obstinados, que num tempo que deve ser de ensino universal, que, para o cidadão de um país verdadeiramente livre – com a única condição de pôr em sua obra a marca de origem –, ter uma ideia no cérebro, ter do que escrever em sua mesa, ter uma impressora em casa eram três direitos idênticos; que negar um era negar os outros dois; que sem dúvida todos os direitos se exercem sob a reserva de se conformar às leis, mas que as leis devem ser tutoras e não carcereiras da liberdade. (*Viva aprovação à esquerda*).

Eis o que diziam os homens que têm a doença de teimar nos princípios, e que exigem que as instituições de um país sejam lógicas

1. Revolucionário de 1789 e político ativo entre 1815 e 1830; pensador que escreveu sobre a liberdade.

2. Poeta e *chansonnier*, foi depois político de ideias liberais, defensor da liberdade de imprensa e de edição, do laicismo e da abolição dos escravos.

3. Editor, tipógrafo e impressor francês.

4. Destutt de Tracy, homem da Revolução Francesa, escreveu extensamente sobre ideologia e exerceu enorme influência sobre seu tempo.

5. Inventor da imprensa.

e verdadeiras. Mas se eu acreditar nas leis que os senhores aprovam, temo que a verdade seja uma demagoga, que a lógica seja uma vermelha (*risos*), e que tudo isto não seja mais do que opiniões e linguagem de anarquistas e facciosos.

Vejam agora o sistema contrário! Como tudo aí se encadeia e se combina! Que boa lei, insisto nisso, essa a das licenças de impressão, entendida como se entende e praticada como se pratica! Que excelente coisa, proclamar ao mesmo tempo a liberdade do trabalhador e a servidão do instrumento, dizer: a pena é do escritor, mas o escritório é da polícia; a imprensa é livre, mas a oficina gráfica é escrava!

E, na aplicação, que belos resultados! Que fenômenos de equidade! Julguem. Eis um exemplo.

Há um ano, a 13 de junho, uma oficina impressora foi saqueada. (*Movimentos de atenção*). Por quem? Não me detenho nisso neste momento, procuro antes atenuar o fato do que agravá-lo; houve duas impressoras visitadas desta maneira, mas no momento limito-me a uma só. Uma impressora foi submetida à pilhagem, devastada, saqueada de alto a baixo.

Uma comissão, nomeada pelo governo, comissão de que o homem que lhes fala era membro, verifica os fatos, ouve o parecer dos peritos, declara que há motivo para indenização, e propõe, se não me engano, para essa impressora especialmente, um total de 75 mil francos. A decisão reparadora se faz esperar. No fim de um ano, o impressor vítima do desastre recebe enfim uma carta do ministro. Que lhe traz esta carta? A alocação de sua indenização? Não, a cassação de sua licença (*Sensação*).

Admirem, senhores! Furiosos devastam uma oficina gráfica. Compensação: o governo arruína o impressor. (*Novo movimento. — Neste momento o orador se interrompe. Está muito pálido e parece sentir-se mal. Gritam-lhe de todos os lados: descanse! O sr. de La Rochejacquelein lhe passa um frasco. Ele o respira e prossegue, ao fim de alguns instantes*).

Será que tudo isto não é maravilhoso? Será que não se desprendia, do conjunto de todos esses meios de ação colocados na mão do poder, toda a intimidação possível? Será que tudo não estava esgotado, em matéria de arbitrariedade e de tirania? Haveria algo além disso?

Sim, havia ainda esta lei.

Senhores, confesso, é difícil para mim falar com sangue frio deste projeto de lei. Sou apenas um homem acostumado, desde que existe, a tudo dever a essa santa e laboriosa liberdade do pensamento e, quando leio esse inqualificável projeto de lei, parece-me que vejo espancar minha mãe. (*Movimento*).

Entretanto, vou tentar analisar essa lei friamente.

O projeto, senhores, e este é seu caráter, procura criar obstáculos de todo tipo ao pensamento. Faz pesar sobre a imprensa política, além da caução comum, uma garantia de novo gênero, a caução eventual, a caução discricionária, a caução arbitrária (*risos e bravos*), a qual, dependendo da vontade do ministério público, poderá bruscamente elevar-se a somas monstruosas, cobráveis em três dias. Quebrando todas as regras do direito criminal, que presume sempre a inocência, o projeto presume a culpabilidade, e condena de antemão à ruína um jornal que ainda não foi julgado. No momento em que a folha incriminada transpõe a passagem da câmara de acusação à sala de julgamento, a fiança eventual está lá como espécie de mudo espião que o estrangula entre duas portas. (*Sensação profunda*). Depois, quando o jornal está morto, ela o joga aos jurados e lhes diz: julguem-no! (*Muito bem!*).

Esse projeto favorece uma imprensa à custa de outra, e coloca cinicamente dois pesos e duas medidas na mão da lei.

Fora da política, este projeto faz o que pode para diminuir a glória e a luz da França. Acrescenta impossibilidades materiais, impossibilidades de dinheiro, às numerosas dificuldades que já dificultam na França, a produção e o advento de talentos. Se Pascal⁶, se La Fontaine⁷, se Montesquieu⁸, se Voltaire⁹, se Diderot¹⁰, se Jean-Jacques¹¹ estivessem vivos, estariam sujeitos ao selo. Não haverá uma página ilustre que o

6. Matemático e filósofo francês do séc. XVII. Autor de *Pensamentos*.

7. Escritor e poeta francês, autor das *Fábulas* (século XVII).

8. Filósofo e pensador da Ilustração (século XVII-XVIII). Autor de *O espírito das leis*.

9. Escritor e pensador francês da Ilustração.

10. Pensador francês da Ilustração no século XVIII, dramaturgo e romancista, editor-chefe da *Encyclopédie*.

11. Jean-Jacques Rousseau, filósofo suíço do século XVIII, autor de *Do contrato social*.

teatro tanto quanto o jornal, e gostaria de quebrar nas mãos de Beaumarchais¹² o espelho em que Basílio se reconheceu. (*Bravos à esquerda*).

Continuo.

Não é menos incongruente do que maléfico. Suprime de um só golpe, não apenas em Paris, cerca de trezentos boletins especiais, inofensivos e úteis, que impeliam os espíritos para os estudos serenos e calmos. (*É verdade! É verdade!*).

Enfim, o que completa e coroa todos esses atos de lesa-civilização, torna impossível essa imprensa popular de pequenas brochuras, que é o pão da inteligência a preços módicos. (*Bravos! à esquerda. – À direita: nada de pequenas brochuras! tanto melhor, tanto melhor!*).

Em troca, cria um privilégio de circulação em proveito dessa miserável corriola ultramontana, à qual doravante está entregue a instrução pública. (*Sim! Sim!*). Montesquieu será entravado, mas o padre Lorriquet será livre.

Senhores, o ódio pela inteligência, aí está o fundo do projeto. Ele se crispa, como a mão de uma criança encolerizada, sobre o que? Sobre o pensamento do jornalista, sobre o pensamento do filósofo, sobre o pensamento do poeta, sobre o gênio da França. (*Bravo! Bravo!*).

Assim, o pensamento e a imprensa oprimidos de todas as formas, o jornal encurralado, o livro perseguido, o teatro suspeito, a literatura suspeita, os talentos suspeitos, a pena quebrada entre os dedos do escritor, a livraria liquidada, dez ou doze grandes indústrias nacionais destruídas, a França sacrificada ao estrangeiro, a falsificação belga protegida, o pão tirado aos operários, o livro tirado às inteligências, o privilégio de ler vendido aos ricos e subtraído aos pobres (*movimento*), o extintor dirigido a todas as tochas do povo, as massas detidas, coisa ímpia! Em sua ascensão para a luz, toda justiça violada, o júri destituído e substituído pelas câmaras de acusação, o confisco restabelecido pela enormidade das multas, a condenação e a execução antes do julgamento, eis este projeto! (*Longa aclamação*).

12. Autor da comédia *O barbeiro de Sevilha*, em que Basílio é personagem.

Não qualifico, narro. Se tivesse de caracterizá-lo, eu o faria numa só palavra: é toda a fogueira inquisitorial possível hoje. (*Movimento. Protestos à direita*).

Senhores, depois de trinta e cinco anos de educação do povo pela liberdade de imprensa; quando está demonstrado pelo brilhante exemplo dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Bélgica, que a imprensa livre é a um tempo o mais evidente sintoma e o elemento mais garantido da paz pública; depois de trinta e cinco anos, digo eu, de posse da liberdade de imprensa; depois de três séculos de onipotência intelectual e literária, eis a que chegamos! As expressões me faltam, todas as invenções da Restauração foram ultrapassadas; em presença de um tal projeto, as leis de censura são clemência, a lei de justiça e de amor é um benefício: peço que se erga uma estátua ao senhor de Peyronnet¹³! (*Risos e bravos à esquerda. Murmúrios à direita*).

Não se enganem! Isto não é uma injúria, é uma homenagem. O sr. de Peyronnet foi de longe ultrapassado por esses que assinaram sua condenação, da mesma forma que o sr. Guizot¹⁴ foi ultrapassado pelos que o acusaram (*sim! é certo! à esquerda*). O sr. de Peyronnet – eu lhe faço esta justiça – se se encontrasse neste recinto, eu não duvido, votaria contra esta lei com indignação e, quanto ao sr. Guizot, cujo grande talento honraria qualquer assembleia, se algum dia fizer parte desta, será ele, espero, quem depositará, nesta tribuna, o libelo acusatório contra o sr. Baroche¹⁵ (*Aclamação prolongada*).

Prossigo.

Eis então esse projeto, senhores, e chamam a isto uma lei! Não! Não é uma lei! Não! E eu tomo como testemunha a honestidade das consciências que me escutam, essa não será jamais uma lei do meu país! É demais, são decididamente demasiadas coisas malignas e demasiadas coisas funestas! Não! Não! Esta sotaina de jesuíta arrojada em cima de tantas iniquidades, os senhores não a tornarão a roupa da lei! (*Bravos!*).

13. Homem de estado francês que foi ministro do Interior em 1830.

14. Guizot foi várias vezes ministro da Monarquia de Julho (1830-1848), inclusive da instrução pública. Historiador, é autor de um dos primeiros livros sobre a Revolução Francesa.

15. Ministro da Justiça de Napoleão III.

Querem que lhes diga o que é isto, senhores? É um protesto de nosso governo contra nós mesmos, protesto que está no coração da lei, e que ouviram sair ontem do coração do ministro! (*Sensação*). Um protesto do ministério e de seus conselheiros contra o espírito de nosso século e o instinto de nosso país; isto é, um protesto do fato contra a ideia, do que não é mais do que assunto do governo contra o que é vida do governo, do que não é senão o poder contra o que é a potência, do que deve passar contra o que deve ficar; um protesto de alguns homens mesquinhos, que não têm de seu nem mesmo o minuto que passa, contra a grande nação e contra o imenso porvir! (*Aplausos*).

Ainda se esse protesto fosse apenas pueril, mas é fatal! Os senhores não se associarão a ele, compreenderão o perigo, rejeitarão a lei!

Pelo menos, assim espero; os clarividentes da maioria – e, no dia em que eles quiserem contar seriamente a si mesmos verão que são os mais numerosos –, os clarividentes da maioria acabarão por levar a melhor sobre os cegos, e reterão a tempo um poder que se perde e, cedo ou tarde, desta grande assembleia, destinada a se encontrar um dia face a face com a nação, ver-se-á sair o verdadeiro governo do país.

O verdadeiro governo do país não é o que nos propõem tais leis. (*Não! Não! — à direita: Sim! Sim!*).

Senhores, em um século como o nosso, para uma nação como a França, depois de três revoluções que fizeram surgir uma multidão de questões capitais de civilização numa ordem inesperada, o verdadeiro governo, o bom governo é o que aceita todas as condições do desenvolvimento social, que observa, estuda, explora, experimenta, que acolhe a inteligência como auxiliar, e não como inimiga, que ajuda a verdade a sair da confusão dos sistemas, que faz todas as liberdades servirem para fecundar todas as forças, que aborda de boa-fé o problema da educação para a criança e do trabalho para o adulto! O verdadeiro governo é o que não sente mal-estar pela luz que se avoluma, e ao qual o povo que

crece não faz medo! (*Aclamação à esquerda*).

O verdadeiro governo é o que coloca lealmente na ordem do dia, para aprofundar e resolver tranquilamente, todas essas questões tão prementes e tão graves do crédito, do salário, do desemprego, da circulação, da produção e do consumo, da colonização, do desarmamento, do mal-estar e do bem-estar, da riqueza e da miséria, todas as promessas da Constituição, numa palavra, a grande questão do povo!

O verdadeiro governo é o que organiza e não o que reprime! O que se coloca à frente de todas as ideias e não o que se põe no rastro de todos os rancores! O verdadeiro governo da França no século XIX não é, e não será jamais, o que vai na retaguarda! (*Sensação*).

Senhores, em tempos como os nossos, tomem cuidado com os passos atrás!

Falam muito de abismo, do abismo que aí está, escancarado, aberto, terrível, do abismo em que a sociedade pode cair.

Senhores, há um abismo, com efeito; mas não está adiante, está atrás dos senhores.

Os senhores não vão em sua direção, recuam para ele.

1853

A EXPIAÇÃO

Este poema, que figura num dos mais relevantes livros de poesia política existentes, Os castigos (Les châtiments), narra a retirada do Grande Exército napoleônico através do inclemente inverno russo. Atribui a derrota à expiação do crime cometido por Napoleão quando assumiu poderes ditatoriais como Primeiro Cônsul, para mais tarde sagrar-se Imperador, violando assim a Constituição e as conquistas da Revolução Francesa, em detrimento do povo. A resposta à interrogação de Napoleão a Deus, indagando porque ele e seus homens estão sendo punidos, só virá nas duas últimas palavras do poema: “Dezoito brumário”. Ou seja, conforme o calendário revolucionário, a data em que Napoleão se tornou ditador.

I

Nevava. Fomos vencidos por sua conquista.
 Pela primeira vez a águia¹ baixava a cabeça.
 Dias sombrios! O imperador voltava lentamente,
 Deixando atrás Moscou ardendo em chamas.
 Nevava. O rigoroso inverno se fundia em avalanche.
 Depois da planície branca, outra planície branca.
 Não reconhecíamos mais chefes nem bandeira.
 Ontem o Grande Exército, agora um rebanho.
 Não se distinguiam mais as alas nem o centro.
 Nevava. Os feridos se abrigavam no ventre
 Dos cavalos mortos; no limiar de acampamentos desolados
 Víamos sentinelas: em seu posto enregeladas

1. Emblema de Napoleão Bonaparte.

De pé, montados e mudos, brancos de geada
 Colando a boca de pedra às trombetas de cobre.
 Bolas de canhão, projéteis, obuses, misturados aos flocos brancos,
 Choviam; os granadeiros, surpresos por estarem tremendo,
 Marchavam pensativos, gelo no bigode grisalho.
 Nevava, nevava sempre! O vento frio
 Silvava, sobre o gelo, em lugares desconhecidos.
 Não tínhamos pão e íamos com os pés descalços.
 Não eram mais corações pulsantes, gente de guerra;
 Era um sonho errante na bruma, um mistério,
 Uma procissão de sombras sob o céu negro.
 A vasta solidão, impressionante de ver,
 Por todo lado aparecia, muda vingadora.
 O céu fazia sem ruído, com a neve espessa,
 Para este imenso exército uma imensa mortalha.
 E, cada um sentindo-se morrer, estávamos sós.
 – Jamais sairemos deste império funesto?
 Dois inimigos! O Czar, o Norte. O Norte é pior.
 Largávamos os canhões para queimar as carretas.
 Quem se deitava, morria. Grupo abatido e confuso,
 Eles fugiam; o deserto devorava o cortejo.
 Podíamos, nas ondulações feitas pela neve,
 Ver que regimentos ali adormeceram.
 Oh, quedas de Aníbal²! Amanhãs de Átila³!
 Fugitivos, feridos, moribundos, carretas, macas, padiolas,
 Premidos nas pontes para atravessar os rios.
 Dormíamos dez mil, acordávamos cem.
 Ney, antes seguido por um exército, agora
 Fugia, disputando seu relógio com três cossacos.
 Todas as noites, quem vive! Alerta, assaltos! Ataques!
 Estes fantasmas empunhavam o fuzil, e sobre eles
 Viam precipitar-se, assustadores, tenebrosos

2. General cartaginês que assediou Roma com seus exércitos (século III A.C.).

3. Rei dos hunos, povo nômade que invadiu a Europa no século V.

Com gritos semelhantes a abutres calvos
 Horríveis esquadrões, turbilhão de homens-feras.
 Todo um exército se perdia assim na noite.
 O imperador estava lá, de pé, e olhava.
 Era como uma árvore entregue ao machado.
 Sobre este gigante, grandeza até então poupada,
 A Desgraça, este lenhador sinistro, tinha montado;
 E ele, carvalho vivo, pelo machado insultado,
 Estremecendo ao espectro de lúgubres revanches,
 Via cair em torno de si seus galhos.
 Chefes, soldados, todos morriam. Cada um tinha sua vez.
 Enquanto isso, aqueles que restavam,
 Rodeando sua tenda com amor,
 Vendo sua sombra ir e vir na tela,
 Confiando sempre em sua estrela,
 Acusavam o Destino de lesa-majestade.
 De repente, sentindo a alma apavorada,
 Atônito ante o desastre e ainda incrédulo,
 O imperador se dirigiu a Deus. Tremendo, Napoleão,
 Homem glorioso, compreendeu que expiava
 Alguma coisa talvez, e lívido, inquieto,
 Vendo suas legiões semeadas sobre a neve:
 – Este é o castigo, disse, Deus dos Exércitos?
 Então ouviu chamarem seu nome
 E alguém que falava na sombra lhe disse: Não.

II

Waterloo! Waterloo! Waterloo⁴! Triste planície!
 Como onda que ferve numa urna repleta,
 Em teu anfiteatro de florestas, colinas, vales

4. Na Bélgica, última batalha da saga revolucionária, em que Napoleão e a França foram definitivamente derrotados pela aliança monarquista e católica da Santa Aliança (Áustria, Prússia, Rússia) e mais a Inglaterra, em 1815.

A pálida morte misturava-se aos sombrios batalhões.
 De um lado, a Europa, de outro a França.
 Choque sangrento! Dos heróis, Deus enganava a esperança;
 Tu desertavas, vitória, e o Destino estava cansado.
 Oh, Waterloo! Eu choro e paro, ai de mim!
 Porque estes últimos soldados da última guerra
 Foram grandes; tinham vencido toda a terra,
 Escorraçado vinte reis, atravessado os Alpes e o Reno,
 E sua alma cantava nos clarins de bronze!

Sua boca, de um só grito, diz: Viva o imperador!
 Depois, a passos lentos, primeiro a música, sem furor,
 Tranquila, sorrindo para a artilharia inglesa
 A guarda imperial entra na fornalha.
 Ai de mim! Napoleão, curvado sobre sua guarda,
 Olhava, e, assim que desembocaram
 Sob os canhões sombrios projetando jatos de sulfúor
 Via, um após o outro, neste horrível abismo
 Fundir estes regimentos de granito e aço
 Como funde a cera ao sopro de um braseiro.
 Armas nos braços, cabeça erguida, graves, estoicos,
 Eles iam. Ninguém recuou. Durmam, mortos heroicos!
 O resto do exército hesitava sobre seus corpos
 E via morrer a guarda.

Foi então
 Que alçando de repente a voz desesperada,
 A Derrota, gigante com a face apavorada
 Pálida, aterrorizando os mais orgulhosos batalhões,
 Transformando súbito as bandeiras em farrapos,
 Em alguns momentos, espectro feito de fumaça

Ergue-se crescendo no meio dos exércitos.
 Então apareceu para o soldado que se emociona,
 E, torcendo os braços, grita: Salve-se quem puder!
 Salve-se quem puder! Ultraje! Horror! Todas as bocas
 Gritavam; pelos campos, loucos, perdidos, selvagens,
 Como se algum sopro tivesse passado sobre eles,
 Entre as pesadas carroças e os vagões empoeirados,
 Rolando nas valas, escondendo-se nos campos de centeio,
 Deixando chapéus, casacos, fuzis, lançando as águias
 Sob os sabres prussianos, estes veteranos, ó pesar!
 Tremiam, gritavam, choravam, corriam!
 Como voa no vento uma palha em chamas, num piscar de olhos,
 Desaparece este rumor que foi o Grande Exército,
 E esta planície, ó lástima, onde sonhamos hoje,
 Viu fugir aqueles diante dos quais o universo fugira!
 Quarenta anos se passaram, e este canto da terra,
 Waterloo, este platô fúnebre e solitário,
 Este campo sinistro onde Deus juntou tanto vazio,
 Ainda treme por ter visto a fuga dos gigantes!

Napoleão os viu escoar como um rio;
 Homens, cavalos, tambores, bandeiras; - e nesta provação
 Sentindo confusamente voltar seu remorso,
 Erguendo as mãos aos céus ele diz: Meus soldados mortos,
 Eu vencido! Meu império se rompeu como vidro.
 Desta vez é o castigo, Deus severo? –
 Então, entre os gritos, ruídos, o canhão,
 Ouvia a voz que lhe respondia: Não!

Enfim, morte triunfante, ele viu sua libertação,
 E o oceano devolveu seu féretro à França.

O homem, há doze anos, sob a abóboda dourada
 Repousava, sagrado pelo exílio e pela morte,
 Em paz! – Quando abordávamos o sombrio monumento,
 Podíamos imaginá-lo, coroa na cabeça, na sombra,
 Seu manto semeado de abelhas de ouro, mudo
 Deitado sob este arco onde nada se movia,
 Ele, o homem que achava a terra muito estreita,
 O cetro na mão esquerda e a espada na direita,
 Aos pés sua grande águia entreabrindo os olhos.
 E dizíamos: aqui jaz César adormecido!

Falsários, assassinos, escroques, sem escrúpulos, assaltantes,
 Sabem que terão como você infelicidades;
 Enquanto isso sua sede esvazia o copo cheio
 À tua saúde, Poissy⁵ brinda com Santa Helena⁶.

Olhe! Bailes, sabás, festas, de manhã e à noite.
 Com o barulho, a turba salta para ver;
 De pé sobre o palanque cercado pela multidão
 Que ri, boceja, que aplaude, agita, assobia, vaia,
 Cercado de bufões agitando seus guizos.
 – Começar por Homero⁷ e terminar por Callot⁸!
 Epopeia! Epopeia! Ó que último capítulo! –
 Perto do palhaço Troplong⁹ e do bufão Baroche¹⁰,
 Em frente a este barraco, abjeto e vil bazar,

5. Penitenciária de Poissy, na França.

6. Exilado na ilha de Santa Helena, Napoleão escapara para voltar triunfante à França, durante os Cem Dias, e confrontar a derrota definitiva em Waterloo.

7. Poeta grego a quem se atribui a autoria da *Iliada* e da *Odisseia*.

8. Gravador francês do século XVII, autor da série *As grandes misérias da guerra*.

9. Jurista e presidente do Supremo, relator do decreto que restaurou o Império, legitimando o golpe de estado de Luis Bonaparte.

10. Ministro da Justiça de Napoleão III.

Onde Mandrin¹¹ mal lavado se fantasia de César,
Rindo, o assustador bandido com seu bigode espesso,
Você, espectro imperial, você bate o bumbo.

A horrível visão se extingue. – O imperador,
Desesperado solta no escuro um grito de horror,
Abaixando os olhos, erguendo as mãos apavoradas;
As Vitórias de mármore esculpidas na porta,
Fantasmas brancos em pé fora do sepulcro obscuro,
Apontavam o dedo e se apoiando na parede,
Ouviam o titã chorar na escuridão.
E ele gritava: Demônio de visões fúnebres,
Que me segue por todo lado, e que jamais vejo.
Quem então é você? – Eu sou teu crime, diz a voz.
– A tumba se encheu então de uma luz estranha
Semelhante à claridade de Deus quando se vinga;
Como as palavras que Baltazar¹² viu resplandecer,
Duas palavras escritas no escuro resplandeciam sobre César;
Bonaparte tremendo como uma criança sem mãe,
Levantou o rosto pálido e leu: DEZOITO BRUMÁRIO¹³!

11. Legendário bandido justiceiro francês do século XVIII.

12. Segundo a Bíblia (livro de *Daniel*), chegada a hora de castigar Baltazar, imperador da Babilônia, Jeová inscreveu nos muros a sentença condenatória durante um banquete em palácio.

13. Conforme o calendário instituído pela Revolução Francesa, 18 brumário do ano VIII é o mesmo que 9 de novembro de 1799, data em que Napoleão assumiu poderes ditatoriais como Primeiro Cônsul.

1851

PERFIL DE NAPOLEÃO
O PEQUENO

O livro Napoleão o Pequeno é, desde seu título, um libelo contra o usurpador Luis Napoleão Bonaparte, que deu o golpe de Estado de dois de dezembro de 1851, tornando-se ditador. Depois, sagrando-se imperador a ferro e fogo, adotaria o nome de Napoleão III e inauguraria o Segundo Império. Sobrinho de Napoleão Bonaparte, que apesar de baixinho foi alcunhado o Grande, Luis Bonaparte era alto e corpulento, porém ironicamente aqui chamado de Pequeno. Decretou o banimento de Victor Hugo, que posteriormente recusou a anistia geral, assim ficando 20 anos no exílio. Só regressaria quando Luis Bonaparte caiu, ao ser capturado em Sedan pelo inimigo, na guerra franco-prussiana, em 1870. Os feitos deste Napoleão caricatural mas sinistro serão analisados por Karl Marx em O dezoito brumário de Luis Bonaparte.

Fiquem tranquilos, a História o absorveu.

Aliás, se isso lisonjeia o amor próprio do senhor. Bonaparte – ser absorvido pela História – e se existe uma ilusão em seu espírito sobre seu valor como celerado político, que ele a esqueça.

Que não imagine, porque acumulou horrores sobre horrores, que chegará jamais à altura dos grandes bandidos históricos. Erramos, talvez, em algumas páginas deste livro, aqui e ali, ao aproximá-lo daqueles homens. Não, ainda que tenha cometido crimes enormes, permanecerá pequeno. Não será nunca mais do que o estrangulador noturno da liberdade; não será nunca mais do que o homem que embriagou seus soldados, não com a glória, como o primeiro Napoleão, mas com vinho; não será nunca senão o tirano pigmeu de um grande povo. O porte do indivíduo recusa-se de cima abaixo à grandeza, mesmo na

infâmia. Ditador, ele é bufão; se se tornar imperador, será grotesco. Isso acabará com ele. Fazer o gênero humano sacudir os ombros será seu destino. Será ele menos rudemente corrigido por isso? Não. O desdém não reduz em nada a cólera; será horrível e permanecerá ridículo. É tudo. A História ri e golpeia.

Mesmo os mais indignados não o tirarão daí. Os grandes pensadores se comprazem em castigar os grandes déspotas, e às vezes mesmo os engrandecem um pouco para torná-los dignos de sua fúria; mas o que querem que os historiadores façam com esse personagem?

O historiador só poderá levá-lo à posteridade pela orelha.

O homem uma vez despido do sucesso, fora do pedestal, a poeira assentada, sem os brilhos, os ouropéis e o grande sabre, o pobre pequeno esqueleto desnudado e trêmulo, pode-se imaginar nada mais frágil e lamentável?

A história tem seus tigres. Os historiadores, guardiães imortais de animais ferozes, mostram às nações esse zoológico imperial. Tácito¹ por si só, esse grande domador, prendeu e encerrou oito ou dez desses tigres nas jaulas de ferro de seu estilo. Olhem, eles são assustadores e belos. Suas manchas fazem parte de sua beleza. Este é Nemrod, o caçador de homens, aquele é Busiris, o tirano do Egito; este outro, é Falaris, que fazia cozinhar homens vivos em um touro de bronze para fazer mugir o touro; aquele outro é Antíoco que arrancou a pele da cabeça dos sete Macabeus e os assou vivos; este outro é Nero, que incendiou Roma, que lambuzava os cristãos com cera e betume e os acendia como tochas; este outro é Tibério, o homem de Capri; este aqui é Domiciano; aquele lá é Caracala; este aqui é Heliogábalo; este outro é Cômodo² que tem mais esse mérito no horror que é ser filho de Marco Aurélio; estes são czares; estes são sultões; estes são papas; notem entre eles o tigre Bórgia³; eis Felipe, dito o Bom⁴, como as fúrias eram chamadas de Eumênides⁵; eis

1. Historiador romano, autor de *Germania*, dos *Anais* e das *Histórias*.

2. Nero, Tibério, Domiciano, Caracala, Heliogábalo e Cômodo foram imperadores romanos.

3. Alexandre VI Bórgia, cognominado o Papa Sinistro.

4. Filipe III de Borgonha, o Bom: personagem central da Guerra dos Cem Anos, no século XV.

5. Eumênides (ou Boas Mênades), eufemismo pelo qual as Fúrias eram chamadas para aplacar suas iras e propiciar suas graças.

Ricardo III⁶, sinistro e disforme; eis, com sua cara redonda e seu barrigão, Henrique VIII⁷, que das cinco mulheres que teve, matou três, das quais de uma abriu o ventre; eis Cristiano II⁸, o Nero do Norte; eis Felipe II⁹, o Demônio do Sul. São assustadores; ouçam-nos rugir, considerem-nos um depois do outro; o historiador os traz até nós, o historiador os arrasta, furiosos e terríveis, à beira da jaula, abre-lhes as goelas, mostra seus dentes, suas garras; podemos dizer de cada um deles: é um tigre real. De fato, foram pegos em todos os tronos. A História os conduz através dos séculos. Impede que morram; cuida disso. São seus tigres.

E não os mistura com os chacais.

Ela põe à parte as feras imundas. O Sr. Bonaparte ficará, com Cláudio¹⁰, com Fernando VII¹¹ da Espanha, com Fernando II¹² de Nápoles, na jaula das hienas.

É um pouco assaltante e muito patife. Sente-se sempre nele o pobre príncipe de indústria que vivia de expedientes na Inglaterra; sua prosperidade atual, seu triunfo, seu império e seu inchaço não influem em nada; esse manto de púrpura se arrasta sobre botas cambaias. Napoleão o Pequeno, nada mais, nada menos. O título deste livro é justo.

A baixeza de seus vícios prejudica a grandeza de seus crimes. O que querem? Pedro o Cruel¹³ massacrava, mas não roubava; Henrique III¹⁴ assassinava, mas não chantageava. Tamerlão¹⁵ esmagava as crianças sob os pés dos cavalos, mais ou menos como o Sr. Bonaparte exterminou as mulheres e os velhos na Avenida¹⁶, mas não mentia. Ouçam o historiador árabe: “Tamerlão Beig Sahebkeran (Senhor do

6. Rei da Inglaterra no século XV.

7. Rei da Inglaterra no século XVI.

8. Conhecido como “o Tirano”, rei da Dinamarca no século XV.

9. Rei da Espanha nos séculos XVIII e XIX.

10. Imperador romano.

11. Rei da Espanha que comandou o restabelecimento do absolutismo no século XIV.

12. Rei das Duas Sicílias, cognominado “Rei Bomba”, depois que mandou bombardear a cidade siciliana de Palermo quando da Revolução de 1848.

13. Nome e cognome de dois reis do século XIV, o da Espanha e o de Portugal.

14. Rei da França que presidiu às guerras religiosas contra os protestantes, no século XVI.

15. Rei dos mongóis, povo nômade, que liderou a conquista de vastas extensões de território, a partir das estepes da Ásia Central, no século XVI.

16. Fuzilamento de civis desarmados em ruas centrais de Paris, quando do golpe de Luis Bonaparte, no dia 4 de dezembro de 1851, ao fim de três dias de resistência nas ruas: assim foi vitorioso o golpe.

Mundo e do Século, Senhor das Conjunções Planetárias) nasceu em Kesch, em 1336; ele estrangulou cem mil cativos; quando cercava Siwas, os habitantes, para comovê-lo, enviaram-lhe mil crianças pequenas carregando cada uma um Corão na cabeça e gritando: Alá! Alá! Ele fez retirar com respeito os livros sagrados e esmagar as crianças sob os pés dos cavalos; usou setenta mil cabeças humanas, com cimento, pedra e tijolo, para construir torres em Herat, em Sebzvar, em Tikrit, em Alepo, em Bagdá; detestava a mentira; quando dava sua palavra, podia-se acreditar nela”.

O Sr. Bonaparte não tem essa estatura. Não tem essa dignidade que os grandes déspotas do Oriente e do Ocidente mesclam à ferocidade. Falta-lhe a envergadura de César. Para fazer um bom papel e manter uma boa figura entre todos esses carrascos ilustres, que torturam a humanidade há quatro mil anos, não se pode hesitar entre um general de divisão e um tocador de bumbo dos Campos Elíseos¹⁷; não é necessário ter sido policial em Londres; não é preciso ter sofrido, olhos baixos, em pleno pátio dos pares, o desprezo altivo do Sr. Magnan¹⁸; não é preciso ser chamado de batedor de carteiras pelos jornais ingleses; não é preciso ser ameaçado com Clichy¹⁹; não é preciso, em uma palavra, que o homem tenha algo de calhorda.

Sr. Luís Napoleão, o senhor é ambicioso, o senhor mira alto, mas é preciso dizer-lhe a verdade. Bem, o que se pode fazer? O senhor, derrubando a tribuna da França, realizou a seu modo o desejo de Calígula²⁰: “Eu gostaria que o gênero humano tivesse apenas uma cabeça para poder decapitá-la de um só golpe”; baniu aos milhares os republicanos, como Felipe III²¹ expulsou os mouros e como Torquemada²² caçava os

17. Palácio que é sede da presidência da República, em Paris.

18. Militar de carreira, foi um dos coordenadores do golpe de Estado de Luis Bonaparte, que o nomearia senador do Segundo Império e Marechal de França.

19. Prisão para devedores em Paris.

20. Imperador romano.

21. Rei da Espanha nos séculos XVI-XVII que expulsou os “mouriscos”, ou mouros convertidos à força ao cristianismo, em 1609. Em 1492, os Reis Católicos Isabel de Castela e Felipe de Aragão tinham expulsado os mouros.

22. Grande Inquisidor da Espanha.

judeus; o senhor tem casamatas como Pedro o Cruel²³, navios-prisão como Hariadam²⁴, dragonadas como Michel Le Tellier²⁵ e solitárias como Ezzelino III²⁶; o senhor cometeu perjúrio como Ludovico Sforza²⁷; massacrou e assassinou em massa como Carlos IX²⁸. Mas, por mais que tenha feito tudo isso, por mais que evoquemos todos esses nomes quando pensamos no seu, o senhor é apenas um palhaço. Não basta querer para ser um monstro.

23. Nome e cognome de dois reis do século XIV, o da Espanha e o de Portugal.

24. Almirante das forças navais de Suleiman II, do Império Otomano, no século XVII.

25. Chefe dos exércitos de Luis XIV, que organizou, modernizou e fortaleceu. As “dragonadas” são as perseguições às comunidades protestantes sob Luis XIV, levadas a cabo pelos soldados chamados “dragões”, proibindo o culto e impondo conversões.

26. Nobre da família Da Romano, senhor do Vêneto (Itália), no século XIII.

27. Duque de Milão no século XV, da poderosa família Sforza.

28. Rei da França quando do massacre de protestantes por católicos na Noite de São Bartolomeu, em 1572.

1853

A CARAVANA

Poema que integra o grande livro de poesia política de Victor Hugo, Os castigos (Les châtiments), em que o povo é equiparado ao leão. Ante sua aparição, todos os criminosos e culpados de várias malfeitos, que se rejubilam na impunidade, ficam trêmulos de pavor e fogem, antes mesmo que se ouça seu rugir.

Assim, quando, empurrando a pedra de tua cova,
 E cansado do longo sono que pesa em tuas pálpebras,
 Oh, Povo, abrindo teus olhos de onde vem uma luz,
 Despertarás em tua tranquilidade,
 No dia em que nossos salteadores, em que nossos inúmeros tiranos
 Compreenderem que alguém se move no fundo da sombra
 E que és tu que vens, ó leão! Nesse dia,
 Esse grupo vil no qual Falstaff¹ se alia a Loyola²
 Todos esses malandros diante dos quais a probidade se arrepia,
 Os que vestem sotainas e os que arrastam sabres,
 O general Soufflard³, o juiz Barrabás⁴,
 O jesuíta de face amarela, de olhar feroz e baixo,
 Rezando seu rosário cujas contas são balas,

1. Personagem fanfarrão e covarde de Shakespeare, que passa a vida na pândega, bebendo nas tavernas.

2. O padre jesuíta Ignacio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus.

3. Bandido, líder de gangue e assassino francês do século XIX, que seria personagem célebre de *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue, romance que faria estrondoso sucesso quando saiu em 1842-1843 em folhetim diário.

4. Segundo os Evangelhos, criminoso que a multidão decidiu soltar, enquanto condenava Jesus Cristo.

Os Mingrats⁵ bendizendo os Heliogábalos⁶,
Os velhinhos que um dia, errando sem eira nem beira,
Antes de assumirem a causa do bom Deus,
Antes de serem santos, arrastando nas orgias
Os farrapos de seu estilo e os buracos de suas botas,
O arcebispo, intérprete do Cristo ou de Maomé⁷,
Mascando com a hóstia um sangrento Te Deum⁸,
Os Troplong⁹, os Rouher¹⁰, violadores de claustros,
Gregos que manejam as leis como manejariam cartas,
Os belos filhos cujas mãos estão rubras sob as luvas,
Esses devotos, esses farristas, esses coroinhas, esses briguentos,
Desde os homens vis até os homens sinistros,
Toda essa malta monstruosa de biltres e de pedantes,
Que giram, o olhar ardente, o focinho ensanguentado,
Em torno da razão e da verdade,
Todos, do senhor ao canalha, do bandido ao grosseiro,
Pálidos, só de sentir ao longe passar tua respiração
Farão silêncio, oh, Povo, e todos desaparecerão
Subitamente; o raio não será mais rápido,
Escondidos, desmaiados, perdidos na noite escura,
Antes mesmo que se tenha ouvido, nesta sombra,
Onde os justos trêmulos misturam-se aos maus,
Tua poderosa voz subir aos céus estrelados!

5. Padre estuprador e assassino francês, que foi condenado à morte em 1822, à revelia, e nunca foi encontrado.

6. Imperador romano.

7. Fundador do Islã.

8. Missa em ação de graças, na liturgia da Igreja Católica.

9. Jurista e presidente do Supremo, relator do decreto que restaurou o Império, legitimando o golpe de Estado de Luis Bonaparte.

10. Jurista e político proeminente no Segundo Império, várias vezes ministro.

1853

SOBRE O TÚMULO
DE LOUISE JULIEN

Já no exílio, Victor Hugo pronuncia o elogio fúnebre de Louise Julien, mulher de origem operária que se dedicou a fazer o bem. Por isso, foi perseguida, presa e banida, até morrer jovem em consequência de maus tratos, inanição e cárcere. O texto homenageia outras mulheres notáveis e outros países em que as revoluções republicanas e libertárias de 1848 sofreram repressão sem quartel.

Cidadãos,

Três enterros em quatro meses.

A morte se apressa e Deus nos liberta um a um.

Nós não te acusamos, nós te agradecemos, Deus Poderoso que reabre para nós, exilados, as portas da pátria eterna!

Desta vez, o ser inanimado e caro que trazemos para o túmulo é uma mulher.

Em 21 de janeiro último, uma mulher foi detida em sua casa pelo Sr. Boudrot, comissário de polícia em Paris.

Esta mulher, ainda jovem – tinha trinta e cinco anos –, mas aleijada e enferma, foi enviada à prefeitura e metida na cela número um, chamada *cela de ensaio*. Essa cela, espécie de gaiola de sete a oito pés quadrados, mais ou menos, sem ar e sem luz, a infeliz prisioneira pintou com uma palavra: *cela-túmulo*; disse – cito suas próprias palavras: – Foi nesta cela-túmulo que, estropiada, doente, passei vinte e um dias, colando meus lábios de hora em hora contra a grade para aspirar um pouco de ar vital e não morrer.

No fim destes vinte e um dias, em 14 de fevereiro, o governo de Dezembro botou essa mulher para fora e a expulsou. Lançou-a a um

tempo fora da prisão e fora da pátria. A proscrita saía da masmorra de ensaio com os germes da tísica. Deixou a França e foi para a Bélgica. A pobreza forçou-a a viajar tossindo, cuspiendo sangue, os pulmões doentes, em pleno inverno, no norte, sob a chuva e a neve, nesses pavorosos vagões descobertos que desonram as ricas empresas das estradas de ferro. Chegou a Ostende; fora expulsa da França, a Bélgica a expulsou. Passou para a Inglaterra. Apenas desembarcou em Londres, meteu-se na cama. A moléstia contraída na prisão, agravada pela viagem forçada do exílio, tinha-se tornado ameaçadora. A proscrita, eu deveria dizer a condenada à morte, permaneceu deitada dois meses e meio. Depois, esperando um pouco de primavera e de sol, veio a Jersey. Lembramo-nos ainda de tê-la visto chegar por uma fria manhã chuvosa, através das brumas do mar, estertorando e tremendo sob o pobre vestido de algodão, todo molhado. Poucos dias depois da sua chegada, deitou-se; não tornou a se levantar.

Há três dias, faleceu.

Vão me perguntar quem era essa mulher e o que havia feito para ser assim tratada; vou lhes dizer.

Essa mulher, por meio de canções patrióticas, com palavras simpáticas e cordiais, com boas e cívicas ações, havia tornado célebre nos arrabaldes de Paris o nome de Louise Julien, sob o qual o povo a conhecia e a saudava. Operária, havia sustentado com seu trabalho a mãe enferma; dela cuidou e a alimentou por dez anos. Nos dias de luta civil, ela fazia ataduras; e, aleijada e se arrastando, ia até as ambulâncias e socorria os feridos de todos os partidos. Essa mulher do povo era poeta, essa mulher do povo era um espírito; ela cantava a República, ela amava a liberdade, ela clamava ardentemente pelo futuro fraterno de todas as nações e de todos os homens; acreditava em Deus, no povo, no progresso, na França; derramava ao redor dela, como um vaso, nos espíritos dos proletários, seu grande coração pleno de amor e de fé. Eis o que fazia essa mulher. Bonaparte a matou.

Ah! Um tal túmulo não é mudo; está cheio de soluços, de gemidos e de clamores.

Cidadãos, os povos, no legítimo orgulho de sua onipotência e de seu direito, constroem com o granito e o mármore edifícios sonoros, recintos majestosos, estradas sublimes, do alto dos quais fala o seu gênio, do alto dos quais espalham-se em vagas nas almas as santas eloquências do patriotismo, do progresso e da liberdade; os povos, imaginando que basta ser soberano para ser invencível, creem inacessíveis e irredutíveis essas cidadelas da palavra, essas fortalezas da palavra, fortalezas sagradas da inteligência humana e da civilização, e dizem: a tribuna é indestrutível. Enganam-se: essas tribunas podem ser derrubadas. Um traidor vem, chegam soldados, um bando de salteadores entra em acordo, se desmascara, faz fogo e o santuário é invadido, e a pedra e o mármore são dispersados, e o palácio, e o templo, onde a grande nação falava ao mundo, desmorona e o imundo tirano vencedor se aplaude, bate palmas e diz: está acabado. Ninguém falará mais. Nem uma voz se erguerá doravante. O silêncio se fez.

Cidadãos! Por sua vez, o tirano se engana. Deus não quer que o silêncio se faça; Deus não quer que a liberdade, que é seu verbo, se cale. Cidadãos! No momento em que os déspotas triunfantes acreditam tê-las retirado para sempre, Deus torna a dar a palavra às ideias. Tribuna destruída, ele a reconstrói. Não no meio da praça pública, não com granito e mármore; ele não precisa; ele a reconstrói na solidão; ele a reconstrói com a erva do cemitério, com a sombra dos ciprestes, com o montículo sinistro que fazem os caixões escondidos sob a terra; e desta solidão, desta erva, destes ciprestes, destes caixões desaparecidos, sabem o que é que sai, cidadãos? Sai o grito dilacerante da humanidade, saem a denúncia e o testemunho, sai a acusação inexorável que faz empalidecer o acusado coroadado, sai o formidável protesto dos mortos! Sai a voz vingativa, a voz inextinguível, que ninguém abafa, a voz que não se amordaça! Ah! Bonaparte fez calar a tribuna; está bem; agora, que faça calar o túmulo!

Ele e seus semelhantes não terão feito nada enquanto se ouvir um suspiro de um túmulo, e enquanto for vista uma lágrima nos olhos augustos da piedade.

Piedade! Essa palavra que acabo de pronunciar alto saiu do mais profundo de minhas entranhas diante deste caixão, caixão de mulher, caixão de uma irmã, caixão de uma mártir! Pauline Roland na África, Louise Julien em Jersey, Francesca Maderspach em Temeswar, Blanca Teleki em Pest, tantas outras, Rosalie Gobert, Eugénie Guillemot, Augustine Péan, Blanche Clouart, Joséphine Prabeil, Élisabeth Parlès, Marie Reviel, Claudine Hibrut, Anne Sangla, viúva Combescure, Armantine Huet¹, e tantas outras ainda, irmãs, mães, filhas, esposas, proscritas, exiladas, deportadas, torturadas, supliciadas, crucificadas, ó pobres mulheres! Oh! Que tema para lágrimas profundas e inexprimíveis enternecimentos! Fracas, sofredoras, doentes, arrancadas a suas famílias, a seus maridos, a seus parentes, a seus amparos, velhas algumas vezes e alquebradas pela idade, todas foram heroínas, várias têm sido heróis! Oh! Meu pensamento neste momento se precipita para este sepulcro e beija os pés frios desta morta em seu esquite! Não é uma mulher que venero em Louise Julien, é a Mulher; a Mulher de nossos dias, digna de se tornar cidadã; tal como a vemos ao redor de nós, em todo o seu devotamento, em toda a sua doçura, em todo o seu sacrifício, em toda a sua majestade! Amigos, nos tempos futuros, nesta bela e pacífica e terna e fraternal república social do futuro, o papel da mulher será grande; mas que magnífico prelúdio a esse papel tais martírios que tão valentemente suportaram! Homens e cidadãos, mais de uma vez temos dito em nosso orgulho: o século XVIII proclamou o direito do homem, o século XIX proclamará o direito da mulher; mas é preciso confessá-lo, cidadãos, nós não nos apressamos; muitas considerações, que eram graves, concordo, e que queriam ser maduramente examinadas, detiveram-nos; e no instante em que falo, no próprio ponto a que o progresso chegou, entre os melhores republicanos, entre os democratas mais verdadeiros e mais puros, muitos espíritos excelentes hesitam ainda em admitir no homem e na mulher

1. Rol de mulheres extraordinárias que se sacrificaram pela liberdade nas revoluções de 1848, em diferentes países.

a igualdade da alma humana, e, em consequência, a assimilação, não a identidade completa, dos direitos civis. Digamo-lo bem alto, cidadãos, enquanto a prosperidade durou, enquanto a República esteve de pé, as mulheres, esquecidas por nós, esqueceram-se de si próprias; limitaram-se a brilhar como a luz, a aquecer os espíritos, a enternecer os corações, a despertar os entusiasmos, a mostrar com o dedo a todos o bom, o justo, o grande e o verdadeiro. Não imaginaram nada além disso. Elas que, por momentos, são a imagem da pátria viva, elas que podiam ser a alma da cidade, foram simplesmente a alma da família. Na hora da adversidade, sua atitude modificou-se; deixaram de ser modestas; na hora da adversidade, disseram-nos: não sabemos se temos direito ao vosso poder, à vossa liberdade, à vossa grandeza; mas o que sabemos é que temos direito à vossa miséria. Partilhar dos vossos sofrimentos, acabrunhamentos, pobreza extrema, misérias, renúncias, exílios, abandono se estiverem sem asilo, fome se estiverem sem pão, eis o direito da mulher e nós o reclamamos. Oh, meus irmãos! E eis que nos seguem no combate, que nos acompanham quando proscritos, e que nos antecipam no túmulo!

Cidadãos, visto que esta vez ainda quiseram que eu falasse em seu nome, visto que seu mandato dá à minha voz a autoridade que faltaria a uma palavra isolada; sobre o túmulo de Louise Julien, como há três meses sobre o de Jean Bousquet, o último grito que quero soltar é o grito de coragem, de insurreição e de esperança!

Sim, esquifes como o desta nobre mulher que está aí significam e predizem a queda próxima dos carrascos, a inevitável queda dos despotismos e dos déspotas. Os proscritos morrem um depois do outro; o tirano cava a sua fossa; mas certo dia, cidadãos, a fossa atrai e engole o coveiro!

Oh, mortos que me cercam e que me escutam, maldição a Luís Bonaparte! Mortos, execração a esse homem! Não mais cadafalsos quando vier a vitória, mas uma longa e infamante expiação a esse miserável! Maldição sob todos os céus, sob todos os climas, na França, na

Áustria, na Lombardia, na Sicília, em Roma, na Polônia, na Hungria², maldição aos violadores do direito humano e da lei divina! Maldição aos provedores das galés, aos que erguem patíbulos, aos destruidores de famílias, aos atormentadores de povos! Maldição àqueles que perseguem pais, mães e filhos! Maldição aos que chicoteiam mulheres! Proscritos! Sejamos implacáveis nestas solenes e religiosas reivindicações do direito e da humanidade. O gênero humano necessita destes gritos terríveis; a consciência universal tem necessidade destas santas indignações da piedade. Execrar os carrascos é consolar as vítimas. Maldizer os tiranos é bendizer as nações.

2. Menções aos vários países onde as revoluções de 1848 foram sangrentamente reprimidas, sem quartel aos revolucionários.

1859

JOHN BROWN

Em 2 de dezembro de 1859 Victor Hugo publicou esta carta, em que intercede pela vida de um grupo de abolicionistas norte-americanos condenados à morte por participar de ações armadas visando à libertação de escravos. Era a época da Underground Railroad, ou Ferrovia Subterrânea, uma rede de rotas clandestinas e esconderijos que funcionou até a Emancipação, transportando para a liberdade um contingente estimado em 100 mil escravos. Fala dessa rede A cabana do Pai Tomás (Uncle Tom's cabin), romance de autoria de Harriet Beecher Stowe, um libelo contra o cativo que se tornaria um best-seller mundial. O episódio de John Brown serviu de estopim à Guerra da Secessão (1861-1865), que opôs estados escravistas a estados abolicionistas. John Brown morreria na forca. Uma canção celebrando seus feitos, entoada pelos soldados nortistas na campanha, seria mais tarde instituída como The battle hymn of the Republic.

AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Quando se pensa nos Estados Unidos da América, uma figura majestosa se impõe, Washington.

Ora, nesta pátria de Washington, eis o que ocorre neste momento:

Há escravos nos estados do Sul, o que indigna, como o mais monstruoso dos contrassensos, a consciência lógica e pura dos estados do Norte. Esses escravos, esses negros, um homem branco, um homem livre, John Brown, quis libertar. John Brown quis começar a obra de salvação pela libertação dos escravos da Virgínia. Puritano, religioso,

austero, pleno do Evangelho, *Christus nos liberavit*¹, lançou a estes homens, a estes irmãos, o grito de emancipação. Os escravos, desfibrados pela servidão, não responderam ao apelo. A escravidão produz a surdez da alma. John Brown, abandonado, combateu; com um grupo de homens heroicos, ele lutou: foi crivado de balas, seus dois jovens filhos, santos mártires, tombaram mortos a seu lado; ele foi preso. Assim é em Harper's Ferry².

John Brown, preso, acaba de ser julgado, com quatro dos seus, Stephens, Copp, Green e Coplands.

O que foi este processo? Vamos dizê-lo em duas palavras:

John Brown, num catre, com seis ferimentos mal curados, um tiro no braço, um nos rins, dois no peito, dois na cabeça, mal ouvindo, sangrando em seu colchão, tendo perto as sombras de seus dois filhos mortos; seus quatro corrêus, feridos, arrastando-se a seu lado, Stephens com quatro golpes de sabre; a “justiça”, apressada e sem se importar com nada; um procurador Hunter que quer ir depressa, um juiz, Parker, que consente, debates truncados, quase todos os adiamentos recusados, produção de peças falsas ou mutiladas, as testemunhas de defesa afastadas, a defesa entravada, dois canhões carregados no pátio do tribunal, ordem aos carcereiros de fuzilar os acusados se houver tentativa de fuga, quarenta minutos de deliberação, três condenações à morte. Afirmo por minha honra que isso não aconteceu na Turquia e sim na América.

Não se fazem essas coisas impunemente em face do mundo civilizado. A consciência universal é um olho aberto. Que os juízes de Charlestown, que Hunter e Parker, que os jurados donos de escravos e toda a população da Virgínia pensem nisso: são vistos. Há alguém.

O olhar da Europa está fixado neste momento na América.

John Brown, condenado, devia ser enforcado em 2 de dezembro (hoje mesmo).

Uma notícia acaba de chegar. Um sursis lhe é concedido. Deve morrer no dia 16.

1. Em latim: Cristo nos libertou.

2. Nome da localidade no estado da Virgínia em que John Brown deu curso a sua jornada pela liberdade.

O intervalo é curto. Daqui até lá haverá tempo de se fazer ouvir um grito de misericórdia?

Não importa! O dever é erguer a voz.

Um segundo sursis seguirá talvez o primeiro. A América é uma terra nobre. O sentimento humano desperta rápido em um país livre. Esperemos que Brown será salvo.

De outra forma, se John Brown morrer em 16 de dezembro na forca, que coisa terrível!

O carrasco de Brown, vamos dizê-lo bem alto (pois os reis se vão e os povos chegam; deve-se a verdade aos povos), o carrasco de Brown não seria nem o procurador Hunter, nem o juiz Parker, nem o governador Wise, nem o pequeno estado da Virgínia; seria, arrepiamo-nos de pensar nisso e de dizê-lo, a grande República Americana inteira.

Diante de uma tal catástrofe, quanto mais amamos essa república, mais a veneramos, mais a admiramos, mais ficamos com o coração apertado. Um único estado não poderia ter a possibilidade de desonrar todos os outros, e aqui a intervenção federal é evidentemente de direito. Senão, diante de um erro a cometer e que se pode impedir, a União torna-se Cumplicidade. Seja qual for a indignação dos estados do Norte, os estados do Sul os associam ao opróbrio de um tal assassinato; nós todos, sejamos quem formos, que temos por pátria comum o símbolo democrático, sentimo-nos atingidos e de alguma maneira, comprometidos; se o cadafalso se levantar em 16 de dezembro, doravante, diante da história incorruptível, a augusta federação do Novo Mundo acrescentaria a todas as suas solidariedades santas uma solidariedade sangrenta; e o feixe radioso dessa república esplêndida teria como laço o nó corredio da forca de John Brown.

Esse laço mata.

Quando se pensa no que Brown, este libertador, este combatente do Cristo, tentou, e quando se pensa que vai morrer enforcado pela República Americana, o atentado toma as proporções da nação que o comete; e quando dizemos que esta nação é uma glória do gênero humano que, como a França, como a Inglaterra, como a Alemanha, é um

dos órgãos da civilização, que frequentemente até ultrapassa a Europa em certas audácias sublimes do progresso, que é o apogeu de todo um mundo, que carrega em sua frente a imensa luz livre, afirmamos que John Brown não morrerá, pois recuamos espavoridos diante da ideia de um crime tão grande cometido por um povo tão grande!

Do ponto de vista político, o assassinato de Brown seria um erro irreparável. Causaria na União uma fissura latente que acabaria por miná-la. É possível que o suplício de Brown consolide a escravidão na Virgínia, mas é certo que abalará toda a democracia americana. Vós salvais vossa vergonha, mas matais vossa glória.

Do ponto de vista moral, parece que uma parte da luz humana eclipsar-se-ia, que a própria noção do justo e do injusto tornar-se-ia obscura, no dia em que víssemos consumir-se o assassinato da Libertação pela Liberdade.

Quanto a mim, que sou apenas um átomo, mas que, como todos os homens, tenho em mim a consciência humana, ajoelho-me em lágrimas diante da grande bandeira estrelada do Novo Mundo e suplico com as mãos juntas, com um respeito profundo e filial, a esta ilustre República Americana que cuide da salvação da lei moral universal, que salve John Brown, que lance por terra o ameaçador cadafalso de 16 de dezembro e não permita que, sob seus olhos, e, acrescento estremecendo, quase por sua culpa, o primeiro fratricídio seja cometido.

Sim, que a América o saiba e pense nisso, há algo mais assustador que Caim matando Abel, é Washington³ matando Espártaco⁴.

Victor Hugo

Hauteville-House, 2 de dezembro de 1859.

3. Líder da Independência norte-americana.

4. Comandante de uma vasta e duradoura revolta de escravos na Roma antiga.

1862

DUAS BARRICADAS

Os miseráveis é a mais famosa das obras de Victor Hugo, bem como a mais sujeita a adaptações em outros gêneros (teatro, cerca de 20 filmes, musicais da Broadway, desenhos animados). Começa pela Batalha de Waterloo (1815), em que a França e Napoleão foram derrotados pela coligação católica e monarquista da Santa Aliança (Rússia, Áustria, Prússia), mais a Inglaterra. Encerrava-se aí o período de vigência da Revolução Francesa (1789-1815) e se iniciava a Restauração monárquica. Uma vasta digressão focaliza essa batalha, marcando a primeira metade do volumoso romance e a morte da Revolução. A ressurreição da Revolução aparece na segunda metade do romance em outra digressão, sob a forma de uma barricada na Revolução de 1848 – mesmo ano do Manifesto Comunista –, logo chamada de “A Primavera dos Povos”. A de 1848 é caracterizada claramente como o paradigma de todas as barricadas. O trecho propriamente dito se detém longamente em outra barricada, de 1832, durante os levantes que se seguiram à Monarquia de Julho. Jean Valjean é o protagonista do romance.

A BARRICADA DE 1848

As duas mais memoráveis barricadas que um observador das mazelas sociais poderia citar não pertencem ao período em que se desenrola a ação deste livro. Essas duas barricadas, cada uma delas, são símbolos, por dois diferentes aspectos, de uma situação aterradora, e emergiram da terra durante a fatal insurreição de 1848, a maior guerra de ruas que a história já conheceu.

Acontece às vezes que, mesmo contra os princípios, mesmo contra a liberdade, igualdade e fraternidade, mesmo contra o voto universal,

contra o governo de todos por todos, do fundo de suas angústias, de sua falta de ânimo, de sua miséria, de suas febres, impotências, miasmas, ignorâncias, trevas, essa grande desesperada, a canalha, protesta e a ralé combate o povo.

Os miseráveis atacam o direito comum: a oclocracia¹ se insurge contra o *demos*².

São dias lúgubres, porque sempre, mesmo nesta demência, há certa dose de direito, há suicídio neste duelo, e essas palavras que costumam ser injúrias: mendigos, canalha, oclocracia, ralé, mostram, lamentavelmente, que o erro é antes daqueles que reinam do que daqueles que sofrem; é antes dos privilegiados do que dos deserdados.

Quanto a nós, essas palavras, nunca as pronunciamos sem dor e sem respeito, pois enquanto a filosofia sonda os fatos aos quais elas correspondem, ela encontra muitas grandezas entre as misérias. Atenas era uma oclocracia; os miseráveis fizeram a Holanda; a ralé salvou Roma mais de uma vez; e a canalha seguia Jesus Cristo.

Não há um pensador que não tenha, alguma vez, contemplado a magnificência dos de baixo.

Era nessa canalha, sem dúvida, que pensava São Jerônimo, e em todas essas pobres pessoas, em todos esses vagabundos, e em todos esses miseráveis de onde saíram os apóstolos e os mártires, quando usou a expressão misteriosa: *Fex urbis, lex orbi*³.

As exasperações desta multidão que sofre e sangra, essas violências que contrariam os princípios que são sua vida, suas vias de fato contra o direito, são golpes de Estado populares e devem ser reprimidos. O homem probo se dedica a isso e, por amor mesmo a essa gente, ele a combate. Mas, como a considera justificável ao mesmo tempo que a enfrenta! Como ele a venera ao mesmo tempo que resiste a ela! Este é um dos momentos raros em que, fazendo o que se deve fazer, sente-se alguma coisa que desconcerta e que chega quase a desaconselhar ir mais

1. Governo da multidão: segundo Aristóteles, uma degeneração da democracia.

2. Na Grécia antiga, cantão ou circunscrição territorial, com expansão do significado para “povo”.

3. Em latim: Borra da cidade, lei do mundo.

longe; persistimos, é preciso; mas a consciência satisfeita está triste, e o cumprimento do dever se complica por um aperto no coração.

Junho de 1848 foi, digamos prontamente, um fato à parte, e quase impossível de classificar na filosofia da história. Todas as palavras que acabamos de pronunciar devem ser deixadas de lado quando se trata desta revolta extraordinária, onde se sentiu a santa ansiedade do trabalho reclamando seus direitos. Era preciso combatê-la, este era o dever, porque ela atacava a República. Mas, no fundo, o que foi junho de 1848? Uma revolta do povo contra ele mesmo.

Quando não se perde o tema sujeito de vista, não há digressão; que nos seja, então, permitido chamar por um momento a atenção do leitor para essas duas barricadas, absolutamente únicas a que acabamos de nos referir e que caracterizaram a insurreição.

Uma bloqueava a entrada do bairro Saint-Antoine, a outra defendia a aproximação ao bairro do Templo; aqueles diante das quais se erigiram, sob um fulgurante céu azul de junho, estas duas assustadoras obras-primas da guerra civil, não as esquecerão jamais.

A barricada de Saint-Antoine era monstruosa; tinha a altura de três andares e a largura de setecentos pés. Barrava de um ângulo a outro a vasta entrada do bairro, isto é, três ruas; escavada, rasgada, denteada, talhada, entrecortada por um imenso rasgão, arrimada a montes que eram por si sós bastiões, empurrando cabos aqui e ali, firmemente apoiada a dois grandes promontórios formados por casas do bairro, surgia como um dique ciclópico no fundo da temível praça que viu o 14 de julho⁴. Dezenove barricadas se distribuía nas profundezas das ruas atrás da barricada mãe. Bastava vê-la para sentir no bairro o imenso sofrimento agonizante alcançando o minuto extremo em que a carência quer-se tornar uma catástrofe. Do que era feita esta barricada? Do desmoronamento de três prédios de seis andares, demolidos de propósito, como diziam alguns. Do prodígio de todas as cóleras, diziam outros. Ela tinha o lamentável aspecto de todas as construções

4. Data da Tomada da Bastilha e início da Revolução Francesa, em 1789.

do ódio: a ruína. Podia-se perguntar: quem construiu isto? Podia-se também dizer: quem destruiu isto? Era a improvisação da ebulição. Vejam! Essa porta! Essa grade! Esse biombo! Esse batente! Esse aquecedor quebrado! Essa panela rachada! Tragam tudo! Joguem tudo! Empurrem, cavem, desmontem, remexam, derrubem tudo! Era a colaboração da pedra do calçamento, do cascalho, da viga, da barra de ferro, do trapo, do azulejo quebrado, da cadeira com a palha rasgada, do talo de repolho, de roupas velhas, de farrapos e da maldição. Era grande e era pequeno. Era o abismo ali parodiado pelo caos. A massa perto do átomo; o pedaço de muro arrancado e a gamela quebrada, uma ameaçadora confraternização de todos os destroços; Sísifo⁵ atirara lá seu rochedo e Jó⁶ seu caco de telha. Em suma, terrível. Era a acrópole dos pés descalços. Charretes emborcadas acidentavam os taludes; uma imensa carroça estava atravessada, o eixo virado para o céu, e parecia uma cicatriz nesta fachada tumultuada; uma carruagem jocosamente içada a força de braços ao topo deste amontoado, como se os arquitetos desta selvageria quisessem acrescentar a traquinagem ao terror, oferecia seus engates a não se sabe quais cavalos do ar. Essa confusão gigantesca, aluvião de motim, se assemelhava em espírito a um Ossa sobre o Pélion⁷ de todas as revoluções, 93 sobre 89⁸, nove termidor sobre 10 de agosto⁹, 18 brumário sobre 21 de janeiro¹⁰, vindemiário sobre prairial¹¹, 1848 sobre 1830¹². O lugar valia a pena e essa barricada era digna de ter surgido no mesmo lugar onde a Bastilha¹³ tinha desapa-

5. Na mitologia grega, os deuses condenaram Sísifo a empurrar perpetuamente ladeira acima um rochedo que sempre despencava.

6. Na Bíblia, depois de perder tudo, a Jó só resta um caco de telha para tratar de suas chagas.

7. Na mitologia grega, dois montes na Grécia que os titãs empilharam na tentativa de alcançar o Olimpo.

8. 1793 é o ano do Terror, período mais radical da Revolução, e 1789 o ano da Tomada da Bastilha.

9. A data de 9 termidor assinalou em 1794 o fim do Terror, a queda de Robespierre e dos jacobinos, bem como a volta da burguesia ao poder; 10 de agosto de 1792 é o início do Terror.

10. Em 18 brumário de 1799, Napoleão assume poderes ditatoriais como Primeiro Cônsul; em 21 de janeiro de 1793 o rei Luis XVI tinha sido guilhotinado.

11. Nomes de meses do ano conforme o calendário revolucionário. Vindemiário: de 22 de setembro a 21 de outubro. Prairial: de 20 de maio a 18 de junho.

12. Datas da Revolução de 1848 e da Monarquia de Julho, que durou de 1830 a 1848; nesta última foram derrubados Carlos X e o absolutismo, subindo ao trono o rei constitucionalista Luis Filipe.

13. Fortaleza-prisão em Paris, cuja tomada pelo povo no dia 14 de julho de 1789 deflagrou a Revolução Francesa.

recido. Se o oceano fizesse diques, seriam construídos desta forma. A fúria da maré estava impressa neste amontoado disforme. Que maré? A multidão. Parecia ver-se um estrondo petrificado. Parecia ouvir-se acima desta barricada, como se estivessem em cima de sua colmeia, o zumbido das enormes e tenebrosas abelhas do progresso violento. Era um matagal? Era uma bacanal? Era uma fortaleza? A vertigem parecia tê-la construído a golpes. Neste reduto havia algo de cloaca e havia algo de olímpico nesta bagunça. Via-se nesta desordem cheia de desespero o cume de telhados, pedaços de sótão com seu papel pintado, armações de janelas com todas as vidraças plantadas nos escombros, esperando os canhões, chaminés arrancadas, armários, mesas, bancos, um às avessas vociferante, e milhares de coisas indigentes, restos até para mendigos, que contêm a uma só vez furor e nada. Parecia que era o trapo de um povo, trapo de madeira, de ferro, de bronze, de pedra, que o bairro Saint-Antoine havia varrido de uma só colossal vassourada para sua porta, fazendo de sua miséria, sua barricada. Blocos que pareciam cangas, grillhões desarticulados, vigas em forma de forca, rodas de suplício saindo dos escombros, juntavam a este edifício da anarquia a sombria imagem das velhas torturas sofridas pelo povo. A barricada de Saint-Antoine fazia de tudo uma arma: tudo o que a guerra civil pode jogar na cara da sociedade estava lá; não era combate, era paroxismo; as carabinas que defendiam este reduto, inclusive alguns bacamartes, atiravam cacos de porcelana, ossículos, botões de roupa, até puxadores de criado mudo, projéteis perigosos por serem de cobre. Essa barricada era completamente louca: ela lançava nas nuvens um clamor inexprimível; em alguns momentos, provocando o exército, ela se cobria de multidão e de tempestade. Uma confusão de cabeças flamejantes a coroava; um formigamento a preenchia; tinha uma crista espinhosa de fuzis, sabres, porretes, machados, chuços, baionetas; uma enorme bandeira vermelha tremulava ao vento; ouviam-se gritos de comando, canções de ataque, toques de tambor, o soluçar das mulheres, e as gargalhadas soturnas dos mortos de fome. Era desmesurada e viva; e como que das costas de uma besta elétrica, dela saía um crepitar

de relâmpagos. O espírito da revolução cobria este cume onde rugia a voz do povo que se parece à voz de Deus; uma majestade estranha se desprendia desta titânica hospedaria de escombros. Era um monte de lixo e era o Sinai¹⁴.

Como dissemos acima, ela atacava em nome da Revolução, o que? A Revolução. Ela, esta barricada, o acaso, a desordem, o susto, o mal-entendido, o desconhecido, tinha diante de si a Assembleia Constituinte, a soberania do povo, o sufrágio universal, a nação, a República; e era a *Carmagnole*¹⁵ desafiando a *Marselhesa*¹⁶.

A BARRICADA DE 1832

Jean Valjean acabara de entrar na barricada.

Seja pelas informações obtidas, seja instinto, seja acaso, ele chegara pela ruela Mondétour. Graças a seu uniforme da guarda nacional, passara tranquilamente.

A olheira que os insurrectos haviam posto na rua Mondétour não tinha que dar o sinal de alarme por um guarda nacional sozinho. Ela o havia deixado entrar na rua pensando: é um reforço provavelmente, ou na pior das hipóteses, um prisioneiro. O momento era muito grave para que a sentinela pudesse se distrair de seu dever e de seu posto de observação.

No momento em que Jean Valjean entrara no reduto, ninguém o notou; todos os olhares estavam fixos nos cinco escolhidos e nos quatro uniformes. Jean Valjean, ele sim havia visto e ouvido, e, silenciosamente, tirou seu uniforme e o colocou sobre o monte dos outros.

A emoção foi indescritível.

- Quem é este homem? Perguntou Bossuet.

14. Segundo a Bíblia, monte em que Moisés recebeu as tábuas dos Dez Mandamentos das mãos de Jeová.

15. Canção da Revolução Francesa, hino dos *sans-culottes*, com ameaças aos nobres.

16. Canção da Revolução Francesa que se tornaria hino nacional.

- É, respondeu Combeferre, um homem que salva outros.

Marius acrescentou com voz grave:

- Eu o conheço.

Essa garantia foi suficiente para todos.

Enjolras¹⁷ se dirigiu a Jean Valjean.

- Cidadão, seja bem vindo.

E acrescentou:

- Você sabe que vamos morrer.

Jean Valjean, sem responder, ajudou o insurreto que salvara a vestir seu uniforme.

Enjolras estava de pé sobre a escada de blocos, um dos cotovelos sobre o cano de sua carabina. Ele sonhava; estremeceu como quando passa uma corrente de ar; os lugares onde está a morte têm destes efeitos. Saíram de suas pupilas, plenas de uma visão interior, uma espécie de fogo sufocado. De repente, levantou a cabeça, seus cabelos loiros caíram para trás como os do anjo sobre a sombria quadriga¹⁸ feita de estrelas; foi como uma juba de leão assustado flamejando como uma auréola. E Enjolras gritou:

– Cidadãos, vocês imaginam o futuro? As ruas das cidades inundadas de luzes, ramos verdes sobre as soleiras, nações irmãs, homens justos, os velhos bendizendo as crianças, o passado amando o presente, os pensadores em plena liberdade, os crentes em plena igualdade, o céu por religião, Deus Padre pregando diretamente, a consciência humana tendo se tornado o altar, sem mais ódio, a fraternidade da oficina e a escola, por penalidade e por recompensa, a notoriedade, a todos o trabalho, para todos o direito, sobre todos a paz, não mais sangue derramado, não mais guerras, as mães felizes! Domar a matéria, é o primeiro passo; realizar o ideal, é o segundo. Reflitam sobre o

17. Revolucionário, personagem importante da insurreição de 1832.

18. Carro de duas rodas puxado a quatro cavalos, em uso na Antiguidade.

que o progresso já fez. Outrora as primeiras raças humanas viam com terror passar diante de seus olhos a hidra que soprava sobre as águas, o dragão que vomitava fogo, e o grifo que era o monstro do ar e que voava com asas de águia e com garras de tigre, bestas assustadoras que estavam acima do homem. O homem, entretanto, preparou suas armadilhas, as armadilhas sagradas da inteligência, e terminou por prender os monstros. Nós domamos a hidra, e ela se chama navio a vapor; nós domamos o dragão, e ele se chama locomotiva, e estamos a ponto de domar o grifo, nós já o temos, ele se chama balão. No dia em que essa obra prometeica estiver terminada e o homem houver atrelado definitivamente à a sua vontade a tripla Quimera antiga, a hidra, o dragão e o grifo, será senhor da água, do fogo e do ar, e será para o resto da criação animada o que outrora os antigos deuses eram para ele. Coragem, e avante! Cidadãos, aonde vamos? À ciência tornada governo, à força das coisas tornada apenas força política, à lei natural tendo sua sanção e sua penalidade em si mesma e se promulgando pela evidência, a um amanhecer da verdade correspondendo ao amanhecer do dia. Nós vamos à união dos povos; caminhamos para a união do homem. Não mais ficções, não mais parasitas. O real governado pelo verdadeiro, eis o objetivo. A civilização se assentará na cúpula da Europa, e mais tarde, no centro dos continentes, em um grande parlamento da inteligência. Alguma coisa parecida já foi vista. Os *amphictyons*¹⁹ tinham duas seções por ano, uma em Delfos, lugar de deuses, outro em Termópilas, lugar de heróis. A Europa terá seus *amphictyons*, o mundo terá seus *amphictyons*. A França carrega este futuro sublime em seu ventre. É a gestação do século XIX. É o que a Grécia esboçou e é digno de ser acabado pela França. Escute-me, você Feuilly, operário valente, homem do povo, homem dos povos. Eu te venero. Sim, você vê claramente os tempos futuros, sim, você tem razão. Você não tinha pai nem mãe, Feuilly; você adotou por mãe a humanidade e por pai, o direito. Você vai morrer aqui, isto é, vai triunfar. Cidadãos, não importa

19. Assembleias de delegados das cidades-estado na Grécia antiga.

o que aconteça hoje, por nossa derrota assim como por nossa vitória, é uma revolução que vamos fazer. Assim como os incêndios iluminam toda a cidade, as revoluções iluminam todo o gênero humano. E que revolução faremos? Acabo de dizer, a revolução da Verdade. Do ponto de vista político, há um só princípio: a soberania do homem sobre ele mesmo. Esta soberania que tenho sobre mim se chama Liberdade. Lá onde duas ou várias dessas soberanias se associam começa o estado. Mas nesta associação não há nenhuma abdicação. Cada soberania concede certa quantidade dela mesma para formar um direito comum. Esta quantidade é a mesma para todos. Esta concessão de identidade que cada um faz a todos se chama Igualdade. O direito comum não é mais do que a proteção de todos irradiando sobre o direito de cada um. Esta proteção de todos sobre cada um se chama Fraternidade. O ponto de interseção de todas essas soberanias que se juntam se chama Sociedade. Esta intersecção sendo uma junção, este ponto é um nó. Por isto a chamamos de vínculo social. Alguns dizem contrato social; o que é a mesma coisa, a palavra contrato sendo etimologicamente formada pela ideia de vínculo. Vamos nos por de acordo sobre a igualdade; pois sendo a liberdade o ápice, a igualdade é a base. A igualdade, cidadãos, não é toda a vegetação do mesmo tamanho, uma sociedade de ervas altas e de pequenos carvalhos; uma vizinhança de invejas castrando-se mutuamente; é, em matéria civil, todas as atitudes tendo a mesma abertura; politicamente, todos os votos tendo o mesmo peso; religiosamente, todas as consciências tendo o mesmo direito. A igualdade tem um órgão: a instrução gratuita e obrigatória. O direito ao alfabeto, é por aí que se deve começar. A escola primária imposta a todos, a escola secundária oferecida a todos, esta é a lei. Da escola idêntica sai a sociedade igual. Sim, o ensino! Luz! Luz! Tudo vem da luz e a ela retorna. Cidadãos, o século XIX é grande, mas o século XX será feliz. Então, nada mais será parecido com a velha história; não teremos mais que temer, como hoje, uma conquista, invasão, usurpação, rivalidade de nações à mão armada, interrupção de civilização a depender de um casamento de reis, um nascimento nas tiranias hereditárias, uma

divisão de povos pelo congresso, um desmembramento pelo colapso de uma dinastia, duas religiões se combatendo frente a frente, como dois bodes da sombra, sobre a ponte do infinito; não teremos mais que temer a fome, a exploração, a prostituição por pobreza, a miséria pelo desemprego, o cadafalso e a espada, e as batalhas e todas as pilhagens do acaso na floresta dos acontecimentos. Poderíamos quase dizer; não haverá mais acontecimentos. Seremos felizes. O gênero humano cumprirá sua lei como o globo terrestre cumpre a sua; a harmonia se restabelecerá entre a alma e o astro. A alma gravitará em torno da verdade assim como o astro em torno da luz. Amigos, a hora em que estamos e em que lhes falo é uma hora sombria; mas é o preço a pagar pelo futuro. Uma revolução é um pedágio. Oh! O gênero humano será liberado, restabelecido e consolado! Nós o afirmamos nesta barricada. De onde virá o grito de amor, se não do alto do sacrifício? Oh, meus irmãos, aqui é o lugar da junção daqueles que pensam com aqueles que sofrem; essa barricada não é feita nem de blocos, nem de vigas, nem de ferragens; é feita de dois montes, um monte de ideias e um monte de dores. A miséria encontra aqui o ideal. O dia abraça a noite e lhe diz: Vou morrer contigo e você renascerá comigo. Do abraço de todas as desolações emerge a fé. Os sofrimentos trazem aqui sua agonia, e as ideias sua imortalidade. Esta agonia e esta imortalidade vão se misturar e compor nossa morte. Irmãos, quem morre aqui morre no irradiar do futuro; entramos num túmulo repleto de aurora.

1866

A JACRESSARDE

Romance muito popular a seu tempo e traduzido para várias línguas, Os trabalhadores do mar (Les travailleurs de la mer) mereceu entre nós um tradutor ilustre, Machado de Assis, em versão que até hoje é reeditada. Fala de pescadores e marinheiros do Mar da Mancha, entre França e Inglaterra. Victor Hugo inspirou-se nas sagas locais das ilhas de Jersey e Guernesey em que andou exilado por 20 anos, durante os quais, entre outras coisas, escreveu este romance. Nele narra, com tintas carregadas, os extremos da miséria em que tantas vezes se deteve nos escritos e discursos.

Há quarenta anos Saint-Malo possuía uma viela chamada Vuela Coutanchez. Essa viela já não existe: foi incluída nos melhoramentos da cidade.

Era uma dupla fileira de casas de madeira, inclinadas umas para as outras, deixando entre elas espaço suficiente para um rego que se chamava de rua. Andava-se com as pernas abertas dos dois lados da água, abalroando com a cabeça ou o cotovelo as casas da direita ou da esquerda. Esses velhos casebres da Idade Média normanda têm perfis quase humanos. De ruína a feiticeira, a distância não é grande. Os andares reentrantes, as paredes inclinadas, os alpendres circunflexos e o embrenhado de ferros velhos simulam lábios, queixos, nariz, sobrancelhas. A mansarda é o olho, zarolho. A face é a parede rugosa e bexiguenta. Elas se tocam com a testa como se planejassem uma ação maldosa. Todos estes nomes da antiga civilização, quebra-pescoço, quebra-fuça, quebra-coco, prendem-se àquela arquitetura.

Uma das casas da viela Coutanchez, a maior, a mais famosa ou a mais mal afamada, chamava-se a Jacressarde.

A Jacressarde era a habitação daqueles que não têm habitação.

Em todas as cidades, e especialmente nos portos de mar, há, abaixo da população, um resíduo. Gente sem confissão, a tal ponto que frequentemente a própria justiça não consegue arrancar-lhes uma, vagabundos, aventureiros, vivendo de expedientes, químicos da espécie larápio, pondo sempre a vida no alambique, todas as formas de andrajo e todas as maneiras de vesti-lo, os jubilados da improbidade, as existências falidas, as consciências que já fizeram balanço, os que abortaram no assalto e no arrombamento de portas (pois os grandes infratores planam e permanecem por cima), os operários e as operárias do mal, os velhacos e as velhacas, os escrúpulos rasgados e os cotovelos furados, os tratantes caídos na indignância, os maus mal recompensados, os vencidos do duelo social, os esfomeados que foram devoradores, os pés-de-chinelo do crime, os miseráveis, na dupla e lamentável acepção da palavra, tal é o pessoal. A inteligência humana está lá, bestial. É o monte de imundícies das almas. Aquilo junta-se num canto onde, de vez em quando, passa essa vassourada chamada batida policial. Em Saint-Malo, a Jacressarde era esse canto.

O que se encontra nessas espeluncas não são os grandes criminosos, os bandidos, os grandes produtos da ignorância e da indignância. Se o assassinato está representado ali, é por algum bêbado brutal; ali o roubo não vai além da ratonice. É antes o escarro que o vômito da sociedade. O vagabundo sim, o salteador não. Todavia não há que confiar. Esse último estágio dos boêmios pode ter extremos cruéis. Um dia, lançando a rede no Epi-Scié, que era em Paris o que a Jacressarde era em Saint-Malo, a polícia apanhou Lacenaire¹.

Esses abrigos admitem tudo. A queda nivela. Às vezes a honestidade que degradingola cai ali. A virtude e a probidade têm aventuras, como já se viu. Não se deve, de imediato, nem admirar os Louvres²,

1. Criminoso francês, guilhotinado em 1836.

2. Palácio real em Paris, hoje um dos mais importantes museus do mundo, criação da Revolução Francesa em 1793, quando abriu as coleções de arte do rei à visitação do povo.

nem condenar as galés. O respeito público assim como a reprovação universal devem ser descascados. Haverá surpresas. Um anjo no lupanar, uma pérola no monturo – este sombrio e deslumbrante achado é possível.

A Jacressarde era mais pátio que casa, e mais poço que pátio. Não tinha um andar dando para a rua. A fachada era uma alta parede com uma porta baixa. Levantava-se o ferrolho, empurrava-se a porta, entrava-se num pátio.

No meio desse pátio havia um buraco redondo, cercado por uma orla de pedra, ao nível do chão. Era um poço. O pátio era pequeno, o poço era grande. Um calçamento arruinado enquadrava a beirada do poço.

O pátio, quadrado, tinha construções de três lados. Do lado da rua, nada; mas diante da porta, à direita e à esquerda, havia abrigos.

Quem, à noite, entrasse ali, um pouco arriscadamente, ouviria como que um rumor de respirações misturadas, e se houvesse bastante luar ou estrelas para dar forma aos contornos obscuros que se tinha sob os olhos, eis o que veria:

O pátio. O poço. Em torno do pátio, em frente à porta, um galpão parecendo uma espécie de ferradura quadrada, galeria carunchosa, toda aberta, com teto de vigas, sustentada por pilares de pedra desigualmente espaçados; no centro, o poço; em torno do poço, num amontoado de palha e formando como que um rosário circular, viam-se solas de sapato direitas, outras de botas acalcanhadas, dedos aparecendo pelos buracos dos sapatos, e muitos calcanhares nus, pés de homem, pés de mulher, pés de criança. Todos esses pés dormiam.

Depois desses pés, o olhar penetrando na penumbra do galpão distinguia corpos, formas, cabeças adormecidas, prolongamentos inertes, farrapos de ambos os sexos, uma promiscuidade no monturo, não se sabe bem que sinistra jazida humana. Este quarto era de todos. Pagavam-se dois centavos por semana. Os pés tocavam o poço. Nas noites de tempestade, chovia sobre esses pés; nas noites de inverno, nevava sobre esses corpos.

Quem eram aquelas criaturas? Desconhecidos. Iam para lá de noite e saíam de manhã. A ordem social se complica com estas larvas. Alguns esgueiravam-se ali por uma noite e não pagavam. A maior parte não comera nada durante o dia. Todos os vícios, todas as abjeções, todas as infecções, todas as misérias; o mesmo sono de prostração no mesmo leito de lama. Os sonhos de todas essas almas conviviam bem. Encontro fúnebre em que se mexiam e se amalgamavam no mesmo miasma os cansaços, os desfalecimentos, as bebedeiras curtidas, as marchas e contramarchas de um dia sem um pedaço de pão e sem um bom pensamento, as noites lívidas e sonolentas, remorsos, cobiças, cabeleiras misturadas com sujeira, rostos com olhar de morte, beijos, talvez, de bocas de trevas. Esta podridão humana fermentava naquele caldeirão. Eram atirados àquele abrigo pela fatalidade, pela viagem, pelo navio chegado na véspera, pela saída da prisão, pelo acaso, pela noite. A cada dia o destino esvaziava ali sua cesta. Entrava quem queria, dormia quem podia, falava quem ousava. Pois era um lugar de murmúrios. Apressavam-se em misturar-se. Tratavam de esquecer-se no sono, visto que não é possível perder-se na sombra. Tiravam da morte aquilo que podiam.

Fechavam os olhos naquela agonia confusa que todas as noites recomeçava. Onde saíam? Da sociedade, porque eram a miséria; da vaga, porque eram a espuma.

Não tinha palha quem queria. Mais de uma nudez estava ali no chão; deitavam-se estafados; erguiam-se anquilosados. O poço sem parapeito e sem tampa, sempre aberto, tinha 30 pés de profundidade. Caía ali a chuva, escorriam as imundícies, filtravam todos os escoamentos do pátio. A caçamba para tirar água ficava a um lado. Quem tinha sede bebia. Quem estava aborrecido afogava-se. Do sono do monturo passava-se ao sono do poço. Em 1819, tirou-se dali um menino de catorze anos.

Para não correr risco naquela casa era preciso ser daquela laia. Os leigos eram mal vistos.

Esses seres se conheciam? Não, eles se cheiravam.

Uma mulher era a dona do abrigo, jovem, bem bonita, usava uma touca com fitas, lavada às vezes com água do poço; e tinha uma perna de pau.

Desde a madrugada esvaziava-se o pátio; iam-se embora os fregueses.

Havia no pátio um galo e algumas galinhas, que ciscavam no esterco durante o dia. O pátio era atravessado por uma viga horizontal, colocada sobre postes, figura de forca, que ali não parecia muito estranha. Via-se às vezes estendido na viga, no dia seguinte às noites chuvosas, um vestido de seda molhado e enlameado, que era da mulher da perna de pau.

Acima do galpão e como ele, enquadrando o pátio, havia um andar superior e acima do andar um sótão. Uma escada de madeira podre, furando o teto do galpão, levava para cima; escada vacilante que a mulher coxa subia ruidosamente.

Os locatários de passagem, por semana ou por noite, moravam no pátio; os locatários residentes moravam na casa.

Nas janelas, nem um caixilho; nos umbrais, nem uma porta; nas lareiras, nenhum fogo; era a casa. Passava-se de um quarto a outro indiferentemente por um buraco quadrado e comprido que fora porta, ou por uma fresta triangular que ficava entre duas pilastras do tabique. A calíça caída cobria o assoalho. Não se sabia como aquela casa estava em pé. O vento a abalava. Subia-se como era possível pelos degraus escorregadios da escada. Tudo estava aberto. O inverno entrava na casa como água em esponja. A abundância de aranhas tranquilizava contra o desmoronamento imediato. Nenhum móvel. Dois ou três enxergões nos cantos, rasgados, deixando ver mais cinza que palha; aqui e ali uma bilha e um alguidar, servindo para diversos usos. Um cheiro adocicado e horrível.

Das janelas via-se o pátio. Esta vista parecia a parte de cima de uma charrete cheia de lama. As coisas, sem contar os homens, que apodreciam ali, que ali enferrujavam, que ali mofavam, eram indescritíveis. Os destroços confraternizavam; caíam das paredes, caíam das criaturas. Os trapos semeavam entulhos.

Além da população flutuante, alojada no pátio, a Jacressarde tinha três inquilinos: um carvoeiro, um catador e um fabricante de ouro. O carvoeiro e o catador ocupavam dois enxergões no primeiro andar; o fabricante de ouro, alquimista, morava no sótão que, não se sabe porque, chamavam de “galeatas”. Não se sabia em que canto dormia a mulher.

O fabricante de ouro era um pouco poeta. Vivia no teto, sob as telhas, num quarto em que havia uma janela estreita e uma grande chaminé de pedra, buraco onde rugia o vento. Como a janela não tinha caixilhos, o fabricante de ouro pregara em cima uma placa de ferro, proveniente de um rasgão de navio. Essa placa deixava passar pouca luz e muito frio.

O carvoeiro pagava com um saco de carvão, de quando em quando; o catador pagava com grãos para as galinhas, cada semana; o fabricante de ouro não pagava nada. Entretanto, ia queimando a casa. Já tinha arrancado a pouca madeira, e a cada instante tirava da parede, ou do teto, uma ripa para aquecer a caldeira do ouro. No tabique acima da enxerga do catador viam-se duas colunas de algarismos feitos com giz, escritos pelo catador todas as semanas, uma coluna de três e uma coluna de cinco, conforme os grãos tivessem custado 3 ou 5 centavos. A caldeira do “alquimista” era uma velha bomba quebrada promovida por ele a caldeira, onde ele combinava os ingredientes. A transmutação absorvia-o. Algumas vezes falava nisso aos maltrapilhos do pátio, que riam dele. Dizia ele: “Essa gente é cheia de preconceitos”. Estava resolvido a não morrer sem atirar a pedra filosofal nas vidraças da ciência. Seu forno comia muita madeira. A rampa da escada tinha desaparecido. Ia-se toda a casa pouco a pouco. Dizia a hoteleira: “Você só me deixará o casco!”. Ele a desarmava fazendo-lhe versos.

Tal era a Jacressarde.

Uma criança, que talvez fosse um anão, com doze ou sessenta anos, guloso, com uma vassoura na mão, era o empregado.

Os frequentadores entravam pela porta do pátio; o público entrava pela porta da loja.

O que era a loja?

A parede alta que dava para a rua tinha à direita da entrada do pátio uma abertura feita em esquadria, que era a um tempo porta e janela, tendo postigo e caixilhos; o postigo era o único da casa que tinha eixos e fechaduras, o caixilho era o único que tinha vidros. Por trás dessa vitrine que dava para a rua havia um quartinho, que tomava uma parte do galpão-dormitório. Lia-se na porta da rua esta inscrição a carvão: “Aqui se encontram curiosidades”. A palavra já corria o mundo. Sobre três tábuas que fingiam prateleiras, colocadas por trás de vidraças, viam-se alguns potes de porcelana sem asa, um chapéu de sol chinês feito de pergaminho delgado, ornado de figuras, furado em diversos pontos, impossível de abrir e fechar, cadinhos de ferro ou de cerâmica informes, chapéus de homem e de mulher estragados, três ou quatro conchas, alguns embrulhos de botões velhos de osso e de cobre, uma tabaqueira com o retrato de Maria Antonieta, e um volume truncado da Álgebra de Boisbertrand.

Tal era a loja. Aquele sortimento era a curiosidade. A loja se comunicava por uma porta traseira com o pátio onde estava o poço. Havia uma mesa e um banquinho. A mulher da perna de pau era a balconista.

1869

DISCURSO DE GWYNPLAINE

O romance O homem que ri (L'homme qui rit) narra a história de Gwynplaine, o filho de um lorde inglês que, raptado na infância por traficantes de crianças, teve as duas faces abertas a navalha a partir da comissura dos lábios em direção às orelhas, para simular um riso perene: presumia-se que assim faria os espectadores rirem também. Recolhido por saltimbancos chefiados pelo bondoso Ursus, passa a ser saltimbanco como eles e a viver num circo. Desfigurado, após inúmeras peripécias vai assumir seu legítimo lugar na Câmara dos Lordes da Inglaterra, enfrentando a vergonha que lhe causa a mutilação do rosto. Como foi recebido é o que se descreve a seguir. Filmado várias vezes, sua mais recente versão, com Gerard Depardieu no papel de Ursus, tem Marc-André Grondin como protagonista e data de 2012.

E interpellando Gwynplaine com altivez: – Quem é você? De onde saiu? Gwynplaine respondeu:

– Do abismo.

E, cruzando os braços, olhou os lordes.

– Quem sou eu? Sou a miséria. Mylords, tenho que lhes falar.

Houve um frêmito, e um silêncio. Gwynplaine continuou.

– Mylords, os senhores estão no alto. Muito bem. É preciso acreditar que Deus tem suas razões para isto. Os senhores têm o poder, a opulência, a alegria, o sol imóvel em seu zênite, a autoridade sem limites, o gozo sem partilha, o imenso esquecimento dos outros. Que seja. Mas há embaixo dos senhores alguma coisa. Talvez em cima. Mylords. Venho lhes contar uma novidade: o gênero humano existe.

As assembleias são como crianças; os incidentes são sua caixa de surpresas, e elas têm medo e prazer neles. Parece, às vezes, que uma mola funciona, e vê-se sair um diabo. Como na França, Mirabeau, ele também disforme.

Gwynplaine neste momento sentia dentro de si um engrandecimento estranho. Um grupo de homens a quem se fala, é como uma trempe. Está-se, por assim dizer, em pé sobre uma pilha de almas. Tem-se sob os calcanhares uma agitação de entranhas humanas. Gwynplaine não era mais o homem que, na noite anterior fora, por um instante, quase pequeno. As vertigens desta súbita elevação, que o haviam confundido, diminuíram e se tornaram transparentes, e lá onde fora seduzido pela vaidade, via agora uma função. O que antes o tinha diminuído, agora o engrandecia. Estava iluminado por um destes intensos relâmpagos que resultam do dever.

Gritavam de todo lado a seu redor: – Escutem! Escutem!

Ele, entretanto, crispado e sobre-humano, conseguiu manter em seu rosto a contração severa e lúgubre, sob a qual o ricto se rebelava, como um cavalo selvagem prestes a escapar. Retomou:

– Eu sou aquele que vem das profundezas. Mylords, os senhores são os grandes e os ricos. É perigoso. Aproveitam a noite. Mas fiquem atentos, existe uma grande potência, a aurora. A alvorada não pode ser vencida. Ela chegará. Ela chega. Ela tem dentro de si o irresistível esboço do dia. E quem impedirá este estilingue de lançar o sol no céu? O sol é o direito. Os senhores são o privilégio. Temam. O verdadeiro dono da casa vai bater na porta. Quem é o pai do privilégio? O acaso. E quem é seu filho? O abuso. Nem o acaso nem o abuso são sólidos. Eles têm um e outro um mau futuro. Venho adverti-los. Venho denunciar sua felicidade. Ela é feita da tristeza dos outros. Os senhores têm tudo, e este tudo é composto pelo nada dos outros. Mylords, sou o advogado desesperado, e defendo a causa perdida. Esta causa, Deus a ganhará. Eu sou apenas uma voz. O gênero humano é uma boca, e eu sou o grito. Os senhores me ouvirão. Venho abrir diante de vós, pares da Inglaterra, o grande processo do povo, este soberano, que é paciente, este

condenado que é juiz. Eu me curvo diante do que vou dizer. Por onde começar? Não sei. Recolhi na vasta dispersão dos sofrimentos minha petição esparsa. Que fazer disso, agora? Ela me arrasa, e eu a exponho diante de mim desordenadamente. Previ isto? Não. Os senhores estão espantados, eu também. Ontem eu era um saltimbanco, hoje sou um lorde. Jogos profundos. De quem? Do desconhecido. Temamos todos. Mylords, todo o azul do céu está de seu lado. Deste imenso universo os senhores veem apenas a festa; saibam que existe a escuridão. Entre os senhores eu me chamo lorde Fermain Clancharlie, mas meu verdadeiro nome é um nome de pobre, Gwynplaine. Sou um miserável talhado no estofado dos grandes por um rei, que assim o quis. Eis minha história. Muitos dos senhores terão conhecido meu pai, eu não. É por seu lado feudal que ele os toca, e a mim, é seu lado proscrito. E o que Deus faz é bom. Fui lançado ao abismo. Para quê? Para que eu visse o fundo. Sou um mergulhador, trago a pérola, a verdade. Falo, porque sei. Os senhores me ouvirão, mylords. Eu experimentei. Eu vi. O sofrimento, não, não é só uma palavra, senhores felizes. A pobreza, nela eu cresci; o inverno, nele me engelei; a fome, eu a provei; o desprezo, eu o sofri; a peste, eu a tive; a vergonha, eu a bebi. E a vomitarei diante dos senhores e este vômito de todas as misérias respingará em seus pés e os queimará. Hesitei antes de me deixar trazer a este lugar; porque tenho outros deveres fora daqui. E não é aqui que está meu coração. Os senhores não têm a ver com o que se passou em mim; quando o homem que os senhores chamam de Bastão Negro veio me buscar da parte da mulher que chamam de rainha, tive por um momento a ideia de recusar. Mas me pareceu que a obscura mão de Deus me levava nesta direção, e obedeci. Senti que era preciso que viesse a estar entre os senhores. Por que? Por causa de meus farrapos de ontem. É para tomar a palavra entre os saciados que Deus me juntou aos famintos. Oh! Tenham piedade! Oh! Este mundo fatal ao qual creem pertencer, os senhores não o conhecem; tão longe, estão fora; eu lhes direi o que é. Tenho experiência. Chego de baixo da pressão. Posso dizer o quanto pesam. Os senhores, os patrões, de que são feitos, sabem? Veem o que

fazem? Não. Ah! Tudo é terrível. Uma noite, uma noite de tempestade, tão pequeno, abandonado, órfão, sozinho na criação imensa, fiz minha entrada nesta obscuridade que denominam a sociedade. A primeira coisa que eu vi, foi a lei, na forma de um cadafalso; a segunda, foi a riqueza, a sua riqueza, na forma de uma mulher morta de frio e de fome; a terceira, foi o futuro, na forma de uma criança agonizante; a quarta, foi o bom, o verdadeiro, e o justo, na figura de um vagabundo que só tinha por amigo e companheiro um lobo.

Neste momento, Gwynplaine, tomado de uma emoção pungente, sentiu subirem-lhe à garganta os soluços.

O que fez, coisa sinistra, que ele estourasse de rir. O contágio foi imediato. Havia sobre a assembleia uma nuvem, que podia explodir em pânico; explodiu em alegria. O riso, esta demência desabrochada, tomou toda a câmara. Os cenáculos de homens soberanos não pedem mais que uma palhaçada. Assim se vingam de sua seriedade.

Um riso de reis parece um riso de deuses; sempre tem uma ponta de crueldade. Os lordes se puseram a brincar. O sarcasmo acentuava o riso. Bateram palmas ao redor daquele que falava, e o ultrajaram. Uma confusão de interjeições jocosas o atingiu, chuvisco alegre e mortífero.

Ele observou por um momento estes homens que riam.

– Então, gritou, os senhores insultam a miséria. Silêncio, pares da Inglaterra! Juízes, escutai a petição. Oh! Eu lhes imploro, tenham piedade! Piedade por quem? Piedade pelos senhores. Quem está em perigo? Os senhores. Não veem que estão em uma balança na qual há em um prato seu poder e no outro, sua responsabilidade? Deus os pesa. Oh! Não riam. Meditem. Esta oscilação da balança de Deus, é o tremor da consciência. Os senhores não são maus. São homens como os outros, nem melhores, nem piores. Creem-se deuses, mas fiquem doentes amanhã e verão tremer de febre sua divindade. Nós todos nos equivalemos. Dirijo-me aos espíritos honestos, pois existem deles aqui; dirijo-me às inteligências elevadas, pois

existem; dirijo-me às almas generosas, pois existem. Os senhores são pais, filhos e irmãos, portanto frequentemente se enternecem. Aquele dentre os senhores que observou esta manhã o despertar de seu filho pequeno é bom. Os corações são os mesmos. A humanidade não é nada mais que um coração. Entre aqueles que oprimem e aqueles que são oprimidos, a única diferença é a posição em que se encontram. Seus pés andam sobre cabeças, não é sua culpa. É culpa da Babel social. Construção falha, tudo em desalinho. Um andar esmaga o outro. Ouçam, eu lhes direi. Oh! Justamente porque são poderosos, sejam fraternais; porque são grandes, sejam ternos. Se soubessem o que eu vi! Que tristeza! Embaixo, que tormento! O gênero humano está no calabouço. Quantos condenados que são inocentes! A luz falta, o ar falta, a virtude falta; não há esperança, e o que é temível, esperamos. Atentem para estas infelicidades. Há seres que vivem na morte. Há garotinhas que começam na prostituição aos oito anos e que terminam aos vinte anos, na velhice. E a severidade das penas, é espantoso. Falo um pouco ao acaso, não escolho. Digo o que me vem à cabeça. Ontem mesmo, eu que estou aqui, vi um homem acorrentado e nu, com pedras sobre o ventre, expirar sob tortura. Sabiam disso? Não. Se soubessem o que acontece, nenhum dos senhores ousaria ser feliz. Quem já foi a Newcastle-on-Tyne¹? Há nas minas homens que mastigam carvão para encher o estômago e enganar a fome. Vejam, no condado de Lancaster, Ribblesdale, de tanta indigência, de cidade passou a povoado. Não acredito que o príncipe George da Dinamarca precise de mais cem mil guinéus. Eu preferiria receber no hospital o indigente doente sem obrigá-lo a pagar adiantado seu enterro. Em Caernarvon, em Traithmaur, assim como em Traithbichan, o esgotamento dos pobres é terrível. Em Stratford, não se pode drenar o pântano, por falta de dinheiro. As fábricas de tecidos estão fechadas em toda Lancashire. Desemprego por toda a parte. Sabem que os pescadores de arenque de Harlech comem mato quando falta a pesca? Sabem que em Burt-on-Lazers ainda há leprosos perseguidos e que levam tiro se saírem de seus casebres? Em Ailesbury,

1. Gwynplaine passa a denunciar uma série de iniquidades que ocorrem nas Ilhas Britânicas.

cidade onde um dentre os senhores é lorde, a fome é permanente. Em Penckridge, em Coventry, onde os senhores acabam de dotar a catedral e de enriquecer o bispo, não há cama nos casebres, e cavam-se buracos na terra para deitar as criancinhas, de modo que, em lugar de começar por um berço, elas começam por um túmulo. Eu vi estas coisas. Mylords, os impostos que votam, sabem quem os paga? Aqueles que expiram. Tristeza! Os senhores se enganam. Estão no caminho errado. Aumentam a pobreza do pobre para aumentar a riqueza do rico. É o contrário que deveria ser feito. Como, tomar do trabalhador para dar ao que não faz nada, tomar do esfarrapado para dar ao saciado, tomar do indigente para dar ao príncipe! Oh! Sim, eu tenho o velho sangue republicano nas veias. Tenho horror a isto tudo. Estes reis, eu os execro! E as mulheres, que atrevidas! Contaram-me uma triste história. Oh! Eu odeio Charles II. Uma mulher que meu pai havia amado se entregou a este rei, enquanto meu pai morria no exílio, a prostituta! Charles II, James II; depois de um patife, um celerado! O que há em um rei? Um homem, um fraco, um sujeito cativo das necessidades e enfermidades. Então para que o rei? Esta realeza parasita, os senhores a empanturram. Esta minhoca, os senhores transformam em jiboia. Esta tênia, transformam em dragão. Graça para os pobres! Os senhores aumentam os impostos em benefício do trono. Prestem atenção nas leis que decretam. Prestem atenção no formigueiro, é doloroso que seja esmagado. Baixem os olhos. Olhem seus pés. Ó grandes, existem os pequenos! Tenham piedade. Sim! Piedade dos senhores! Pois as multidões agonizam, e o que está morrendo embaixo faz morrer o de cima. A morte é um fim que não isenta nenhum membro. Quando a noite vem, ninguém guarda seu pedaço de dia. São egoístas? Salvem os outros. O navio a pique não é indiferente a nenhum passageiro. Não há naufrágio de uns que não engula os outros. Oh! Saibam, o abismo é para todos.

O riso redobrou, irresistível. De resto, para divertir uma assembleia, era suficiente o que essas palavras tinham de extravagante.

Ser cômico por fora, e trágico por dentro, não há sofrimento mais humilhante, cólera mais profunda. Gwynplaine o tinha em si. Suas palavras queriam agir em um sentido, seu rosto agia em outro; terrível situação. Sua voz, de repente, teve lampejos estridentes.

– São alegres, estes homens! É bom. A ironia confronta a agonia. O deboche ultraja o estertor. Eles são todo-poderosos! É possível. Seja. Veremos. Ah! Eu sou um deles. Sou também um dos seus, oh! vocês, os pobres! Um rei me vendeu, um pobre me recolheu. Quem me mutilou? Um príncipe. Quem me curou e me alimentou? Um morto de fome. Eu sou lorde Clancharlie, mas permaneço Gwynplaine. Eu me aproximo dos grandes, e pertenço aos pequenos. Estou entre aqueles que gozam e com aqueles que sofrem. Ah! Esta sociedade é falsa. Um dia virá a verdadeira sociedade. Então não haverá mais senhores, haverá pessoas que vivem livres. Não haverá mais senhores, haverá pais. É o futuro. Não mais prostração, humilhação, não mais ignorância, não mais homens besta de carga, não mais cortesãos, nem criados, nem reis, a luz! Enquanto isso, eis-me aqui. Tenho um direito, e o usufruo. É um direito? Não, se eu usufruo dele para mim. Sim, se o uso para todos. Falarei aos lordes, sendo um deles. Ó meus irmãos de baixo, eu lhes contarei sua indignação. Eu me levantarei empunhando os farrapos do povo na mão, e agitarei sobre os senhores a miséria dos escravos, e eles não poderão mais, eles, os favorecidos e os arrogantes, livrar-se da lembrança dos infortunados, livrarem-se, eles os príncipes, da panela dos pobres! E pior para eles se são vermes e melhor se calha de serem leões!

Gwynplaine, lembremo-nos, tinha sonhado com outra acolhida.

Quem escalou na areia uma escarpa íngreme e totalmente friável acima de uma vertiginosa profundidade, que sentiu sob suas mãos, sob suas unhas, seus cotovelos, seus joelhos, seus pés, fugir e se desmontar seu ponto de apoio, que recuando ao invés de avançar sobre

esta ladeira refratária, tendo à frente a angústia do deslizamento, afundando ao invés de escalar, descendo ao invés de subir, aumentando a certeza do naufrágio pelo esforço em direção ao alto, e perdendo um pouco mais em cada movimento para se afastar do perigo, sentiu a aproximação formidável do abismo, e teve nos ossos o frio sombrio da queda, goela aberta abaixo de si, este experimentou o que experimentava Gwynplaine.

Ele sentia sua ascensão se esfacelar debaixo dele; seu auditório era um precipício.

Sempre há alguém que diz a palavra que tudo resume.

Lord Scarsdale traduziu num grito a impressão da assembleia:

– O que este monstro vem fazer aqui?

Gwynplaine se apurou, perdido e indignado, numa espécie de convulsão suprema. Olhou para todos fixamente.

– O que vim fazer aqui? Vim ser terrível. Sou um monstro, dizem os senhores. Não, sou o povo. Sou uma exceção? Não, sou todo mundo. A exceção, são os senhores. São a quimera, e eu sou a realidade. Eu sou o Homem. Sou o assustador Homem que Ri. Que ri do que? Dos senhores. Dele. De tudo. O que é o seu riso? Vosso crime, e seu suplício. Este crime, ele joga em sua cara; este suplício, ele cospe em sua cara. Eu rio, e isto quer dizer: Eu choro.

Parou. Calaram-se. Os risos continuavam, mas baixos. Ele pôde acreditar em certa retomada da atenção. Respirou, e continuou:

– Este riso que está na minha cara, foi um rei que o pôs. Este riso expressa a desolação universal. Este riso quer dizer ódio, silêncio contrito, raiva, desespero. Este riso é produto das torturas. Este riso é um riso forçado. Se Satã tivesse este riso, este riso condenaria Deus. Mas o eterno em nada se parece ao perecível. Sendo absoluto, ele é o justo; e Deus odeia o que fazem os reis. Ah! Os senhores me consideram uma exceção! Sou um símbolo. Oh, todo-poderosos imbecis que são, abram os olhos. Eu encarno tudo. Represento a humanidade tal como seus senhores a fizeram. O homem é um mutilado. O que me fizeram, fizeram ao gênero humano. Deformaram o direito, a justiça, a verdade,

a razão, a inteligência, como em mim os olhos, o nariz e as orelhas; como em mim, colocaram em seu coração uma cloaca de cólera e de dor, e no rosto uma máscara de contentamento. Onde pousara o dedo de Deus, apoiou-se a garra do rei. Monstruosa superposição. Bispos, pares e príncipes, o povo é o sofredor profundo que ri na superfície. Mylords, eu lhes digo, o povo, sou eu. Hoje o oprimem, hoje me vão. Mas o futuro é o degelo sombrio. O que era pedra torna-se torrente. A aparência sólida torna-se inundação. Uma ruptura, e tudo está dito. Virá a hora em que uma convulsão quebrará vossa opressão, em que um rugido responderá a suas vaias. Esta hora é chegada - você o percebeu, ó meu pai! - esta hora de Deus é chegada, e se chamou República, foi rechaçada, mas voltará. Enquanto esperam, lembrem-se que a série de reis armados com a espada foi interrompida por Cromwell² armado de machado. Tremam. As soluções incorruptíveis se aproximam, as unhas cortadas voltam a crescer, as línguas arrancadas voam, e se tornam línguas de fogo dispersas ao vento das trevas, e urram no infinito; aqueles que têm fome mostram seus dentes ociosos, os paraísos construídos sobre infernos balançam, sofre-se, sofre-se, sofre-se, e o que está no alto se inclina, o que está em baixo se entreabre, a sombra pede para tornar-se luz, o condenado questiona o eleito, é o povo que vem, eu lhes digo, é o homem que sobe, é o fim que começa, é a rubra aurora da catástrofe, e eis o que há neste riso, do qual os senhores riem! Londres é uma festa perpétua. Que seja. A Inglaterra é de um lado a outro uma aclamação. Sim. Mas ouçam: tudo o que veem, sou eu. Os senhores têm festas, é meu riso. Têm alegrias públicas, é meu riso. Têm casamentos, sagrações, coroações, é meu riso. Têm nascimentos de príncipes, é meu riso. Têm acima de si o trovão, é meu riso.

Como aguentar tais coisas! O riso recomeçou, desta vez, esmagador. De todas as lavas que a boca humana lança, esta cratera, a mais corrosiva é a alegria. Fazer o mal alegremente, nenhuma multidão resiste a este contágio. Nem todas as execuções se fazem num cadafal-

2. Líder da revolução burguesa na Inglaterra que depôs o rei Carlos I e o decapitou, no século XVII. Passou à História com o título de Lorde Protetor.

so, e os homens, quando estão reunidos, em multidão ou assembleia, sempre têm entre eles um carrasco pronto, que é o sarcasmo. Não há suplício comparável ao do miserável risível. Este suplício, Gwynplaine o sofria. A alegria, sobre ele, era lapidação e artilharia. Ele era chocalho e manequim, boneco de judas, alvo. Pulavam, gritavam bis, rolavam de rir. Batiam os pés. Chacoalhavam a estola. A majestade do lugar, a púrpura das vestes, o pudor dos arminhos, as perucas repartidas ao meio não significavam nada. Os lordes riam, os bispos riam, os juízes riam. O banco dos anciãos ria, o banco das crianças se retorcia. O arcebispo de Canterbury cutucava com o cotovelo o arcebispo de York. Henry Compton, bispo de Londres, irmão do conde de Northampton, segurava as ilhargas. O lorde chanceler baixava os olhos para esconder seu provável riso. E na barra, a estátua do respeito, o meirinho Bastão Negro, ria.

Gwynplaine, pálido, cruzara os braços; e rodeado de todas estas figuras, jovens e velhos, onde irradiava o enorme júbilo homérico, neste turbilhão de palmas, sapateados e hurras, neste frenesi bufão do qual ele era o centro, nesta esplêndida efusão de hilaridade, no meio desta formidável alegria, tinha dentro de si o sepulcro. Era o fim. Não podia mais controlar nem seu rosto que o traia, nem seu auditório que o insultava.

1871

INCIDENTE NA BÉLGICA

Victor Hugo declarara publicamente que sua casa em Bruxelas estava aberta para os perseguidos da Comuna de Paris, oferecendo-lhes asilo. Anunciaram-se represálias, que de fato se efetivaram, como o texto abaixo descreve minuciosamente. O escritor dirige-se aos jornais, fazendo uma denúncia e fornecendo uma explicação; a carta é assinada por François Victor Hugo, seu filho.

Senhor Redator,

Foram publicadas várias narrativas inexatas dos fatos que se passaram na praça das Barricadas nº 4, na noite de 27 para 28 de maio.

Creio necessário precisar esses fatos em sua realidade absoluta.

Nesta noite de sábado para domingo, o sr. Victor Hugo, depois de haver trabalhado e escrito, acabava de se deitar. O quarto que ocupa está situado no primeiro andar e na parte dianteira da casa. Tem só uma janela, que dá para a praça. Victor Hugo, acordando muito cedo e trabalhando desde as primeiras horas do dia, tem por hábito não fechar as persianas da janela.

Passava um quarto da meia-noite, acabara de soprar a vela e ia dormir. De repente, ouve-se um toque de sineta. Semiacordado, Victor Hugo escuta, pensa ser engano de algum transeunte e deita-se de novo. Novo toque na sineta, mais forte que o primeiro. Victor Hugo levanta-se, veste um roupão, vai até a janela, abre-a e pergunta: *Quem é?* Uma voz responde: *Dombrowski*. Ainda sonolento, e não enxergando nada no escuro, Victor Hugo, pensa no asilo que oferecera naquela mesma manhã aos fugitivos, pensa que é possível que Dombrowski não tenha sido fuzilado e venha com efeito solicitar-lhe asilo; volta-se, a fim de

descer e abrir a porta. Neste momento, uma enorme pedra, bastante mal dirigida, vem chocar-se com o paredão ao lado da janela. Victor Hugo compreende então, inclina-se na janela aberta e percebe uma porção de homens, uns cinquenta pelo menos, enfileirados diante da casa e encostados à grade da praça. Ergue a voz e diz a essa turba: *Vocês são uns miseráveis!*

Depois fecha a janela. No momento em que o fazia, um pedaço de calçamento, que ainda hoje está no quarto, quebra o vidro a uma polegada acima de sua cabeça, fazendo um imenso rombo e vindo rolar a seus pés, cobrindo-o de estilhaços de vidro que, por um estranho acaso, não o feriram. Ao mesmo tempo, do bando agrupado abaixo da janela, irrompem estes gritos: *À morte Victor Hugo! Abaixo Victor Hugo! Abaixo Jean Valjean!¹ Abaixo lorde Clancharlie²! Abaixo o bandido!*

Esta explosão violenta despertara a casa. Duas mulheres saídas precipitadamente da cama, a dona da casa, viúva Charles Hugo, outra, a ama das duas crianças, Mariette Leclanche, entram precipitadamente no quarto. *Pai, pergunta a senhora Charles Hugo, o que está acontecendo?* Victor Hugo responde: *Não é nada; tenho impressão que são assassinos.* Depois acrescenta: *Fiquem tranquilas; voltem para seus quartos, é impossível que daqui a pouco a polícia não passe, e este bando vai fugir.* E ele próprio entra, acompanhado da viúva Charles Hugo e seguido de Mariette, no quarto das crianças, contíguo ao seu, mas situado na parte dos fundos da casa, e dando para o jardim.

Mariette, entretanto, acabava de entrar de novo no aposento do patrão, a fim de ver o que se passava. Aproximou-se da janela, foi percebida e imediatamente uma terceira pedra, dirigida contra essa mulher, varou a vidraça e arrancou as cortinas.

A partir desse momento, uma saraivada de projéteis caiu furiosamente sobre a janela e na fachada da casa. Ouviam-se distintamente os gritos: *À morte Victor Hugo! À força! Ao poste! Acabemos com o bandido!* Ouviam-se outros gritos menos inteligíveis: *Para Caiena³!*

1. Protagonista de *Os miseráveis*.

2. Protagonista de *O homem que ri*.

3. Destino de deportação, na Guiana Francesa.

*Para Mazas*⁴! Todos esses clamores eram dominados por este: *Arrombemos a porta!* Vitor Hugo, voltando a seu quarto, havia simplesmente empurrado a porta que ficara fechada apenas com trinco. Ouviram-se distintamente esforços para forçar a maçaneta. Mariette desceu e correu os ferrolhos.

Tudo isso havia durado cerca de vinte e cinco minutos. De súbito o silêncio se fez, as pedras cessaram de chover e os clamores se calaram. Arriscaram-se a olhar a praça: não viram mais ninguém. Vitor Hugo disse então à senhora Charles Hugo: *Terminado. Viram alguma patrulha e trataram de ir embora. Vá se deitar tranquilamente.*

Ele próprio foi se deitar, quando a vidraça partida explodiu de novo com uma grande pedra que veio cair bem em cima da cama, como viu o agente de polícia que veio mais tarde. O assalto recomeçava. Os gritos *À morte!* eram mais furiosos que nunca. Do andar superior olharam para a praça e viram uma dúzia de homens, quando muito uns vinte, alguns dos quais carregavam baldes provavelmente cheios de pedras. A chuva de pedras contra a fachada do edifício não parava e a janela ficou crivada delas. Não era possível de forma alguma permanecer no aposento. Golpes violentos repercutiam, sem cessar, contra a porta. É provável que tenha havido uma tentativa de arrancar a grade de ferro do postigo acima da porta. Um paralelepípedo arrojado contra esta grade só logrou quebrar o vidro.

As duas crianças, uma com dois anos e meio, outra com vinte meses, acabavam de acordar e gritavam. As outras duas empregadas da casa tinham se levantado; pensou-se num meio de fugir. Impossível. A casa de Victor Hugo só tem uma saída, a porta para a praça. A senhora Charles Hugo subiu, com perigo de vida, na estufa do jardim, e enquanto os vidros se rompiam a seus pés, conseguiu aproximar-se, agarrando-se ao muro, da janela da casa vizinha. Bradou por socorro e as três mulheres apavoradas gritaram com ela: *Socorro! Fogo!* Victor Hugo mantinha-se em silêncio. As crianças choravam. A pequena Jeanne está doente.

4. Penitenciária na França.

O assalto frenético prosseguia. Nenhuma janela se abriu, ninguém na praça escutou ou pareceu escutar esses gritos de mulheres desesperadas. Isso se explicou pelo terror que, segundo parece, era geral. De repente, ouviu-se um grito: *arrombemos a porta!* e, coisa que naquele momento pareceu estranha, fez-se silêncio.

Victor Hugo pensou de novo que tudo estava terminado, pediu à senhora Charles Hugo que se acalmasse, e enquanto as duas empregadas se punham a rezar, tomou nos braços a netinha doente. E como dez minutos de silêncio tinham se passado, acreditou que pudesse voltar a seu quarto. Neste momento uma pedra aguda e cortante, lançada com força, caiu no quarto e passou rente à cabeça da criança. O assalto recomeçava pela terceira vez. O terceiro esforço foi o mais violento de todos. Uma tentativa de escalada quase chegou a ter êxito. Mãos esforçaram-se para arrancar as janelas da sala no andar térreo. Essas janelas, revestidas de ferro por fora e de barras de ferro por dentro, resistiram. As marcas da escalada são visíveis na parede e foram constatadas pela polícia. Os gritos de *À morte! Victor Hugo na força!* eram desferidos com mais furor do que nunca. Por um momento, vendo a porta derrubada e as janelas escaladas, o ancião que estava numa casa com quatro mulheres e duas crianças, sem armas, pensou que o perigo, se a casa fosse invadida, poderia chegar até elas. Entretanto, a porta resistira, as janelas haviam permanecido inabaláveis, não havia escadas, e o dia nasceu. O dia salvou a casa. O bando compreendeu sem dúvida que atos deste gênero são essencialmente noturnos, e diante da claridade, que se ia fazer, foi-se. Eram duas e um quarto da manhã. O assalto, começado meia hora depois da meia-noite, interrompido por dois intervalos de cerca de dez minutos cada um, havia durado perto de duas horas.

O dia veio e o bando não retornou.

Dois trabalhadores – digamos dois bravos trabalhadores, pois foram eles os únicos a socorrer esta casa – que passavam pela praça e se dirigiam para o trabalho ali pelas duas e meia, em plena madrugada, foram chamados por uma janela do segundo andar da casa atacada

e procuraram a polícia. Regressaram às três horas e um quarto com um inspetor de polícia que constatou os fatos.

A ausência de todo e qualquer socorro foi explicada pela circunstância casual de que a ronda de polícia especialmente incumbida da praça das Barricadas teria estado nessa noite ocupada com uma prisão importante. O guarda municipal levou um fragmento da vidraça e uma pedra e foi embora, para fazer seu relatório a seus chefes. O comissário de polícia da quarta divisão, sr. Cremers, veio durante o dia, e o inquérito, ao que parece, foi iniciado.

Entretanto devo dizer que hoje, 30 de maio, o procurador do rei ainda não apareceu na praça das Barricadas.

O inquérito, além dos fatos que acabamos de narrar, terá que esclarecer o incidente misterioso de uma viga carregada por dois homens de macacão, para um destino desconhecido, e apreendida na Rua Pacheco por dois agentes policiais no mesmo momento em que o terceiro assalto se realizava e em que o grito: *Arrombemos a porta!* se fazia ouvir diante da casa de Victor Hugo. Dos dois carregadores da viga, um conseguiu escapar; o outro, detido, foi arrancado violentamente das mãos dos agentes e posto em liberdade por sete ou oito homens situados na esquina de uma rua vizinha da praça das Barricadas. Esta viga foi depositada, no domingo, 28 de maio, no comissariado de polícia, quarta seção, rua dos Comediantes, 44.

Tais são os fatos.

Abstenho-me de qualquer comentário. Os leitores julgarão.

Suponho que a imprensa livre da Bélgica se apressará em publicar esta carta.

Receba, senhor, a certeza de meus distintos sentimentos.

François Victor Hugo

Bruxelas, 30 de maio de 1871.

Diante desse fato, que constitui um crime qualificado, ataque a mão armada, durante a noite, contra uma casa habitada, que fez o governo belga? Tomou a seguinte resolução:

(n. 110.335)

LEOPOLDO II, rei dos belgas,

A todos os presentes e vindouros, saudações.

Considerando as leis de 7 de julho de 1835 e de 30 de maio de 1868,

e o parecer do Conselho dos Ministros,

e por proposta de nosso Ministro da Justiça,

Deliberamos:

ARTIGO ÚNICO:

Fica intimado o senhor Victor Hugo, homem de letras, com a idade

de 69 anos, nascido em Besançon, residente em Bruxelas, a deixar

imediatamente o reino, com proibição de a ele retornar no futuro,

sob as penas previstas no artigo 6 da lei de 7 de julho de 1835,

acima mencionada.

Nosso Ministro da Justiça fica encarregado da execução da presente

deliberação.

Dado em Bruxelas a 30 de maio de 1871.

Assinado: LEOPOLD

1871

A LEON BIGOT
ADVOGADO DE MAROTEAU

Argumentos em favor da comutação da pena de morte que pesa sobre Maroteau, dirigidos a seu advogado. Apesar do empenho de Victor Hugo, que inúmeras vezes empenhou seu prestígio para condenar a pena de morte, a seu ver um dos piores crimes da e contra a humanidade, o réu seria guilhotinado, como previsto.

Paris, 5 de novembro de 1871.

Senhor,

Li seu texto; é excelente; aplaudo seus generosos esforços. A adesão que deseja de mim, já a tem toda. Irei mesmo mais longe do que o senhor.

A questão que vê como legista eu vejo como filósofo. O problema que o senhor esclarece tão perfeitamente e com uma lógica tão eloquente, do ponto de vista do direito escrito, é esclarecido por mim com uma luz mais alta e mais completa ainda, pelo direito natural. A certa profundidade, o direito natural se confunde com o direito social.

O senhor faz a defesa de Maroteau, desse jovem que, poeta aos dezessete anos, soldado patriota aos vinte e um, teve, na fúnebre primavera de 1871, um acesso de febre, escreveu o delírio dessa febre e hoje, por esta página fatal, irá, aos vinte e dois anos, se não forem tomadas providências, ser fuzilado e morrerá quase antes de ter vivido. Um homem condenado à morte por um artigo de jornal, eis o que não se tinha visto ainda. O senhor reclama a vida para este condenado.

Eu, eu a reclamo para todos. Peço a vida para Maroteau; peço a vida para Rossel, para Ferré, para Lullier, para Crémieux; peço a vida para essas três infelizes mulheres, Marchais, Suétens e Papavoine, ao

mesmo tempo reconhecendo que na minha fraca inteligência está provado que elas ostentaram xales vermelhos, que Papavoine é um nome abominável e que foram vistas nas barricadas para combater, segundo seus acusadores, e para recolher os feridos, segundo elas. Ainda uma coisa que está provada, é que uma delas é mãe e que, diante de sua sentença de morte, disse: *Está bem, mas quem amamentará meu filho?*

Peço a vida para esta criança.

Permita que me detenha um instante.

Quem é que amamentará meu filho? Toda a chaga social está nesta frase. Sei que fui ridículo na semana passada, ao pleitear, em face das desventuras da França, a união entre os franceses e que vou ser ridículo esta semana ao pedir a vida para condenados. Resigno-me a isso. Assim, eis uma mãe que vai morrer e eis uma criancinha que vai morrer também, em consequência. Nossa justiça tem desses êxitos. A mãe é culpada? Responda sim ou não. A criança é culpada? Tente responder que sim.

Eu o declaro, estou perturbado com a ideia desta inocência que vai ser punida por nossas faltas; a única desculpa da penalidade irreparável é a justiça; nada mais sinistro do que a lei ferindo ao lado. A justiça humana estancando subitamente as fontes de vida nos lábios de um menino espanta a justiça divina; este desmentido dado à ordem em nome da ordem é estranho; não é bom que os nossos frágeis códigos transitórios e nossas sentenças míopes daqui deste mundo indignem lá no alto as leis eternas; não se tem o direito de ferir a mãe quando se fere ao mesmo tempo o filho. Parece-me ouvir a profunda voz do desconhecido dizer aos homens: *E então, o que estão fazendo?* E fico inquieto quando vejo voltar-se para a sociedade, com estupor, o sombrio olhar da natureza.

Deixo esse pequeno condenado e volto aos outros.

Aos olhos daqueles a quem basta a aparência de ordem, as sentenças de morte têm uma vantagem; é que impõem o silêncio. Nem sempre. É perigoso produzir violentamente uma falsa calma. As execuções políticas prolongam subterraneamente a guerra civil.

Mas me dizem – Esses seres miseráveis, cuja condenação à morte o preocupa, não têm nada a ver com a política. Nisso estão todos de acordo. Trata-se de delinquentes vulgares, culpados de malfeitos comuns, previstos pelas leis penais de todos os tempos.

Vamos nos entender.

Que todo mundo esteja de acordo com a excelência destas condenações, pouco me importa. Quando se trata de julgar um inimigo, devemos nos precaver contra os consentimentos furiosos da multidão e contra as aclamações de nosso próprio partido; examinemos ao redor de nós o estado de furor, que é um estado de loucura; não nos deixemos empurrar nem mesmo para as severidades que desejamos; temamos a complacência da cólera pública. Desconfiemos de algumas expressões, tais como *delitos comuns*, *crimes comuns*, palavras maleáveis e de fácil adaptação a sentenças excessivas; estas palavras têm o inconveniente de serem cômodas; em política, o que é cômodo é perigoso. Não aceitemos os serviços que nos podem prestar as definições malfeitas; a elasticidade das palavras corresponde à covardia dos homens. Obedece demais.

Confundir Marat¹ com Lacenaire² é fácil e leva longe.

Certamente, a Câmara inencontrável – falo daquela de 1815 – se tivesse chegado vinte anos mais cedo, e se o acaso a tivesse feito vitoriosa na Convenção, teria tido excelentes razões para declarar a República criminosa; 1815³ teria declarado 93⁴ réu da penalidade comum; os massacres de setembro, os assassinatos de padres e bispos, a destruição dos monumentos públicos, o atentado contra as propriedades privadas, não teriam em absoluto faltado no libelo acusatório; o Terror branco teria instruído criminalmente contra o Terror vermelho; a câmara da realza teria proclamado os convencionais⁵ réus de delitos comuns previstos e punidos pelo código penal; tê-los-ia enviado à forca e à roda, suplícios restaurados com a monarquia; teria visto em Danton um

1. Um dos líderes da Revolução Francesa.

2. Criminoso francês, guilhotinado em 1836.

3. Ano da derrota na batalha de Waterloo e da Restauração monárquica na França.

4. O ano de 1793, ano-chave da Revolução Francesa, chamado do Terror. Foi também o ano da revolta aristocrático-camponesa da Vendeia, católica e contrarrevolucionária.

5. Membros da Convenção, na Revolução Francesa.

degolador, em Camille Desmoulins um provocador, em Saint-Just um facínora, em Robespierre⁶ um malfeitor puro e simples; e teria bradado a todos eles: *Não são homens políticos!* E a opinião pública teria dito: *É verdade!* Até o dia em que a consciência humana tivesse dito: *É falso!*

Não basta que uma assembleia ou um tribunal, mesmo arrastando sabres, diga: *Uma coisa é assim* – para que ela o seja. Não se introduz decreto na consciência humana. Passado o primeiro aturdimento, ela se recolhe e examina. Os fatos mistos não podem ser apreciados como fatos simples: as palavras “perturbação da ordem pública” não são vazias de sentido; há acontecimentos complexos em que uma certa dose de atentado se mistura com certa dose de direito. Quando a comoção passou, quando as flutuações terminaram, a história chega com seu instrumento de precisão, a razão, e responde assim aos juízes primários: – 93 salvou o território, o Terror impediu a traição, Robespierre enfrentou a Vendeia e Danton enfrentou a Europa⁷; o regicídio matou a monarquia, o suplício de Luís XVI tornou impossível no futuro o suplício de Damiens⁸; a espoliação dos emigrados restituiu o campo ao lavrador e a terra ao povo; Lyon e Toulon fulminados cimentaram a unidade nacional; vinte crimes, no total um benefício, a Revolução Francesa.

Pretendo manter as proporções e não comparo os condenados de hoje aos gigantescos lutadores de outrora a não ser num ponto: eles também são combatentes revolucionários; a eles também não se pode reprovar senão fatos políticos. A história afastará deles tais qualificações, *delitos comuns, crimes comuns*; e lhes aplicando a pena capital, que é que se faz? Restabelece-se o cadafalso político.

Eis o que é apavorante.

Passo atrás. Desmentido ao progresso. Babeuf, Aréna, Ceracchi, Topino-Lebrun, Georges Cadoudal, Mallet, Lahorie, Guidal, Ney,

6. Danton, Camille Desmoulins, Saint-Just, Robespierre: líderes da Revolução Francesa.

7. Em síntese, o Terror de 1793, capitaneado por Robespierre e Danton, confrontou e saiu vitorioso tanto do inimigo interno (a revolta da Vendeia) quanto do inimigo externo (a coligação das monarquias europeias).

8. Damiens foi torturado publicamente e esquartejado por crime de lesa-majestade em 1757, por ter cometido atentado contra o Rei Luís XV.

Labedoyère, Didier, os irmãos Faucher, Pleignier, Carbonneau, Tollerón, os quatro sargentos de La Rochelle, Alibeau, Cirasse, Charlet, Cuisinier, Orsini⁹, reaparecem. Volta dos fantasmas.

Retornar para as trevas, fazer retroagir a imensa marcha humana, nada mais insensato. Em civilização só se recua para o precipício.

Certamente que Rossel, Maroteau, Gaston Crémieux, e os outros, essas criaturas humanas em perigo, me comovem; mas o que me comove mais ainda é a civilização em perigo.

Mas, irão retorquir, é justamente para evitar o precipício que recuamos. O senhor o vê de trás, nós o vemos à frente. Para nós como para o senhor, trata-se da salvação social. O senhor a vê na clemência, nós a vemos no castigo.

Seja. Aceito a discussão apresentada assim.

É a velha querela entre o útil e o justo. Temos por nós o justo, verifiquemos se os senhores têm por si o útil.

Eis aqui condenados à morte. Que é que se vai fazer? Executá-los?

Trata-se da salvação pública, dizem. Partamos deste ponto de vista. De duas uma: ou esta execução é necessária ou não é.

Se não é necessária, como qualificá-la? A morte pela morte, o cadafalso pelo cadafalso, para treinar a mão, a arte pela arte, é horrendo.

Se é necessária, é porque salva a sociedade.

Examinemos.

Neste momento, estão pendentes quatro questões. A questão monetária, a questão política, a questão nacional, a questão social. Isso significa que os quatro equilíbrios que são a nossa própria vida estão comprometidos: o equilíbrio financeiro pela questão monetária, o equilíbrio legal pela questão política, o equilíbrio externo pela questão nacional, o equilíbrio interno pela questão social. A civilização tem seus quatro ventos, e ei-los aí. E eis que sopram todos ao mesmo tempo. Imenso tremor. Ouve-se o estalar do edifício; os alicerces se fendem, as colunas se vergam, os pilares estremecem, as tesouras se curvam;

9. Participantes de várias tendências e acontecimentos, todos executados por acusações políticas.

as ansiedades são espantosas. A questão política e a questão social se mesclam; nossas fronteiras perdidas exigem a supressão de todas as fronteiras; só a federação dos povos poderá fazê-lo pacificamente; os Estados Unidos da Europa são a solução, e a França não retomará sua supremacia a não ser pela República francesa transformada em República continental; objetivo sublime, ascensão vertiginosa, vértice da civilização, como atingi-lo? Ao mesmo tempo, o problema monetário complica o problema social; perspectivas obscuras se abrem de todos os lados, de um lado as colonizações longínquas, a procura dos países do ouro, a Austrália, a Califórnia, as transmigrações, os deslocamentos de povos; do outro lado, a moeda fiduciária, o dinheiro em papel como renda, a propriedade democratizada, a reconciliação do trabalho com o capital pelo dinheiro em papel; dificuldades sem conta, que se resolverão um dia em bem-estar e luz, e que hoje se resumem em misérias e sofrimentos. Tal é a situação. E agora, eis o remédio: matar Maroteau, matar Lullier, matar Ferré, matar Rossel, matar Crémieux; matar estas três infelizes, Suétens, Marchais e Papavoine; não há entre o futuro e nós mais do que a espessura de alguns cadáveres úteis à prosperidade pública; e mais nada estremecerá, e o crédito firmar-se-á, e a confiança renascerá, e as inquietações desvanecer-se-ão; a ordem será fundada, e a França ficará tranquilizada quando ouvir a voz de um bebê chamar em meio às trevas sua mãe morta.

Assim, a esta hora de tal maneira extraordinária que povo nenhum teve jamais outra semelhante, eis o nosso recurso: sete ou oito túmulos. E quando o homem de Estado, apoiado em sua mesa, a cabeça entre as mãos, enumerando cifras terríveis, estudando um mapa rasgado, sondando as derrotas, as catástrofes, as capitulações, as traições, as ignomínias, as horripilantes pazes assinadas, a França esgotada de seu ouro pelos cinco bilhões extorquidos e de seu sangue pelas duas províncias arrancadas, o profundo tremor de terra de Paris, os desmoronamentos, os engolfamentos, os desastres, os escombros que pendem, a ignorância, a miséria, as ameaças de ruínas, pensa no pavoroso futuro; quando pensativo diante de tantos abismos, pede socorro ao ignoto;

quando reclama o Turgot¹⁰ que seria necessário a nossas finanças, o Mirabeau¹¹ que seria necessário a nossas assembleias, o Aristides¹² que seria necessário a nossa magistratura, o Aníbal¹³ que seria necessário a nossos exércitos, o Cristo que seria necessário a nossa sociedade; quando se inclina para a sombra e lhe suplica que lhe envie a verdade, a sabedoria, a luz, o conselho, a ciência, o gênio; quando evoca em seu pensamento o Deus *ex machina*, o piloto supremo dos grandes naufrágios, o médico das chagas populares, o arcanjo das nações em perigo, o salvador; vê aparecer – quem? Um coveiro, com a pá nos ombros.

10. Economista e ministro das finanças de Luis XIV.

11. Membro distinto e orador na Revolução Francesa.

12. Cognominado “o Justo”, estadista ateniense do século V A.C.

13. General cartaginês que assediou Roma com seus exércitos (século III A.C.).

1872

FUNERAIS DE ALEXANDRE
DUMAS

O grande escritor Alexandre Dumas foi autor de numerosos romances-folhetim extremamente populares, publicados em capítulos diários nos jornais, como Os três mosqueteiros, O conde de Monte Cristo, O colar da rainha etc. Esses romances se perpetuariam ao inspirar mais de 200 filmes. Seu corpo foi levado para inumação no local de seu nascimento, em 16 de abril de 1872. Mais de um século depois seria trasladado para o Panteão, onde repousa ao lado do amigo Victor Hugo. Por ocasião do enterro, Victor Hugo enviou a Alexandre Dumas Filho a carta que segue.

Meu caro confrade,

Leio nos jornais que amanhã, 16 de abril, deverão efetuar-se em Villers-Cotteret os funerais se sabe que claridade alegre e forte; fecunda as almas, os cérebros, as inteligências; cria a sede de ler; abre sulcos no coração humano e aí deita a sementeira. O que semeia é a ideia francesa. A ideia francesa contém uma quantidade tal de humanidade que, por toda parte em que penetra, produz o progresso. Daí, a imensa popularidade de homens como Alexandre Dumas.

Alexandre Dumas seduz, fascina, interessa, diverte, ensina. De todas as suas obras, tão múltiplas, tão variadas, tão vivas, tão poderosas, sai a espécie de luz própria à França.

Todas as emoções mais patéticas do drama, todas as ironias e todas as profundezas da comédia, todas as análises do romance, todas as intuições da História, estão na obra surpreendente construída por este vasto e gentil arquiteto.

Não há trevas nesta obra, não há mistério, não há subterrâneo, não há enigma, não há vertigem; nada de Dante, tudo de Voltaire e

Molière; por toda parte o esplendor, por toda parte o meio-dia total, por toda parte a penetração da claridade. As qualidades são de todo tipo e são inúmeras. Durante quarenta anos, esse espírito esbanjou a si mesmo como um pródigo.

Nada lhe faltou, nem o combate, que é o dever, nem a vitória que é a felicidade.

Esse espírito era capaz de todos os milagres, mesmo de se legar, de sobreviver. Ao partir, encontrou meios de ficar. Esse espírito, não o perdemos. Vós o tendes.

Vosso pai está em vós, vosso renome continua a sua glória.

Alexandre Dumas e eu, ambos havíamos sido jovens ao mesmo tempo. Eu o estimava e ele me estimava. Alexandre Dumas era tão alto pelo coração quanto pelo espírito. Era uma grande e bondosa alma.

Eu não o via desde 1857; viera sentar-se à minha lareira de proscrito em Guernesey e havíamos marcado encontro no futuro e na pátria.

Em setembro de 1870, chegara o momento, o dever se transformou para mim; tive que retornar à França.

Ai de mim! O mesmo vento tem lufadas contrárias.

Enquanto eu entrava em Paris, Alexandre Dumas acabava de sair. Não tive o seu derradeiro aperto de mão.

Hoje, falto ao seu derradeiro cortejo. Mas sua alma vê a minha. Dentro de poucos dias – bem logo o poderei, assim o espero – farei o que não pude fazer neste momento, irei solitário ao campo em que ele repousa e a visita que fez ao meu exílio, eu a retribuirei a seu túmulo.

Caro confrade, filho do meu amigo, receba meu abraço.

1872

OS FUZILADOS

Poema em homenagem aos mártires da Comuna de Paris (18 de março a 28 de maio de 1871), sumariamente fuzilados sem julgamento, fossem homens válidos, velhos, mulheres ou crianças. Estima-se que dezenas de milhares foram executados durante a Semana Sangrenta (21 a 28 de maio de 1871). A Comuna foi o primeiro governo operário da História, tendo recebido o apoio da Primeira Internacional. Esta, fundada em 1864, viu vários de seus membros participarem da Comuna. E Karl Marx dedicou-lhe o livro A guerra civil em França. Este poema integra o livro O ano terrível (L'année terrible), inteiramente composto por poemas sobre esta revolução.

Guerra que Tácito quer e que Homero¹ rejeita

A vitória termina em massacre sumário.

Os que estão satisfeitos estão furiosos; ouço

Dizer: – É preciso acabar com os descontentes. –

Alceste é hoje fuzilado por Filinto².

Pois façam.

Por toda parte a morte. Pois bem, nem uma queixa.

Ó trigo que o destino colhe antes que esteja maduro!

Ó povo!

Levam-nos ao pé do muro tenebroso.

Está bem. Foram vítimas do vento contrário.

O homem diz ao soldado que o ajeita: Adeus, irmão.

1. Tácito relatou os massacres em que resultaram as guerras entre os conquistadores romanos e os germânicos, enquanto Homero narrou prélios entre heróis.

2. Personagens de *O misantropo*, de Molière: Alceste é o misantropo intransigente, enquanto Filinto é mais realista e adaptável.

A mulher diz: Meu homem foi morto. Basta.
 Não sei se estava errado ou certo, mas sei
 Que arrastamos a desgraça lado a lado;
 Foi meu companheiro de prisão; se me tiram
 Este homem, não tenho mais razão de viver. Assim,
 Uma vez que está morto, não preciso mais viver. Obrigada.
 E nas encruzilhadas os cadáveres se empilham.
 Num negro pelotão, vinte moças passam;
 Cantam; sua graça e sua calma inocente
 Inquietam a multidão assustada;
 Um passante estremece. – Aonde vão? Diz à mais bela.
 Fale. – Acho que vão nos fuzilar, diz ela.
 Um ruído lúgubre enche a caserna Lobau³;
 É o raio abrindo e fechando o túmulo.
 Lá muitos homens são metralhados; nenhum chora;
 Parece que sua morte mal passa por eles,
 Que têm pressa de deixar um mundo áspero, incompleto,
 Triste, e que esta libertação lhes agrada.
 Nenhum se mexe. Encostam-se na mesma muralha
 O neto e o avô, e o avô zomba,
 E a criança loura e fresca grita, rindo: Fogo!
 Este riso, este desdém trágico, é uma confissão.
 Fosso de gelo! Enigma em que se perde o profeta!
 Assim, eles não ligam para a vida; ela é feita
 De modo que tanto lhes faz deixá-la.
 É em pleno mês de maio; tudo quer viver e misturar
 Seu instinto ou sua alma à doçura das coisas;
 Essas moças deviam ir colher rosas;
 A criança devia brincar com um aro vermelho;
 O inverno desse velho devia derreter-se ao sol;

3. Caserna situada na rua de Lobau, no centro de Paris, hoje ocupada por serviços administrativos.

Estas almas deviam ser como buquês
 Se enchendo de perfumes, de murmúrios de abelhas,
 De cantos de pássaros, de flores, de êxtase, de primavera!
 Todos deveriam estar de aurora e de amor palpitantes.
 Pois bem, nesse belo mês de luz e embriaguez,
 Ó, terror! É a morte que bruscamente se levanta,
 A grande cega, a sombra implacável e sem olhos;
 Ó, como eles vão tremer e gritar sob os céus,
 Soluçar, chamar a cidade em seu auxílio,
 A nação que odeia a Eumênide⁴ civil,
 Toda a França, nós, nós todos que detestamos
 O assassinato em geral e a guerra a tatear!
 Como vão eles, os olhos cheios de lágrimas, braços retorcidos,
 mãos crispadas,
 Suplicar aos canhões, aos fuzis, às espadas,
 Agarrar-se aos muros, aos passantes,
 E fugir, e recusar o túmulo, tremendo;
 E gritar: Vão nos matar! Socorro! Graça! Graça!
 Não. São estranhos a tudo o que acontece;
 Olham a morte que vem buscá-los.
 Que seja. Não lhes dão o gosto de espantar-se.
 Tinham há muito este espectro em seu pensamento.
 Sua fossa em seu coração já estava cavada.
 Venha, morte!

Estar conosco, isso os abafava.

Partem. No entanto, o que lhes tínhamos feito?

Ó, revelação. O que somos

Para que deixem assim todos os homens

Sem um grito, sem se dignar chorar, sem nenhuma saudade?

Nós choramos, nós. O coração deles estava pronto para o suplício.

4. As Eumênides ou Fúrias da mitologia grega, responsáveis pela vingança e punição dos crimes.

De que lhes adianta nossa piedade tardia? Ó, que sombra!
Que fomos para eles antes desta hora sombria?
Protegemos estas mulheres? Pusemos no colo
Estas crianças trêmulas e nuas?
Sabe um ler e o outro, trabalhar?
A ignorância acaba por ser o delírio;
Nós os educamos, amamos, guiamos, enfim?
E será que não sentiram frio? E fome?
Por isso queimaram suas Tulherias.
Declaro, em nome destas almas sofridas,
Eu, o homem isento dos lutos de mentira e de empréstimo,
Que uma criança morta emociona mais que um palácio defunto
É por isso que eles são os moribundos formidáveis,
Que não se lamentam, que permanecem insondáveis,
Sorridentes, ameaçadores, indiferentes, altivos,
E que se deixam esganar quase voluntariamente.
Meditemos. Estes amaldiçoados, que hoje se fuzila
Não têm desespero não tendo tido alegria.
A sorte de todos se une à sua sorte. É preciso.
Irmãos, felicidade embaixo, se não, desgraça em cima!
Ai! Façamos amar a vida aos miseráveis.
Se não, não haverá equilíbrio. Ordem verdadeira, leis duráveis,
Costumes fortes, paz encantadora, mas viril,
Encontrarão tudo, tudo no pobre contente.
A noite é um enigma cuja chave é a estrela.
Busquemos. O fundo do coração dos sofreadores se desvela.
A esfinge, que permaneceu mascarada, mostra sua nudez.
Tenebroso de um lado, claro do outro
O negro problema entreabre a meias a janela
Por onde penetra o brilho do abismo.
Pensemos, já que sobre eles o sudário foi lançado,
E compreendamos. Digo que a sociedade

Não está à vontade tendo sobre si estes fantasmas;
Que seu riso é terrível entre todos os sintomas,
E que é preciso tremer, enquanto não se puder curar
Esta facilidade sinistra de morrer.

1874

O NOVENTA E TRÊS

O romance O noventa e três (Le quatrevingt-treize) narra a revolta da Vendéia, província onde os camponeses em aliança com os aristocratas conduziram um levante monarquista e católico contra a Revolução Francesa em 1793, visando a restaurar o Antigo Regime. Victor Hugo mostra como a guerra fratricida dividiu internamente a população e até as famílias. Os protagonistas são dois republicanos revolucionários prontos a esmagar a revolta: Cimourdain, o implacável e Gauvain, o clemente. Gauvain dá fuga ao comandante rebelde, aliás seu tio, que preferiu deixar-se prender mas salvar a vida de três crianças num incêndio. Pelo ato de alta traição, Gauvain é condenado à morte, mas os dilemas morais e políticos que a crise suscita são expostos como irreconciliáveis. De todas as narrativas de Victor Hugo, é aquela que mais penetra no interior da Revolução Francesa, havendo cenas em que Robespierre, Danton e Marat conversam.

O CALABOUÇO

O tribunal de justiça voltara a ser corpo da guarda; como na véspera, dobraram o posto; duas sentinelas montavam guarda à porta do calabouço fechado.

Por volta da meia-noite, um homem de lanterna em punho atravessou o corpo da guarda, deu-se a conhecer e mandou abrir o calabouço. Era Cimourdain.

Entrou e a porta permaneceu entreaberta atrás dele.

O calabouço era tenebroso e silente. Cimourdain deu um passo no escuro, pôs a lanterna no chão e parou. Ouvia-se na sombra a

respiração regular de um homem adormecido. Cimourdain ouviu, pensativo, esse rumor tranquilo.

Gauvain estava no fundo do calabouço, em cima do feixe de palha. O que se ouvia era sua respiração. Dormia profundamente.

Cimourdain avançou com o menor barulho possível, chegou bem perto e pôs-se a contemplar Gauvain; mãe alguma, que visse o filhinho adormecido, teria olhar mais terno e mais inexprimível. O olhar era talvez mais forte que Cimourdain; Cimourdain, como as crianças fazem algumas vezes, levou os punhos aos olhos e permaneceu imóvel por instantes. Ajoelhou-se em seguida, ergueu docemente a mão de Gauvain e pousou nela os lábios.

Gauvain fez ligeiro movimento. Abriu os olhos com o vago espanto de quem desperta em sobressalto. A lanterna iluminava debilmente o subterrâneo. Reconheceu Cimourdain. Disse:

– Veja! É o senhor, mestre?

E acrescentou:

– Sonhei que a morte me estava beijando a mão.

Cimourdain sentiu o estremecimento que às vezes nos causa a repentina invasão de ondas de pensamentos; tais ondas são, algumas vezes, tão altas e tempestuosas que, parece, vão submergir a alma. Nada saiu do impenetrável coração de Cimourdain. Apenas pôde dizer:

– Gauvain!

Os dois fitaram-se; Cimourdain, com os olhos repletos das chamas que as lágrimas queimam; Gauvain, com seu mais suave dos sorrisos.

Gauvain soergueu-se, apoiando-se no cotovelo, e disse:

– A cicatriz que vejo em seu rosto é do golpe de sabre que recebeu em meu lugar. Ainda ontem o senhor estava naquela confusão, ao meu lado e por minha causa. Se a Providência não o tivesse posto junto de meu berço, onde me encontraria hoje? Nas trevas. Se tenho noção de dever, é do senhor que me vem. Nasci amarrado. Os preconceitos constituem ataduras. O senhor tirou-me estas faixas, pôs o meu crescimento em liberdade e transformou de novo em criança o que já não passava de uma múmia. No provável aborto colocou uma consciên-

cia. Sem o senhor, teria crescido pequeno. Existo por sua causa. Não passava de um fidalgo, fez-me cidadão; era simples cidadão, fez-me espírito; tornou-me apto, como homem, à vida terrestre e, como alma, à vida celeste. Deu-me, para entrar na realidade humana, a chave da verdade. Agradeço-lhe, mestre. Foi o senhor quem me criou.

Cimourdain sentou-se na palha, ao lado de Gauvain, e disse-lhe:

– Vim cear com você.

Gauvain partiu o pão preto e ofereceu-lhe.

Cimourdain pegou um pedaço; Gauvain estendeu-lhe em seguida o cântaro de água.

– Beba primeiro, disse Cimourdain.

Gauvain bebeu e passou o cântaro a Cimourdain, que bebeu depois dele.

Gauvain bebera apenas um gole.

Cimourdain bebeu a longos sorvos.

Durante esta ceia, Gauvain comia e Cimourdain bebia, indício da calma de um e da agitação do outro.

Não se sabe que terrível serenidade reinava no calabouço. Os dois homens conversavam.

Gauvain dizia:

– Esboçam-se grandes acontecimentos. O que a revolução faz neste momento é misterioso. Por trás da obra visível existe a obra invisível. Uma oculta a outra. A obra visível é feroz; a obra invisível, sublime. Neste momento, distingo tudo bem nitidamente. É esquisito e belo. Foi preciso aproveitar material do passado. Essa a razão desse extraordinário 93. Sob um andaime de barbárie constrói-se um templo de civilização.

– É verdade, respondeu Cimourdain. Deste provisório sairá o definitivo. O definitivo, isto é, direito e dever paralelos, imposto proporcional e progressivo, serviço militar obrigatório, nivelamento, nenhum desvio e, acima de tudo e de todos, esta linha reta, a lei. A república do absoluto.

– Prefiro, disse Gauvain, a república do ideal.

Interrompeu-se e, em seguida, continuou:

– Mestre, em tudo o que acaba de dizer, onde coloca o devotamento, o sacrifício, a abnegação, o entrelaçamento magnânimo dos afetos, o amor? Equilibrar tudo, está bem: harmonizar tudo, melhor. Acima da balança está a lira. Sua república dosa, mede e regula o homem; a minha arroja-o em pleno azul; é a diferença que existe entre águia e teorema.

– Você se perde nas nuvens.

– E o senhor no cálculo.

– Há sonho na harmonia.

– E na álgebra também.

– Gostaria do homem feito por Euclides¹.

– E eu, disse Gauvain, o preferiria feito por Homero².

O sorriso severo de Cimourdain deteve-se em Gauvain, como se quisesse conter aquela alma.

– Poesia. Desconfie dos poetas.

– Sim, conheço a frase. Desconfie das brisas, desconfie dos raios de luz, desconfie dos perfumes, desconfie das flores, desconfie das constelações.

– Nada disso dá de comer.

– Que sabe disso? A ideia também é alimento. Pensar é comer.

– Deixe-se de abstração. A república é dois mais dois são quatro.

Depois que se dá a cada um o que lhe pertence...

– Deve-se dar a cada um o que não lhe pertence.

– Que quer dizer com isso?

– Refiro-me à imensa concessão recíproca que cada indivíduo deve a todos e todos a cada indivíduo, concessão em que se resume toda a vida social.

– Fora do direito estrito, não há nada.

– Há tudo.

– Vejo apenas a justiça.

– Quanto a mim, olho mais para cima.

1. Célebre matemático da Grécia antiga.

2. Poeta grego a quem se atribui a autoria da Iliada e da Odisseia.

– E que existe acima da justiça?

– A equidade.

Calaram-se durante alguns momentos, como se passassem clarões.

Cimourdain prosseguiu:

– Desafio-o a ser mais preciso.

– Pois não! O senhor quer serviço militar obrigatório. Contra quem? Contra os outros homens. Quanto a mim, não quero serviço militar. Quero paz. O senhor quer socorridos os miseráveis, eu quero suprimida a miséria. O senhor quer imposto proporcional. Eu não quero imposto algum. Quero as despesas comuns reduzidas à expressão mais simples e pagas pela mais valia social.

– Que quer dizer com isso?

– Isto, em primeiro lugar suprima os parasitismos: o parasitismo do sacerdote, o parasitismo do juiz, o parasitismo do soldado. Depois, tire partido de suas riquezas; ao invés de jogar adubo no esgoto, jogue-o nos campos. Três quartos do solo permanecem incultos; cultive a França, suprima as pastagens inúteis, partilhe as terras comunais. Que cada homem tenha uma terra e toda terra tenha um homem. O senhor centuplicará a produção social. A França, nos dias que correm, dá carne aos camponeses só quatro dias por ano; bem cultivada, daria de comer a trezentos milhões de homens, a toda a Europa. Utilize a natureza, esta auxiliar imensa e desprezada. Ponha a trabalhar em seu favor todos os sopros de vento, todas as quedas de água, todos os eflúvios magnéticos. O globo possui uma rede venosa subterrânea e nessa rede há uma prodigiosa circulação de água, óleo, fogo; pique a veia do globo e faça esta água jorrar para as fontes, este óleo para as lâmpadas, este fogo para as lareiras. Reflita no movimento das vagas, no fluxo e no refluxo, no vaivém das marés. O que é o oceano? Uma enorme força perdida. Como a terra é tola! Não utilizar o oceano!

– Ei-lo em pleno sonho.

– Quer dizer, em plena realidade.

Gauvain retomou:

– E a mulher? O que o senhor faz com ela?

Cimourdain respondeu:

– O que é. Serva do homem.

– Sim. Com uma condição.

– Qual?

– Que o homem seja servo da mulher.

– Como? exclamou Cimourdain. Servo, o homem! Jamais! O homem é senhor. Não admito senão uma realeza, a do lar. Em sua casa, o homem é rei.

– Sim. Com uma condição.

– Qual?

– Que nele a mulher seja rainha.

– Quer dizer que, para o homem e a mulher você quer...

– A igualdade.

– A igualdade! Já pensou bem nisso? São dois seres diferentes.

– Disse igualdade! Não disse identidade.

Houve outra pausa, como uma espécie de trégua entre aqueles dois espíritos que trocavam relâmpagos.

Cimourdain rompeu-a.

– E a criança? A quem a dá?

– A princípio, ao pai, que gera, depois à mãe, que amamenta, depois ao mestre, que a educa, depois à cidade, que viriliza, depois à pátria, que é a mãe suprema, depois à humanidade, que é a grande avó.

– Você não fala de Deus.

– Cada um desses níveis, pai, mãe, mestre, cidade, pátria, humanidade, é um dos degraus da escada que sobe até Deus.

Cimourdain tendo permanecido calado, Gauvain prosseguiu:

– Quando se está no alto da escada, chegou-se a Deus. Deus abre-se; basta entrar.

Cimourdain fez o gesto de um homem que chama outro.

– Gauvain, volte para a terra. Queremos realizar o possível.

– Comece por não torná-lo impossível.

– O possível sempre se realiza.

– Nem sempre. Se tratarem rudemente a utopia, vão acabar matando-a. Nada é mais indefeso que o ovo.

– No entanto, torna-se necessário agarrar a utopia, impor-lhe o jugo do real e enquadrá-la no fato. A ideia abstrata deve transformar-se em ideia concreta; o que perde em beleza ganha em utilidade; torna-se menor, mas melhor. É preciso que o direito se transforme em lei; e, quando o direito se faz lei, é absoluto. É a isso que chamo o possível.

– O possível é mais que isso.

– Ah! Ei-lo sonhando de novo.

– O possível é um pássaro misterioso, sempre planando acima do homem.

– É preciso apanhá-lo.

– Vivo.

Gauvain continuou:

– Meu pensamento é este: sempre para a frente. Se Deus quisesse que o homem recuasse, teria posto nele um olho atrás da cabeça. Olhemos sempre para o lado da aurora, da floração, do nascimento. O que tomba encoraja o que sobe. O ranger da árvore velha é um apelo à árvore nova. Cada século realizará sua obra, hoje cívica, amanhã humana. Hoje, a questão do direito; amanhã a questão do salário. Salário e direito têm, no fundo, igual significado. O homem não vive para não ser pago; Deus, ao dar a vida, contrai uma dívida; o direito é o salário inato; o salário é o direito adquirido.

Gauvain falava com o recolhimento de um profeta. Cimourdain escutava. Os papéis estavam invertidos e, agora, parecia que o discípulo era o mestre.

Cimourdain murmurou:

– Você anda depressa.

– É porque, talvez, tenha pressa, disse Gauvain, sorrindo.

E prosseguiu:

– Mestre, eis a diferença entre as nossas duas utopias. O senhor quer a caserna obrigatória; eu quero a escola. O senhor sonha com homem-soldado; eu sonho o homem-cidadão. O senhor o quer terrível, eu o quero pensando. O senhor funda uma república de gládios, eu fundo...

Interrompeu-se:

– Eu fundaria uma república de espíritos.

Cimourdain olhou o pavimento do calabouço e disse:

– E, enquanto espera, o que quer?

– O que existe.

– Absolve, então, este momento?

– Sim.

– Por que?

– Porque é uma tempestade. A tempestade sempre sabe o que faz. Para cada carvalho fulminado, quantas florestas saneadas! A civilização tinha uma peste e este vendaval curou-a. Não escolhe muito, talvez. Pode proceder de modo diferente? Está encarregada de uma limpeza tão difícil! Diante do horror do miasma, compreendo o furor do vento.

Gauvain continuou:

– Aliás, que me importa a tempestade, se tenho a bússola? Que me interessam os acontecimentos, se tenho a minha consciência?

E acrescentou, com esta voz baixa, que é também uma voz solene:

– Há alguém que sempre devemos deixar agir.

– Quem é? perguntou Cimourdain.

Gauvain ergueu o dedo acima da cabeça. Cimourdain seguiu com os olhos a direção do dedo erguido e, através da abóbada do calabouço, pareceu-lhe ver o céu estrelado.

Calaram-se outra vez.

Cimourdain retomou:

– Sociedade maior do que é natural. Digo-lhe: já não é mais o possível, é o sonho.

– É o objetivo. Senão, para que serviria a sociedade? Fique na natureza. Sejam selvagens. O Taiti é um paraíso. Acontece, porém, que em semelhante paraíso a gente não pensa. Seria preferível inferno inteligente a paraíso estúpido. Não, nada de inferno. Sejamos a sociedade humana. Maior do que o natural. Sim. Se não se acrescenta nada à natureza, por que sair da natureza? Nesse caso, contente-se com o trabalho, como a

formiga, e com o mel, como a abelha. Permaneça como o laborioso animal, ao invés de inteligência soberana. Se acrescentar algo à natureza, será necessariamente maior que ela; acrescentar é aumentar; aumentar é engrandecer. A sociedade é a natureza sublimada. Quero tudo quanto falta às colmeias, tudo quanto falta aos formigueiros: os monumentos, as artes, a poesia, os heróis, os gênios. Carregar fardos eternos não é a lei do homem. Não, não, não, não mais párias, não mais escravos, não mais forçados, não mais condenados! Quero que cada um dos atributos do homem seja símbolo de civilização e modelo de progresso; quero a liberdade perante o espírito, a igualdade perante o coração, a fraternidade perante a alma. Não! Chega de jugo! O homem foi feito, não para arrastar grilhões, mas para abrir asas. Basta de homem réptil. Quero a metamorfose da larva em lepidóptero; quero que a minhoca se transforme em viva flor e voe. Quero...

Parou. Seus olhos tornaram-se fulgurantes.

Seus lábios moviam-se. Cessou de falar.

A porta permanecera aberta. Algo dos rumores de fora penetrava no calabouço. Ouviam-se vagas clarinadas, era, provavelmente, o toque de alvorada; em seguida, coronhas de fuzil ressoando no chão; era a rendição das sentinelas; depois, bem perto da torre, tanto quanto se podia distinguir na obscuridade, movimento semelhante ao revolver de tábuas e pranchas, com ruídos surdos intermitentes parecidos a marteladas.

Cimourdain, pálido, escutava. Gauvain não ouvia.

Seu devaneio tornava-se cada vez mais profundo. Parecia não mais respirar, tanto se mantinha atento ao que via sob a abóboda visionária de seu cérebro. Tinha leves estremecimentos. A claridade de aurora, que tinha nas pupilas, aumentava.

Assim se passou um certo tempo. Cimourdain perguntou-lhe:

– Em que está pensando?

– No futuro, disse Gauvain.

E recaiu na meditação. Cimourdain ergueu-se da enxerga de palha, em que ambos estavam sentados. Gauvain não percebeu. Cimourdain,

acariciando com o olhar o moço pensativo, recuou lentamente até a porta e saiu. O calabouço fechou-se de novo.

O CADAFALSO

Diante da criação, em flor, perfumada, amorosa e encantadora, o céu esplêndido inundava de aurora a Tourgue³ e a guilhotina e parecia dizer aos homens: Olhem o que eu faço e o que vocês fazem.

Tais são os usos formidáveis que o sol faz de sua luz.

O espetáculo tinha espectadores.

Os quatro mil homens do pequeno exército expedicionário encontravam-se no platô, dispostos em ordem de combate. Cercavam a guilhotina por três lados, de modo a traçar em torno dela, em plano geometral, a figura de um E; a bateria, colocada no centro do maior lado, compunha o traço central do E. A máquina vermelha encontrava-se como que encerrada nas três frentes de batalha, espécie de muralha de soldados, rebatida, de ambos os lados, até a borda da escarpa do platô; o quarto lado, o lado aberto, era a própria ravina e defrontava a Tourgue.

Tal dispositivo formava uma praça retangular, em cujo centro ficava o cadafalso. À proporção que o sol subia, a sombra projetada pela guilhotina ia diminuindo na relva.

Os artilheiros estavam junto às peças, de mechas acesas.

Uma suave fumaça azul erguia-se da ravina; era o incêndio da ponte que acabava de expirar.

A fumaça envolvia, sem ocultá-la, a Tourgue, cuja elevada plataforma dominava todo o horizonte. Entre esta plataforma e a guilhotina havia apenas o intervalo da ravina. Podia-se falar de uma para outra.

Para a plataforma haviam sido transportadas a mesa do tribunal e a cadeira sombreada por bandeiras tricolores. O sol erguia-se por trás da Tourgue e recortava em preto a massa da fortaleza; no topo, na

3. A Tourgue, corruptela de Tour Gauvain, é a torre medieval que sobressai em meio às ruínas do castelo-fortaleza da família dos Gauvain.

cadeira do tribunal e sob o leque de bandeiras, a figura de um homem sentado, imóvel e de braços cruzados.

O homem era Cimourdain. Usava, como na véspera, a roupa de delegado civil, tinha na cabeça o chapéu de penacho tricolor, ao lado o sabre e na cinta as pistolas.

Estava calado. Todos estavam em silêncio. Os soldados, com os fuzis na posição de descansar, mantinham-se de olhos baixos. Tocavam-se pelo cotovelo, porém não se falavam. Pensavam confusamente nesta guerra, nos inúmeros combates, na fuzilaria das sebes, tão corajosamente enfrentados, nas nuvens de furiosos camponeses, rechaçados, graças a seus esforços, nas cidadelas tomadas, nas batalhas ganhas, nas vitórias; e parecia-lhes, agora, que toda essa glória se lhes transformara em vergonha. Sombria expectativa angustiava todos os corações. Via-se no estrado da guilhotina o carrasco que ia e vinha. A claridade crescente da manhã enchia majestosamente o céu.

De súbito, ouviu-se o ruído velado que fazem os tambores cobertos de crepe. O fúnebre rufar aproximou-se; as fileiras abriram-se e um cortejo penetrou no retângulo e encaminhou-se para o cadafalso.

Primeiro, os tambores negros, depois uma companhia de granadeiros, de armas baixas, depois um pelotão de gendarmes, de sabre desembainhado, depois o condenado, Gauvain.

Gauvain caminhava solto. Não tinha cordas, nem nos pés, nem nas mãos. Estava em uniforme simples; trazia sua espada.

Atrás dele vinha outro pelotão de gendarmes.

Permanecia no rosto de Gauvain a alegria pensativa que o havia iluminado no momento em que dissera a Cimourdain: *Estou pensando no futuro*. Nada mais inefável e sublime do que aquele sorriso ininterrupto.

Chegado ao lúgubre local, seu primeiro olhar foi para o alto da torre. Desprezou a guilhotina.

Sabia que Cimourdain se imporia o dever de assistir à execução. Procurou-o na plataforma com os olhos. Encontrou-o.

Cimourdain estava lívido e frio. Os que o cercavam não ouviam sua respiração.

Quando viu Gauvain, não teve um estremelecimento.

Entrementes, Gauvain encaminhava-se para o cadafalso.

Enquanto caminhava, olhava Cimourdain; e Cimourdain olhava-o. Parecia que Cimourdain se apoiava em seu olhar.

Gauvain chegou ao pé do cadafalso. Subiu. O oficial que comandava os granadeiros acompanhou-o. Tirou a espada e entregou-a ao oficial; tirou a gravata e entregou-a ao carrasco.

Parecia uma visão. Jamais se mostrara tão belo. Sua cabeleira castanha flutuava ao vento; naquela época não se cortava o cabelo. Seu pescoço branco lembrava o de uma mulher; os olhos heroicos e soberanos lembravam um arcanjo. Estava no cadafalso, sonhador. Também aquele lugar era um cume. Gauvain lá se encontrava de pé, maravilhoso e tranquilo. O sol, envolvendo-o, aureolava-o.

Era, contudo, necessário amarrar o condenado. O carrasco veio, uma corda na mão.

Naquele momento, quando viram seu jovem capitão decididamente entregue ao cutelo, os soldados não puderam conter-se; o coração desses guerreiros explodiu. Ouviu-se esta coisa imensa, o soluço de um exército. Elevou-se um clamor: Perdão! Perdão! Uns caíram de joelhos, outros jogavam os fuzis e erguiam os braços para a plataforma em que se encontrava Cimourdain. Um granadeiro gritou, mostrando a guilhotina:

– Aceitam-se substitutos? Pois aqui estou.

Todos repetiam freneticamente: Perdão! Perdão!

Até leões, se ouvissem aquilo, ficariam emocionados ou aterrizados, porque são terríveis as lágrimas dos soldados.

O carrasco deteve-se, sem saber o que fazer.

Então, uma voz breve e baixa, que, porém, todos ouviram, tão sinistra era, gritou do alto da torre:

– Respeito à lei!

Reconheceram o tom inexorável. Cimourdain falara. O exército estremeceu.

O carrasco já não hesitou. Aproximou-se, com a corda na mão.

– Espere, disse Gauvain.

Voltou-se para Cimourdain, fez-lhe um gesto de adeus com a mão direita ainda livre e, em seguida, deixou-se amarrar.

Quando já estava amarrado, disse ao carrasco:

– Perdão. Um momento ainda.

E gritou:

– Viva a República!

Deitaram-no no básculo. A cabeça encantadora e altiva encaixou-se no colar infame. O carrasco ergueu-lhe suavemente os cabelos e, em seguida, apertou a mola; o triângulo destacou-se e deslizou, lentamente a princípio e rapidamente depois; ouviu-se horrenda pancada...

Ouviu-se, no mesmo instante outro ruído. À pancada do cutelo respondeu um tiro de pistola. Cimourdain acabava de empunhar uma das pistolas que trazia à cintura e, no momento em que a cabeça de Gauvain tombava no cesto, Cimourdain atravessava seu coração com uma bala. Saiu-lhe da boca uma golfada de sangue. Caiu morto.

E aquelas duas almas, trágicas irmãs, voaram junto, a sombra de uma envolta na luz da outra.

1875

O QUE É O EXÍLIO

Reflexões de Victor Hugo sobre a natureza do exílio e os muitos ardis ou torpezas a que o exilado é submetido. Nem por estar no exílio fica livre da perseguição dos poderes constituídos, cujos longos braços mesmo lá o alcançam.

O direito encarnado é o cidadão; o direito coroado é o legislador. As repúblicas antigas representavam o direito sentado na cadeira curul, tendo na mão esse cetro, a lei, e vestido com essa púrpura, a autoridade. Esta figura era verdadeira e o ideal não é outro hoje. Toda sociedade regular deve ter no seu vértice o direito sagrado e armado, sagrado pela justiça, armado da liberdade.

No que acaba de ser dito, a palavra força não foi pronunciada. A força existe, entretanto; mas não existe fora do direito; existe no direito.

Quem diz direito, diz força.

Que há, portanto, fora do direito?

A violência.

Só há uma necessidade, a verdade; eis porque só há uma força, o direito. O êxito fora da verdade e do direito, é uma aparência. A vista curta dos tiranos se engana; uma emboscada bem sucedida tem para eles o efeito de uma vitória; mas essa vitória está cheia de cinzas; o criminoso crê que seu crime é seu cúmplice – é um erro; seu crime é seu castigo; o assassino sempre se corta com sua faca; a traição trai o traidor; os delinquentes, sem que disso se apercebam, são esganados pelo seu crime, espectro invisível; uma ação má jamais os deixa; e fatalmente, por um itinerário inexorável, que termina nas cloacas de sangue pela glória e nos abismos de lama pela vergonha, sem remis-

são para os culpados, os Dezoito Brumário¹ conduzem os grandes a Waterloo² e os Dois de Dezembro³ arrastam os pequenos a Sedan⁴.

Quando despojam e arrancam a coroa ao direito, os homens de violência e os traidores de Estado não sabem o que fazem.

II

O exílio é a nudez do direito. Nada de mais terrível. Para quem? Para quem sofre o exílio? Não, para quem o impõe. O suplício se volta e morde o carrasco.

Um sonhador que passeia sozinho por uma praia, um deserto ao redor do sonhador, uma cabeça envelhecida e tranquila ao redor da qual esvoaçam aves da tormenta, espantadas, a assiduidade de um filósofo ao amanhecer tranquilizante, Deus tomado como testemunha de tempos em tempos em presença dos rochedos e das árvores, um canço que não somente pensa mas medita, cabelos que de negros se tornam cinzentos e de cinzentos se tornam brancos na solidão, um homem que se sente cada vez mais transformar-se numa sombra, a longa passagem dos anos sobre aquele que está ausente, mas que não está morto, a gravidade deste deserdado, a nostalgia deste inocente, nada mais perigoso para os malfeitores coroados.

Seja o que for que façam os todo-poderosos do momento, o fundo eterno lhes resiste. Não têm mais do que a superfície da certeza; o lado de baixo pertence aos pensadores. Exilam um homem. Que seja. E depois? Podem arrancar uma árvore de suas raízes, não arrancarão a luz do céu. Amanhã, a aurora.

Entretanto, rendamos justiça aos que fazem proscritos: são lógicos, perfeitos, abomináveis. Fazem tudo o que podem para aniquilar o proscrito.

Atingem seu objetivo? Chegam a bom termo? Sem dúvida.

1. Data conforme o calendário revolucionário em que Napoleão assumiu poderes ditatoriais, em 1799.

2. Batalha que assinalou o fim de Napoleão.

3. Data em que Luís Bonaparte se tornou ditador, em 1851.

4. Batalha em que a Prússia derrotou a França e capturou o imperador Napoleão III, na guerra franco-prussiana de 1870.

Um homem de tal forma arruinado que não tem mais do que sua honra, de tal forma despojado que não tem mais que sua consciência, de tal forma isolado que só tem perto de si a equidade, de tal forma renegado que só tem consigo a verdade, de tal forma atirado às trevas que não lhe resta mais do que o sol, eis o que é um proscrito.

III

O exílio não é uma coisa material, é uma coisa moral. Todos os recantos da terra se equivalem. *Angulus ridet*⁵. Todo lugar de meditação é bom, desde que o canto seja escuro e o horizonte, vasto.

Em particular, o arquipélago da Mancha é atraente: não lhe custa parecer-se com a pátria, visto que é a própria França. Jersey e Guernesey⁶ são pedaços da Gália⁷, arrancados no século VIII pelo mar. Jersey tem mais garridice que Guernesey; ganhou com isso, sendo mais bonita e menos bela. Em Jersey a floresta se tornou jardim; em Guernesey o rochedo permaneceu colosso. Mais graça aqui, mais majestade ali. Em Jersey estamos na Normandia, em Guernesey estamos na Bretanha. Um ramallete grande como a cidade de Londres, eis Jersey. Tudo aí é perfume, raio de sol, sorriso; o que não impede as visitas da tempestade. O que escreve estas páginas qualificou alhures Jersey “um idílio em pleno mar”. Nos tempos pagãos, Jersey foi mais romana e Guernesey mais celta; sente-se em Jersey, Júpiter⁸ e em Guernesey, Teutatés⁹. Em Guernesey, a ferocidade desapareceu, mas a selvageria permaneceu. Em Guernesey, o que outrora foi druídico é agora huguenote¹⁰; não é mais Moloque¹¹, é Calvino¹²; a igreja é fria, a paisagem é afetada, a religião tem humores. Em resumo, duas ilhas encantadoras, uma amável, outra mal humorada.

5. (Lat.) Este recanto me sorri, conforme Horácio nas *Odes*.

6. Ilhas do exílio de Victor Hugo, no Mar da Mancha, entre França e Inglaterra.

7. Nome latino da França.

8. Deus supremo em Roma.

9. Teutatés ou Tutatis, deus supremo na antiga Gália.

10. Denominação dos protestantes franceses.

11. Deus cananeu, mencionado na Bíblia.

12. Teólogo francês que passou a vida em Genebra, fundador de uma importante vertente da Reforma Protestante.

Um dia a rainha da Inglaterra, mais que rainha da Inglaterra, a duquesa da Normandia, venerada e sagrada seis dias sobre sete, fez uma visita a Guernesey com salvas, fumaça, algazarra e cerimônia. Era um domingo, único dia da semana que não lhe pertencia. A rainha, tornada bruscamente “essa mulher”, violava o repouso do Senhor. Ela baixou no cais em meio à multidão emudecida. Nem uma cabeça se descobriu. Um único homem a saudou, o proscrito que fala aqui.

Ele não saudava uma rainha e, sim, uma mulher.

A ilha devota foi cabeçuda. Este puritanismo tem a sua grandeza.

Guernesey é feita para não deixar ao proscrito senão boas lembranças; mas o exílio existe fora do local de exílio. Do ponto de vista interior, podemos dizer: não existe belo exílio.

O exílio é o país severo; ali, tudo é revolvido, inabitável, demolido e jacente, fora o dever, única coisa de pé, que, como um campanário de igreja numa cidade desmoronada, parece mais alto em meio a toda essa queda ao redor de si.

O exílio é um lugar de castigo.

De quem?

Do tirano.

Mas o tirano se defende.

IV

Preparem-se para tudo, aqueles que estão proscritos. São jogados longe, mas não os deixam. Quem exila é curioso e seu olhar se multiplica sobre os proscritos. Faz-lhes visitas engenhosas e variadas. Um respeitável pastor protestante senta-se em sua casa: este protestantismo assina folha de pagamento no banco Tronsin-Dumersan¹³; um príncipe estrangeiro que fala numa algaravia incompreensível se apresenta, é Vidocq¹⁴ que vem vê-lo; será um verdadeiro príncipe? Sim, é de sangue real, e também da polícia; um professor gravemente doutrinário se apresenta em sua casa, e você o surpreende lendo seus papéis. Tudo

13. Banco francês homônimo de seu presidente.

14. Criminoso que se tornou policial e detetive da polícia secreta.

é permitido contra si, você está fora da lei, vale dizer, fora da equidade, fora da razão, fora do respeito, fora da verossimilhança; dir-se-ão autorizados por você a publicar vossas conversas, e terão o cuidado de fazer com que elas sejam estúpidas; atribuir-lhe-ão palavras que não disse, cartas que não escreveu, ações que não fez. Aproximar-se-ão para melhor escolher o lugar em que o apunhalarão; o exílio está ao léu; olha-se como para jaula de animais; fica-se isolado e vigiado.

Não escrevam a seus amigos da França; é permitido abrir suas cartas; o tribunal criminal permite isso; desconfiem de suas relações de proscrito, elas conduzem a coisas obscuras; este homem que lhe sorri em Jersey o difama em Paris; o que o cumprimenta em seu nome insulta-o sob pseudônimo; aquele, lá mesmo em Jersey, escreve contra os homens do exílio páginas dignas de serem oferecidas aos homens do Império, e aos quais, de resto, faz justiça dedicando-as aos banqueiros Pereire. Tudo isto é muito simples, fiquem sabendo. Estão no lazareto. Se alguém honesto for vê-lo, coitado dele. A fronteira o espera, e o imperador lá está sob a forma policial. Farão mulheres ficar nuas para procurar nelas algum livro seu, escondido. E se resistem, e se indignam, dirão: *não é por causa da sua pele!*

O mestre, que é traidor, cerca-o de quem quer. Quem exila dispõe da qualidade de proscrito; orna com ela seus agentes; nenhuma segurança; tomem cuidado; falam para um rosto, mas é uma máscara que ouve; seu exílio é assombrado por esse espectro, o espião.

Um desconhecido, muito misterioso, vem falar baixinho em seu ouvido; diz-lhe que, se quiser, ele se incumbe de assassinar o imperador; é Bonaparte que se oferece para matar Bonaparte. Em seus banquetes de confraternização, alguém num canto gritará: *Viva Marat! Viva Hébert! Viva a guilhotina!*¹⁵ Com um pouco de atenção poder-se-á reconhecer a voz de Carlier¹⁶. Algumas vezes o espião mendiga; o imperador lhe pede esmola por seu Piétri¹⁷; você dá, ele ri; alegria de carrasco. Você paga as dívidas de alojamento deste exilado,

15. Marat foi um dos líderes da Revolução Francesa e Hébert líder dos jacobinos de extrema-esquerda.

16. Chefe da Polícia de Paris.

17. Prefeito de Polícia de Paris e senador do Segundo Império.

é um agente; paga a viagem deste fugitivo, é um esbirro; atravessa a rua, ouve dizer: *ali vai o verdadeiro tirano!* É de você que estão falando; volta-se – quem é esse homem? Respondem: é um proscrito. Nada disso. É um funcionário. É intratável e é pago. É um republicano que se assina Maupas¹⁸. Coco se disfarça de Scevola¹⁹.

Quanto às invenções, quanto às imposturas, quanto às torpezas, aceitem-nas. São os projéteis do Império.

Sobretudo, não reclamem. Rir-se-iam. Depois da reclamação, a injúria recomeçará, a mesma; sem mesmo dar-se ao trabalho de variar; para que serve trocar de baba? A de ontem serve.

O ultraje continuará sem repouso, todos os dias, com a tranquilidade infatigável e a consciência satisfeita da roda que gira e da venalidade que mente. Nada de represálias. A injúria se defende pela baixaza; o achatamento salva o inseto. Esmagar o zero é impossível. E a calúnia, segura da impunidade, se alastra alegremente, desce a tão pueris indignidades que o rebaixamento de desmenti-la ultrapassa o desgosto de suportá-la.

Os que insultam têm como público os imbecis. Isto provoca muito riso.

Acabamos por nos espantar de que não achem natural ser caluniado. Não estão aí para isso? Homem ingênuo, você é o alvo. Tal personagem é da Academia porque o insultou; outro recebeu a cruz de honra pelo mesmo ato de bravura; o imperador o condecorou no campo de honra da calúnia; este outro, que se distinguiu também por brilhantes afrontas, é nomeado prefeito. Ultrajá-lo é lucrativo. É preciso que as pessoas vivam. Ora bolas! Por que está exilado?

Seja razoável. Você está errado. Quem o obrigava a condenar o golpe de Estado? Que ideia foi essa de combater pelo direito? Que capricho passou por sua cabeça de revoltar-se do lado da lei? Será que se toma a defesa do direito e da lei quando um e outra já não têm mais ninguém por eles? Eis aí os demagogos! Teimar, perseverar,

18. Um dos organizadores das forças policiais e militares quando do golpe de estado de Luís Bonaparte.

19. Múcio Scevola, republicano romano que, assim reza a lenda, ao falhar na tentativa de assassinar o general etrusco, queimou deliberadamente sua própria mão direita num braseiro como punição.

persistir, é absurdo. Um homem apunhala o direito e assassina a lei. É provável que tenha suas razões. Fique com esse homem. O êxito o torna justo. Fique com o êxito, visto que o êxito torna-se o direito. Todo mundo lhe será grato. Nós faremos o seu elogio. Em lugar de ser proscrito, será senador, e não terá cara de idiota.

Ousa duvidar do direito deste homem? Mas bem vê que ele foi bem sucedido! Veja que esses juízes que o acusavam agora lhe prestam juramento! Veja que os padres, os soldados, os bispos, os generais estão com ele! Pensa ter mais virtude do que todos eles? Quer enfrentar essa gente toda? Ora! De um lado tudo o que é respeitado, tudo o que é respeitável, tudo o que é venerado, tudo o que é venerável; do outro, você! É inepto. Escarneçamos de você e fazemos bem. Mentir contra um idiota é permitido. Todos os homens honestos estão contra você; e nós, os caluniadores, estamos com as pessoas honestas. Veja, reflita, examine-se. Era preciso salvar a sociedade. De quem? De você. Do que a ameaçava? Não mais guerra, não mais cadafalso, a abolição da pena de morte, o ensino gratuito e obrigatório, todo o mundo sabendo ler! Era pavoroso. E quantas utopias abomináveis! A mulher, de menor transformada em maior, esta metade do gênero humano admitida ao sufrágio universal, o casamento libertado pelo divórcio; o menino pobre instruído como o menino rico, a igualdade resultando da educação; o imposto diminuído primeiro, e suprimido enfim pela destruição dos parasitismos, pelo aluguel dos edifícios nacionais, pelo esgoto transformado em adubo, pela repartição dos bens comunais, pelo desbravamento das terras incultas, pela exploração da mais-valia social; a vida a baixo custo pelo peixamento dos rios; não mais classes, não mais fronteiras, não mais amarras, a República da Europa, a unidade monetária continental, a circulação decuplicada decuplicando a riqueza; quantas loucuras! Era preciso evitar tudo isso. Como! Iria fazer-se a paz entre os homens; não haveria mais exército, não haveria mais serviço militar! Como! A França seria cultivada de maneira a poder alimentar duzentos e cinquenta milhões de homens; e não haveria mais impostos; a França viveria de suas rendas! A mulher votaria, a criança teria direitos perante o pai, a

mãe de família não seria mais dominada nem uma criada, o marido não mais teria o direito de matar a esposa! O sacerdote não seria mais o senhor! Não haveria mais batalhas, não haveria mais soldados, não haveria mais carrascos, não haveria mais forcas e guilhotinas! Mas é espantoso! Era preciso nos salvar. O presidente o fez! Viva o Imperador! – O senhor resiste a ele; nós o difamamos; escrevemos coisas ineptas sobre o senhor. Sabemos muito bem que o que dizemos não é verdade, mas estamos protegendo a sociedade, e a calúnia que protege a sociedade é de utilidade pública. Visto que a magistratura está com o golpe de Estado, a justiça está com ele também; a religião e a justiça são figuras imaculadas e santas; a calúnia que lhes é útil participa da homenagem que lhes é devida; é uma prostituta, que seja; mas serve virgens. Respeitem-na.

Assim raciocinam os que insultam.

O que o proscrito tem de melhor a fazer é pensar noutra coisa.

V

Visto que está a beira-mar, aproveite. Que esta mobilidade sob o infinito lhe dê a sabedoria. Que medite sobre a revolta eterna das ondas contra a margem e das imposturas contra a verdade. As diatribes em vão são convulsivas. Que contemple a vaga cuspir no rochedo e se pergunte o que essa saliva ganha e o que o rochedo perde com isso.

Não, nada de revolta contra a injúria, nada de gastos de emoção, nada de represálias; mantenha uma tranquilidade severa. A rocha molha-se, mas não se mexe. Por vezes, a umidade lhe dá brilho; a calúnia acaba por ser um brilho. Por um fio prateado sobre a rosa, sabe-se que a lagarta passou por ela.

O que há de mais belo do que o escarro na fronte do Cristo?

1876

FUNERAIS DE FRÉDÉRIK
LEMAÎTRE¹

1. Notícia de jornal.

Elogio fúnebre proferido ao pé do túmulo do célebre ator, que trabalhara em peças de Victor Hugo e era muito popular em toda a Europa. Bem mais tarde, seria homenageado no filme Bulevar do crime (Les enfants du paradis), clássico de 1945 dirigido por Marcel Carné, com Arletty e Jean-Louis Barrault, no qual aparece como um dos protagonistas, encarnado por Pierre Brasseur.

“O grande povo de Paris fez ao grande artista, que acaba de perder, funerais à altura de ambos. Paris sabe honrar seus mortos como convém. Ao ator sem mestre e sem rival, que fazia acorrer toda Paris quando interpretava tão soberbamente os heróis dos grandes dramas de outrora, Paris reconhecida ofereceu um cortejo supremo como não o têm os reis.

“Todos os ilustres nas letras, nas artes, todos os artistas de todos os teatros de Paris estavam lá; mais cinquenta mil desconhecidos. Viu-se, ali, como Frédérick era antes de tudo um artista popular.

“Desde a manhã, uma multidão considerável se encaminhava para as cercanias do número 15 da Rua de Bondy, onde o corpo estava exposto. Por volta das 11 horas, os arredores da igreja da Rua des Marais tornavam-se de difícil acesso. Numerosos agentes da ordem se sucediam, barrando a passagem e fazendo circular os grupos que se formavam. Felizmente, a alguns metros da igreja, a Rua des Marais desemboca na Avenida Magenta e forma uma espécie de praça irregular com árvores. A multidão se refugiou ali.

“Precisamente ao meio-dia, o féretro deixava a câmara mortuária. O filho de Frédérick pediu a Victor Hugo, que chegava nesse momento,

que segurasse um dos cordões do carro fúnebre. “Com todo o meu coração!”, respondeu Victor Hugo. E segurou um dos cordões até a igreja, com os senhores Taylor, Halanzier, Dumaine, Fabvre e Laferrière.

“O serviço religioso se prolongou até uma e meia. Fauré¹ prestou uma última homenagem a seu companheiro morto, interpretando o *Requiem* diante do seu esquife, com essa amplitude de voz e essa segurança de estilo que fazem dele um dos primeiros cantores da Europa. Bosquin e Menu cantaram em seguida, um o *Pie Jesu*, o outro o *Agnus Dei*².

“Às duas horas menos um quarto, o carro se punha em movimento com dificuldade em meio às densas vagas da multidão. As casas estavam ornamentadas até o telhado, e assim foi ao longo de todo o percurso. A circulação de carros parava na avenida Magenta e, dos dois lados da calçada, um cordão compacto se estendia, com cinco e seis fileiras.

“O cortejo, seguindo pelas avenidas Magenta, Rochechouart e Clichy, chegou às duas e meia ao cemitério de Montmartre. Uma nova multidão aguardava ali.

“Frédérick devia ser inumado na cripta em que o havia precedido o filho, o malgrado Charles Lemaitre que, como se sabe, jogou-se de uma janela num acesso de febre. As proximidades do túmulo estavam sendo guardadas, havia duas horas, por várias centenas de pessoas. Os funcionários do cemitério e um agente de segurança seguidos de guardas tiveram enorme dificuldade para abrir uma passagem ao corpo.

“Ao sair da igreja, o senhor Frédéric Lemaitre filho pedira ainda a Victor Hugo que dissesse algumas palavras no túmulo de seu pai; e Victor Hugo, embora apanhado de surpresa, não quis negar-se a prestar esta homenagem derradeira ao magnífico criador do papel de Ruy Blas³.

“Foi portanto o primeiro a tomar a palavra, e pronunciou, com voz comovida, mas nítida e forte, o adeus que reproduzimos:

“Pedem-me que diga uma palavra. Não esperava a honra que me fazem ao quererem minha voz; estou comovido demais para falar; no entanto, vou tentar.

1. Gabriel Fauré, compositor, autor do *Requiem*.

2. *Pie Jesu e Agnus Dei*: partes do *Requiem*, de Gabriel Fauré.

3. No drama homônimo da autoria de Victor Hugo.

“Saúdo nesta tumba o maior ator deste século; e talvez o mais maravilhoso comediante de todos os tempos.

“Existe como que uma família de espíritos possantes e singulares que se sucedem e que têm o privilégio de reverberar para a multidão e de fazer viver e caminhar pelo teatro as grandes criações dos poetas; esta série soberba começa com Thespis⁴, passa por Roscius⁵ e chega até nós por Talma⁶; Frédérick Lemaitre foi, em nosso século, o continuador brilhante de todos eles. Foi o último dos grandes atores pela data, o primeiro pela glória. Nenhum comediante o igualou, porque nenhum conseguiu igualá-lo. Os outros atores, seus predecessores, representaram reis, pontífices, capitães, o que chamamos de heróis, o que chamamos de deuses; ele, graças à época em que nasceu, representou o povo. (*Movimento*). Não há encarnação mais fecunda e mais elevada. Sendo o povo, foi o drama; teve todas as faculdades, todas as forças e todas as graças do povo; foi indomável, robusto, patético, tempestuoso, encantador. Como o povo, foi a tragédia e foi também a comédia. Daí seu poder; porque o espanto e a piedade são mais trágicos quando estão misturados à pungente ironia humana. Aristófanes⁷ completa Êsquilo⁸; e o que comove mais completamente as multidões é o terror mesclado ao riso. Frédérick Lemaitre tinha esse duplo dom; eis porque foi, entre todos os artistas dramáticos de sua época, o comediante supremo.

Foi o ator sem par. Teve todo o triunfo possível na sua arte e no seu tempo; teve também o insulto, que é outra forma de triunfo.

Está morto. Saudemos este túmulo. Que resta dele hoje? Aqui embaixo um gênio; lá em cima, uma alma.

O gênio do ator é um clarão que se apaga; deixa apenas uma recordação. A imortalidade que pertence a Molière poeta não pertence a Molière comediante⁹. Mas digamo-lo, a memória que sobreviverá a Frédérick Lemaitre será magnífica; está destinado a deixar no cume de sua arte uma recordação soberana.

4. Legendário ator da Grécia antiga.

5. Legendário ator da Roma antiga.

6. O maior ator da França (1763-1826), que revolucionou os palcos.

7. Comediógrafo da Grécia clássica.

8. Luminar da tragédia ática.

9. O dramaturgo Molière era também ator.

Saúdo e agradeço a Frédérick Lemaitre. Saúdo o prodigioso artista; agradeço a meu fiel e soberbo auxiliar em minha longa vida de combate. Adeus, Frédérick Lemaitre!

Saúdo ao mesmo tempo, porquanto sua emoção profunda, a de todos que estão aqui, me preenche e transborda, saúdo este povo que me cerca e me ouve. Saúdo neste povo a grande Paris. Seja qual for o esforço que se faça para diminuí-la, Paris continua sendo a cidade incomparável. Tem essa dupla qualidade: ser a cidade da revolução e ser a cidade da civilização; tempera uma com a outra. Paris é como uma alma imensa onde tudo pode caber. Nada a absorve inteiramente e ela dá às nações todos os espetáculos. Ontem, havia a febre das agitações políticas; hoje, ei-la entregue inteiramente à emoção literária. Na hora mais decisiva e mais grave, no meio das preocupações mais severas, sai de seu elevado e laborioso pensamento para se enternecer por um grande artista morto. Digamos bem alto, de uma cidade assim deve-se esperar tudo e não se deve temer nada; Paris terá sempre em si a medida civilizadora; porquanto tem todos os dons e todos os poderes. Paris é a única cidade da terra que tem o dom da transformação, que, diante do inimigo a repelir, sabe ser Esparta, que diante do mundo a dominar sabe ser Roma, e que diante da arte e do ideal a honrar, sabe ser Atenas. (*Profunda sensação*).

1876

FUNERAIS DE GEORGE SAND

Victor Hugo profere o elogio fúnebre da grande escritora, a quem o ligavam laços de amizade e de admiração. Os traços positivos que a distinguem são aqui ressaltados.

Choro uma morte, saúdo uma imortal.

Eu a estimei, a admirei, a venerei; hoje, na augusta serenidade da morte, a contemplo.

Felicito-a porque o que fez é grande, e lhe agradeço porque o que fez é bom. Lembro-me de um dia ter-lhe escrito: “Agradeço-lhe por ter uma alma tão grande”.

Será que a perdemos?

Não.

Estas magníficas figuras desaparecem, mas não se desvanecem. Longe disso: poder-se-ia quase dizer que se realizam. Tornando-se invisíveis sob uma forma, tornam-se visíveis sob outra. Transfiguração sublime.

A forma humana é uma forma de ocultar. Mascara a verdadeira fisionomia divina que é a ideia. George Sand era uma ideia: está fora da carne, ei-la livre, está morta, ei-la viva. *Patuit dea*¹.

George Sand tem em nosso tempo um lugar único. Outros são grandes homens. Ela é a grande mulher.

Neste século que tem por lei completar a Revolução Francesa e começar a revolução humana, a igualdade de sexos fazendo parte da igualdade dos homens, era necessária uma grande mulher. Era preciso

1. (Lat.) *Vera incessu patuit dea*: A deusa revelou-se verdadeiramente pelo andar. É o que Virgílio diz de Vênus, na Eneida.

que a mulher provasse que pode ter todos os nossos dons viris sem nada perder de seus dons angélicos; ser forte sem deixar de ser doce. George Sand é a prova.

É mister que haja quem honre a França, visto que há tantos que a desonram. George Sand será um dos orgulhos de nosso século e de nosso país. Nada faltou a essa mulher cheia de glória. Foi um grande coração como Barbès², um grande espírito como Balzac³, uma grande alma como Lamartine⁴. Tinha nela a lira. Nessa época em que Garibaldi⁵ fez prodígios, ela fez obras-primas.

É inútil enumerar tais obras-primas. De que serviria plagiar a memória pública? O que caracteriza seu poder é a bondade. George Sand era boa e por isso foi odiada. A admiração tem o seu reverso, o ódio, o entusiasmo tem o seu duplo, o ultraje. O ódio e o ultraje provam a favor ao querer provar contra. A vaia é contada pela posteridade como um rumor de glória. Quem é coroado é apedrejado. É uma lei, e a baixeza dos insultos está na medida da grandeza das aclamações.

Os seres como George Sand são benfeitores públicos. Passam, e apenas passados é que se vê no seu lugar, que parecia vazio, surgir uma realização nova do progresso.

Cada vez que morre uma dessas potentes criaturas humanas, ouvimos como que um imenso bater de asas; alguma coisa se vai, alguma sobrevém.

A terra, como o céu, tem seus eclipses; mas aqui embaixo como lá em cima, o reaparecimento segue o desaparecimento. A tocha que era um homem ou uma mulher e que se extingue sob esta forma, se reacende sob a forma ideia. Verificamos então, que o que se acreditava extinto era inextinguível. Este archote brilha mais do que nunca; doravante faz parte da civilização; entra na vasta claridade humana; acrescenta-se a ela; e o salubre vento das revoluções o agita, mas o faz

2. Político contemporâneo de Victor Hugo, republicano e opositor da Monarquia de Julho.

3. Autor do ciclo *A comédia humana*, de romances realistas.

4. Célebre poeta romântico francês, presidente do governo provisório na Revolução de 1848. Escreveu a *História dos Girondinos*, sobre a Revolução Francesa.

5. Republicano libertário italiano, cognominado “o herói de dois mundos”, que lutou no Brasil e se casou com uma brasileira, líder da unificação da Itália que ficaria conhecida como *Il Risorgimento*.

crescer, porque os misteriosos sopros que extinguem as claridades falsas alimentam as verdadeiras luzes.

O trabalhador se foi, mas seu trabalho está feito.

Edgar Quinet⁶ morre, mas a filosofia soberana sai de seu túmulo e, do alto desse túmulo, aconselha os homens. Michelet⁷ morre, mas por trás dele ergue-se a história, traçando o itinerário do porvir; George Sand morre, mas nos lega o direito da mulher captando sua evidência no gênio da mulher. Assim é que a revolução se completa. Choremos os mortos, mas vejamos o que está por vir; os fatos definitivos sobrevêm, graças a esses altivos espíritos perseguidores. Todas as verdades e todas as justiças estão a caminho em nossa direção, e é daí que vem o rumor de asas que estamos ouvindo.

Aceitemos o que nos dão ao nos deixarem os nossos mortos ilustres; e, voltados para o futuro saudemos, serenos e pensativos, as grandes chegadas que nos anunciam essas grandes partidas.

6. Historiador e pensador republicano, inimigo radical da monarquia e da Igreja Católica, exilado durante o mesmo período que Victor Hugo. Será deputado após voltar à França em 1870. Expulso do *Collège de France* pelos adversários.

7. Historiador francês, republicano e populista, contemporâneo de Victor Hugo. Foi companheiro de Edgar Quinet em muitas jornadas. Também foi expulso do *Collège de France*.

1876

DISCURSO SOBRE A ANISTIA

Victor Hugo era senador quando proferiu este discurso em favor da outorga de anistia aos implicados na Comuna de 1871, que a essa altura já tinham sido suficientemente punidos com fuzilamentos sumários, deportações e penas exageradas. A seu ver, a anistia tem um cunho civilizatório e, em vez de acirrar os conflitos, concorre para apaziguá-los. O escritor não acredita nos benefícios democráticos da retaliação e de uma vendeta que só perpetuaria injustiças. Perdeu seu tempo e sua causa, a anistia tendo sido negada na votação dos senadores. O texto dá uma ideia vivaz do que eram debates dessa ordem.

Senhores,

Meus amigos políticos e eu pensamos que, numa questão assim tão elevada e difícil, era preciso, em respeito à própria questão e em respeito a esta Assembleia, não deixar nada ao acaso da palavra. Eis porque escrevi o que tenho a lhes dizer. Aliás, convém à minha idade não pronunciar senão palavras pensadas e refletidas. O Senado, espero, aprovará esta prudência.

De resto, e seria desnecessário dizê-lo, as palavras comprometem apenas a mim.

Senhores, depois desses funestos mal-entendidos a que chamamos crises sociais, depois das dilacerações e das lutas, depois das guerras civis que têm isto como castigo, é que frequentemente o bom direito comete erros; as sociedades humanas, dolorosamente abaladas, se agarram às verdades absolutas e experimentam uma dupla necessidade, a necessidade de esperar e a necessidade de esquecer.

Insisto nisso; quando se sai de uma longa tempestade, quando todo o mundo mais ou menos quis o bem e fez o mal, quando certo

esclarecimento começa a penetrar nos profundos problemas a serem resolvidos, quando é chegada a hora de se pôr a trabalhar, o que se pede de todas as partes, o que se implora, o que se quer, é o apaziguamento; e, senhores, não há senão um apaziguamento, é o esquecimento.

Senhores, na língua política, o esquecimento se chama anistia.

Eu peço a anistia.

Eu a peço plena e inteira. Sem condições. Sem restrições. Não há outra anistia a não ser a anistia.

Tão somente o esquecimento perdoa.

A anistia não se dosa. Perguntar: que quantidade de anistia vai ser preciso? É como perguntar, que quantidade de cura é preciso dar ao doente? Nós responderemos: é preciso dar toda.

É preciso fechar o ferimento inteiro.

É preciso extinguir todo o ódio.

Eu o declaro, e o que foi dito nesta casa há cinco dias, e o que foi votado, não altera em nada minha convicção.

A questão se apresenta inteira diante dos senhores, que têm o direito de examiná-la na plenitude de vossa independência e de vossa autoridade.

Por que fatalidade veio a ocorrer que a questão que mais nos devia aproximar é a que mais nos está dividindo?

Senhores, permitam que afaste desta discussão tudo o que for arbitrário. Permitam-me procurar unicamente a verdade. Cada partido tem as suas apreciações, que estão longe de ser demonstrações; há lealdade de ambos os lados, mas não basta opor alegações a alegações. Quando de um lado se diz: a anistia tranquiliza, de outro se afirma: a anistia inquieta; aos que dizem: a anistia é uma questão francesa, responde-se: a anistia é apenas uma questão parisiense; aos que dizem: a anistia é reclamada pelas cidades, replicam: a anistia é repelida pelo campo. O que vem a ser tudo isso? São asserções. E eu digo aos meus contraditores: as nossas valem as suas. Nossas afirmações não provam mais contra suas negações quanto suas negações não o provam contra nossas afirmações. Deixemos de lado as palavras e examinemos as coisas. Vamos aos fatos. A anistia é justa? Sim ou não.

Se é justa, é política.
Eis aí toda a questão.
Examinemos.

Senhores, nas épocas de discórdia, a justiça é invocada por todos os partidos. Não é de nenhum. Ela só conhece a si própria. É divinamente cega às paixões humanas. É a guardiã de todo mundo e não é serva de ninguém. A justiça não se intromete nas guerras civis, mas não as ignora e nelas intervém. E sabem em que momento chega?

Depois.

Deixa que funcionem os tribunais de exceção e, quando estes terminam, ela começa.

Muda então de nome e passa a chamar-se clemência.

A clemência não é mais do que a justiça, mais justa. A justiça vê apenas a falta, a clemência vê o culpado. Para a justiça, a falta aparece numa espécie de isolamento inexorável; para a clemência, o culpado aparece rodeado de inocentes; há um pai, uma mãe, uma mulher, filhos inocentes que são condenados com ele e que padecem sua pena. Ele tem a galé ou o exílio; eles têm a miséria. Mereceram o castigo? Não. Sofrem-no? Sim. Então, a clemência acha a justiça injusta. Ela se interpõe e agracia. A graça é a retificação sublime que a justiça do alto faz à justiça da terra. (*Movimento*).

Senhores, a clemência tem razão.

Tem razão na ordem civil e social, e tem mais razão ainda na ordem política. Ali, diante desta calamidade, a guerra entre cidadãos, a clemência não é apenas útil, é também necessária. Aí, sentindo-se em presença de uma imensa consciência perturbada que é a consciência pública, a clemência ultrapassa o perdão e, acabei de dizê-lo, vai até o esquecimento. Senhores, a guerra civil é uma espécie de falta universal. Quem a começou? Todo o mundo e ninguém. Daí esta necessidade – a anistia. Palavra profunda que constata, ao mesmo tempo, a fraqueza de todos e a magnanimidade de todos. O que a anistia tem de admirável e eficaz é que nela volvemos a encontrar a solidariedade humana. É mais do que um ato de soberania, é um ato de fraternidade. É o desmenti-

do à discórdia. A anistia é a suprema extinção das cóleras, é o fim das guerras civis. Por quê? Porque contém uma espécie de perdão recíproco.

Peço a anistia.

Eu a peço com um fito de reconciliação.

Aqui as objeções se erguem diante de mim; estas objeções são quase acusações. Dizem-me: sua anistia é imoral e desumana! O senhor solapa a ordem social! Torna-se o apologista dos incendiários e dos assassinos! Defende os atentados! Vem em socorro dos malfeitores!

Detenho-me. E me interrogo.

Senhores, há cinco anos venho cumprindo na medida de minhas forças um doloroso dever que, de resto, outros melhores do que eu, cumprem melhor. Faço de tempos em tempos, e o mais frequentemente que posso, visitas respeitadas à miséria. Sim, há cinco anos frequentemente subi tristes escadas, entrei em moradias onde não há ar no verão nem fogo no inverno e onde não há pão no verão e nem no inverno. Vi, em 1872, uma mãe cujo filho, criança de dois anos, falecera por um estreitamento no intestino ocasionado pela falta de alimentação; vi aposentos cheios de febre e de dor; vi mãos suplicantes juntarem-se; vi contorcerem-se braços desesperados; ouvi estertores e gemidos; aqui, de velhos; ali de mulheres, acolá de crianças; vi sofrimentos, desolações, indigências sem nome, todos os farrapos da miséria, a palidez da fome. E quando perguntava a causa de toda essa miséria, respondiam-me: *é que o homem está ausente!* O homem é o ponto de apoio, o trabalhador, é o centro vivo e forte, é o pilar da família. Se o homem não está, a miséria está. Então, eu disse: *é preciso que o homem volte!* E porque disse isto, eis que escuto gritos de maldição. E o que é pior, palavras de ironia. Isso me espanta, confesso. Pergunto a mim mesmo o que fizeram esses seres aniquilados, esses anciãos, esses meninos, essas mulheres, essas viúvas cujo marido não morreu, esses órfãos cujo pai está vivo! Eu me pergunto se é justo punir todos esses grupos dolorosos por faltas que não cometeram. Peço que devolvam o pai a essas crianças. Fico estupefato ao ver que isso suscita tanta cólera, porque tenho compaixão de tanta desventura, porque não gosto de ver os doentes tremendo de frio

e de fome, porque me ajoelho diante das velhas mães inconsoláveis, e porque quisera aquecer os pés nus destas crianças! Não posso explicar como é possível que defender as famílias abale a sociedade nem como é que, pedindo pela inocência, seja o advogado do crime!

Como! Porque, vendo infortúnios inauditos e imerecidos, lamentáveis pobreza, mães e esposas que soluçam, velhos que não têm mais sequer uma enxerga, crianças que não têm sequer um berço, eu disse: *eis-me aqui, o que posso fazer por vocês? Em que posso servi-los?* E porque as mães me disseram: *devolvam nossos filhos!* E porque as mulheres me disseram: *devolvam nossos maridos!* E porque as crianças me disseram: *devolvam nossos pais!* E porque respondi: *tentarei!* É por isso que acham que fiz mal, que estou errado!

Não! Os senhores não pensam assim, eu lhes faço esta justiça. Nenhum dos senhores pensa dessa maneira.

Pois bem! Tento agora.

Senhores, escutem-me com paciência, como se escuta o que advoga: é o direito sagrado de defesa que exerço diante dos senhores; e se, pensando em tantas misérias e em tantas agonias que me confiaram sua causa, na convicção de minha piedade, acontecer-me ultrapassar involuntariamente os limites que quero impor-me, lembrem-se de que sou neste momento o porta-voz da clemência e que, se a clemência é uma imprudência, é uma bela imprudência, e a única permitida à minha idade; lembrem-se de que um excesso de piedade, se é que pode haver excesso na piedade, seria perdoável naquele que já viveu numerosos anos, que todo aquele que sofreu tem o direito de proteger os que sofrem, que é um ancião que vos roga por mulheres e crianças, que é um proscrito que lhes fala em prol de vencidos. (*Viva emoção em todos os bancos*).

Senhores, uma profunda dúvida está sempre misturada às guerras civis. Que direi para prová-lo? O relatório oficial. Confessa, esse documento, na página 2, que *a obscuridade do movimento* (de 18 de março¹) *permitia a cada um* (eu cito) *entrever a realização de algumas*

1. Irrupção da Comuna de Paris, em 1871.

ideias, justas talvez. É o que sempre vínhamos dizendo. Senhores, a perseguição foi ilimitada, a anistia não deve ser menor do que ela. Só a anistia, a anistia total, poderá apagar este processo movido contra uma multidão, processo que se inicia por trinta e oito mil prisões, nas quais há oitocentas e cinquenta mulheres e seiscentos e cinquenta e um jovens de quinze, dezesseis e dezessete anos.

Há um único entre os senhores que possa passar hoje sem um aperto no coração por certos bairros de Paris; por exemplo, perto deste sinistro trecho de pavimento alterado ainda visível na esquina da rua Rochechouart e da avenida²? O que há sob este pavimento? Há um clamor das vítimas que chega às vezes tão longe no futuro. Detenho-me. Eu me impus reservas e não quero ultrapassá-las; mas depende dos senhores extinguir este clamor fatal. Senhores, há cinco anos a História tem os olhos fixos neste trágico subsolo de Paris e escutará sair dali vozes terríveis enquanto os senhores não tiverem fechado a boca dos mortos e decretado o esquecimento.

Depois da justiça, depois da piedade, considerem a razão de Estado. Pensem que a essa hora os deportados e os expatriados se contam por milhares, que há ainda as incontáveis fugas de inocentes amedrontados, enorme cifra desconhecida. Essa vasta ausência enfraquece o trabalho nacional; devolvam os trabalhadores às oficinas; disseram-lhes eloquentemente na outra Câmara, devolvam às nossas indústrias parisienses estes operários que são artistas; façam voltar aqueles que nos estão fazendo falta; perdoem e tranquilizem; o conselho municipal está avaliando em nada menos de cem mil o número de desaparecidos. As severidades que recaem sobre as populações repercutem na prosperidade pública; a expulsão dos mouros iniciou a ruína da Espanha que a expulsão dos judeus consumou; a revogação do édito de Nantes³ enriqueceu a Inglaterra e a Prússia à custa da França. Não recomecem estas irreparáveis faltas políticas.

2. Trecho central de Paris em que houve massacre da multidão desarmada, durante a Comuna.

3. O Édito de Nantes, promulgado por Henrique IV em 1598 para pôr fim às guerras de religião, reconheceu os direitos dos protestantes franceses calvinistas (os huguenotes) e decretou a anistia. Revogado por Luís XIV em 1685, deflagrou a diáspora huguenote, que beneficiou outros países.

Por todas as razões, pelas razões sociais, pelas razões morais, pelas razões políticas, votem a favor da anistia. Votem virilmente. Elevem-se acima dos alarmes fictícios. Vejam como a supressão do estado de sítio foi simples. A promulgação da anistia não o seria menos. (*Muito bem! Na extrema esquerda*). Demonstrem misericórdia.

Não quero evitar nada. Aqui se apresenta um lado grave da questão; o poder executivo intervém e nos diz: agraciar é coisa que me diz respeito.

Entendamo-nos.

Senhores, há duas maneiras de agraciar, uma pequena e uma grande. A antiga monarquia praticava a clemência de duas maneiras: pelas cartas de agraciamento, e pelas cartas de abolição, a primeira eliminando a pena, a segunda eliminando o delito. O direito de graça se exercia no interesse individual, o direito de abolição se exercia no interesse público. Hoje, dessas duas prerrogativas da realeza, o direito de agraciar e o direito de abolir, o direito de agraciar, que é o direito restrito, está reservado ao poder executivo. O direito de abolição, que é o direito ilimitado, lhes pertence. Os senhores são, com efeito, o poder soberano; e é aos senhores que incumbe o direito superior. O direito de abolição é a anistia. Nesta situação, o poder executivo se oferece para substituí-los; a pequena clemência substituirá a grande; é o antigo bel prazer. Vale dizer que o poder executivo lhes faz uma proposta que, em última análise, não é mais do que isto, e uma de suas duas comissões parlamentares lhes disse a palavra em toda sua ingenuidade: Abdiquem!

Assim, há um grande ato a ser feito, e os senhores não o fariam! Assim, o primeiro uso que fariam de sua soberania seria a abdicação! Assim os senhores chegam, vêm da nação, saem da nação, têm em si a própria majestade do povo, têm dele esse mandato augusto, extinguir os ódios, fechar as chagas, acalmar os corações, alicerçar a República na justiça, alicerçar a paz na clemência; e desertariam desse mandato, e desceriam das alturas em que a confiança pública os colocou, e seu primeiro cuidado seria o de subordinar o poder superior ao poder inferior; e nessa dolorosa questão que tem necessidade de um vasto esforço nacional, renunciariam, em nome da nação, à onipotência da

nação! Como! Num momento em que se espera tudo de vós, os senhores anular-se-iam! Este supremo direito de abolição, não o exerceriam contra a guerra civil! Como! 1830 teve sua anistia, a Convenção teve sua anistia, a Assembleia Constituinte de 1789 teve sua anistia, e, da mesma forma que Henrique IV anistiou a Liga, Hoche anistiou a Vendeia⁴; e os senhores desmentiriam estas tradições veneráveis! E seria pela pequenez e pelo medo que os senhores coroarão todas essas grandezas de nossa história! Como! Deixando subsistir todas as recordações pungentes, todos os rancores, todas as amarguras, substituiriam um expediente sem eficácia política, um longo e contestável trabalho de agradecimentos parciais, a misericórdia debruada de favoritismos, as hipocrisias tomadas pelo arrependimento, uma obscura revisão de processo perigosa pelo respeito legal devido à coisa julgada, uma série de boas ações quase realengas mais ou menos pequeninas, a essa coisa imensa e soberba, a pátria abrindo os braços a seus filhos, e dizendo: Voltem todos! Eu esqueci!

Não! Não! Não! Não abduquem. (*Movimento*).

Senhores, tenham fé em si mesmos. A intrepidez da clemência é o mais belo espetáculo que se pode dar aos homens. Mas aqui a clemência não é a imprudência, a clemência é a sabedoria, a clemência é o fim das cóleras e dos ódios; a clemência é o desarmamento do porvir. Senhores, o que devem à França e o que a França espera dos senhores, é o futuro aplacado.

A piedade e a doçura são bons meios de governar. Colocar acima da lei política a lei moral é o único meio de subordinar sempre as revoluções à civilização. Dizer aos homens: *sejam bons*, é dizer-lhes, *sejam justos*. Às grandes provações devem suceder os grandes exemplos. Um agravamento de catástrofes se resgata e se compensa por um aumento de justiça e de sensatez. Aproveitemos as calamidades públicas para acrescentar uma verdade ao espírito humano, e que verdade mais alta do que esta: perdoar é curar!

4. O general Hoche comandou as forças revolucionárias contra a revolta da Vendeia, em 1793.

Votem pela anistia.

Enfim, pensem nisso, as anistias não podem ser nem proteladas nem alvo de subterfúgios. Se aprovarem a anistia, a questão estará encerrada; se a rejeitarem, a questão começa.

Eu quisera parar aqui, mas as objeções teimam em se erguer diante de mim. Eu as ouço. O quê? Anistiar tudo? Sim! O que? Não somente delitos políticos, mas os delitos comuns? Eu digo: Sim! E replicam: jamais!

Senhores, minha resposta será curta e será minha última palavra.

Vou simplesmente colocar sob seus olhos uma página de história. Em seguida concluirão. (*Movimento. – Profundo silêncio.*)

Vinte e cinco anos atrás, um homem se insurgia contra uma nação⁵. Um dia de dezembro ou, para melhor dizer, uma noite, este homem, encarregado de defender e de guardar a República, a agarrava pelo pescoço, a subjugava e a matava, no atentado que constituiu o maior crime de toda a história. (*Muito bem! – Na extrema esquerda.*) Ao redor deste atentado, porque todo crime tem como ponto de apoio outros crimes, esse homem e seus cúmplices cometiam inúmeros delitos de direito comum. Deixem passar a história! Roubo: vinte e cinco milhões foram tomados emprestados ao Banco, à força; suborno de funcionários; os comissários de polícia, tornados malfeitores, detinham representantes invioláveis; aliciamento militar, corrupção do exército; os soldados cheios de ouro eram impelidos à revolta contra o governo regular; ofensa à magistratura; os juízes eram expulsos de suas cátedras por cabos de esquadra; destruição de edifícios; o palácio da Assembleia foi destruído, o edifício Sallandrouze foi baleado e metralhado; assassinio: Baudin foi morto, Dussoubs foi morto, uma criança de sete anos foi morta na Rua Tiquetonne, a Avenida Montmartre ficou juncada de cadáveres⁶; mais tarde, porque este imenso crime cobriu a França inteira, Martin Bidaure foi fuzilado, fuzilado duas vezes; Charlet, Cirasse e Cuisinier foram assassinados pela guilhotina em praça

5. No dia 2 de dezembro de 1851, o presidente da República eleito Luís Bonaparte deu o golpe, tornando-se ditador e logo proclamando-se imperador, com o nome de Napoleão III, inaugurando o Segundo Império.

6. Repressão à resistência ao golpe.

pública⁷. De resto, o autor destes atentados era um reincidente; e, para nos limitarmos aos delitos de direito comum, tinha já tentado cometer um assassinato; tinha, em Boulogne, dado um tiro de pistola em um oficial do exército, o capitão Col-Pygelier. Senhores, o fato que recordo, o monstruoso fato de dezembro, não foi apenas um crime político, foi um crime de direito comum; sob o olhar da História, ele se decompõe assim: roubo a mão armada, suborno, vias de fato contra magistrados, aliciamentos militares, demolição de edifícios, assassínio. E acrescento: contra quem foi cometido esse crime? Contra um povo. E em proveito de quem? Em proveito de um homem. (*Muito bem! Muito bem! – Na extrema esquerda*).

Vinte anos depois, outra comoção, o acontecimento de cujas consequências nos ocupamos hoje, abalou Paris.

Paris, depois de um sinistro cerco de cinco meses⁸, tinha esta febre temível que os homens de guerra chamam a *febre obsidional*. Paris, esta admirável Paris, saía de um longo cerco estoicamente sustentado; sofrera fome, frio, prisão, porque uma cidade assediada é uma cidade aprisionada; sofrera a batalha de todos os dias, o bombardeio, a metralha; mas tinha salvo, não a França, e sim o que é talvez ainda mais, a honra da França (*Movimento*). Estava sangrando e contente. O inimigo podia fazê-la sangrar, só os franceses podiam feri-la; e ela foi ferida. Retiraram dela o título de capital da França; Paris ficou sendo apenas a capital... do mundo. Então, a primeira das cidades quis ser, ao menos, igual ao último dos vilarejos, Paris quis ser uma comuna. (*Rumores à direita*).

Daí a cólera; daí um conflito. Não pensem que procuro atenuar alguma coisa. Sim – e não esperei o dia de hoje para dizê-lo, saibam disso – sim, o assassínio dos generais Lecomte e Clement Thomas é um crime, como o assassínio de Baudin e de Dussoubs é um crime; sim, o incêndio das Tulherias e do Hôtel de Ville é um crime, como a demolição da sala da Assembleia Nacional é um crime; sim, o morticínio

7. Graves incidentes ocorridos sob a responsabilidade de Luís Bonaparte.

8. Na guerra franco-prussiana, em 1870, de que a França sairia derrotada e o imperador feito prisioneiro.

dos reféns é um crime como o morticínio dos transeuntes na avenida é um crime (*aplausos na extrema esquerda*). Sim, são crimes; e se a isso se acrescentar a circunstância de que se está sedento de justiça, e que se tem atrás de si, por exemplo, o tiro de pistola contra o capitão Cel. Pygellier, o caso se torna mais grave ainda; concedo tudo isto, e acrescento: o que é verdadeiro de um lado é verdadeiro do outro⁹. (*Muito bem! – Na extrema esquerda*).

Há dois grupos de fatos separados por um intervalo de vinte anos, o fato de 2 de dezembro e o fato de 18 de março¹⁰. Estes dois fatos se esclarecem um pelo outro; estes dois fatos políticos, ambos, se bem que com causas absolutamente diferentes, contêm o que os senhores chamam de delitos comuns.

Isso posto, examino. Coloco-me em face da justiça.

Evidentemente, para os mesmos delitos, a justiça terá sido a mesma; ou, se foi desigual nas suas sentenças, terá considerado de um lado que uma população que acaba de se mostrar tão heroica diante do inimigo devia esperar consideração; que afinal de contas os crimes a serem punidos eram responsabilidade, não do povo de Paris, mas de alguns homens, e que enfim, se se examinasse a própria causa do conflito, Paris tinha, certamente, direito à autonomia, da mesma forma que Atenas, a que se chamou Acrópole, da mesma forma que Roma, a que se chamou Urbs, da mesma forma que Londres, a que se chamou City. A Justiça terá considerado do outro lado até que ponto é abominável a emboscada de um adventício quase principesco, que assassina para reinar; e pesando de um lado o direito, de outro a usurpação, a justiça terá reservado toda a sua indulgência para a população desesperada e febril, e toda a sua severidade para o miserável príncipe aventureiro, ingurgitado e insaciável, que, depois dos Campos Elíseos¹¹, quer o Louvre¹², e que, ao apunhalar a República, apunhala o seu próprio juramento. (*Muito bem! – Na extrema esquerda*).

9. O autor arrola feitos do lado da Comuna que recebem sua desaprovação.

10. Irrupção da Comuna de Paris, em 1871.

11. Palácio que é sede da presidência da República em Paris.

12. Palácio real francês em Paris, hoje um dos mais importantes museus do mundo; criação da Revolução Francesa, em 1793, quando abriu as coleções de arte do rei à visitação do povo.

Senhores, escutai a resposta da história. O patíbulo de Satory, Numea¹³, dezoito mil novecentos e oitenta e quatro condenados, a deportação simples e cercada, os trabalhos forçados, as galés a cinco mil léguas da pátria, eis de que maneira a justiça castigou o 18 de março¹⁴; e quanto ao crime de 2 de dezembro¹⁵, que é que fez a justiça? Prestou-lhe juramento. (*Movimento prolongado*).

Limito-me aos fatos judiciários: poderia analisar outros, mais lamentáveis ainda; mas vou ficar por aqui.

Sim, isto é real, covas, largas covas, foram cavadas aqui e na Cale-dônia; desde o fatal ano de 1871¹⁶, longos gritos de agonia se misturam à espécie de paz que o estado de sítio produz; um jovem de vinte e um anos, condenado à morte por um artigo de jornal, foi agraciado com as galés, e contudo foi executado pela nostalgia, a cinco mil léguas de sua mãe; as penalidades foram e continuam sendo absolutas; há presidentes de tribunais militares que proíbem aos advogados pronunciar palavras de apaziguamento e de indulgência; num desses dias, a 28 de abril, uma sentença atingia, depois de cinco anos, um operário declarado honesto e laborioso por todas as testemunhas, e o condenava à deportação para um recinto fortificado, arrancando assim este trabalhador à família, este marido à esposa, este pai aos filhos; e há apenas algumas semanas, a 1º de março, uma nova leva de condenados políticos confundidos com forçados, era – apesar de nossas reclamações – embarcada para Numea. O vento do equinócio impediu a partida; parece por um momento que o céu quer dar aos homens o tempo de refletir; a tempestade, clemente, concedeu um sursis; mas tendo cessado a tempestade, o navio partiu. (*Sensação*). A repressão é inexorável. Foi assim que o 18 de março se viu castigado.

Quanto ao 2 de Dezembro, insisto nisso, dizer que ficou sem punição seria irrisório; foi glorificado; foi, não submetido, mas adorado; passou para o estado de crime legal e de crime inviolável. (*Aplausos*)

13. Destino de deportação para franceses, na Polinésia.

14. Irrupção da Comuna de Paris, em 1871.

15. Data em que Luís Bonaparte deu o golpe, tornando-se ditador.

16. Ano da Comuna de Paris.

na extrema esquerda). Os padres rezaram por ele; os juízes julgaram sob ele; representantes do povo, em quem este crime havia dado coroadas, não somente os receberam, como também os aceitaram (*risos na esquerda*) e se fizeram seus servidores. O autor do crime morreu na cama, depois de haver completado o 2 de Dezembro com Sedan¹⁷, a traição com a inépcia, e a sublevação da república pela queda da França; e quanto aos cúmplices, Morny, Billault, Magnan, Saint-Arnaud, Abbatucci, deram nomes a ruas de Paris. (*Sensação*). Assim, com vinte anos de intervalo, para duas revoltas, para o 18 de março e o 2 de dezembro, tais foram as condutas levadas a cabo nas altas cúpulas de cujo cimo se governa; contra o povo, todos os rigores; diante do imperador, todas as baixezas.

É tempo de fazer cessar o espanto da consciência humana. É tempo de renunciar a essa vergonha de dois pesos e duas medidas: peço, para as ocorrências de 18 de março, anistia plena e cabal. (*Aplausos prolongados na extrema esquerda. – A sessão é suspensa. – O orador volta a seu banco, cumprimentado pelos colegas*).

ALGUNS MEMBROS DO CENTRO. – Passemos à votação! Aos votos! Aos votos!

[O projeto de anistia é rejeitado.]

17. Batalha em que a Prússia derrotou a França e capturou o imperador Napoleão III, na guerra franco-prussiana, em 1870.

1876

PELA SÉRVIA

Ferviam por toda parte as guerras de independência que liquidaram o Império Otomano. Após um período inicial de derrotas aqui relatado (1876-1878), a Sérvia, província balcânica, sairia por fim vitoriosa.

Torna-se necessário chamar a atenção dos governos europeus para um fato de tal maneira pequenino, ao que parece, que os governos parecem não percebê-lo. Esse fato, ei-lo: estão assassinando um povo. Onde? Na Europa. Há testemunhas deste fato? Uma testemunha, o mundo inteiro. Estarão os governos vendo? Não.

As nações têm acima delas alguma coisa que está abaixo delas, os governos. Em certos momentos, vem à luz este contrassenso: a civilização está nos povos, a barbárie está nos governos. Esta barbárie é desejada? Não; é simplesmente profissional. O que o gênero humano sabe, os governos ignoram. Isto ocorre porque os governos não enxergam senão através desta miopia que é a razão de Estado; o gênero humano olha com outro olhar, a consciência.

Vamos espantar os governos europeus ao lhes ensinar uma coisa, é que os crimes são crimes, e que não é permitido a um governo, tanto quanto não o é a um indivíduo ser assassino, que a Europa é solidária, que tudo o que se faz na Europa é feito pela Europa, e se existe um governo besta-fera, deve ser tratado como besta-fera. É que neste momento, muito perto de nós, sob os nossos olhos, estão massacrando, incendiando, saqueando, exterminando, degolando pais e mães, estão vendendo meninas e meninos; e quando as crianças são demasiado pequenas para

serem vendidas, são cortadas em dois por um golpe de sabre; queimam-se as famílias nas casas; determinada cidade, por exemplo, Balak, fica reduzida, em algumas horas, de nove mil habitantes a mil e trezentos; os cemitérios estão atulhados de mais cadáveres que o que é possível enterrar, de modo que, aos vivos que lhes enviaram a carnificina, os mortos devolvem a peste, o que é bem feito; estamos ensinando isto aos governos da Europa: que estão abrindo o ventre das mulheres grávidas para matar seus filhos ainda nas entranhas; que há nas praças públicas montes de esqueletos de mulheres com indícios de estripamento; que os cães roem nas ruas os crânios das jovens violadas; e que tudo isto é horrível e que bastaria um gesto dos governos da Europa para o impedir, e que os selvagens que cometem estes crimes são apavorantes, e que os civilizados que lhes permitem cometê-los são pavorosos.

É chegado o momento de erguer a voz. A indignação universal se manifesta. Há momentos em que a consciência humana toma a palavra e dá aos governos ordem de escutar.

Os governos balbuciam uma resposta. Já ensaiaram esse tartamudeio. Dizem: há exagero.

Sim, há exagero. Não foi em algumas horas que a cidade de Balak foi exterminada, foi em alguns dias; fala-se em duzentas aldeias queimadas, foram apenas noventa e nove; o que vocês chamam de peste não é senão tifo; nem todas as mulheres foram violadas, nem todas as moças foram vendidas; algumas escaparam. Castraram prisioneiros, mas também lhes cortaram a cabeça, o que diminui o fato; a criança que se diz ter sido arrojada de um pico para outro, na realidade foi apenas espetada na ponta de uma baioneta; onde há um, vocês põem dois, vocês dobram as coisas etc. etc. etc.

E depois, por que este povo se revoltou? Por que um rebanho de homens não se deixa possuir como um rebanho de bois? Por quê?... etc. etc. etc.

Esta maneira de empalidecer os fatos aumenta o horror deles. Chicanear com a indignação pública, nada mais miserável. As atenuan-

tes agravam. É a sutileza advogando a causa da barbárie. É Bizâncio desculpando Istambul¹.

Chamemos as coisas pelo nome. Matar um homem no canto de um bosque, chamado floresta de Bondy ou Floresta Negra, é um crime; matar o povo no canto deste outro bosque chamado diplomacia também é um crime.

Maior. Eis tudo.

Será que o crime diminui em função de sua enormidade? Ai! É com efeito uma velha lei da História. Mate seis homens e você será Troppman², mate seiscentos mil, e será César. Ser monstruoso é ser aceitável. Provas: a Noite de São Bartolomeu³, glorificada por Bossuet; o 2 de Dezembro⁴, saudado pela Europa.

Mas já é tempo de que a nova lei suceda à velha: por muito escura que seja a noite, é preciso que o horizonte clareie afinal.

Sim, a noite é negra; estamos na ressurreição dos espectros; depois do Syllabus⁵, eis o Alcorão; confraterniza-se de uma Bíblia para outra; *jungamos dextas*⁶; por trás da Santa Sé ergue-se a Sublime Porta⁷; dão-nos a escolher as trevas; e, vendo que Roma nos oferecia sua Idade Média, a Turquia acreditou poder oferecer-nos a sua.

Daí, as coisas que ocorrem na Sérvia.

Onde é que isto vai parar?

Quando terá fim o martírio desta heroica naçãozinha?

É tempo de vir da civilização uma proibição majestosa de ir mais longe.

Essa proibição de ir mais longe no crime, eis o que nós, o povo, intimamos os governos a fazer.

1. Nomes da mesma cidade, que a meio caminho também se chamou Constantinopla: Bizâncio, capital do Império Romano do Oriente, e Istambul, capital da Turquia.

2. Assassino em série francês, guilhotinado em 1870.

3. A noite de 23 de agosto de 1572, quando a família real católica acumpliciou-se com o massacre dos protestantes em toda a França.

4. Data em que Luís Bonaparte deu o golpe, tornando-se ditador.

5. Compêndio das opiniões condenadas pela Igreja Católica como errôneas.

6. (Lat.) Juntemos as mãos direitas.

7. Alcinha da Turquia.

Mas vem dizer-nos: esquecem-se que existem “questões”. Assassinar um homem é um crime, assassinar um povo é “uma questão”. Cada governo tem sua questão: a Rússia tem Constantinopla, a Inglaterra tem a Índia, a França tem a Prússia, a Prússia tem a França.

Respondemos: a humanidade também tem sua questão. E esta questão ei-la: é maior do que a Índia, a Inglaterra, a Rússia. É o filho pequenino no ventre materno.

Substituamos as questões políticas pela questão humana.

Todo o futuro está nisto.

Digamo-lo, faça-se o que se fizer, o futuro existirá. Tudo o serve, até mesmo o crime. Servidores horrendos.

O que se passa na Sérvia demonstra a necessidade dos Estados Unidos da Europa. Que aos governos desunidos sucedam os povos unidos. Acabemos com os impérios assassinos. Amordacemos os despotismos e os fanatismos. Quebrems os gládios das superstições e os dogmas que têm o sabre em punho. Que não haja mais guerras, carnificinas, morticínios; livre pensamento, livre intercâmbio, fraternidade. Será assim tão difícil a paz? A República da Europa, a federação continental, não existe outra realidade política senão esta. O raciocínio o constata, os acontecimentos também. Sobre essa realidade que é uma necessidade, todos os filósofos estão de acordo e hoje os carrascos unem sua demonstração às demonstrações dos filósofos. À sua moda, e precisamente porque é horrível, a selvageria depõe em favor da civilização. O progresso tem a assinatura de Ahmet Pachá⁸. O que as atrocidades da Sérvia colocam fora de dúvida é que se faz mister à Europa uma nacionalidade europeia, um governo uno, uma imensa arbitragem fraternal, a democracia em paz com ela própria, todas as nações irmãs tendo como cidade e como capital Paris, isto é, a liberdade tendo por metrópole a luz. Numa palavra, os Estados Unidos da Europa. Está aí o objetivo, está aí o porto. Isto ontem era apenas a verdade; graças aos

8. Nome de governantes da Turquia.

verdugos da Sérvia, é hoje a evidência. Aos pensadores vêm juntar-se os assassinos. A prova feita pelos gênios, ei-la feita pelos monstros.

O futuro é um deus arrastado por tigres.

1877

O DIREITO DA MULHER

Victor Hugo saúda Léon Richer, por motivo do lançamento de seu livro, A mulher livre, enfatizando alguns temas que são constantes em suas reflexões sobre a igualdade da mulher.

Meu caro colega,

Enfim, apesar das preocupações e dos trabalhos de nossas horas turbulentas, pude ler seu excelente livro. O senhor fez uma obra de talento e de coragem.

De fato, é preciso coragem, o que é lamentável, para ser justo, aí de nós, para com os frágeis. O ser frágil é a mulher. Nossa sociedade mal equilibrada parece querer retirar dela tudo o que a natureza lhe deu. Em nossos códigos, é preciso refazer o que eu chamo “a lei da mulher”.

O homem tem sua lei; ele a fez para si próprio; a mulher não tem outra lei senão esta lei do homem. Civilmente, a mulher é menor e moralmente, escrava. Sua educação caracteriza-se por este duplo caráter de inferioridade. De onde tantos sofrimentos, dos quais o homem tem sua parte, o que é justo.

Uma reforma é necessária. Será feita em benefício da civilização, da verdade e da luz. Os livros sérios e fortes como o seu ajudarão poderosamente nesta tarefa; em minha qualidade de filósofo, eu lhe agradeço por seus nobres trabalhos, e aperto-lhe a mão, caro colega.

1877

OS OPERÁRIOS DE LYON

No dia 25 de março de 1877 realizou-se um ato público em Paris, na sala do Château d'Eau, em apoio à luta dos operários de Lyon. Combativos, famosos por sua militância – que vinha desde a Revolução Francesa quando a cidade amotinou-se em reação –, manifestando-se ao longo do século em greves e levantes, os tecelões da seda (os “canuts”) eram renomados por sua politização. Este foi, na ocasião, o discurso de Victor Hugo.

Os operários de Lyon sofrem, os operários de Paris vêm em seu auxílio. Operários de Paris, vocês fazem o seu dever e está certo. Dão assim um belo exemplo. A civilização lhes agradece.

Vivemos em uma época em que é necessário realizar vistosas ações de fraternidade. Primeiro, porque é sempre bom fazer o bem; depois, porque o passado não quer resignar-se a desaparecer, porque em presença do futuro, que traz às nações a federação e a concórdia, o passado tenta despertar o ódio. (*Aplausos*).

Respondamos ao ódio com a solidariedade e a união.

Senhores, não pronunciarei senão palavras austeras e graves. Ter diante de si o povo de Paris é uma suprema honra e não se é digno dela senão com a condição de ser correto. E acrescento, de ser moderado. Pois, se a correção é o poder, a moderação é a força.

Agora, e com tais restrições, aceitem que lhes revele todo o meu pensamento.

Neste momento, o mundo está exposto a dois esforços contrários.

Uma palavra basta para caracterizar este momento estranho. Em que pensam os reis? Na guerra. Em que pensam os povos? Na paz. (*Aplausos prolongados*).

A agitação febril dos governos tem como contraste e lição a calma das nações. Os príncipes armam, os povos trabalham. Os povos se amam e se unem. Aos reis que premeditam e preparam acontecimentos violentos, os povos opõem a grandeza das ações pacíficas.

Majestosa resistência.

As populações entendem-se, associam-se, ajudam-se.

Portanto, vejam: Lyon sofre, Paris se emociona.

Que o patriótico auditório aqui reunido permita-me falar-lhe de Lyon.

Lyon é uma cidade gloriosa, uma cidade trabalhadora e militante. Acima de Lyon, não há senão Paris. Observando apenas a história, poder-se-ia quase dizer que foi em Lyon que nasceu a França. Lyon é um dos mais antigos berços do fato moderno; Lyon é o local de inoculação da democracia latina na teocracia celta; foi em Lyon que a Gália¹ transformou-se e se transfigurou, até tornar-se a herdeira da Itália; Lyon é o ponto de interseção do que foi outrora Roma e do que é hoje a França. – Lyon foi nosso primeiro centro. Agripa² fez de Lyon o ponto de encontro dos caminhos militares da Gália, e esse procedimento peremptório de civilização foi imitado depois pelas rotas estratégicas da Vendeia³. Como todas as cidades predestinadas, a cidade de Lyon foi provada: no século II pelo incêndio, no século V pela inundação, no século XVII pela peste.

Fato que a história deve registrar, Nero⁴, que incendiara Roma, reconstruiu Lyon. Historicamente ilustre, Lyon não é menos ilustre politicamente. Hoje, entre todas as cidades da Europa, Lyon representa a iniciativa engenhosa, o trabalho poderoso, perseverante e fecundo, a invenção na indústria, o esforço do bom para o melhor, e esta coisa tocante e sublime – pois o operário de Lyon sofre – a pobreza criando a riqueza. (*Movimento*).

Sim, cidadãos, insisto nisso, a virtude que está no trabalho, a intuição social que conhece e exige sem cessar a quantidade aceitável

1. Nome romano da França.

2. General e cônsul romano, foi governador da Gália Transalpina no século I A.C..

3. Província da França que se insurgiu contra a Revolução Francesa em 1793.

4. Imperador romano.

de revoluções, o espírito de aventura para o progresso, esse não sei que de infatigável que se tem quando se traz em si o futuro, eis o que caracteriza a França, eis o que caracteriza Lyon. Foi a metrópole dos gauleses, e o é ainda, com o avanço da democracia. É a cidade das profissões, é a cidade da arte, é a cidade em que a máquina obedece à alma, é a cidade em que o operário teve um pensador, e onde Jacquard⁵ é completado por Voltaire⁶. (*Aplausos*). Lyon é a primeira de nossas cidades; pois Paris é outra coisa, Paris ultrapassa as proporções de uma nação; Lyon é essencialmente a cidade francesa e Paris é a cidade humana. E é por isso que a assistência que Paris oferece a Lyon é um espetáculo admirável; poder-se-ia dizer que Lyon, assistida por Paris, é a capital da França socorrida pela capital do mundo. (*Bravos*).

Glorifiquemos essas duas cidades. Em um momento em que os partidos do passado parecem conspirar pela diminuição da França, e tentam destronar a capital da revolução em benefício da capital da monarquia, é bom afirmar as grandes realidades da civilização francesa, isto é, Lyon, a cidade do trabalho e Paris, a cidade da luz. (*Sensação. Repetidos bravos*).

Em torno dessas duas capitais agrupam-se todas as nossas cidades ilustres, suas irmãs ou filhas e, entre elas, essa admirável Marselha que quer um lugar à parte, pois representa na França a Grécia, assim como Lyon representa a Itália.

Mas ampliemos o horizonte, olhemos para a Europa, olhemos para as nações e, ao mesmo tempo em que demonstramos a solidariedade de nossas cidades, constatamos, cidadãos, em benefício da civilização, todos os sintomas da concórdia humana.

Tais sintomas aparecem em todo lugar.

Como eu dizia no começo, no momento conturbado em que vivemos, os fenômenos inquietantes vêm dos reis, os fenômenos tranquilizadores vêm dos povos.

5. Inventor do tear semiautomático, em Lyon.

6. Escritor e pensador da Ilustração.

Acima do rumor bestial da guerra desencadeada há sete anos por dois imperadores⁷, acima das ameaças de carnificina e de devastação renovadas a cada instante, às vezes mesmo realizadas em parte, haja visto o assassinato da Bulgária pela Turquia⁸, acima da mobilização dos exércitos, acima de todo esse sombrio tumulto militar, sente-se um imenso desejo de paz.

Repito e insisto: quem quer a guerra? Os reis. Quem quer a paz? Os povos.

Parece que neste momento uma estranha batalha se prepara entre a guerra, que é a vontade do passado, e a paz, que é a vontade do presente. (*Aplausos*).

Cidadãos, a paz vencerá.

Este triunfo do futuro é visível desde hoje, aproxima-se, já podemos tocá-lo. Chamar-se-á a Exposição de 1878. De fato, o que é uma Exposição internacional? É a assinatura de todos os povos em baixo de um ato de fraternidade. É o pacto das indústrias associando-se às artes, das ciências encorajando as descobertas, dos produtos intercambiando com as ideias, do progresso multiplicando o bem-estar, do ideal acoplado ao real. É a comunhão das nações na harmonia que resulta do trabalho. Luta, se se quiser, mas luta fecunda. Deslumbrante mescla dos trabalhadores que deixa atrás de si, não a morte, mas a vida, não cadáveres, mas obras-primas; batalha soberba em que só há vencedores. (*Longos aplausos*).

Este espetáculo esplêndido, é justo que seja Paris que o dê ao mundo.

1870, isto é, a emboscada da guerra, foi responsabilidade da Prússia; 1878, isto é, a vitória da paz, será a réplica da França.

A Exposição Universal de 1878 será a guerra derrotada pela paz.

Será a reconciliação com Paris, de que o universo precisa.

A paz é o verbo do futuro, é o anúncio dos Estados Unidos da Europa, é o nome de batismo do século XX. Não nos cansemos, nós

7. Guerra franco-prussiana de 1870, que opôs Napoleão III, o imperador da França, e Guilherme I, rei da Prússia e futuro imperador da Alemanha unificada.

8. Episódio das guerras de independência contra o Império Otomano.

os filósofos, de declarar a paz ao mundo. Façamos sair desta palavra suprema tudo o que ela contém.

Digamo-lo, o que é preciso à França, à Europa, ao mundo civilizado, o que é desde já realizável, o que queremos, é isso: religiões sem intolerância, isto é, a razão substituindo o dogmatismo; a penalidade sem a morte, isto é, a punição substituindo as amarras; as nacionalidades sem o antagonismo, isto é, a arbitragem substituindo a guerra (*movimento*); em suma, todos os desarmamentos, exceto o desarmamento da consciência. (*Repetidos bravos*).

Ah! Esta exceção, eu a mantenho. Pois enquanto a política contiver a guerra, enquanto a penalidade contiver o cadafalso, enquanto o dogma contiver o inferno, enquanto a força social for cominatória, enquanto o princípio, que é o direito, for distinto do fato, que é o código, enquanto o indissolúvel estiver na lei civil e o irreparável na lei penal; enquanto a liberdade puder ser garroteada, enquanto a verdade puder ser amarrada, enquanto o juiz puder degenerar-se em carrasco, enquanto o chefe puder degenerar-se em tirano, enquanto tivermos precipícios provocados pelos abismos cavados por nós mesmos, enquanto houver oprimidos, explorados, aflitos, justos que sangram, frágeis que choram, será preciso, cidadãos, que a consciência permaneça armada. (*Aplausos prolongados*).

A consciência armada, é Juvenal⁹ terrível, é Tácito¹⁰ pensativo, é Dante¹¹ dobrando Bonifácio¹², isto é, o homem probo castigando o homem infalível, é Voltaire vingando Calas¹³, isto é, a justiça chamando à ordem a magistratura. (*Sensação. Tripla salva de aplausos*). A consciência armada é o direito incorruptível criando obstáculos à lei iníqua, é a filosofia suprimindo a tortura, é a tolerância abolindo a inquisição; é o dia verdadeiro substituindo nas almas o falso dia, é a claridade da aurora substituindo a luz das fogueiras. Sim, a consciência

9. Poeta romano do século I, autor das *Sátiras*.

10. Historiador romano, autor de *Germania*, dos *Anais e das Histórias*.

11. Poeta florentino, autor de *A divina comédia*.

12. Dante era adversário do papa Bonifácio VIII, a quem ataca em *A divina comédia*.

13. O protestante Calas foi executado devido à perseguição religiosa, donde uma manifestação de Voltaire contra a intolerância.

permanece e permanecerá armada, Juvenal e Tácito permanecerão de pé, enquanto a história nos mostrar a justiça humana satisfeita com o pouco que se parece com a justiça divina, enquanto a razão de estado permanecer encolerizada, enquanto um apavorante *vae victis*¹⁴ reinar, enquanto ouvir-se um grito de clemência como um grito sedicioso, enquanto não se abrir a única porta que pode encerrar a guerra civil, a anistia! (*Profunda emoção. – Aplausos prolongados*).

Isso dito, concludo. E concludo pela esperança.

Tenhamos uma fé absoluta na pátria. O destino da França faz parte do futuro humano. Há três séculos, a luz do mundo é francesa. O mundo não mudará de tocha.

No entanto, generosos patriotas que me ouvem, não creiam que eu leve a esperança até a ilusão. Minha fé na França é filial e em consequência, apaixonada, mas é filosófica e, portanto, refletida. Senhores, minha palavra é sincera, mas é viril e não quero dissimular nada. Não, não esqueço que falo aos homens de Paris. A responsabilidade é proporcional ao auditório. Uma única coisa está à altura do povo e é a verdade. E dizer a realidade é o dever.

Pois bem, a realidade é que atravessamos uma hora temível. A realidade é que se a noite mais escura sobreviesse, haveria possibilidades de naufrágio. As crises sucedem-se às catástrofes. E, no entanto, eu espero.

Faço mais que esperar. Eu afirmo. Por que? Vou lhes dizer, e será minha última palavra.

A caminhada do gênero humano em direção ao futuro tem todas as complicações de uma viagem de descobertas. O progresso é uma navegação, frequentemente noturna. Poder-se-ia dizer que a humanidade está em pleno mar. Ela avança lentamente, por ondas terríveis, imenso navio batido pelos ventos. Há instantes sinistros. Em certos momentos, a escuridão do horizonte é profunda; parece que se vai ao acaso. Para onde? Para o abismo. Encontra-se um obs-

14. (Lat.) Ai dos vencidos.

táculo, o império; choca-se com um baixio, o *Syllabus*¹⁵; atravessa-se um ciclone, Sedan¹⁶. (*Movimento*).

O ano da infalibilidade do papa é o ano da queda da França; os vendavais e as tempestades se misturam; tem-se acima da cabeça todo o passado em nuvem e carregado de trovões; este raio é a adaga; este outro raio é o cetro; este trovão é a guerra. Que será de nós? Vamos acabar por nos entredorvar? Chegaremos a ser uma balsa da Medusa¹⁷, a travar uma luta de esfomeados e de naufragos, uma batalha na tempestade? Será possível que estejamos perdidos?

Levantamos os olhos. Procuramos no céu uma indicação, uma esperança, um conselho. A ansiedade chegou ao máximo. Onde está a salvação? De repente, a névoa se afasta, uma claridade aparece; é como se o negro complô das nuvens tivesse se rasgado; um buraco clareia toda essa sombra e, subitamente, no horizonte, acima dos abismos, além das nuvens, o gênero humano, trêmulo, vê essa claridade acesa há oitenta anos por gigantes, no cume do século XVIII, este majestoso farol rotatório que mostra alternadamente às nações desamparadas cada um dos três raios de que se compõe a civilização futura: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. (*Aplausos prolongados*).

Liberdade – isso se refere ao povo; Igualdade – isso se refere aos homens; Fraternidade – isso se refere às almas.

Navegantes perdidos, aportem a esta grande margem, a República!

O porto é ali. (*Longa aclamação. Gritos de Viva a República! Viva a anistia! Viva Victor Hugo!*)

15. Compêndio das opiniões condenadas pela Igreja Católica como errôneas.

16. Batalha em que a Prússia derrotou a França e capturou o imperador Napoleão III, na guerra franco-prussiana, em 1870.

17. O navio Medusa naufragara, tendo os sobreviventes enfrentado lances de horror numa balsa à deriva. O episódio comovera a Europa, sendo registrado numa célebre e monumental tela da pintura romântica, *A balsa da Medusa*, de Géricault, de 1819.

1884

ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS
NO BRASIL

Em banquete na França, festeja-se a abolição do cativo numa província brasileira. Trata-se da emancipação oficial na província do Ceará, que assim se antecipou em quatro anos à Lei Áurea. Victor Hugo saudou o evento em palavras calorosas, um ano antes de morrer. D. Pedro II, como de regra na elite brasileira, era seu leitor e admirador, tendo inclusive visitado o escritor em sua casa.

Uma província do Brasil acaba de declarar abolida a escravidão. Trata-se de uma grande notícia.

A escravidão é o homem substituído no homem pelo animal; o que pode restar de inteligência humana nesta vida animal do homem pertence ao senhor, segundo sua vontade e seu capricho. De onde decorrem circunstâncias horríveis.

O Brasil deu um golpe decisivo na escravidão. O Brasil tem um imperador, este imperador é mais do que um imperador, ele é um homem. Nós o felicitamos e lhe prestamos homenagens! Antes do fim do século a escravidão terá desaparecido da face da terra.

FONTES DOS TEXTOS

“ÚLTIMO DIA DE UM CONDENADO”, *Le dernier jour d’un condamné*.

“NOSSA SENHORA DE PARIS”, *Notre Dame de Paris*.

“LIBERDADE DE ENSINO”, *Actes et paroles – Avant l’exil*.

“A DEPORTAÇÃO”, *Actes et paroles – Avant l’exil*.

“SUFRÁGIO UNIVERSAL”, *Actes e paroles – Avant l’exil*.

“LIBERDADE DE IMPRENSA”, *Actes et paroles – Avant l’exil*.

“A EXPIAÇÃO”, *Les châtiments*.

“PERFIL DE NAPOLEÃO O PEQUENO”, *Napoléon le Petit*.

“A CARAVANA”, *Les châtiments*.

“SOBRE O TÚMULO DE LOUISE JULIEN”, *Actes et paroles – Pendant l’exil*.

“JOHN BROWN”, *Actes et paroles – Pendant l’exil*.

“DUAS BARRICADAS”, *Les misérables*.

“A JACRESSARDE”, *Les travailleurs de la mer*.

“DISCURSO DE GWYNPLAINE”, *L’homme qui rit*.

“INCIDENTE NA BÉLGICA”, *Actes et paroles – Après l’exil*.

“A LEON BIGOT ADVOGADO DE MAROTEAU”, *Actes et paroles – Après l’exil*.

“FUNERAIS DE ALEXANDRE DUMAS”, *Actes et paroles – Après l’exil*.

“OS FUZILADOS”, *L’année terrible*.

“O NOVENTA E TRÊS”, *Le quatrevingt-treize*.

“O QUE É O EXÍLIO”, *Actes et paroles – Après l’exil*.

“FUNERAIS DE FRÉDÉRIK LEMAÎTRE”, *Actes et paroles – Après l’exil*.

“FUNERAIS DE GEORGE SAND”, *Actes et paroles – Après l’exil*.

“DISCURSO SOBRE A ANISTIA”, *Actes et paroles – Après l’exil*.

“PELA SÉRVIA”, *Actes et paroles – Após l’exil*.

“O DIREITO DA MULHER”, *Actes et paroles – Após l’exil*.

“OS OPERÁRIOS DE LYON”, *Actes et paroles – Após l’exil*.

“ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS NO BRASIL”, *Actes et paroles – Após l’exil*.

O livro *A águia e o leão - Escritos políticos e crítica social* foi impresso na gráfica HRosa para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 1.000 exemplares.

O texto foi composto na fonte Minion, em corpo 11,8/15,9.

A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em pólen soft 80g.

“Senhores, o grande ato, conjuntamente político e cristão, pelo qual a Revolução de Fevereiro [de 1848] fez penetrar seu princípio até às próprias raízes da ordem social, foi o estabelecimento do sufrágio universal, feito capital, feito imenso, evento considerável que introduziu no Estado um elemento novo, irrevogável, definitivo.

[...] E por que esta violação do pacto? Por que esta agressão em plena paz? Por que estes arroubos? Por que este atentado? Por que esta loucura? Por que? Vou-lhes dizer. É porque quis o povo, depois de haver nomeado quem os senhores desejavam, o que acharam muito bom, nomear quem os senhores não queriam, o que acharam muito mau. É porque ele julgou dignos de sua escolha homens que os senhores julgaram dignos de seus insultos. É porque é presumível que tenha a ousadia de mudar de opinião sobre os senhores, desde que são o poder, e que ele pode comparar os atos aos programas e o que havia sido prometido com o que se fez.”

VICTOR HUGO

“Sufrágio universal, 1850”.

